FICHA TÉCNICA:

Título:
Inclusão Social II
Colectânea de Discursos de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi
Presidente da República de Moçambique 2016

Coordenação geral:
Manuel Mazuze

Organização:
Joharia Issufo

Revisão:
Idalina Libombo

Editor:
Presidência da República

Fotografias:
Gabinete de Imprensa da Presidência da República
Mauro Vombe
Acamo Maquinasse

Design gráfico:
Alberto Nhavene

Produção:
Publicidade Perfeita

Número de Registo:
9291/RLINLD/2017

Tiragem:
1000 exemplares

Local e data de publicação:
Maputo, Dezembro de 2017

Propriedade:
Presidência da República
Av. Julius Nyerere, No 2000
Maputo - Moçambique

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INCLUSÃO SOCIAL
Vol.2

"Que a agricultura, pecuária, florestas,
pescas, piscicultura e aquacultura
liderem o processo económico de transformação estrutural"

Colectânea de Discursos de **Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi**
Presidente da República de Moçambique

2016

PREFÁCIO 13

CAPÍTULO I: RELAÇÕES POLÍTICAS

Celebrando a Vida e Obra de Samora Machel

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da passagem do 30º aniversário da tragédia de Mbuzini.
Maputo, 19 de Outubro de 2016..... 16

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no acto de Inauguração do Monumento em Homenagem aos
75 ex-presos Políticos em Mabalane.
Mabalane, 8 de Setembro de 2016. 24

Homenagem aos Arquitectos da Vitória do Povo Moçambicano
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique por ocasião do 7 de Setembro, Dia da Vitória.
Maputo, 7 de Setembro de 2016..... 30

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, por ocasião da Abertura do IX Festival Nacional da Cultura.
Beira, 24 de Agosto de 2016. 36

Diáspora Moçambicana
Contribuindo para a projecção e engrandecimento do País além-fronteiras
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República na Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos pelos Representantes da Comunidade Moçambicana residente no Exterior, por ocasião do fim de ano.
21 de Dezembro de 2016..... 44

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na recepção oferecida por ocasião do fim do ano.
Maputo, 21 de Dezembro de 2016. 50

Democracia Participativa
Uma ferramenta de inclusão
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da abertura da 16ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa.
Maputo, 4 de Maio de 2016..... 56

CAPÍTULO II: TOMADA DE POSSE

Banco de Moçambique
Garante da Estabilidade Macro-Económica e Revitalização da Economia num Contexto de Crise
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasião da Tomada de Posse do Governador do Banco de Moçambique.
Maputo, 1 de Setembro de 2016. 64

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique na cerimónia de tomada de posse dos Membros do Conselho de Estado.

Maputo, 11 de Março de 2016. 70

O contributo dos membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos para a consolidação do Estado de Direito
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse dos membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos.
Maputo, 6 de Abril de 2016 76

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse da Ministra dos Recursos Minerais e Energia.
Maputo, 18 de Outubro de 2016..... 80

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na tomada de posse do Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, da Vice-Ministra da Economia e Finanças e do Chefe do Protocolo do Estado.
Maputo, 28 de Março de 2016 86

Paz, progresso e bem estar
As nossas prioridades
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia de tomada de posse do Governador da Província de Inhambane.
Maputo, 7 de Março de 2016..... 92

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse da Directora do Gabinete da Esposa do Presidente da República.
Maputo, 17 de Outubro de 2016..... 96

Integridade na Informação e Comunicação como vectores de Paz e Desenvolvimento
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique por ocasião da tomada de posse dos Membros do Conselho Superior da Comunicação Social
Maputo, 11 de Março de 2016.. 100

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse de Manuel Mazuze, Conselheiro para Assuntos Diplomáticos.
Maputo, 4 de Março de 2016. 106

CAPÍTULO III: DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no lançamento da Campanha Agrária 2016/2017.
Mopeia, 28 de Outubro de 2016..... 110

Expandir o Abastecimento de Água para Fortalecer o Desenvolvimento Humano e Dinamizar a Economia
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração do Centro Distribuidor de Água de Intaka.
Maputo, 26 de Outubro de 2016. 116

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do culto religioso na Igreja Velha Apostólica de Moçambique.
Maputo, 14 de Fevereiro de 2016..... 120

Turismo de Negócio e Eventos
Um dos Pilares para a Geração de Emprego e Renda
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração do Maputo AFECC Gloria Hotel, na Cidade de Maputo.
Maputo, 4 de Outubro de 2016. 124

Processamento do cajú
Buscando alternativas de diversificação da economia
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração da fábrica de processamento de cajú em Nampula.
Nampula, 8 de Novembro de 2016. 130

O Imperativo de Estimularmos a Produção Nacional do Frango, Para Sermos Auto-Suficientes e Substituirmos as Importações
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Seminário Nacional dos Actores – Chave da Cadeia de valor da produção do frango.
Nampula, 8 de Dezembro de 2016. 134

Moçambique criando riqueza
parcerias e sinergias nos sectores agrário e pesqueiro
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da Abertura do 1º Fórum Internacional dos Empresários dos Sectores Agrário e Pesqueiro, a realizar-se na Vila de Gondola, Província de Manica. Gondola, 12 de Setembro de 2016. 144

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião das comemorações do 1 de Dezembro, Dia Mundial de luta contra o SIDA.
Maputo, 1 de Dezembro de 2016. 154

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da abertura do Seminário de Capacitação dos Directores das Escolas Secundárias em matérias de gestão escolar.
Maputo, 22 de Fevereiro de 2016. 160

Formação com relevância para o Desenvolvimento
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da cerimónia de graduação no Instituto Superior de Educação e Tecnologia- One World University, em Changalane.
Maputo, 28 de Março de 2016. 174

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no lançamento do Livro "Do sonho à realidade", da autoria de Eneas Comiche.
Maputo, 15 de Março de 2016. 180

Discurso de Sua Excelencia Filipe Jacinto Nyusi, Presidente ad Republica de Mocambique, por ocasiao do lancamento da pagina WEB do Presidente Guebuza.
Maputo, 20 de Janeiro de 2016. 184

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da abertura da Conferência Nacional de Validação do Anteprojecto da Política de emprego.
Maputo, 30 de Maio de 2016..... 188

Turismo para a Paz e Desenvolvimento

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da realização da I Conferência Mundial sobre o Turismo para o Desenvolvimento.
Beijing, 6 de Junho de 2016. 192

Comunicação Social
Espelho da Sociedade e factor de progresso
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião dos 35 anos da Televisão de Moçambique (TVM).
Matola, 24 de Fevereiro de 2016..... 198

Pela Prevenção e Combate ao Crime Organizado e Transacional
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente de Moçambique, na cerimónia de abertura do Ano Judicial.
Maputo, 01 de Março de 2016..... 204

Sector privado
parceiro indissociável do Governo na agenda de promoção do desenvolvimento económico inclusivo
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da Abertura da XIV Conferência Anual do Sector Privado (CASP).
Maputo, 28 de Julho de 2016. 210

A oportunidade especial da FACIM 2016
Transformar a Crise em Catalizador do Aumento da Produtividade e Substituição de Importações
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da 52a Edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM). Maputo, 01 de Setembro de 2016..... 218

Contribuição do sector privado na promoção da energia sustentável em Moçambique
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração da Central Termoeléctrica a gás natural da gigawatt.
Ressano Garcia, 19 de Fevereiro de 2016..... 224

CAPÍTULO IV: DEFESA E SEGURANÇA

Investir na Defesa é Investir na Soberania
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, na Cerimónia de Abertura do XVII Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional.
Maputo, 25 de Novembro de 2016. 230

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança a 29 de Setembro de 2016.
Maputo, 29 de Setembro de 2016. 236

Forças de Defesa e Segurança comprometidas com a Paz, integridade territorial e consolidação do Estado Democrático
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança por ocasião da reorientação, promoção e nomeação de Oficiais Generais das FADM. Maputo, 13 de Junho de 2016..... 240

Defesa Nacional ao Serviço da Promoção da Cidadania

Discurso de Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião de encerramento de cursos do Instituto Superior de Estudos de Defesa "Tenente-General Armando Emílio Guebuza".
Maputo, 18 de Novembro de 2016. 246

Lei, Ordem e Segurança Públicas
As fundações para a cidadania e o Estado de Direito Democrático em Moçambique
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança por ocasião da Cerimónia de Abertura do 26º Conselho Coordenador do Ministério do Interior. Maputo, 6 de Outubro de 2016. 252

Dinâmicas actuais da Criminalidade em Moçambique
Desafios para prevenção e combate
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique no Seminário Conjunto entre a Academia de Ciências Policiais e a Procuradoria-Geral da República. Maputo, 02 de Setembro de 2016. 260

Discurso de Sua Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique por ocasião da cerimónia de graduação de oficiais da PRM em Ciências Policiais.
Maputo, 26 de Fevereiro de 2016. 266

PRM
Reforçando a capacidade da Polícia da República de Moçambique
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança por ocasião do patenteamento do Inspector-Geral da Polícia, Júlio dos Santos Jane, e sua tomada de posse como Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique. Maputo, 4 de Março de 2016. 272

CAPÍTULO V: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Moçambique e Zâmbia
Das excelentes relações político-diplomáticas para uma cooperação sócio-económica mais acutilante
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do banquete oferecido à Sua Excelência Edgar Lungu, Presidente da República da Zâmbia. Maputo, Março de 2016. 278

Moçambique e Swazilândia
Estreitando os laços de amizade e cooperação
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do banquete de Estado em honra de Sua Majestade Rei M'swati III da Swazilândia.
Maputo, 28 de Abril de 2016 284

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete de Estado oferecido à Sua Excelência Tenente General Seretse Khama Ian Khama, Presidente da República do Botswana.
Maputo, 23 de Maio de 2016. 290

Moçambique-Etiópia
Revitalizar a Cooperação para Assegurar a Paz e o Desenvolvimento num mundo em progressiva Globalização

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete Oficial em honra do Primeiro Ministro da República Federal Democrática da Etiópia. Maputo, 29 de Junho de 2016..... 296

Investindo em parcerias económicas estratégicas e mutuamente vantajosas
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinti Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Fórum de negócios Moçambique-Vietname.
Maputo, 12 de Março de 2016..... 302

Fórum Empresarial Moçambique-China
Promovendo o Reforço da Base Produtiva e a Implantação de Parques Industriais em Moçambique
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Fórum Empresarial em Jinan, República Popular da China. Nanjing, 17 de Maio de 2016..... 308

Fórum Empresarial Moçambique-China
Agricultura, Energia, Turismo e Infra-Estruturas como áreas estratégicas catalizadoras da Economia
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Fórum Empresarial em Beijing.
Beijing, 19 de Maio de 2016..... 314

Buscando parcerias para a promoção do crescimento
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente de Moçambique, por ocasião do Fórum de Negócios Bélgica-Moçambique.
Bruxelas, 20 de Abril de 2016. 320

Contribuindo para a Paz, Estabilidade e Segurança na SADC
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da XVIII Sessão do Comité Ministerial do Órgão da SADC.
Maputo, 5 de Agosto de 2016. 326

Encarando o MARP como uma Escola para o Aprimoramento da Governação em África
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasião da Realização da XXXV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes no Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP).
Nairobi, 26 de Agosto de 2016..... 332

Moçambique
Desafios, Oportunidades e os Caminhos que escolhemos
"Cooperação Económica Internacional em alinhamento com o Desenvolvimento Africano"
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no Fórum TICAD. Nairobi, 27 de Agosto de 2016..... 342

O papel da parceria do sector privado Moçambique-Portugal no processo de redução do custo de vida em Moçambique
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no almoço de trabalho com homens de negócio de Moçambique e Portugal, por ocasião da visita de Estado de Sua Excelência Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa
Maputo, Maio de 2016..... 346

Moçambique - Portugal

Tudo o que consolida o passado, constroi o presente e desenha o futuro
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no banquete em honra de Sua Excelência Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa, por ocasião da sua visita a Moçambique. Maputo, 4 de Maio de 2016. 352

Cimeira da União Africana
Mecanismo Africano de Revisão de Pares
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na XXIV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes no Mecanismo Africano de Revisão de Pares.
Addis Abeba, 29 de Janeiro de 2016..... 358

Fórum Empresarial Moçambique-Alemanha
Uma oportunidade para um salto qualitativo nas relações económicas e comerciais bilaterais
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no Fórum Empresarial Moçambique-Alemanha.
Berlim, 20 de Abril de 2016..... 362

Cooperação com Vietname
Potenciando parcerias com ganhos mútuos
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete oferecido à Sua Excelência Truong Tan Sang, Presidente da República Socialista do Vietname.
Maputo, 11 de Março de 2016. 368

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Um impulso universal para transformar o nosso mundo
Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República no Debate Geral da 71ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.
Nova Iorque, 21 de Setembro de 2016..... 372

CAPÍTULO VI: ESTADO DA NAÇÃO

Energia como factor impulsionador do desenvolvimento integrado de Moçambique
Informação Geral do Chefe de Estado à Assembleia da República sobre o Estado Geral da Nação.
Maputo, 19 de Dezembro de 2016. 378

APRESENTAÇÃO

Com a tomada de posse de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi em 2015, iniciou um novo ciclo governativo em Moçambique. Neste sentido, foi concebida a colectânea Inclusão Social, que visa agregar os discursos proferidos pelo Chefe do Estado ao longo de cada ano civil, no âmbito da sua governação.

Assim, o exemplar que tendes em mãos é o segundo volume dessa colectânea, referente às comunicações do ano de 2016 e tem como principal mensagem a necessidade da valorização dos diferentes intervenientes e sectores da cadeia produtiva, com vista à redução de importações e do custo de vida e consequente promoção do bem-estar inclusivo dos moçambicanos.

A obra está dividida em seis capítulos. No primeiro são apresentadas as intervenções relativas à Frente Política, seguidas das referentes às da Tomada de Posse; ao Desenvolvimento Socio-económico; à Defesa e Degurança; à Cooperação Internacional, terminando com o Estado da Nação.

Ao longo destas páginas irá, o estimado leitor, encontrar as principais mensagens do Chefe do Estado, que procuram exprimir o compromisso da sua acção governativa plasmada no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

Esta brochura é, deste modo, a materialização da memória institucional da actividade do Mais Alto Magistrado da Nação Moçambicana, e por conseguinte, é igualmente parte do património do Povo Moçambicano.

Boa leitura!

CAPÍTULO I

FRENTE POLÍTICA

CELEBRANDO A VIDA E OBRA DE SAMORA MACHEL

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da passagem do 30º aniversário da tragédia de Mbuzini.
Maputo, 19 de Outubro de 2016.

Caros compatriotas;

Ilustres Chefes das Missões Diplomáticas e Consulares e Representantes das Organizações Regionais e Internacionais;

Estimados Irmãos Sul-Africanos que nos honram neste momento de Reflexão conjunta;

Caros convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me, antes de mais, em nome do Povo, do Governo Moçambicano e em meu nome pessoal, reconhecer e saudar a presença de todos os participantes nacionais e estrangeiros nesta cerimónia de homenagem à Samora Machel, Primeiro Presidente de Moçambique Independente.

Há 30 anos, a emissão da Rádio Moçambique foi bruscamente interrompida pela leitura de um comunicado oficial. A voz era facilmente reconhecível: todos identificaram o timbre grave de quem falava. Era Marcelino dos Santos, esse Combatente da primeira hora da Luta de Libertação Nacional. Mas ninguém podia prever a gravidade do que se iria anunciar: a aeronave presidencial que, há várias horas deveria ter aterrado no Aeroporto Internacional de Maputo, não tinha ainda chegado. Operações de busca tinham sido desencadeadas ao longo de toda a noite até as primeiras horas da manhã. A única informação concreta que aquela hora estava disponível era a de que um avião moçambicano, proveniente da Zâmbia, se tinha despenhado em território Sul-Africano.

Horas depois, Marcelino dos Santos voltou aos estúdios da Rádio Moçambique para confirmar a morte do Presidente Samora Moisés Machel. Do Rovuma ao Maputo, do Índico ao Zumbo, o Povo chorou a perda daquele que a História sempre recordará como libertador da Pátria, primeiro Presidente de Moçambique independente, o querido Presidente Samora Moisés Machel.

Junto do malogrado Presidente perderam a vida 34 moçambicanos que faziam parte da sua comitiva. Todos esses nossos compatriotas foram e são chorados como parte de uma tragédia cujas feridas ficarão para sempre por cicatrizar.

A 28 de Outubro de 1986 a Nação Moçambicana prestou a última homenagem ao Fundador do Estado Moçambicano. A cerimónia aconteceu na Praça da Independência, o mesmo local em que, onze anos antes, Samora tinha tomado posse como Presidente de Moçambique. A cerimónia fúnebre aconteceu na mesma praça que tantas vezes o acolhera, em caloroso contacto com o Povo que tanto amava. Um lugar que tinha sido de festa e de esperança converteu-se subitamente num recinto de luto e choro. Naquela praça, uma nação inteira chorava uma

mesma e única tristeza.

Ficará para sempre na nossa memória, o olhar perdido e incrédulo dos milhares de homens e mulheres, crianças, jovens e velhos que assistiram ao desfile fúnebre e viam partir um dirigente que amou a sua terra, um líder que toda a sua vida serviu o seu povo, sem nunca dele se servir. Nesse momento de desamparo, desconhecíamos que aquele por quem chorávamos não havia desaparecido como tanto pretendiam os seus inimigos. Samora Machel não morreu. Porque nós todos somos Samora.

Caros compatriotas;

Na verdade, Samora está presente em todos os cantos desta nossa nação. Estamos hoje a celebrar, de uma forma cerimoniosa e formal, aquilo que a vida quotidiana vem fazendo desde 1986. Não existe lugar na nossa terra onde não se relembra, sem a necessidade de se assinalar uma efeméride, a vida e obra daquele que foi o primeiro Presidente de Moçambique independente, daquele que foi o fundador da Nação moçambicana.

Enaltecemos hoje e sempre um moçambicano que sonhou e fez acontecer uma pátria livre e independente. Exaltamos a sua capacidade de fazer prevalecer as aspirações dos que queriam uma sociedade onde todos têm o direito ao progresso e ao bem-estar.

A vida de Samora Machel é uma escola, uma inspiração humana e patriótica. Com ele aprendemos o espírito de dedicação a uma causa que sirva, em primeiro lugar, os interesses da maioria. A intransigente defesa dos interesses nacionais foi o lema constante das suas opções. A nação moçambicana deve estar sempre acima das ambições individuais ou de grupos.

Samora Machel ensinou-nos o valor da verdade e da frontalidade. A sua autoridade política nasceu da integridade moral. Nasceu do exemplo, da coerência e da integridade. A sua vida foi um combate constante contra o que nos podia dividir: o tribalismo, o racismo, o extremismo religioso, entre outros. Com a sua prática, com as suas palavras, aprendemos a ser, todos nós, irmãos de uma mesma nação.

A sua governação pautou sempre pela inclusão, pela partilha de oportunidades, pela distribuição de riqueza. Samora Machel era um homem do povo e sempre defendeu os interesses do povo. Por essa razão, ele não é apenas lembrado. Ele está presente no futuro que sonhamos construir.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Samora Machel é um Herói Nacional porque, com coragem e bravura, liderou o processo de libertação do nosso país. Sob a sua liderança vencemos o colonialismo português. Com ele proclamámos a nossa independência e iniciámos a dura caminhada rumo à construção da

nação, da soberania e da independência económica.

A vida e a obra de Samora Machel consagram os valores ético-morais e de cidadania que cada um de nós deve prosseguir. Actos de exaltação da sua figura não se confundem com eventos de mistificação de uma personalidade. Em todos os lugares de Moçambique o seu nome é evocado hoje para lembrar o orgulho de sermos quem somos. Nos transportes públicos, nas ruas e nos campos, nos locais de trabalho, nas escolas e nos estádios, a figura de Samora Machel é invocada pelas pessoas anónimas que, no nome de Samora, encontram o seu próprio nome. Os mais pobres e os mais humildes insistem na evocação de Samora não apenas como uma lembrança, mas como um desejo de inclusão e equidade social. A sua estatura humana continua a fazer prova do que é ser justo e do que é fazer justiça, do que é ser digno e honesto.

Samora Machel não era, contudo, um caso isolado. Alguns dos seus companheiros de luta estão entre nós, moçambicanos que ao lado de Samora dedicaram as suas vidas ao serviço do bem-estar e do progresso do nosso povo. Saudamos hoje todos esses que se preservam como memória viva, todos os que são referências morais e nos ajudam a discernir o que é correcto e o que é realmente ser patriota. Saudamos todos esses que ajudam a entender o que é servir desinteressadamente o povo e o que é defender os interesses nacionais acima dos interesses particulares.

Caros compatriotas,

Um povo sem heróis é um povo sem referências, sem rumo, sem destino e sem história. A invocação de Samora Machel não pode servir apenas de uma comemoração de uma efeméride. O seu exemplo deve ser exaltado para que a esperança de um mundo melhor se mantenha viva dentro de nós. Não é uma memória do passado que aqui celebramos. É uma certeza de que um outro futuro é possível.

Machel lutou pela liberdade e igualdade da mulher e de todos os que vivem sob o peso da opressão. Ele combateu para que não houvesse minorias, nem discriminação de qualquer tipo na nossa sociedade. Machel encabeçou uma marcha irreversível de emancipação que mudou para sempre a nossa sociedade.

A dimensão da figura de Samora Moisés Machel ultrapassa os limites da nossa fronteira e estende-se pelos países da região, do continente e do mundo. Samora Machel sabia muito bem o que significava a solidariedade internacional.

Foi ele que nos encorajou a fazer nossa a causa da liberdade de outros povos que viviam sob a dominação estrangeira ou sob regimes de ditadura. O colonialismo não tem cor, a opressão não tem raça: foi isso que nos ensinou. Não lutámos para substituir uma velha elite por uma outra.

Lutámos pelo fim de uma ordem económica que produz desigualdade e miséria. E essa luta é de todos os povos, sem distância nem fronteiras.

Quando a nossa Pátria foi agredida pelo regime ilegal e minoritário da Rodésia, Samora Machel liderou-nos no combate contra Ian Smith. Vivíamos uma situação económica difícil, dávamos os primeiros passos para nos afastarmos da herança colonial. Em nenhum momento, porém, Samora Machel hesitou em cumprir o dever de solidariedade para com o Povo irmão do Zimbabwe.

O modo como Samora nos conduziu na luta contra o regime do Apartheid foi um exemplo de coragem, coerência e integridade. Não combatíamos apenas um regime. Combatíamos a desumanidade de um racismo convertido em política de Estado. Foi a sua clarividência que nos fez ver que o Apartheid não estava simplesmente condenado pelo Tempo. Era preciso abanar a árvore! Foi isso que ele nos disse, que era preciso sacudir a árvore para que aquele fruto podre caísse, para que na África do Sul houvesse igualdade, democracia e justiça social!

A esse sonho solidário, Samora dedicou a sua vida, sem nunca desistir. Essa foi a sua visão: uma África do Sul em que as crianças brancas, negras, mulatas, indianas e de todas as cores fossem simplesmente crianças, partilhando uma mesma casa, de uma casa chamada futuro.

Ilustre Família Machel;

Queridos familiares dos mártires de Mbuzini!

Quero dirigir uma palavra singela para todos vós! Há trinta anos que esta grande família dos Mártires de Mbuzini tem convivido com a crueldade da dor, da solidão, da ausência dos vossos entes queridos causada pela tragédia da noite fatídica de 19 de Outubro de 1986.

Esta dor se agudiza porque a verdade sobre a morte nunca foi esclarecida. A justiça ainda deve ser feita, um direito que vos assiste como parentes dos Mártires de Mbuzini e que assiste, igualmente, a todo o Povo Moçambicano.

Queremos aqui, em nome do Governo Moçambicano, manifestar a nossa solidariedade e a nossa mais profunda gratidão pela forma serena e tranquila como têm vivido esta irreparável saudade. Essa vossa dor é nossa também. Aceitem, caros irmãos, o sentimento solidário que nos faz partilhar a lembrança dos que foram arrancados do nosso convívio.

Caros compatriotas;

Minhas senhoras, Meus senhores!

O Povo Moçambicano tem demonstrado que é capaz de prosseguir com a obra de Machel. Num

passado recente, fomos capazes de colocar um ponto final a um ciclo de guerra e confrontação violenta. Fomos capazes de abrir um novo capítulo de paz, harmonia e concórdia no nosso País. Os que estavam de um e de outro lado de uma fronteira que parecia feita de eterno rancor e ódio saltaram os muros que os dividiam e abraçaram-se como irmãos.

Com o alcance da paz, enveredámos pelos caminhos da reconciliação nacional e normalização da vida da grande família moçambicana. Moçambique vive um clima de reforço contínuo da democracia real. Esse caminho faz-se caminhando e estamos certos de que os passos já dados e os que ainda nos faltam dar irão consolidar o nosso país como um motivo de orgulho para todos nós, moçambicanos de todos os quadrantes políticos.

Esta paz pela qual tanto lutou Samora está hoje, novamente, ameaçada pelas acções militares da Renamo. A sociedade inteira tem estado a repudiar a violência através de canções, cerimónias religiosas, e todo o tipo de manifestações artísticas e culturais. O Povo moçambicano incentiva-nos e encoraja-nos a restaurarmos a reconciliação que já antes fomos capazes de conquistar e usufruir. A conquista dessa Paz total e definitiva será uma vitória que não terá dono porque nos pertence a todos, de igual modo.

Queremos aproveitar esta ocasião para apelar à Renamo para que, tal como no passado, mostremos que não há barreiras intransponíveis quando colocamos os interesses do Povo e da Nação moçambicana acima de tudo. Essa foi a lição de Samora. Essa é a mensagem que recebemos de todos os moçambicanos.

Certamente que as nossas diferenças na forma de olhar Moçambique irão continuar. Todavia, essas diferenças não se devem sobrepor aos interesses do nosso Povo. Nenhuma causa pode ser justa se, para vencer, sacrifica o povo e rouba a vida de inocentes. Esses são os valores pelos quais Samora lutou e deu a sua própria vida.

O nosso compromisso é prosseguir com a obra que o Presidente Samora nos legou. O melhor modo de respeitar a sua herança é construir uma sociedade mais generosa e mais solidária, uma sociedade em que o respeito pela liberdade e pela diferença sejam valores sagrados e consagrados.

Aquando das cerimónias do Dia da Independência Nacional, procedemos, neste mesmo local, ao lançamento do Movimento de Celebração da Tragédia de Mbuzini, sob o lema "30 Anos de Mbuzini, celebrando a vida e obra de Samora Machel."

Reiterámos aqui o que dissemos naquela ocasião: o Presidente Machel permanece vivo. Samora Machel continua a ser um alicerce do orgulho de sermos quem somos: solidários com os mais carentes, disponíveis para lutar pelos que sofrem, pelos que são excluídos.

Repetimos hoje o compromisso de há trinta anos: não diremos nunca adeus a Samora Machel. Um Povo não pode despedir-se da sua História! Samora permanece à porta do nosso Tempo, instigando-nos a conquistar um futuro em que a felicidade e a riqueza servirão a todos de igual maneira.

Samora é Moçambique. Samora, somos todos nós. Somos todos nós, de Norte a Sul de Moçambique!

Viva o Imortal Samora Moisés Machel!

Muito obrigado a todos.

IURD

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no acto de Inauguração do Monumento em Homenagem aos 75 ex-presos Políticos em Mabalane.
Mabalane, 8 de Setembro de 2016.

Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos,

Senhora Governadora da Província de Gaza,

Venerando Presidente do Tribunal Supremo,

Digníssima Procuradora Geral da República,

Digníssimo Provedor de Justiça,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhores Vice-Ministros,

Senhor Director-Geral do Serviço Nacional Penitenciário,

Senhor Administrador do Distrito de Mabalane,

Respeitados Combatentes, Ex-Presos Políticos e seus familiares,

Distintos Membros do Conselho Coordenador do SERNAP,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Ontem celebrámos o sete de Setembro, dia da Vitória, vitória construída pelos melhores filhos do Povo moçambicano.

Hoje, estamos aqui para homenagear os construtores da vitória de sete de Setembro na frente clandestina.

Acabamos de inaugurar representativa e simbolicamente, o Monumento em homenagem aos 75 ex-Presos Políticos em Mabalane.

Dizemos simbolicamente porque o valor destes moçambicanos já percorre no sangue dos moçambicanos já independentes.

Dizemos representativa inauguração, porque não foi só em Mabalane. A História do Povo moçambicano registou o sacrifício de combatentes na clandestinidade ao longo de todo o território nacional.

Estamos aqui para viver o passado que projectou o presente.

Moçambicanas e moçambicanos!

Desde a nossa chegada a Mabalane, temos estado em contacto com a nossa História de luta, através dos testemunhos dos homens e mulheres que aqui foram encarcerados.

As narrativas de seus familiares e outros conhecedores do que foi escrito, pintado e organizado para esta cerimónia, colocam-nos em viagem de uma marcha dura que os nossos compatriotas levaram.

Pela sua natureza a Frente da Luta Clandestina foi anterior à Frente da Luta Armada por ser veículo de concertação e de preparação.

Esta luta, ainda por catalogar e divulgar, foi realizada através das reuniões das redes clandestinas.

Alguns dos promotores dessas reuniões e acções, bem como os locais que a PIDE usou para deter, torturar e assassinar os nacionalistas moçambicanos, não são ainda conhecidos. Este vazio deve ser desvendado e divulgado.

A Frente da Luta Clandestina evoluiu de simples desabafos, entre jovens e conhecidos de extrema confiança entre si, para formas mais estruturadas de luta.

As ideias de revolta contra a dominação estrangeira eram desenvolvidas em associações culturais e gimno-desportivas.

As associações agrícolas, cívicas e de ajuda mútua, também serviram de bases seguras de discussão e avaliação de diferentes lutas e sistemas em África.

A canção, dança, poesia, teatro, pintura, escultura e a criatividade na interpretação das Escrituras Sagradas foram outras formas usadas pela juventude, inspirada contra o colonialismo português.

Esta Frente juntou nacionalistas firmes e destemidos, homens e mulheres audazes, combatentes que não vacilavam na sua luta, nossa luta, mesmo perante ameaças, torturas e bárbaros assassinatos dos seus camaradas, realizados à sua vista.

Nesta cadeia de Mabalane, como em todas as outras espalhadas pelo nosso país, homens e mulheres de todas as faixas etárias, origem social, étnica e racial e de diferentes vivências escreveram memoráveis páginas da resistência do nosso povo contra a ocupação e opressão estrangeiras.

Foi em locais como Mabalane onde a PIDE sofisticou a sua máquina de intimidação para quebrar o sonho de liberdade que os nacionalistas transportavam.

Foi em locais como Mabalane onde também se derramou suor, lágrimas e sangue, permitindo assim a expansão do movimento libertador em todo o Moçambique.

Compatriotas,

Não existe nenhuma forma de luta que não requeira coragem, resistência e sacrifício.

A nossa luta exigiu longas e dolorosas marchas, dias sem comida, sem água, sem abrigo nem cobertor e debaixo de bombardeamentos e emboscadas inimigas, impermeabilizando-se contra as infiltrações da PIDE.

Por isso, aqueles que se juntaram à luta de libertação, nas suas diferentes frentes, sem convicções ou na ilusão de ganhar vantagens no futuro, fraquejaram e desertaram, entregando-se ao inimigo.

A Frente da Luta Diplomática, a outra de importância indispensável, implicava capacidade de dar a conhecer a nossa causa, levando-a até junto de quem era contra ou a desconhecia.

Implicava a capacidade de arriscar, atravessar fronteiras com identificação diferente da original e capacidade de aumentar sempre o leque e o número de amigos do nosso Povo.

A Frente da Luta Clandestina, por seu turno, exigia uma sagacidade sempre renovada, na busca de formas de iludir a vigilância da PIDE para fazer passar a mensagem de liberdade e independência por um crescente número de compatriotas e células, na recepção de material político e encaminhamento de novos recrutas para a Frente da Luta Armada.

A Frente da Luta Clandestina continuou imparável na mobilização e encaminhamento de mais homens e mulheres para se juntarem aos seus irmãos, na Tanzânia e nas frentes de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Zambézia, Manica e Sofala.

Paralelamente a isso, esta Frente, alargava os seus tentáculos dentro da própria máquina administrativa e militar colonial.

Os integrantes desta frente sabiam que, uma vez nas mãos da criminosa PIDE, os seus agentes transformavam suspeitas em acusações. Sabiam que não teriam acesso a um advogado, sabiam que não havia prazos para a sua detenção e que o seu julgamento teria sempre o mesmo desfecho, a morte.

Os convictos que iam sendo libertos, voltavam a integrar a Frente da Luta Clandestina, mantendo viva e activa a chama do 25 de Setembro, a chama da liberdade e independência.

Continuavam a recolher e fornecer informações, o que favorecia a extensão da Luta Armada

para mais regiões do país.

Moçambicanas e Moçambicanos,

Compatriotas,

População de Mabalane,

Dirigimo-nos aos sobreviventes e familiares daqueles que inauguraram este centro prisional em 1965, depois de raptados na Suazilândia e recambiados para Moçambique, através da África do Sul para serem assassinados, como lição pela sua ousadia de vingar-se da prisão dos seus compatriotas.

É importante assinalar a intervenção sábia e nacionalista do Dr. Eduardo Mondlane, apoiada pelo Grito Pan Africanista de Mwalimo Nyerere, no seu valor humanista, que evitou que o destino destes 75 compatriotas fosse inevitavelmente a morte.

As torturas que a PIDE inflingia e que Albino Magaia descreve, em parte, no seu livro, "Yo Mabalane", eram preliminares porque muitas vezes terminavam atirando-os para uma grande cova.

À todos vós, presentes, ausentes e perecidos, aos familiares que testemunham este acto de Estado, com orgulho patriótico, afirmamos: "valeu a pena o sacrifício"! Hoje ganhamos a Pátria, hoje dirigimos os nossos próprios destinos.

Estamos aqui, para representar uma geração que recebe o vosso legado, o legado da Geração 25 de Setembro, onde deram o vosso contributo indispensável. Um legado repleto de muitas realizações que nos vão inspirar para superar os exaltantes desafios do presente que o nosso país atravessa.

De vós aprendemos o patriotismo e o sentido de nação e de nunca alienar a Unidade Nacional. Vamos defender os valores de paz, de reconciliação e patriotismo, vamos lutar para o bem-estar do nosso Povo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Respeitados Ex-Presos Políticos e Combatentes na Clandestinidade!

A Frente da Luta Clandestina e a Frente da Luta Armada complementaram-se e alimentaram a Frente da Luta Diplomática de conteúdos e narrativas que só moçambicanos engajados na causa da pátria poderiam produzir.

Nem as balas do inimigo, nem as mortes em combate, nem o risco de ser preso pela PIDE ou por polícias de fronteira, nem as torturas até à morte conseguiram quebrar esse espírito de luta do nosso Povo.

Por isso, Caros Compatriotas, viemos a Mabalane dizer aos integrantes destas frentes, muito obrigado em nome do Povo Moçambicano.

Os corações dos moçambicanos inclinam-se de maneira comovida em vossa homenagem e em memória das vítimas de torturas e assassinatos em todas as prisões instituídas para replicar o adiamento da libertação de Moçambique e dos moçambicanos.

Ao mesmo tempo, endereçamos uma mensagem de profundas condolências aos familiares de todos os vossos camaradas, já perecidos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Na certeza de que este Monumento seja uma referência de excelência a nível Nacional e Internacional, um local de atracção turística e de reencontro com a História, temos a honra de declarar inaugurado o Monumento em Homenagem aos 75 ex-presos políticos em Mabalane.

Pela vossa atenção, muito obrigado.

HOMENAGEM AOS ARQUITECTOS DA VITÓRIA DO POVO MOÇAMBICANO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique por ocasião do 7 de Setembro, Dia da Vitória. Maputo, 7 de Setembro de 2016.

Senhor Ministro dos Combatentes;

Senhor Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Senhora Governadora da Província de Cabo Delgado;

Senhores Membros do Conselho de Ministros e Vice-Ministros;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhores Oficiais Generais no activo e na Reserva;

Camarada Secretário-Geral da FRELIMO;

Senhores Membros do Governo Provincial de Cabo Delgado;

Senhor Administrador do Distrito de Pemba;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba;

Estimados Veteranos da Luta de Libertação Nacional;

Caros Combatentes;

Ilustres convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Foi no princípio da tarde do dia 7 de Setembro de 1974, numa sala da State House em Lusaka, onde o representante legítimo do Povo Moçambicano anunciou a todo o mundo a Vitória sobre o colonialism português.

Samora Machel acabava de assinar o Acordo da Independência e o Acordo de Cessar-Fogo, que os dois juntos constituem os Acordos de Lusaka. Os Acordos mais firmes jamais vistos de que este País se orgulha em fazerem parte da sua História, Acordos que nunca foram violados.

Há 42 anos encerrava-se o capítulo da luta multissecular do Povo Moçambicano ao fim de 500 anos de dominação colonial e 10 anos de luta armada.

Assim se confirmava a missão definida pelo Arquitecto da Unidade Nacional, o Doutor Eduardo Chivambo Mondlane que passo a citar: "O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e complete do colonialismo português". Fim da citação.

No dia 7 de Setembro de 1974 renascia a esperança do Povo Moçambicano de ascender ao poder e dirigir os seus próprios destinos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Os Combatentes desta Pátria de heróis hoje estão em festa, em festa e com eles, está o Povo Moçambicano em todo o território Nacional e na diáspora.

Com a vossa entrega, o Povo Moçambicano triunfou sobre a exploração do homem pelo homem. A vossa juventude foi sacrificada para vencer sobre a palmatória, sobre o chibalo, sobre a deportação. Com o vosso sacrifício, o racismo, o tribalismo, o regionalismo e o divisionismo ficaram enterrados no nosso solo pátrio.

Com a Vitória do dia 7 de Setembro de 1974 o Povo Moçambicano conquistou uma Pátria, ganhou uma Bandeira e ganhou um Hino Nacional.

Com a Vitoria que hoje celebramos, o Povo Moçambicano conquistou a Liberdade e uma Nação. O Segredo da Vitória dos Moçambicanos foi e continua a ser a nossa Unidade Nacional.

Com a Unidade Nacional, ganhamos um Estado uno e indivisível, um Estado rico em tradições e enriquecido de diferenças que consolidam a nossa Nação.

A nossa luta foi feita por gente do Norte, do Centro e do Sul. A luta foi travada por jovens, velhos e mulheres. As nossas batalhas não tinham cor nem raça.

A luta foi vivida em Nangade, em Wiriamu, na Cadeia da Machava ou Mabalane. A luta foi feita por quem sabia ler e por quem não falava português. A Vitória foi trazida por Moçambicanos: por vós que hoje são o nosso orgulho, o orgulho dum povo.

A geração de 25 de Setembro que se mistura sem discriminação, é uma geração de virtudes.

É neste sentido que o nosso Governo saúda e encoraja a abordagem de inclusão e o convívio geracional de Combatentes do nosso País que hoje mais uma vez nos ensinam.

Vocês são uma geração depositária de experiências capazes de contribuir para a defesa da nossa Independência, da nossa Soberania, para a defesa de diferentes etapas da nossa história como um Povo.

Cabe-nos a todos em particular as gerações aqui perfiladas, continuar a preservar a inestimável herança da Liberdade e da Independência.

Continuar a preservar o valor das batalhas travadas pela defesa da nossa integridade territorial

é missão da actualidade.

Ilustres Convidados;

Caros Combatentes!

Este Festival e intercâmbio de diferentes extractos de Combatentes aqui presentes, este reencontro de guerrilheiros de ontem, de comandantes com os seus elementos é o reconhecimento do passado que construiu o presente.

Estamos aqui para reafirmar e enaltecer a importância da Independência de Moçambique resultante de sacrifícios consentidos pelos melhores filhos desta Pátria.

Temos filhos de Moçambique que perderam suas vidas durante as batalhas da epopeia libertadora. Temos combatentes que contraíram deficiências físicas, alguns aqui presentes, temos heróis vivos aqui representados, que ontem incondicionalmente bateram-se pela Pátria.

Como referimos em ocasião anterior, o nosso Governo reconhece o sacrifício, a entrega, a abnegação e o espírito de reconciliação patriótica dos Combatentes e que não têm preço.

Honramos e glorificamos todos os que contribuíram para libertar esta terra do jugo colonial, por isso estamos aqui para fazer vénia ao Combatente.

A Vitória do dia 7 de Setembro será sempre a melhor conquista de todos os tempos.

Exortamos para que continuem a ser o exemplo de perdão, de tolerância, de respeito mútuo, de patriotismo e de solidariedade para toda nossa sociedade.

Caros Combatentes!

Em 2015 terminamos o registo dos Combatentes. A implementação do Estatuto do Combatente, por parte das instituições continua a ser nossa maior preocupação. O processo de tramitação e fixação de pensões de participação devem ser céleres.

A inserção social, a massificação do financiamento de projectos de geração de renda e outros dos desafios devem continuar a merecer atenção.

Reafirmamos o empenho e compromisso deste Ciclo de Governação em concretizar este direito estatutário com a maior atenção possível.

Estamos em profunda gratidão e orgulhosos por vós caros combatentes!

Caros Combatentes;

Ilustres presentes!

Temos vindo a reconhecer que a nossa economia esta a ultrapassar momentos bastante conturbados, gerados por factores de natureza interna e externa, que afectam negativamente a vida dos moçambicanos.

A economia global e mundial está sendo caracterizada pela redução do comércio internacional e dos investimentos. Caiu o preço do petróleo e de outras matérias-primas. Caiu o perco do nosso algodão, do carvão e do nosso camarão.

O serviço da divida atingiu contornos e níveis que exigem do Governo uma gestão criteriosa e extraordinária.

Os ataques da Renamo mais uma vez desestabilizam a Governação e continuam a impedir o desenvolvimento do nosso Pais. A Renamo continua o Partido armado, está a matar as populações, as lideranças comunitárias e estruturas locais. A Renamo já começou a matar os combatentes. Ainda hoje, esta manhã, a Renamo atacou o Posto Administrativo de Muaquia, em Mocuba, na Província da Zambézia.

São nítidos os actos de alguns Moçambicanos que pretendem destruir o

que foi ganho com sacrifício e construído pedra-a-pedra ao longo dos 41 anos da nossa independência.

Queremos mais uma vez exortar aos Combatentes libertadores e defensores da Pátria, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, a continuarem como referência de convivência pacífica entre os Moçambicanos. Continuemos a desencorajar actos de violência no nosso país.

Nada valerá o sacrifício por vós consentido quando se coloca em causa o vosso sonho de um Moçambique desenvolvido.

Tal como ontem foram o farol do processo de libertação do País e na defesa da nossa soberania, hoje mais do que nunca, a vossa voz e vontade devem continuar a alimentar a esperança dos Moçambicanos.

Continuem sem tréguas a defender o que vos custou a juventude e o suor, esta grande obra que se chama Moçambique, uma Pátria que ganharam com gosto.

Ao mesmo tempo que apelamos maior vigilância e a mobilização geral ao povo Moçambicano para uma convivência pacífica em Moçambique, queremos através de vós exortar a todo o povo, para se concentrar no aumento da produção e produtividade. Trabalhando criaremos as nossas próprias rendas e estaremos a contribuir para a competitividade da nossa economia no

mercado global.

Caros Combatentes!

Celebra-se no presente ano a passagem de 30 anos da morte do Comandante da Luta Armada de Libertação Nacional, o Primeiro Presidente de Moçambique independente, o saudoso Presidente Samora Moisés Machel. Somos todos chamados para imortalizar a vida e a obra do Fundador da Nação livre e independente.

Termino saudando a todos presentes neste momento excepcional da nossa História como Nação, o Dia da Celebração da Vitória!

Saúdo o carinho que Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da Republica de Moçambique, os nossos heróis Nacionais, Marcelino dos Santos e Feliciano Gundana, aos ilustres Generais que decidiram partilhar este dia de reflexão com os seus companheiros de ontem, de hoje e de sempre.

Viva o 7 de Setembro, Dia do Combatente!

Viva o Festival de Combatentes em Pemba!

Obrigado Combatentes!

Obrigado Povo Moçambicano!

Obrigado pela vossa atenção!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, por ocasião da Abertura do IX Festival Nacional da Cultura. Beira, 24 de Agosto de 2016.

Senhor Ministro da Cultura e Turismo;

Senhor Presidente do Município da Beira;

Caros artistas;

Distintos convidados;

Compatriotas!

1. A Pátria Moçambicana está em festa.

2. Nós viemos fazer a festa!

3. Viemos celebrar a nossa moçambicanidade.

4. Viemos dizer à humanidade quanta contribuição damos neste mosaico existencial planetário, através do "Sol que nunca desce", que o nosso saudoso presidente Samora Machel disse ser a cultura.

5. Desta vez, viemos reencontrar nesta aprazível e histórica reentrância natural, onde progressivamente se desenvolve a cidade da Beira, junto à remota Mazanzane, que o tempo se encarregou de designá-la por Baía de Sofala.

6. Viemos de todos os cantos e recantos no nosso país, trazendo a emoção, a grandeza desta Nação Heróica aqui representada.

7. Viemos ávidos de nos reencontrar colectivamente com a nossa história, que vem sendo elevada aos patamares mais altos, através das artes e pelarecriação das nossas milenárias tradições culturais culturais.

8. Os artistas somos todos nós.

9. Nós que fazemos e usufruímos dessa arte feita pelas nossas mãos, riqueza material e imaterial da nossa cultura representada pela imortalidade do nosso povo.

10. Viemos fazer a festa!

11. Atravessámos vales, rios, montes e montanhas.

12. Atravessámos aldeias, povoações, vilas e cidades e aqui estamos.

13. Aqui abraçamos todas as nossas 10 províncias e a nossa cidade capital, a cidade de Maputo.

14. Estamos aqui para cantar, dançar, pintar, esculpir, escrever e tocar o momento da nossa cultura, a cultura das artes como um todo.

Estimados Artistas!

15. Estamos a Celebrar a nossa diferença espelhada nesta grande orquestra que se chama Moçambique, onde todos tocamos e nosso único maestro é o povo.

16. A cidade da Beira é hoje um dos mais importantes centros multiculturais do nosso país e do mundo.

17. É o ponto de convergência dos moçambicanos.

18. Um ponto feito inevitável, através das profícuas plataformas de Comunicação Social, que testemunham a nossa riqueza e diversidade cultural, a nossa alegria de viver em paz e concórdia, solidários e devotados ao trabalho produtivo, factor do nosso desenvolvimento.

19. Estamos a testemunhar o acto inaugural da fase final do nosso maior Festival Nacional da Cultura, que tomou as formas e níveis de Localidades, Postos Administrativos, Distritos e Províncias.

20. Com este formato e com o suporte da acção dos briosos profissionais da Comunicação Social ninguém, em Moçambique e no mundo, ficou indiferente à singularidade e à dimensão transcendental da nossa cultura, expressão sublime da nossa moçambicanidade.

21. A nossa cultura é o nosso orgulho.

22. São estas facetas que fazem de nós, um povo muito admirado, pela criativa convivência entre diferentes culturas e formas de pensamento.

23. São estas tradições que geram, com sucesso, uma secular coabitação Plural, fazendo crescer paulatinamente uma democracia pluralista que todos têm a obrigação de venerar.

24. Eis a razão por que não devíamos vergar ante a tentação de aqui não estar para abrir este encontro ímpar.

25. Este festival nos bate no coração com a mesma dimensão que o faz motivo da nossa existência.

Prezados delegados!

26. Aceitamos a tarefa de estar a frente deste povo na sua plenitude, a começar pelas suas diferenças, quer dizer, na sua existência multicultural.

27. Ao aceitarmos estar presentes e presidir a cerimónia de abertura do IX Festival cultural/2016, no coração de Moçambique, quisemo-nos juntar a essa juventude alegre e orgulhosa de pertencer a uma Nação, a esta Pátria.

28. Quisemo-nos deliciar, mais uma vez, do quanto é apetitoso um país

unido e de braços dados, mesmo a partir de Sofala.

29. E, afinal, não estávamos enganados.

30. Afinal, encontramos aqui a arte feita povo, esse povo que não tem dúvidas da sua moçambicanidade, a saborear suculentamente o fruto da liberdade e da independência na sua expressão mais material.

31.Vínhamos prevenidos que íamos ao encontro das lindas cores da nossa bandeira em corpos trajados de vários estilos, mas sobretudo em corpos de uma história e juventude vigorosas, que sonham apenas e só apenas, um Moçambique, do Rovuma ao Maputo.

32. Um país não dividido, mas um país a clamar sempre em uníssono por mais Unicidade, Sossego e Paz.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

33. O 9º Festival Nacional da Cultura tem lugar numa altura em que a Nação Moçambicana, os moçambicanos, vivem momentos conturbados pela acção desestabilizadora movida pela Renamo que interfere negativamente no normal desenvolvimento do nosso país.

34. Como o fizeram no passado recente, os artistas mostram o quanto as artes constituem arma poderosa de denúncia e repulsa das atrocidades e dos actos contrários ao projecto colectivo de promoção do bem-estar e fortalecimento da nossa Pátria.

35. Na nossa acção governativa, destacamos a centralidade da cultura como factor de identidade e vector do nosso desenvolvimento integrado e sustentável.

36.Paralelamente ao papel destes eventos que servem de impulso à preservação e divulgação das nossas ricas tradições culturais e de momento de partilha de saberes milenares, este eventos têm, igualmente, o condão de incutir e cimentar a Unidade Nacional.

37. As nossas tradições devem trazer ao de cima, as diferentes práticas e expressões culturais,

possuindo todas, muitos elementos de semelhança.

38. A esta dimensão identitária, de unidade nacional e veiculadora de sistema de valores, conferimos um alcance económico, quer seja pela indústria que a cultura e a criação artística engendram.

39. Conferimos também capacidade das realizações artísticas e culturais no quadro da mobilidade humana, na perspectiva do turismo nacional e internacional, gerador de renda e receitas para as comunidades e para o erário público.

40. Ao Ministério da Cultura e Turismo e à todos os artistas aqui presentes, exortamos para a valorização desta realização nacional colectiva.

41. Este festival deve constituir uma oportunidade de troca de saberes e de inspiração para o desenvolvimento de novas competências.

42. Deve ser um momento de formação e de consolidação de novos talentos.

43. Um factor de desenvolvimento e consolidação da nossa Pátria Moçambicana.

44. Uma fonte de aprendizagens, de pesquisa científica e de reinterpretação da história das artes, da cultura e do desenvolvimento do nosso país.

45. Este festival deve se transformar num instrumento de incremento da nossa contribuição à civilização da humanidade.

Estimados Artistas!

46. Estão de parabéns, todos vocês.

47. Estão de parabéns por nos lembrarem que tudo o que pretende contradizer a nossa unidade, a nossa cultura e a nossa vontade de viver

como um só povo, uma só Nação, não passa de água debaixo da ponte, que passa e raramente volta.

48. O país está-vos grato.

49. O meu governo tem muito orgulho por vós e promete caminhar ao rítmo da vossa determinação indisfarçável aqui patente.

50. Ao Governo provincial de Sofala, que aceitou e assumiu o desafio de alojar o país inteiro numa casa, vai assim a nossa admiração e reconhecimento.

51. Não perderam a oportunidade para dar uma aula sobre a vossa convivência democrática e vender caro a marca da população criativa de Sofala.

52. O nosso agradecimento estende-se aos Municípios da Beira e de Dondo.

53. Esta experiência nos convida a persistir nos nossos esforços de Unidade Nacional e no aprimoramento da convivência democrática.

54. Aqueles que são contrários à nossa União, fazem-no porque estão cientes de que foi através da Unidade Nacional que vencemos os maiores desafios da nossa história.

55. Por isso, convidamos os artistas e todos os intervenientes da cultura, para que potenciem o seu saber e experiência, para a mobilização e consciencialização de todos os nossos compatriotas.

56. Façamos da nossa diversidade cultural, uma força e riqueza que contribuem para a mobilização dos nossos compatriotas para o amor, trabalho,amor ao próximo e a solidariedade.

57. Saudamos, enfim, a todos os moçambicanos que, apesar de saberem das dificuldades de vária ordem, entre as quais, a incerteza sobre a sua segurança e logística necessárias para a realização deste Festival, não se importaram.

58. Revelando assim que a terra de que nos orgulhamos de pertencer é esta mesmo, sendo tarefa colectiva a criação de um futuro promissor.

59. Por todo este sucesso colectivo do qual nos regozijamos, que resultou no brilharete alcançado nas fases que precederam à este nosso reencontro no Chiveve, prestamos a nossa profunda gratidão.

60. Aos líderes comunitários, aqui bem representados, igualmente, prestamos a nossa gratidão pela sua acção enérgica na preservação das nossas culturas, através de convívios e rituais culturais.

61. Saudamos ainda os líderes comunitários pela valorização das florestas e dos locais sagrados e históricos, entre outras iniciativas que, para além de contribuírem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, incrementam o turismo cultural, uma das nossas maiores apostas neste segmento de actividade.

Caros participantes;

Estimados convidados!

62. É igualmente digna de saudação a direcção do Ministério da Cultura e Turismo e todos os promotores, dirigentes, gestores, técnicos e instrutores, pelo seu envolvimento directo e insubstituível.

63. Ministério da Cultura e Turismo permitiu-nos desfrutar de uma memorável celebração da nossa moçambicanidade, à dimensão da nossa Pátria, do povo devotado ao trabalho, tendo como primor, a moçambicanidade.

64. Bem haja todo o Povo Moçambicano!

65. É esta obra singular, que consubstancia a entrega e o brio de todos os intervenientes, a todos os níveis, neste IX Festival Nacional da Cultura.

66. É o primeiro do nosso ciclo de governação, que nos orgulha e faz com que uma emoção profunda se aposse de nós neste momento, perante esta vitrina do povo moçambicano que estamos a servir.

67. É esse papel que temos reconhecido nas vossas realizações quotidianas, através de actos concretos que têm contribuído para a consciencialização da sociedade de valores da cidadania.

68. São estes artistas que, criando e recriando os seus próprios instrumentos de arte e indumentária, trazem as sonoridades melódicas, os passos e coreografias.

69. Trazem sugestões de uma rica culinária, enfim, a escultura inédita,

proporciona o conto mítico, produtos únicos no nosso planeta e no nosso tempo.

70. É nesta perspectiva que assinalamos igualmente e, com muito agrado, a presença neste recinto e nesta fase do nosso Festival Nacional, a presença de delegações estrangeiras, convidados e visitantes de várias partes do mundo.

71. A eles, dirigimos a nossa saudação fraterna e votos de que, enquanto aqui estiverem se sintam como se estivessem na sua Pátria e consumam os produtos da cultura do vosso povo irmão, o Povo Moçambicano.

Moçambicanas e Moçambicanos;

Caros convidados!

72. As práticas artísticas e culturais são a prova evidente de que um povo nunca morre.

73. A história inscrita em livros ou contada de geração em geração, como neste acto, faz com que a chama da nossa cultura se mantenha viva em cada um dos Moçambicanos.

Com estas palavras, temos a honra de declarar solenemente aberta, a fase final do IX Festival Nacional da Cultura.

- **Povo Moçambicano Unido do Rovuma ao Maputo hoyéee!**
- **Unidade Nacional hoyéee!**
- **Cultura Moçambicana hoyéee!**
- **Artistas Moçambicanos hoyéee!**

Muito obrigado pela vossa atenção.

DIÁSPORA MOÇAMBICANA

CONTRIBUINDO PARA A PROJECÇÃO E ENGRANDECIMENTO DO PAÍS ALÉM-FRONTEIRAS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República na Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos pelos Representantes da Comunidade Moçambicana residente no Exterior, por ocasião do fim de ano. Maputo, 21 de Dezembro de 2016.

Senhores Membros do Conselho de Ministros e Vice-Ministros;

Senhores Deputados da Assembleia da República pelos Círculos Eleitorais de África, da Europa e do resto do Mundo;

Senhores Representantes da Comunidade Moçambicana no Exterior;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Senhores Membros do Colectivo e do Conselho Técnico do Instituto Nacional das Comunidades Moçambicanas no Exterior;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Desejamos as mais calorosas boas-vindas a todos vós, que hoje se juntam a nós, nesta tradicional cerimónia de apresentação de cumprimentos por ocasião do fim do ano.

É com muita honra que vos recebo nesta Casa de todos os moçambicanos, para ouvir um pouco mais da vossa experiência, nos países que vos acolhem.

Queremos que saibam o quão orgulhosos nos sentimos pelo fato de, através de vós, sermos bem representados, na diáspora, onde vós sois nossos embaixadores informais além-fronteiras.

Caros Compatriotas,

A vossa presença, aqui, mostra a vontade de connosco partilharem, ainda que por um curto espaço de tempo, o calor e a hospitalidade da nossa Pátria Amada, mas acima de tudo mostra o amor que vós tendes pela terra que vos viu nascer.

Agradecemos por terem vindo partilhar connosco as vossas reflexões, anseios e desafios como compatriotas residentes na diáspora.

Manifestamos também a nossa imensa satisfação por sabermos da vossa sempre presente preocupação com o bem-estar e progresso do nosso país e saudamos a forma entusiástica e patriótica como têm aderido a estes momentos, ano após ano.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No dia 19 de Dezembro, dirigimo-nos, a todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico e na diáspora.

Nesta informação que trazemos para os moçambicanos, referimos que o país atravessa um dos momentos mais desafiantes da sua história, caracterizado pela conjugação de factores negativos, resultantes da seca prolongada, inundações, crise económica e da tensão militar que desvia parte considerável das nossas atenções, energias e recursos. Trata-se de recursos escassos, que deveriam ser usados para financiar actividades que visam alavancar o desenvolvimento social e económico do país, para o bem de todos os moçambicanos.

Por esta razão, sublinhámos a necessidade e importância da paz para o crescimento e desenvolvimento económico.

Com base neste pressuposto, não negligenciamos a busca incessante de soluções sustentáveis e duradouras para o alcance de uma paz efectiva.

O nosso compromisso para com o Povo Moçambicano continua a ser a nossa maior prioridade e encontra-se plasmado no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Cada desvio da nossa atenção e dos recursos pode constituir um grave retrocesso no cumprimento deste programa que responde aos anseios de todos os moçambicanos.

É no quadro do Programa Quinquenal do Governo que elegemos quarto áreas de enfoque na nossa acção governativa, designadamente: **agricultura, turismo, infraestruturas e energia**.

É assim que, em Outubro do presente ano, quando lançamos a campanha agrícola, emitimos orientações no sentido de todos os moçambicanos assumirem a agricultura e a produção de alimentos como uma Missão – a Missão Agricultura 2016/2017.

Na interacção que mantivemos com os avicultores e intervenientes na agricultura e piscicultura, testemunhámos o compromisso inequívoco e o entusiasmo dos moçambicanos em empenharem-se na produção.

Assumimos, por isso, o desafio de transformar a conjuntura difícil numa oportunidade, incentivando a produção agrícola, piscícola, avícola e o agro-processamento para promover a auto-suficiência alimentar, evitando importações.

Estamos a promover o turismo para tirar maior proveito dos abundantes recursos da flora e fauna existentes, combinando as lindíssimas praias com os parques e reservas de conservação. A mesma mensagem de determinação e encorajamento ouvimos na nossa troca de impressões

com os operadores do sector de turismo.

Nos sectores de infra-estruturas e de energia temos, igualmente, vindo a desenvolver esforços, cujos resultados começam a despontar.

Esses resultados são demostrados pelas várias inaugurações que fizemos no presente ano.

Compatriotas!

Convido-vos a embarcarmos nesta empreitada de combate à pobreza e à dependência que teimosamente continuam a assolar o nosso país, através da produção local de bens essenciais de que precisamos.

Este combate é possível com a vossa aposta no investimento em Moçambique ou na busca de outros investimentos para as diferentes áreas prioritárias, também é possível lograr este objectivo, potenciando o estabelecimento de parcerias favoráveis.

Há uma necessidade premente de lançar uma imagem positiva sobre o nosso país, expondo as oportunidades que este oferece.

Aconselhamos para que continuem a depositar as vossas poupanças em moeda externa, em bancos moçambicanos, o que conferirá maior robustez à nossa economia.

Como moçambicanos, vocês têm estado a desempenhar um papel importante na materialização do objectivo comum a todos nós: o bem-estar de Moçambique e dos moçambicanos!

Individualmente ou em associações, temos acompanhado a contribuição que a partir dos vossos países de acolhimento canalizam para Moçambique.

No encontro realizado no ano transacto, ficou o desafio de a comunidade moçambicana na diáspora consolidar o associativismo para melhor contribuir para o desenvolvimento do país.

Cientes da capacidade dos moçambicanos de encontrarem solução para os seus problemas por si mesmos, materializámos, este ano, duas grandes realizações que vão suscitar o espírito participativo da diáspora no processo de governação do país. Refiro-me:

- Ao Fórum da Diáspora; e
- À constituição e entrada em vigor do Conselho Consultivo das Comunidades Moçambicanas que é um órgão de consulta para o qual foram eleitos como dignos representantes. Trata-se de plataformas de debate de ideias sobre o desenvolvimento do país criadas pelas comunidades moçambicanas na diáspora.

A criação destas plataformas é importante porque os anseios e pensamentos dos moçambicanos na diáspora, de que sois parte, constituem o principal meio de suporte de que precisamos para ultrapassar as dificuldades que o nosso país atravessa, neste momento.

Este é um processo que vai exigir de cada um de vós coragem e coesão para fazer valer os ideais que nos fizeram lutar por um Moçambique independente.

Nós, como Governo continuaremos a desempenhar o nosso papel para assegurar o vosso bem-estar nos diferentes países de acolhimento. A título de exemplo, os moçambicanos, na diáspora, beneficiaram de apoio na emissão de documentos de identificação, ao mesmo tempo, estes concidadãos receberam a devida assistência consular e jurídica, quando em conflito com a lei.

A adicionar a este feito, trabalhámos afincadamente para a legalização dos nossos concidadãos nos países de acolhimento com realce para Quénia, África do Sul e Tanzania.

Estimados Compatriotas,

Gostaria de convidá-los a aproveitarem este longo verão para promoverem o turismo, descobrindo e revivendo o encanto das maravilhas que fazem de Moçambique um destino de referência no turismo internacional. Partilhem essas ricas experiências com cidadãos de outros quadrantes do mundo como um convite sempre aberto para esta Pérola do Índico.

Prossigamos, com trabalho abnegado, juntos na luta contra a pobreza, em prol do desenvolvimento e progresso do nosso belo Moçambique.

A terminar, gostaria de aproveitar o ensejo para formular votos de Festas Felizes e um Ano de 2017 de muita Prosperidade.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na recepção oferecida por ocasião do fim do ano.
Maputo, 21 de Dezembro de 2016.

Senhor Primeiro-Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhor Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhores Vice-Ministros;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Representantes de Partidos Políticos;

Senhores Representantes das Confissões Religiosas;

Senhores Representantes de organizações da Sociedade Civil;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O Estado que representamos e chefiamos sugere-nos a necessidade de uma vez ao ano, independentemente da situação vigente no país, tenhamos que organizar este encontro para, acima de tudo, reflectirmos em conjunto sobre o que o ano que finda nos trouxe e o que as nossas ideias indicam para o futuro que começa dentro de dias.

O Estado, este conjunto de instituições que controlam e administram o nosso país, que tem a prerrogativa de gerir a coisa pública nacional, tem o dever de manifestar a sua gratidão aos que no seu dia-a-dia contribuem para o engrandecimento do nosso país.

Este nosso modo de ser e estar contribui para que, mesmo com adversidades, resultantes

de vicissitudes de diferentes proveniências, possamos estar de pé, frente a tudo o que, como patriotas, podemos fazer com vista à transformar as nossas dificuldades em oportunidades que desafiem o amanhã.

Por isso, a ideia que está por de trás desta iniciativa extravasa os limites da nossa educação individual e caseira que, porventura, nos indicaria que não seria necessário realizar este acto, num país onde ainda estamos à procura dos caminhos e da felicidade da maioria do nosso povo.

A realização desta iniciativa, ultrapassa a questão moral que nos desaconselharia a realização desta confraternização, quando todos estamos empenhados, usando todos os meios e inteligência, para que o desenvolvimento da Nação não seja retardado, contrariando, desse modo, os esforços de criação do bem-estar dos moçambicanos.

Não realizaríamos este encontro fraternal, sabendo que há moçambicanos organizados e liderados por aqueles que advogam um patriotismo que se funde com a destruição daquilo que colectivamente foi construído.

Não estaríamos aqui, quando na verdade a afronta ao próprio Estado é o nosso pão de cada dia, incluindo as suas instituições.Não nos faríamos presentes aqui, quando, sem arrepio de qualquer espécie, assistimos à destruição de postos de saúde, escolas, centros de reclusão, destinados à regeneração de cidadãos em conflito com a convivência regrada entre moçambicanos.

Não nos faríamos presentes, num ano em que o luto, de diferentes feitios e tipos se distribuiu pelo nosso território, a começar pelo provocado por seres humanos, mais uma vez organizados e liderados.

Não teria sentido a nossa presença aqui, sabendo do sofrimento que nos é imposto pela criminalidade avulsa e, sobretudo, pela pobreza que de forma impiedosa teima em se localizar dentro das nossas fronteiras.

Fizemo-lo, porque a realização desta cerimónia, no final de cada ano, constitui já uma tradição e muito me apraz nesta ocasião endereçar as boas vindas a todos aqui presentes e através de vós, endereçar uma saudação especial a todo o Povo Moçambicano.

Na verdade, este é um momento para saudarmos e agradecermos o apoio, a entrega e a dedicação abnegada dos nossos compatriotas e parceiros ao longo deste ano prestes a findar, na materialização das prioridades definidas pelo nosso Governo.

Caros Compatriotas!

Há dois dias tivemos a oportunidade de, na Casa do Povo, apresentar a informação sobre a

Situação Geral da Nação, onde destacamos, entre outros a Paz e a Situação Económica do País.

Sobre a Paz, reafirmamos a nossa disponibilidade para encontros directos com o dirigente da RENAMO, Sr. Afonso Dlakhama e reafirmamos, que mantemos a nossa prontidão e vontade inabalável de garantir a PAZ efectiva e duradoura para o nosso país.

Sobre a situação Económica, dissemos que 2016 ficará marcado como ano em que não só enfrentámos e superámos muitas dificuldades, mas também como o ano em que a capacidade de resiliência da nossa economia foi novamente posta à prova pelos desastres naturais, em todas as províncias do nosso país.

A acção coordenada do Governo, com o apoio dos parceiros nacionais e internacionais, permitiu salvar a vida de milhares de moçambicanos através do provimento de água potável, alimentos e meios de produção.

Como consequência das adversidades climatéricas, aliadas à queda dos preços dos produtos que exportamos e à limitação de circulação de pessoas e bens, o custo de vida aumentou.

Esta situação exigiu de nós a tomada de medidas difíceis de políticas monetária e fiscal, mas necessárias para alterar a situação prevalecente.

Com efeito, começamos a notar melhorias a nível da taxa de câmbio e prevemos, em 2017, uma redução dos níveis de inflação.

Há que saudar a tendência generalizada, que tem vindo a ser reportada nos últimos dias, de existência de produtos essenciais para a quadra festiva em que nos encontramos, bem como a redução de preços de alguns deles em algumas cidades.

Estaremos, sem alaridos, a viver o fruto da nossa própria consciência de produção nacional, o que só pode acontecer perante a firmeza duma Nação que vive adversidades.

Está a ficar claro que, apesar das severas contrariedades, os moçambicanos e o sector privado nacional e estrangeiro continuaram envolvidos na produção.

As instituições continuam a funcionar e construímos infraestruturas económicas e sociais que servem de alicerce para o cumprimento do programa do Governo. É desta forma que concluímos que o Estado da Nação é Firme.

Moçambicanos e Moçambicanas!

O ano que se avizinha traz esperanças de retomada da economia e estabilidade financeira e social. Isso vai exigir muito trabalho e união de todos.

Aprendemos com a escola da vida do nosso trabalho que momentos difíceis e complexos como o que atravessamos requerem a tomada de decisões corajosas, arrojadas e estruturantes que nem sempre podem ser bem percebidas e compreendidas.

É nessa perspectiva que, por um lado, o Governo Moçambicano elegeu por razões de eficiência económica, algumas áreas de concentração do nosso investimento, para que tenham o papel catalisador e multiplicador no desenvolvimento económico. Referimo-nos nomeadamente à:

(I) Agricultura e agro-processamento;

(II) Hotelaria e turismo;

(III) Desenvolvimento de infra-estruturas, e

(IV) Energia.

Por outro lado, elegemos a campanha agrícola 2016/2017 como o momento de mobilização do Governo, a todos os níveis, dos agentes económicos, das comunidades, dos produtores e da sociedade, no geral, definindo metas de produção e culturas que contribuirão para que o nosso país seja auto-suficiente em produtos básicos para nossa alimentação e geração de excedentes para a exportação.

É assim que prevemos que a partir de 2018, a economia nacional poderá voltar a crescer ao ritmo de 7% e próximo de 9% a partir de 2023, quando todos os projectos de gás estiverem operacionais.

O reflexo destas medidas contribui para a diminuição do peso do Estado no Produto Interno Bruto que, de cerca de 43% em 2014 deverá situar-se nos 34% em 2017.

Do lado da Receita, apostámos na modernização da colecta de imposto e alargamento da base tributária sem aumentar os impostos.Com esta política, pretende-se complementar as medidas de natureza monetária para conter a inflação e, desta forma, contribuir para baixar as taxas de juro, estimulando assim, o investimento nacional e maior disponibilidade do crédito ao sector privado, parceiro estratégico na

execução do programa do Governo.

Caros Compatriotas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O Povo Moçambicano já venceu desafios mais complicados e difíceis, porque agiu sempre com

confiança em si mesmo e com determinação.

Assim devemos continuar!

Vamos trabalhar para manter o país em paz e com estabilidade, continuando a trilhar no caminho do progresso, consolidando a democracia e as instituições do Estado, garantindo a liberdade de criação e expressão, para que a construção do Bem-Estar social seja inclusiva e obra de todos.

Formulamos votos de um ano de 2017 muito próspero, tanto no plano profissional como pessoal, a todos os Moçambicanos, no País e na diáspora e aos estrangeiros no nosso País.

Que 2017 seja o ano da continuação da materialização das nossas esperanças!

A terminar, convidamos a brindar:

- Pela saúde, felicidade e prosperidade de todos Moçambicanos!
- Pela Unidade Nacional, Paz e Bem-Estar Social e Inclusivo de Moçambique!
- Por Festas Felizes, à grande e magnífica Família Moçambicana!

Muito obrigado, pela atenção dispensada!

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da abertura da 16ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa.
Maputo, 4 de Maio de 2016.

Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública;

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhores Membros do Conselho de Minsitros;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Presidente em Exercício do Observatório Internacional da Democracia Participativa e Presidente do Conselho Municipal da Matola;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Senhor Secretário Tecnico da OIDP;

Senhores Coordenadores das antenas regionais da OIDM

Senhores Membros da OIDP;

Senhores Presidentes dos Conselhos e Assembleias Municipais;

Ilustres Conviadados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Em nome do Governo da República de Moçambique e no meu próprio nome, saúdo e formulo votos de boas vindas à Moçambique e à Cidade da Matola, aos Participantes da 16ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa.

Constitui para nós motivo de grande satisfação e orgulho o facto de Moçambique acolher este evento que, pela primeira vez, se realiza no Continente Africano.

Este é um sinal claro da confiança que o Observatório deposita no nosso País e no nosso Continente.

Este gesto revela igualmente que o exercício da jovem Democracia inclusiva em Moçambique tende a ganhar maior expressão.

Caros Participantes,

O lema escolhido para esta reunião, "Boa Governação e Participação Inclusiva do Cidadão", certamente promete e suscita interessantes debates, cujo mote principal será a melhoria da qualidade de vida dos nossos Munícipes.

Aquando da minha investidura, a 15 de Janeiro de 2015 deixei claro o nosso compromisso que passo a citar: "Promoverei uma governação participativa fundada numa cada vez maior confiança e num efectivo espírito de inclusão".

Como pode se ver, a nossa presença neste acto, justifica a nossa mais alta sensibilidade sobre a governação participativa e inclusiva que tem estado no cerne da nossa atenção governativa.

Um dos pilares do nosso Programa Quinquenal de Governação é a Consolidação do Estado de Direito Democrático, Boa Governação e Descentralização.

Ao implementar este modelo de Governação, pretendemos aproximar e envolver cada vez mais concidadãos no processo de tomada de decisões com vista à promoção do desenvolvimento a todos os níveis.

O Observatório Internacional da Democracia Participativa é um espaço aberto a todas as cidades do mundo.

Neste espaço aberto, vários intervenientes participam na produção do conhecimento, partilha e promoção de experiências, a nível local.

O Observatório permite o aprofundamento dos princípios da democracia na governação local e municipal.

Este mecanismo constitui uma plataforma, por excelência, de fortalecimento da cidadania e engajamento dos munícipes na apropriação dos processos de desenvolvimento social e económico das suas cidades ou vilas.

Trata-se de um processo que tem o mérito de conferir maior transparência e flexibilidade na tomada de decisões sobre as prioridades, empoderando assim as comunidades locais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Revisitando a experiência da jovem democracia moçambicana, a participação dos cidadãos na Governação sempre se tornou modelo preferido.

Esta prática de envolvimento dos cidadãos começa na estrutura local do Bairro e do poder tradicional que desempenham um papel activo no processo governativo participativo.

A partir de 1998, a governação participativa ganhou maior visibilidade e tornou-se melhor estruturada com a criação das primeiras autarquias locais.

Desde essa altura, temos vindo a aprofundar a democracia participativa através de um processo

gradual de descentralização, caracterizado pela transferência de competências dos órgãos centrais para os locais.

É no quadro deste processo de descentralização que pretendemos cada vez mais melhorar, que temos logrado reforçar as capacidades de prestação de serviços públicos a nível das comunidades.

Os órgãos locais do Estado e o poder local passaram a ter mais responsabilidades e recursos para a realização de seus próprios programas de desenvolvimento.

Caros Membros do Observatório Internacional da Democracia Participativa,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No nosso País temos encorajado a consolidação da governação participativa, incentivando a construção de valores de confiança e do espírito de reconciliação e inclusão que só se conquistam por via de um diálogo permanente e construtivo.

Privilegiamos consensos e encorajamos a partilha de informações que permitam a tomada de grandes decisões do interesse do nosso povo, de modo que se sinta parte integrante dos processos governativos.

Este exercício não tem sido fácil, nem sempre temos conseguido atingir resultados desejáveis a nível geral.

A construção de uma sociedade de inclusão transcende a mera declaração de intenções e discursos.

Implica trabalharmos mais para tornar tangível a inclusão de que tanto ansiamos.

Estimados Gestores dos municípios,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A democracia participativa é um modelo que deve ser sempre aperfeiçoado, é uma forma de estar que acreditamos que nunca vai ser um produto acabado.

Trata-se de um processo dinâmico aplicável em função do momento e da realidade objectiva de cada Município e país.

Estamos cientes de que nesta 16ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa, terão a ocasião de discutir alguns temas da actualidade que serão apresentados pelos vários painelistas.

O denominador comum para cada um de vocês nos debates deve ser: como aperfeiçoar o modelo de governação e de gestão pública no seu município?

Só desta forma é que os nossos países irão melhorar cada vez mais os mecanismos de envolvimento dos cidadãos no processo de governação local.

Só assim enfrentaremos, com segurança, os desafios relacionados com a melhoria das condições de vida dos nossos povos.

Nós queremos que saiam deste encontro mais fortalecidos e com maior determinação para continuarem a fazer dos nossos países centros de excelência, das práticas de boa governação.

Caros Participantes,

Estimados convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

A terminar, gostaríamos de deixar algumas questões de reflexão aos Gestores dos Municípios aqui presentes:

- O principal propósito da democracia é delegar poderes ao povo. É o que devemos promover?
- A democracia representativa deve produzir líderes que decidem em nome do povo e não em flagrante desrespeito às pessoas.
- A democracia enriquece a autoconfiança entre as pessoas e assegura a percepção de que o destino de cada família, cada comunidade e cada nação está nas suas próprias mãos.

Os nossos munícipes devem se sentir donos do poder.

O ambiente de pobreza não se compadece com a prosperidade da democracia, pelo que o combate à pobreza constitui uma prioridade.

A democracia participativa assegura que as pessoas contribuam para a construção da sua própria dignidade.

Os líderes devem ser servos e agentes de capacitação e não mestres do povo, pois, o Povo é o patrão.

Faço votos de que a vossa estadia nesta bela Cidade Industrial da Matola seja frutuosa e permita-

vos criar mais amizades e parcerias motivadoras do desejo de cá voltarem.

Com estas palavras, temos a honra de Declarar Aberta a 16ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

BOA GOVERNAÇÃO
E PARTICIPAÇÃO
INCLUSIVA DO
CIDADÃO
16ª CONFERÊNCIA
OIDP | MATOLA 2016
OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

CAPÍTULO II

TOMADA DE POSSE

BANCO DE MOÇAMBIQUE

GARANTE DA ESTABILIDADE MACRO-ECONÓMICA E REVITALIZAÇÃO DA ECONOMIA NUM CONTEXTO DE CRISE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasião da Tomada de Posse do Governador do Banco de Moçambique.
Maputo, 1 de Setembro de 2016.

Senhor Primeiro Ministro;

Senhor Ministro da Economia e Finanças;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Governador do Banco de Moçambique;

Senhor Governador do Banco de Moçambique cessante;

Senhores Administradores do Banco de Moçambique;

Senhores Membros do Consultivo do Presidente da República;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Gostaria de começar por saudar a todos os presentes neste acto de tomada de posse do Doutor Rogério Lucas Zandamela para o Cargo de Governador do Banco de Moçambique.

No acto de posse, o novo dirigente da instituição jurou, pela sua honra, servir fielmente o Estado e a Pátria Moçambicana e dedicar todas as suas energias ao serviço do povo moçambicano no exercício das novas funções.

Com a sua indicação, pretende-se criar novo ímpeto e dinamismo no funcionamento do Banco de Moçambique, de modo a responder com eficácia, eficiência e efectividade o objectivo de promover o bem estar do nosso Povo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Desde a sua fundação e 1975, o Banco de Moçambique, apresenta um percurso histórico indissociável da evolução do País e das suas políticas económicas e sociais.

Tendo operado, na sua fase inicial, como Banco Comercial, o Banco de Moçambique desempenhou um papel determinante na implementação da agenda de desenvolvimento nacional.

Passou por transformações sucessivas de reestruturação e integração no período que intermedeia a sua criação até 1992, ano em que passa a exercer as funções de Banco Central da República de Moçambique.

A materialização dos objectivos de implementação da agenda nacional de desenvolvimento,

a necessidade do estabelecimento de relações com instituições financeiras internacionais foram factores determinantes na aceleração do processo de operacionalização do Banco de Moçambique, no seu papel de formulador e gestor da política monetária, de crédito e de supervisor do sistema financeiro nacional.

É através do Banco Central que o Estado regula o funcionamento da economia.

Estabelece os melhores procedimentos para a apropriada orientação da política económica com vista à promoção do crescimento macroeconómico. Gere as disponibilidades externas de forma a manter um adequado volume de meios de pagamentos necessários ao comércio internacional.

O Banco de Moçambique disciplina a actividade bancária, monitora a dinâmica das taxas de juro aplicadas no mercado e o estabelecimento dos níveis seguros da moeda em circulação na economia.

Estimados presentes!

A assunção do Banco de Moçambique como instrumento de controlo da economia, a introdução do metical, a determinação do crédito à economia como instrumento de política económica assente nas prioridades do governo, a adesão às instituições financeiras internacionais, a abertura aos mercados, foram alguns dos momentos marcantes na história das transformações do Banco Central.

À luz das suas competências, o Banco Central desempenha a função de Banco do Estado, na defesa dos interesses soberanos do Estado moçambicano. Desempenha a função de conselheiro do Governo no domínio financeiro, na prestação de informações de natureza financeira. Orienta e controla as políticas monetária e cambial e gere as disponibilidades externas para além da supervisão das instituições financeiras que operam no território nacional.

Por isso, Senhor Governador e Estimados Gestores do Banco de Moçambique,o comportamento do Banco Central deve ser conduzido por um mecanismo que permite uma grande capacidade de ajustamento macroeconómico, sobretudo num cenário de uma economia que sofre uma grande influência de choques externos.

Deve recorrer a políticas de resiliência financeira capazes de manter a estabilidade económica mesmo em situações de crises macroeconómicas cíclicas.

Apesar do efeito negativo dos choques externos decorrentes da crise económica e financeira internacional, com impacto sobre as relações comerciais que Moçambique estabelece com resto do mundo nas importações e exportações, a economia moçambicana continua a registar

uma notável resiliência.

Prevalecem como grandes desafios do Banco Central, tais como: o controle da massa monetária em circulação, o controlo das reservas internacionais, o controlo das taxas de juro e a expansão dos serviços financeiros.

Há que aplicar medidas apropriadas para o controlo da inflação, em resposta às políticas tendentes à redução da procura agregada, adoptadas pelo Governo à luz da das medidas de contenção da despesa pública e incremento da oferta agregada via aumento da oferta de bens e serviços a nível doméstico.

Devemos estimular o desenvolvimento de uma maior capacidade às poupanças que induzam à expansão da base produtiva e à diversificação da economia.

O acesso aos serviços financeiros pela maioria da população ainda constitui uma das preocupações e prioridades centrais do Governo, na promoção do desenvolvimento local.

Temos que incentivar a exploração do potencial económico existente nos distritos o que exige maior representatividade das instituições financeiras como facilitadoras das transações financeiras.

Para o efeito, impõe-se o contínuo relaxamento dos condicionalismos para a abertura e estabelecimento de agências bancárias nas zonas rurais e a adopção de iniciativas inovadoras que permitam a obtenção de ganhos de eficiência na disponibilização de produtos e serviços financeiros onde se revelem necessários.

O Banco de Moçambique deve conhecer o Moçambique real ao longo de todo o Território Nacional.

Senhor Governador do Banco de Moçambique!

À actual conjuntura económica nacional, caracterizada pela subida generalizada dos níveis de preços e por uma elevada depreciação do metical face às principais moedas de transacção internacional, impõe-se, também, um enorme desafio no âmbito da condução de políticas para garantir a estabilidade dos sistema financeiro nacional.

Há necessidade de se adoptar intervenções do lado monetário que sejam concertadas com a política fiscal.

Há que garantir que haja consistência entre o nível de massa monetária e o nível de actividade económica.

Temos que formular e estimular expectativas racionais pelos agentes económicos, o que vai favorecer o investimento e a produção nacional.

O Banco de Moçambique deve aprimorar medidas de regulação e de supervisão prudencial e comportamental, de modo a garantir uma melhor disciplina das instituições financeiras, tanto nas suas operações activas como passivas.

É imperioso uma melhor protecção dos agentes económicos, correcção de falhas de mercado, prevenção de riscos sistémicos, correcção de acções desviantes por parte das instituições financeiras e, por último, uma maior transparência, estabilidade e eficiência do sistema financeiro.

Outra missão de grande relevo é a adopção de medidas concretas para a formalização do sector financeiro informal.

Esta medida é fundamental para reduzir o nível de especulação no sistema financeiro e eliminar a concorrência desleal, sobretudo para as instituições de microfinanças.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Na qualidade de autoridade cambial do País, impõe-se ao Banco Central, entre outras medidas, a criação de soluções inovadoras e mais ousadas para garantir a preservação e rentabilização das reservas internacionais líquidas e manter um nível adequado de reservas para cobertura das importações e do serviço da dívida externa, bem como, para garantir uma maior estabilidade cambial.

No âmbito da intermediação das relações monetárias internacionais, é importante que o Banco Central se concentre na intensificação de acções de monitorização das transacções comerciais e financeiras que o país mantém a nível internacional.

Nestes termos, o desafio do empossado e sua equipa é de elevar a qualidade dos serviços prestados pelos sistemas financeiro e cambial nacional, mesmo com pressão desleal sobre a vossa Governação do Banco de Moçambique que possa existir, dediquem-se afincadamente, na dinamização e coordenação da actividade do sistema financeiro em prol de uma maior estabilidade macroeconómica.

Moçambique é vossa terra, sendo que é para ela que devem dar o máximo de vós.

Ilustre Governador do Banco de Moçambique;

Prezados Convidados!

A instituição que vai passar a dirigir tem uma cultura organizacional marcante e inúmeros talentos, factores vitais para a promoção do trabalho em equipa.

Por isso, valorize os conhecimentos e experiências dos quadros, fertilize a sua iniciativa criadora e mantenha uma coordenação de acções com as várias instituições relevantes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Quero endereçar uma palavra de apreço e reconhecimento ao Dr. Ernesto Gouveia Gove, quadro com uma trajectória "sue generis" na instituição, tendo subido os degraus um por um e ensinado que nada é impossível quando somos persistentes, temos atitude e cultura de trabalho.

Ele deixou pelo caminho que percorreu uma marca de dedicação, competência, profissionalismo e humanismo.

Fazemos votos para que tenha muita saúde e sucessos para si e sua família.

Ao recém nomeado, Doutor Rogério Zandamela, desejamos muita saúde e que arregace as mangas, pois há muito que fazer. Que a sua família e os novos colegas prestem–lhe o apoio necessário para que cumpra, com sucesso, a missão conferida pelo Povo moçambicano.

A terminar, convido a todos que me acompanhem num brinde:

- **À uma governação orientada para resultados!**
- **Ao desenvolvimento sustentável de Moçambique!**
- **À saúde e ao sucesso do empossado!**
- **À saúde de todos os presentes!**

Muito Obrigado!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique na cerimónia de tomada de posse dos Membros do Conselho de Estado.
Maputo, 11 de Março de 2016.

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiro-Ministro;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Distintos Membros do Conselho de Estado; Senhores Ministros;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

1. Quando tomei posse como Presidente da República e declarei que, como dirigente de uma nação diversa e plural, iria escutar as mais diversas vozes e as mais variadas correntes.

Desde o início, tornei claro que me iria rodear de todas as instâncias que pudessem sugerir os melhores caminhos de governação.

O Conselho de Estado é, por excelência, o órgão de consulta do Presidente da República.

É por isso que, com grande honra e satisfação, hoje confiro posse aos membros do Conselho de Estado.

2. Esta cerimónia materializa o que está plasmado na Constituição da República. Este é um passo na consolidação do nosso Estado de Direito Democrático.

3. Vossas Excelências tomam posse numa altura em que o nosso país enfrenta, por um lado, situações dramáticas como as enxurradas e a seca, por outro lado, enfrentamos, todos nós, os desafios da consolidação de uma Paz efectiva e duradoura.

4. Momentos como estes impõem responsabilidades acrescidas a todos nós , em especial, aos membros deste órgão. Este é o nosso repto comum: vencer as vicissitudes e materializar as legítimas expectativas de todos os moçambicanos de viverem num país em Paz e em franco desenvolvimento.

5. A concretização de tais aspirações pressupõe uma organização de Estado que se inspire nos princípios que constituem as bases do nosso Estado de Direito Democrático. Nesse sistema de valores o cidadão é o principal destinatário e beneficiário das políticas públicas.

6. Na organização do nosso Estado, pontifica a figura do Presidente da República, que é

simultaneamente Chefe do Estado, Chefe do Governo e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança.

7. O exercício de tais funções e a assunção destas responsabilidades só é possível, porque o Presidente da República pode contar com o inestimável apoio dos demais órgãos do Estado que o auxiliam nas reflexões e no processo de tomada de decisões.

Digníssimos Membros do Conselho de Estado,

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

8. Ao Conselho de Estado compete, para além dos casos de consulta obrigatória definidos na Constituição, pronunciar-se sobre as mais relevantes questões de interesse nacional, sempre que para tal seja convocado.

9. Estabelece a Constituição da República no seu artigo 164 que, o Conselho de Estado seja constituído pelo Presidente da Assembleia da República, pelo Primeiro Ministro, pelo Presidente do Conselho Constitucional, pelo Provedor da Justiça, pelos antigos Presidentes da República e por personalidades indicadas pelos partidos políticos e eleitos pela Assembleia da República e por cidadãos de reconhecido mérito designados pelo Presidente da República e pelo segundo candidato mais votado e todos convocados para este acto.

10. A diversidade da proveniência dos membros do Conselho de Estado não é uma obra do acaso. Essa diversidade traduz a natureza de um Estado de Direito Democrático como é Moçambique.

11. Estão neste Conselho cidadãos cujas qualidades, experiências e sabedoria garantem que este órgão possa sempre contar com uma valiosa, consciente e bem formada contribuição.

Estão aqui moçambicanos que conhecem profundamente a realidade do nosso país.

Estão neste Conselho compatriotas profundamente comprometidos com os interesses nacionais.

12. Estou certo de que as escolhas, por designação ou eleição, dos que hoje tomam posse como membros do Conselhode Estado não obedeceram somente ao critério dos requisitos formais impostos pela Constituição.

A opção foi, também, determinada pelas qualidades pessoais de cada um e o firme desejo de servir o país, independentemente das eventuais diferenças de opinião.

13. Por essa razão, a sociedade deposita enormes esperanças no trabalho que todos juntos iremos realizar. Estou certo que a vossa participação neste Conselho de Estado corresponderá

às expectativas do nosso Povo.

Não tenho a menor dúvida que, com todo o seu saber, experiência e amor à Pátria, os Senhores Conselheiros contribuirão para me apoiar, no exercício das funções de Presidente da República.

14. Os moçambicanos esperam que os membros do Conselho de Estado sejam cidadãos exemplares, cuja atuação se destaca pelo seu patriotismo, honra e competência. Essa é também a nossa expectativa.

Por isso, qualquer reflexão que fizermos neste órgão deve ter como pontos de referência essenciais os interesses da Pátria e do Povo Moçambicano.

Ilustres Membros do Conselho de Estado,

Minhas senhoras e meus senhores!

15. A tarefa que nos espera exigirá de todos nós uma verdadeira entrega aos interesses nacionais. Para que a nossa missão seja corretamente cumprida, é imperioso que consolidemos a confiança, a colaboração e a unidade. Essa será a nossa força!

16. Só mantendo-nos unidos e focados nas grandes prioridades, venceremos os obstáculos que nos são impostos, consolidaremos a Paz e desenvolveremos o nosso país.

17. A mim, como Presidente da República, cabe o papel de garantir o regular funcionamento das instituições, defendendo o primado da lei e combatendo firmemente qualquer perturbação da nossa ordem jurídica, zelando para que os direitos do cidadão moçambicano sejam salvaguardados.

Para tal, conto com os esclarecidos pareceres do Conselho de Estado.

18. Aos empossados e aos demais membros deste órgão, agradeço por terem aceite dar a vossa colaboração, pois sei que o que vos move nada mais é do que o firme propósito de continuar a servir este país que se orgulha de vos ter como filhos.

19. Mais uma vez, felicito a cada um de vós, e desejo os maiores sucessos no desempenho das nobres funções que acabam de ser investidos.

20. Aos vossos cônjuges e demais familiares, mesmo não presentes neste momento que sempre prestaram o apoio necessário para o bom desempenho das vossas missões as nossas palavras de reconhecimento.

21. Aos membros cessantes deste órgão vão os nossos agradecimentos pelo valioso contributo

que deram ao nosso país.

22. A terminar, peço que me acompanhem num brinde:

- **À Paz!**
- **À consolidação do Estado de Direito Democrático!**
- **Ao Desenvolvimento! e**
- **À saúde dos empossados e respectivas famílias!**

O CONTRIBUTO DOS MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse dos membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos.
Maputo, 6 de Abril de 2016

Senhor Primeiro-Ministro;

Senhora Ministra na Presidência para os Assuntos da Casa Civil;

Senhor Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Caros Empossados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Acabamos de conferir posse aos Senhores Aminuddin Mohamad, Ernesto Cassimuca Lipapa e Arnaldo Chalaua, membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, recentemente eleitos pela Assembleia da República, segundo as regras estabelecidas pelo princípio da representatividade parlamentar proporcional.

Determina a Lei que as personalidades eleitas, tenham reconhecida idoneidade e mérito, para além de conhecimentos ou experiência em matérias relacionadas com a promoção e defesa dos direitos humanos. Devem ainda os membros da Comissão ser o espelho da diversidade política, social e cultural do país.

Conhecendo o percurso de cada um de vós como cidadãos, estão claras as razões que determinaram que as escolhas dos representantes do Povo recaíssem em vós.

Com base nesses pressupostos, é nossa expectativa que a vossa experiência prévia, vos ajude a consolidar o trabalho até agora desenvolvido pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos deve trazer maior dinâmica que permita responder aos desafios da actualidade, mormente no que se refere à promoção e protecção dos direitos humanos, de todos os cidadãos moçambicanos.

Particular atenção deve ser dada às vítimas da insegurança causada pelos ataques armados da RENAMO.

Caros membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Moçambique é um Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais

do cidadão.

A observância dos direitos humanos constitui o cerne do desenvolvimento de qualquer sociedade, do qual Moçambique não é excepção.

Por isso, a promoção, respeito e protecção dos direitos humanos deve constituir tarefa de todos os cidadãos e de todas instituições, quer sejam públicas ou privadas.

Porém, dentre todos os actores responsáveis por esta matéria, destaca-se a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, cujo mandato é também o de desenvolver programas de educação cívica, visando dar a conhecer aos cidadãos os seus direitos, bem como elucidando-os sobre como o Estado moçambicano os pode proteger e defender e para onde se devem dirigir em caso de violação.

Da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, esperamos que seja um actor responsável e cooperativo, que através do tratamento das queixas e informações que recebe sobre as alegadas violações de direitos humanos, colabore com as instituições públicas, fornecendo informações relevantes que as permitam cumprir de forma cabal as suas responsabilidades constitucionais e legais.

Queremos uma Comissão que seja capaz de identificar as violações de direitos humanos e interagir com todas as instituições relevantes do Estado.

De forma positiva deve incentivar o cumprimento das leis, o respeito pelos direitos e liberdades estabelecidas e o tratamento dos cidadãos com o respeito e a dignidade de que qualquer ser humano é merecedor.

O país merece uma Comissão forte, íntegra e comprometida com a causa dos direitos humanos, que não se furte ao cumprimento das suas obrigações, invocando quaisquer que sejam os argumentos, ao invés de trabalhar e produzir resultados concretos.

Caros empossados,

Minhas senhoras, meus senhores,

O órgão que passam a integrar é um órgão de natureza transversal pois, como nos referimos anteriormente, todos somos seres humanos, com a mesma dignidade e merecedores de igual protecção.

Esperamos, pois, que todo o cidadão possa encontrar na Comissão um porto seguro onde será acolhido quando tiver uma dúvida, uma preocupação ou quando precisar de quem o auxilie para repor os seus direitos violados.

Estamos certos de que o Estado Moçambicano tem na Comissão um parceiro atento e credível com quem pode contar no processo de consolidação do nosso Estado de Direito Democrático.

A terminar, permitam-me que saúde e felicite os empossados por terem sido eleitos para fazerem parte da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e, assim, colaborarem no fortalecimento da cultura de Paz e de aproximação entre os cidadãos, independentemente das suas diferenças.

Aos vossos cônjuges e demais familiares, que sempre prestaram o apoio necessário para que fossem bem sucedidos nas várias missões que desempenharam e desempenham, as nossas palavras de reconhecimento e de sensibilização para os sacrifícios que ainda terão que consentir.

Aos membros cessantes deste órgão, vão os nossos agradecimentos pelo valioso contributo que deram ao nosso país e que permitiu que este órgão chegasse à esta fase.

A terminar, peço que me acompanhem num brinde:

- **À promoção, protecção e defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos!**
- **À consolidação do Estado de Direito Democrático!**
- **À Paz! e**
- **À saúde dos empossados e respectivas famílias!**

Muito obrigado!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse da Ministra dos Recursos Minerais e Energia.
Maputo, 18 de Outubro de 2016.

Senhor Primeiro-Ministro;

Senhora Ministra dos Recursos Minerais e Energia;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Senhores Membros do Conselho Consultivo do Ministério dos Recursos Minerais e Energia;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me que, antes de começar a minha breve intervenção, enderece cumprimentos a todos os presentes e, em particular, à empossada.

Com a tomada de posse que acaba de ocorrer, a senhora Letícia Deusina da Silva Klemens, Moçambicana, mulher e jovem torna-se membro do Governo, passando a ser responsável pelas áreas estratégicas dos Recursos Minerais e da Energia.

Esta nomeação e o próprio acto da tomada de posse, marcam um momento da atribuição de responsabilidades acrescidas, sobretudo, num momento em que a economia do País em particular e do mundo em geral, enfrenta vários desafios que ditam a tomada de medidas arrojadas para gerir os meios que estão ao nosso dispor, com eficiência e eficácia, de modo a atingir os objectivos delineados.

A nossa capacidade de racionalização deve estar aliada à cientificidade e capacidade de inovação, por forma a criar um novo paradigma que possa garantir a sustentabilidade da nossa economia e, acima de tudo, a produção de resultados pretendidos nas instituições que dirigimos.

O Ministério dos Recursos Minerais e Energia congrega áreas vitais, vastos e complexos, fundamentalmente:

- O domínio dos hidrocarbonetos (incluindo o gás e o petróleo) com actividades no "upstream e downs tream";
- O domínio dos outros minerais, incluindo um espectro diversificado de minerais que vão do carvão, às grafites, passando pelo ouro, diamantes, gemas, ferro e materiais de construção;
- O domínio da produção da energia eléctrica, associado às chamadas energias novas e renováveis.

A actividade nestes domínios desenvolve-se através do envolvimento e participação de variados e múltiplos actores quer públicos como privados, impulsionando e operando com unidades de escalas diversas, das micro às mega unidades.

Estes actores são nacionais e estrangeiros, operando tanto separados como envolvidos em parcerias.

Os mercados envolvidos são o doméstico o regional e ou mundial.

O desafio fundamental está em conduzir os processos, visando-se conseguir que o vasto potencial de riqueza existente seja explorado de maneira racional, efectiva e eficiente com retornos positivos e trazendo vantagens claras para o país e para o Povo Moçambicano, tanto para as gerações actuais como das vindouras.

Por outro lado, esta exploração deve ocorrer com o estrito respeito pelas regras ambientais, assegurando-se a sustentabilidade.

A gestão do sector dos Recursos Minerais e Energia implica igualmente o desenvolvimento de actividade sistemática:

- No aperfeiçoamento do quadro legal e institucional adequado ao desenvolvimento do sector como um todo;
- No aperfeiçoamento da definição de políticas e da organização;
- Na promoção prospecção e mapeamento dos recursos e oportunidades de negócio;
- No licenciamento;
- No planeamento, promoção e execução de investimentos;
- No controle e inspecção das operações e actividades empresariais;
- Na promoção do desenvolvimento das capacidades humanas e do profissionalismo no seio de todas as instituições tanto públicas como privadas.

As actividades são desenvolvidas devidamente enquadradas no Programa Quinquenal do Governo, através dos planos operativos anuais.

Neste âmbito chamamos à atenção de que o domínio da energia foi eleito pelo Governo como uma das 4 áreas catalisadoras da actividade económica do País, havendo um compromisso do Ministério dos Recursos Minerais e Energia de execução de um programa detalhado de geração e transporte de energia, no curto, médio e longo prazos e ainda em acções de emergência.

Por isso, nesta sua nova função de dirigir, esperamos que assegure a execução da política do Governo na investigação geológica, exploração de recursos minerais e energéticos e no desenvolvimento e expansão de infra-estruturas de fornecimento de energia eléctrica, gás natural e produtos petrolíferos.

É preciso promover a modernização do sector, garantir mais ligações de energia e fornecer energia à custos que promovam a agricultura, a indústria e o turismo, entre outras.

A nossa matriz assente na diversificação económica reconhece que a energia e a indústria extractiva, seja ela do sector do carvão, hidrocarbonetos ou outro, pode dar uma contribuição assinalável no relacionamento económico que estamos empenhados em fazer acontecer.

Cara Empossada!

É nosso desejo que no exercício da sua nova tarefa, paute pela abertura permanente aos utentes dos serviços, escutando as contribuições e fazendo delas a oportunidade para a melhoria de qualidade dos serviços prestados.

Temos a consciência de que sector dos Recursos Minerais e Energia é um sector bastante pressionado, pelo que não conseguirá agradar a todos, mas procure sempre e sempre, satisfazer os interesses do Povo, este é que é o objectivo essencial, é a principal meta.

Quero igualmente fazer notar que para a gestão destes processos, existe já um desenvolvimento institucional e experiência de trabalho ao nível do Ministério dos Recursos Minerais e Energia.

Há leis e regulamentos específicos. Há uma organização do sector ao nível do aparelho administrativo central do Estado e das direcções provinciais. Há institutos públicos vitais, designadamente:

- O Instituto Nacional de Petróleo (INP);
- O Instituto Nacional de Minas (INAMI);
- O Fundo de Energia (FUNAE).

Há empresas estratégicas públicas ou de capitais públicos tuteladas:

- A Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH);
- A Electricidade de Moçambique (EDM);
- A Petróleos de Moçambique (Petromoc);

- A Empresa Moçambicana de Exploração Mineira (EMEM). Como também temos a nossa Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

A breve descrição que acabo de fazer sobre o sector dos recursos minerais e energia servirá certamente para sugerir que uma parte importante, a considerar na gestão, refere-se à incontornável necessidade de envolvimento e coordenação permanente e produtiva das diversas instituições, bem como do colectivo de quadros e dos recursos humanos existentes, promovendo-se o mérito e elevado profissionalismo e responsabilidade.

Pela complexidade do sector, ninguém é suficientemente competente para satisfazer a todos.

O que se quer e se recomenda, é uma firmeza e determinação para provar a diferença de realização e cumprir a missão que lhe é confiada, que lhe é incumbida.

Quero também ser explícito sobre a necessidade de que todas as actividades no sector devem ser desenvolvidas com base na transparência, ética, respeito pelas leis e normas vigentes, com tolerância zero relativamente à eventuais actos de corrupção.

Senhora Ministra!

Endereçamos a si as nossas felicitações, desejando-lhe os maiores sucessos no exercício das nobres funções que acaba de assumir.

Que a sua família, amigos e colegas continuem a prestar-lhe o mesmo apoio, para que saia, mais uma vez, vitoriosa nesta missão do Povo moçambicano.

Ao seu antecessor, Dr. Pedro da Conceição Couto, o homem que em cerca de 20 meses garantiu com zelo, profissionalismo e responsabilidade, as transformações do sector, vão as nossas palavras de reconhecimento pela sua postura e entrega.

Temos a certeza que na sua nova tarefa, cuja a sua actividade é parte integrante do Ministério que muito bem conhece, dará o seu máximo e ajudará a fazer crescer Moçambique.

Senhora Doutora Letícia Klemens, Ministra dos Recursos Minerais e Energia,

Lembramos que não existem Homens grandes e nem pequenos, pois, a grandeza do Homem está na sua capacidade de realização e no seu mérito de produção de resultados tangíveis. Auguramos muitos êxitos para si.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Convido à todos os presentes a acompanharem-me num brinde:

- À uma governação participativa!
- Ao desenvolvimento de Moçambique!
- À saúde da senhora Ministra e sua família!
- À saúde de todos presentes!

Obrigado pela atenção

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na tomada de posse do Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, da Vice-Ministra da Economia e Finanças e do Chefe do Protocolo do Estado.
Maputo, 28 de Março de 2016

Senhor Primeiro Ministro;

Senhor Ministro da Economia e Finanças;

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Senhor Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Senhora Vice-Ministra da Economia e Finanças;

Senhores membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Acabamos de conferir posse à Isaque Chande, Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, à Maria Isaltina de Sales Lucas, Vice-Ministra da Economia e Finanças e à Bernardo Tshombe Constantino Lidimba, Chefe do Protocolo do Estado.

No acto de posse, cada um de vós jurou, pela sua honra, servir fielmente o Estado e a Pátria Moçambicana e dedicar todas as energias ao serviço do povo moçambicano no exercício das novas funções.

O juramento que fizeram é carregado de responsabilidades. Temos a certeza que saberão assumir com a mesma competência, entrega e dinamismo que emprestaram às anteriores funções.

Ao escolher–vos para as novas funções, no meio de tantos moçambicanos capazes, fizemo-lo acreditando que estamos a apostar em dirigentes certos para o lugar certo e no momento certo.

Impele-nos, igualmente, o desejo de ver fortalecida a capacidade de resposta aos desafios institucionais do presente e do futuro nos sectores de Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, no de Economia e Finanças e no do Protocolo do Estado.

Conhecendo os vossos percursos, é nossa expectativa que essa continuará a ser a vossa maneira de ser, a vossa postura. Devem partilhar os vossos conhecimentos com as equipas que vão integrar, equipas estas que carregam consigo muita experiência, muitos conhecimentos.

A nossa maior esperança é que criem espaços para que os vossos colaboradores se sintam parte da vossa liderança e direcção. O Ministério não é o Ministro ou o Vice-Ministro. O Ministério é o conjunto, onde a parte dominante são os funcionários que encontrarão e permanecerão depois de cumprida a vossa missão.

Caros empossados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Assumem funções em áreas em que a liderança política deve estar, inevitavelmente, associada ao profissionalismo. São valências diferentes que um bom líder deve possuir e capitalizar.

Por isso, para que a vossa missão seja bem sucedida, devem primar por uma governação participativa, explorando as competências de cada um dos vossos colaboradores e envolvendo todos os actores relevantes na definição das prioridades e na construção dos resultados.

Queremos que se destaquem na valorização dos talentos disponíveis, espevitando-os a abraçar permanentemente a inovação, criatividade e procura incessante de soluções para os problemas prevalecentes, mesmo os mais complexos. O Povo quer dirigentes presentes e que trabalhem para ele, portanto para o Povo.

Esperamos que no vosso trabalho diário sejam dialogantes, dirigentes que sabem ouvir, apostem no trabalho em equipa e num sistema de comunicação eficaz.

Garantam que os planos formulados sejam implementados de forma cabal e com alto sentido de responsabilidade, humanismo e espírito de bem-servir.

Do Dr. Isaque Chande, jurista com rica carreira de advocacia e de assessoria jurídica em empresas estratégicas, esperamos que:

Preste particular atenção ao seu papel como assessor do Presidente da República e do Governo, na fiscalização preventiva, e sucessiva, da constitucionalidade dos actos normativos praticados pelos órgãos do Estado, e garanta que a relação entre o Governo e a Assembleia da República decorra dentro dos marcos legais;

Respeitando o princípio da separação e interdependência dos poderes de Estado, articule, de forma permanente, com os órgãos de administração da justiça, designamente os Tribunais, o Conselho Constitucional, a Procuradoria–Geral da República, a Ordem dos Advogados e a Polícia da República de Moçambique;

Assegure que todos os cidadãos moçambicanos, em particular, os carentes economicamente, tenham a devida assistência jurídica e patrocínio judiciário;

Elabore e assista os demais membros do Governo, na elaboração e actualização das normas jurídicas;

Dirija a actividade dos registos e notariado, garantindo a legalidade do registo dos actos, factos e contratos. É importante acarinhar os funcionários desta área que trabalham debaixo de muitas carências;

Implemente a Política Prisional, verificando o cumprimento das penas e garantindo que os programas asseguram a recuperação e posterior reintegração social dos condenados. Neste capítulo, é essencial dar seguimentos aos esforços e avanços que esta área está a dar;

Promova, com o envolvimento da sociedade civil e da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, com quem deve interagir, o respeito e a observância dos direitos humanos;

Garanta o exercício das liberdades religiosas e promova o envolvimento efectivo das confissões religiosas na promoção da cultura da paz, dos valores morais e na formação do tecido humano e social.

Promova, e efectue, a formação de ingresso, e a capacitação, de quadros nas carreiras do sector de justiça. Queremos que a área da justiça, seja pela vocação, o modelo de harmonia e de excelência na prestação do serviço ao público.

Da Dra. Maria Isaltina Sales Lucas, funcionária que viajou no sector de finanças e, portanto, conhecedora dos "cantos da casa" e bastante acarinhada pelos colegas, espera-se que coadjuve o titular da casa transversal da Economia e Finanças, em particular nos seguintes domínios:

- Melhorar o processo de formulação, implementação e monitoria de políticas e estratégias de desenvolvimento integrado e manutenção do equilíbrio macro-económico;
- Imprimir maior rigor, transparência e criatividade na gestão das finanças públicas, reduzindo os gastos públicos não reprodutivos e investindo mais na produção e produtividade;
- Potenciar os critérios de eficiência na gestão do endividamento, melhorando a capacidade de selecção de projectos viáveis, para que as novas gerações beneficiem das decisões inteligentes que hoje tomamos;
- Consolidar o sistema de planificação e orçamentação programático e da administração financeira do Estado.

- Reforçar a monitoria de governação e o uso massivo das tecnologias de informação e comunicação na gestão, e;

- Prosseguir e reforçar as medidas de atracção de mais investimentos para as zonas rurais e urbanas, bem como gerir de forma racional e transparente o património e as participações do Estado.

Que o Ministério da Economia e Finanças não seja uma simples tesouraria. Queremos gestores dos indicadores macro-económicos dum país em prosperidade.

Do Senhor Chefe do Protocolo do Estado, Bernardo Tshombe Constantino Lidimba, quadro com experiência, esperamos que dê continuidade ao trabalho do seu antecessor e que imprima maior dinâmica e rigor no funcionamento do Protocolo do Estado, uma área que é o cartão de visita do nosso País.

Queremos explorar a sua longa experiência, a sua calma natural e o detalhe na sua actuação, para conferir mais harmonia. Todos devem sentir o Protocolo do Estado presente.

Minhas senhoras e meus senhores,

O meu Governo está a ser remetido à sua segunda mudança. Somos todos chamados a acompanhar a sua velocidade.

A terminar deixo uma palavra de apreço aos Doutores Abdurremane Lino de Almeida e Cristovão da Glória Gemo, que deram a sua contribuição valiosa para o crescimento dos sectores que estiveram a dirigir. Fazemos votos de muita saúde e sucessos para vós, e respectivas famílias.

Temos a certeza que continuarão a dar o máximo à causa dos moçambicanos.

Aos recém nomeados, Dr. Isaque Chande, Dra Maria Isaltina de Sales Lucas e Bernardo Tshombe Constantino Lidimba desejamos muita saúde e êxitos na vossa nova missão.

Que a vossa família e colegas continuem a prestar–vos o mesmo apoio para que saiam, mais uma vez, vitoriosos nesta missão do Povo moçambicano.

Peço que me acompanhem num brinde:

- À uma governação harmoniosa e participativa;

- Ao desenvolvimento de Moçambique;

- À saúde e ao sucesso dos empossados e suas famílias;

- À saúde de todos os presentes.

Muito obrigado pela atenção!

PAZ, PROGRESSO E BEM ESTAR

AS NOSSAS PRIORIDADES

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia de tomada de posse do Governador da Província de Inhambane.
Maputo, 7 de Março de 2016.

Senhor Primeiro-Ministro;

Senhora Ministra da Administração Estatal e Funcão Pública;

Senhora Ministra para Assuntos da Casa Civil;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Saudamos a todos os presentes nesta cerimónia de tomada de posse do Governador da Província de Inhambane.

Saudamos igualmente ao Senhor Daniel Chapo, por ter aceite mais esta nobre mas desafiante missão que o colocamos.

Foi escolhido para ser o timoneiro do Governo da Província de Inhambane mercê das suas qualidades como profissional, patriota e servidor do Estado Moçambicano.

Apostamos em si, Caro Governador, confiantes que com a sua liderança, conhecimentos e experiência de governação que possui, a Província de Inhambane continuará a dar passos firmes rumo ao bem-estar da população daquela parcela do País.

Ao aceitar assumir estas novas funções, compromete-se a defender e promover os valores, princípios, normas e a visão do nosso Governo para o crescimento e desenvolvimento de Moçambique.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Recomendamos que tenha como marca no exercício das suas funções, o dinamismo e uma postura prática e pragmática para melhor fazer face aos desafios específicos da Província de Inhambane.

Herda uma equipa vasta, constituída por compatriotas com uma rica e diversificada experiência de serviço público, à sua disposição, para dar continuidade à materialização dos compromissos do Governo.

Conheça os seus colaboradores, inspire-os, encoraje-os, responsabilize-os, partilhe experiências e conhecimentos, consolidando o espírito de equipa e uma liderança orientada para resultados

concretos.

Seja um líder por excelência e incuta nos seus colaboradores a cultura de canalizarem todas as suas energias em prol do objectivo comum de dinamizar o crescimento e desenvolvimento que se esperam em Inhambane. Lembre-se que todos juntos ainda são insuficientes para, quanto antes, alcançarmos este objectivo.

Como dirigente, certamente que tem consciência de que os problemas e desafios avolumam-se sempre, com tendência de ganhar maior notoriedade do que as realizações conquistadas. Não hesite em solicitar apoio ou gerar parcerias com os seus pares de outras províncias deste vasto Moçambique, para superar os desafios em presença.

A cooperação entre províncias, distritos, municípios, etc, é um capital por explorar e com benefícios inquestionáveis para os moçambicanos.

Toma posse num momento em que de entre outros desafios, a estiagem assola, juntamente com algumas partes da Província de Inhambane, toda a região sul de Moçambique, enquanto no centro e norte cheias e inundações causam perdas humanas e destruição de propriedades das famílias e infra-estruturas económicas e sociais.

Este cenário não é novo. O nosso país é ciclicamente assolado por secas e cheias e por isso temos, igualmente, o desafio de pensar em soluções inovadoras e sustentáveis para colmatar os efeitos destas calamidades naturais, priorizando o salvamento de vidas humanas.

Desafiamos a sua equipa a encontrar formas mais criativas para gerir, de forma racional, os recursos à sua disposição no cumprimento dos compromissos do Governo, sobretudo, na resposta aos problemas do dia-a-dia da população a quem juramos servir.

Outro desafio que lhe espera Senhor Governador, prende-se com o facto de estarmos a acompanhar, com muita tristeza, informações sobre perdas de vidas humanas decorrentes dos ataques protagonizados pelos homens armados da RENAMO. Nada justifica que se tire a vida de um compatriota como instrumento de pressão ou negociação.

Nada justifica esta violência entre irmãos moçambicanos. Juntos fomos capazes de pôr fim a 16 anos de conflitos e violência e juntos, hoje, podemos por fim às nossas diferenças, celebrar a paz e concentrarmo-nos no progresso de Moçambique e no bem-estar dos Moçambicanos.

Como Chefe do Estado Moçambicano, reitero a minha abertura e disponibilidade para pessoalmente dialogar com o Senhor Afonso Dhlakama, líder da Renamo, a fim de juntos encontrarmos, a breve trecho, uma solução de consenso.

Já o fizemos antes e somos igualmente capazes de repeti-lo tantas vezes, quanto for necessário até que possamos celebrar, sem mágoas nem reservas, uma paz efectiva.

Façamos da busca pela paz efectiva uma prioridade e tarefa de todos os moçambicanos: na família, no trabalho, em ambientes sociais, dentro ou fora do país. Tenhamos em mente que a nossa unidade alimenta-se da nossa identidade como moçambicanos a qual apregoa a tolerância e a inclusão, condimentos da PAZ que advogamos.

Ao Dr. Agostinho Trinta,

Queremos saudar pelo trabalho que desenvolveu na Província de Inhambane ao longo dos últimos 6 anos. Queremos também saudar-lhe pela folha de serviço extensa e exemplar que preencheu graças à sua entrega, dedicação, responsalibilidade e sentido de missão e de bem servir.

Pessoalmente, a sua humildade, trato fácil e vontade incessante de aprender destacam-no e tornam-no merecedor dos nossos louvores.

Auguramos para si muitos sucessos nas funções que lhe foram incumbidas.

Seriamos omissos se terminassemos sem endereçar palavras de saudação e apreço aos cônjuges e familía dos Doutores Agostinho Trinta e do empossado Daniel Chapo pelo apoio e encorajamento que lhes têm prestado, incondicionalmente, para o sucesso nas suas carreiras.

Continuem a acarinhá-los, criticá-los e a exigir, em primeira mão, que se superem no exercício das suas funções.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Convido-vos a acompanharem-me num brinde:

- À saúde de todos os presentes!
- Ao sucesso do Governador da Província de Inhambane! e
- Por um Moçambique unido, em paz e em progresso!

Muito obrigado!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse da Directora do Gabinete da Esposa do Presidente da República.
Maputo, 17 de Outubro de 2016.

Senhores Vice-Ministros;

Senhores membros do Consultivo do Presidente da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Acabamos de conferir posse à Dra. Anabela Júlia Chambuca Pinho, para o cargo de Directora do Gabinete da Esposa do Presidente da República.

A nossa escolha foi ditada pela convicção de que, a Dra. Anabela Pinho reúne os requisitos necessários para ser bem sucedida nas novas funções.

Conhecemos o seu percurso profissional e temos a certeza de que, tal como nos habituou, assumirá o novo desafio com a mesma competência, responsabilidade e dinamismo que emprestou aos cargos anteriores, trazendo um novo ímpeto à gestão e à imagem do Gabinete da Esposa do Presidente da República.

O Gabinete da Esposa do Presidente é uma das instituições subordinadas à Presidência da República, mas sob gestão directa da Esposa do Presidente, portanto, apoia o trabalho do Presidente da República.

É com a Esposa do Presidente e sob sua gestão que trabalhará, cumprindo-lhe tomar todas as medidas necessárias para que este Gabinete cumpra o seu mandato legalmente estabelecido.

O Gabinete tem o seu próprio Regulamento onde se busca a orientação e inspiração necessária, para melhor organizar o seu trabalho e coordenar a equipa que passará a integrar e a chefiar.

De entre as várias áreas que passará a coordenar, merece destaque a área dos projectos e programas sociais.

Uma das missões mais nobres do Gabinete da Esposa do Presidente da República é apoiar iniciativas de carácter social dirigidas às classes mais vulneráveis, como sejam, as crianças órfãs e desamparadas, os idosos e as mulheres vítimas de violência.

Para além destes grupos, também merecem atenção do Gabinete as nossas meninas e raparigas, muitas das quais se tornam mães antes de terminarem o nível de educação obrigatória.

É obrigação de todos nós, tudo fazer para evitar que mais meninas não terminem a escola devido à gravidezes precoces e aos casamentos prematuros, comprometendo o seu futuro e o das gerações vindouras.

Cara Directora!

No momento em que toma posse, várias actividades estão em curso, que obviamente merecerão o seu seguimento e o reforço de algumas acções.

Referimo-nos aos projectos e programas de apoio à Alfabetização de Adultos, à Parceria Nacional para Saúde Materna, Neonatal e Infantil, à Iniciativa das Primeiras-Damas sobre os cancros da mama, do colo do útero e da próstata, entres outros, cujo impacto tem sido bastante positivo na vida de cada um dos beneficiários directos, das suas famílias e da comunidade, em geral.

A viabilização de alguns desses projectos requer recursos, humanos, materiais e financeiros.

Cabe-lhe, senhora Directora, em coordenação com os seus colaboradores, identificar as parcerias necessárias para que os objectivos que ditaram a sua concepção e materialização sejam atingidos.

Crie espaços para que as vossas competências e experiências sejam partilhadas, com abertura e bom senso, sempre tendo como perspectiva os serviços prestados aos cidadãos a quem as actividades do Gabinete são direccionadas.

É nosso desejo que, juntos, façam uma definição clara das prioridades e aprimorem a vossa performance como equipa, trazendo maior credibilidade às vossas acções e à vossa instituição.

Concentrando-se nas prioridades aqui elencadas, tendo como bússola orientadora os instrumentos de programação e apostando no potencial do vosso colectivo de trabalho, estamos certos que alcançarão os resultados pretendidos e contribuirão para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Minhas senhoras e meus senhores!

A terminar, queria deixar uma palavra de apreço à anterior Directora do Gabinete da Esposa do Presidente, Dra. Fernanda Teixeira, pelo contributo que deu à instituição. Fazemos votos de muita saúde e sucessos para si e família.

À recém nomeada, Dra. Anabela Pinho, vão as nossas felicitações e votos de que enfrente os novos desafios com a competência e serenidade que a caracterizam.

Uma palavra de apreço vai para ao seu cônjuge, pelo apoio incondicional que lhe vem prestando nas várias missões que desempenhou e, quem, mais uma vez, solicitamos a mesma dedicação.

A terminar, convido os presentes para que me acompanhem num brinde:

- À saúde e sucesso da empossada!
- À paz e progresso de Moçambique!
- À saúde de todos os presentes!

Muito obrigado, pela atenção!

INTEGRIDADE NA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO VECTORES DE PAZ E DESENVOLVIMENTO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique por ocasião da tomada de posse dos Membros do Conselho Superior da Comunicação Social.
Maputo, 11 de Março de 2016.

Senhor Primeiro-Ministro do Governo de Moçambique;

Senhores Membros dos Conselho de Ministros;

Senhora Directora do GABINFO;

Senhor Presidente do Conselho Superior de Comunicação Social;

Senhores Membros do Conselho Superior de Comunicação Social;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Acabamos de testemunhar mais uma etapa fundamental no processo de construção do nosso Estado de Direito Democrático, ao empossarmos os membros do Conselho Superior de Comunicação Social.

Com esta Cerimónia de tomada de posse, de mais cinco Membros, o processo de constituição do Conselho Superior da Comunicação Social fica, finalmente, concluído.

Trata-se de um acto de elevada dimensão, porquanto é através deste órgão que o Estado assegura um dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República:

A liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito dos cidadãos à informação.

Foi um processo relativamente longo, se nos recordarmos que há um ano, empossamos nesta sala, o Presidente do órgão, exactamente no mês de Março.

Queremos acreditar que os debates que ocorreram, junto das instituições em que os novos membros do órgão foram eleitos, atestam a compreensão sobre a relevância deste órgão, no quadro institucional dos direitos e liberdades fundamentais, que a Constituição da República atribui aos cidadãos.

O longo processo caracterizado pelo rigor ao pormenor na selecção dos membros deste órgão , ilustra o quão valor tem o Conselho Superior da Comunicação Social para o País e para os Moçambicanos.

Com efeito, ao Conselho Superior da Comunicação Social, como instituição constitucionalmente criada, cabem-lhe as funções disciplinar e consultiva.

Tem responsabilidades muito claras, na garantia do exercício equilibrado dos direitos à liberdade

de expressão, à liberdade de imprensa e ao direito à informação, em dois sentidos.

Por um lado deve agir de forma que, nos termos da lei, os jornalistas e as empresas jornalísticas possam, livremente, recolher, processar e disseminar informação de interesse público, sem outros limites, senão aqueles que a Constituição e a lei específica impõem.

Por outro lado, o Conselho Superior da Comunicação Social, deve actuar de tal forma que os cidadãos tenham pleno acesso àquela informação, assegurando que o conteúdo dessa informação respeite os seus direitos e as suas liberdades, também consagradas na Constituição e na lei!

Caros Presentes,

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Os direitos fundamentais a que aludimos, só serão exercidos plenamente, com uma informação verdadeira e equilibrada, que inclua as posições e as correntes de opinião de todas as partes relevantes.

No seu exercício, em momento algum, se deve amordaçar o direito à honra, ao bom nome, à reserva da vida privada e à reputação de que as pessoas gozam, no quadro da competente legislação.

É para salvaguardar este pressuposto, como sabemos todos, que ao lado de cada direito, ainda que seja um Direito Fundamental, existe um limite estabelecido para permitir que a sociedade viva em harmonia.

Tudo isto deve concorrer para que os membros dessa sociedade cooperem entre si e em paz, erguendo bem alto as conquistas relativas à esse princípio filosófico fundamental, denominado DIGNIDADE HUMANA!

Não podemos nos dar ao luxo de esperar que um dia um estudioso conclua que em Moçambique o povo atrasou a sua agenda por falta de gente visionária na comunicação social.

Senhores Membros do Conselho Superior da Comunicação Social,

Caros Empossados!

Concluído o processo de edificação da vossa instituição, toda a sociedade estará atenta para contemplar e avaliar o nosso trabalho como um todo, mas sobretudo o vosso trabalho no quadro da lei vigente.

Trata-se de um trabalho árduo mas dignificante, cuja nobreza e utilidade, só a satisfação do cidadão poderá validar.

A nobreza da missão que ao vosso órgão a Constituição e a Lei atribuem, reside no equilíbrio, responsabilidade e ponderação sobre os direitos à liberdade de imprensa e à informação que serão exercidos pela sociedade, com a vossa ajuda.

No cumprimento integral desta missão, estarão a dar a vossa quota-parte no esforço colectivo para a mitigação do sofrimento das populações e para a busca de uma paz efectiva, duradoura e sustentável para o nosso país, benéfica para todos, sem excepção!

A nossa mensagem é de exortação para que se sintam parte activa deste Ciclo Governativo pois, Vossas Excelências foram escolhidos para garantir o sucesso da Governação no âmbito da Comunicação Social.

Apelamos para a necessidade de se exigir uma responsabilidade individual que, bem consolidada, resultará em sucesso colectivo do Conselho Superior da Comunicação Social como órgão.

O grupo que hoje consagramos foi eleito e confirmado pelos representantes do povo e por actores de comunicação.

Enquanto que os anteriores mereceram a nossa plena confiança no seio de milhões de moçambicanos e outros escolhidos de entre os melhores fazedores do jornalismo, para representar aquela camada batalhadora, por vezes mal ou bem aplaudida.

A responsabilidade primária de quem foi eleito é de prestar contas ao seu eleitorado com actos e resultados porque este o fiscaliza.

Neste princípio reside a vossa responsabilidade acrescida.

O povo quer o Conselho Superior da Comunicação Social presente e não um Conselho que justifica acontecimentos.

Um Conselho Superior da Comunicação Social que quantifica e qualifica a sua actividade a favor do cidadão e do crescimento de Moçambique.

O Povo quer um Conselho de PATRIOTAS e a escolha recaída em vós, explica a confiança que este povo deposita em vocês.

Caros Conselheiros de Comunicação Social!

Moçambique já é um exemplo de tolerância, de reconciliação e de convivência pacifica com

referência universal.

Não devemos permitir que vontades alheias procurem colocar Moçambique no mapa de Países de mau exemplo democrático ou de atropelo aos direitos humanos como forma de alimentar desejos também alheios ao povo.

Moçambique perante os olhos dos que aconselham e recomendam as boas práticas, sendo que alguns desses que são vocês, não pode ser o campo de ensaios de variedades de democracia ainda por implementar no mundo.

A nossa democracia já respeita padrões internacionais e não podemos correr o risco de contaminar a nossa bela nação por falhas que podem minar o sorriso das crianças, através de modelos democráticos sempre alterados.

É, mais uma vez, vossa responsabilidade, não em detrimento da independência do vosso órgão, devolver sempre que necessário a razão ao povo e não a indivíduos ou a simplesmente políticos.

É ao povo que devem a factura de prestação de serviços.

Queremos terminar, desejando ao Conselho Superior da Comunicação Social em especial, os melhores êxitos no desempenho da vossa não fácil missão e dizer que colocamo-nos à vossa disposição para aquilo que depender de nós, de modo a atingir o sucesso da vossa missão.

Convido a todos que nos acompanhem num brinde:

- À saúde dos empossados e suas famílias!
- Ao profissionalismo do Conselho Superior da Comunicação Social!
- Ao crescimento da Comunicação Social em Moçambique!
- À saúde de todo o povo moçambicano!

Bem-haja o Conselho Superior de Comunicação Social.

Muito Obrigado!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse de Manuel Mazuze, Conselheiro para Assuntos Diplomáticos.
Maputo, 4 de Março de 2016.

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República,

Começo esta minha breve intervenção saudando o Senhor Manuel Mazuze, por ter aceite o desafio de assumir esta nobre tarefa de Conselheiro Diplomático do Presidente da República.

Saúdo-o ainda, pelo compromisso que tem demonstrado, nestes 38 anos de serviço ao Estado e aos moçambicanos de forma responsável e patriótica.

Caros Convidados,

Para o cumprimento do Programa do Governo para o quinquénio em curso, precisamos de contar com pessoas que assumam o compromisso de, com as suas forças e o seu saber, tudo fazer para que se assegure o sucesso do mesmo, o que se vai traduzir no bem-estar de todo o Povo moçambicano.

Apelamos para que no cumprimento da nova missão, senhor Conselheiro, continue com o zelo, o comprometimento e a abnegação que sempre lhe caracterizaram como servidor público.

Neste momento em que a sociedade moçambicana, clama por Paz e desenvolvimento, cabe a nós a responsabilidade de assegurar que este não seja um sonho inalcançável.

Caro empossado,

Contamos com o seu empenho nos esforços conducentes à efectivação do nosso programa como Governo, nesta área que é empossado que muito bem conhece e domina e que vai exigir permanente coordenação com o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação como elo de ligação do Presidente da República com aquela instituição.

Espera-se que, com o seu apoio, consolidemos o nome de Moçambique no concerto das Nações.

Apelamos ao empossado a dedicar todo seu saber na coordenação e dinamização das tarefas que lhe são incumbidas para que se efective, com sucesso, o mandato que o Povo conferiu a este Governo.

Gostaríamos de saudar o seu cônjuge pelo apoio que lhe tem prestado, para a garantia do sucesso das tarefas que vem desempenhando.

A terminar, convido a todos para que me acompanhem num brinde:

- À saúde do Empossado e sua família!

- Ao sucesso na carreira e, particularmente, nas novas funções!
- À saúde de todo o povo moçambicano!

Muito Obrigado, pela Vossa atenção!

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no lançamento da Campanha Agrária 2016/2017.
Mopeia, 28 de Outubro de 2016.

A Agricultura é um factor dinamizador e decisivo do desenvolvimento. Este é um dever constitucional, desde a independência nacional. O cenário económico nacional nem sempre foi favorável. Exigiu soluções pragmáticas, resultado da combinação de múltiplos factores adversos, endógenos e exógenos. O fraco poder financeiro e a vulnerabilidade às calamidades naturais são alguns destes factores.

No entanto, a agricultura continua no topo das prioridades na agenda nacional de desenvolvimento, por isso que estamos aqui.

A economia moçambicana é, basicamente, uma economia agrícola. As famílias aparecem como pioneiras nos indicadores macroeconómicos. A agricultura emprega mais de 80% da população moçambicana economicamente activa. A agricultura contribui com cerca de 25% do Produto Interno Bruto e 16% das exportações nacionais.

O sector agrário familiar concentra cerca de 99% do universo de 4.270.000 explorações agro-pecuárias. Apenas 1% comportam machambas até uma média de cinco hectares, que são caracterizados por um modelo misto, combinando uma agricultura de subsistência com pequenos excedentes para o mercado.

É muito pouco.

Hoje o Governo lança a campanha agrária 2016/2017, uma campanha cheia de ambição, para dizer aos moçambicanos que temos que fazer mais.

As grandes explorações agro-pecuárias do sector empresarial, em termos absolutos, ocupam pouco mais de 600 unidades. É outro indicador diminuto se avaliarmos pela sua importância na geração de economias de escala produtiva. Esta tendência desafia, a todos nós, a engajarmo-nos na transformação da agricultura de subsistência em agricultura que garanta a segurança alimentar e produza rendas.

Nesta perspectiva, observa-se que, as culturas como o milho, hortícolas, produção de ovos e aves são compatíveis com a generalidade dos solos e passíveis de serem as mais exploradas em todo o território nacional.

Devemos adoptá-las como culturas transversais no âmbito da segurança alimentar e produzidas em todo o território nacional. Esta é missão directa dos senhores Administradores Distritais.

Esta estratégia visa estimular o desenvolvimento dessas culturas a favor da procura interna e internacional.

A melhoria dos processos ao longo da cadeia de valor deve igualmente visar a redução das

perdas pós colheita, que se situam actualmente em 24%.

Caros Compatriotas!

Moçambique continua a ser assolado por ciclos de secas e cheias. Nas últimas campanhas o efeito El Niño dizimou os campos de produção, agravando os níveis de insegurança alimentar.

Mais de 1.5 milhões de moçambicanos ainda vive em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Lançamento da Campanha Agrária 2016/2017 representa o início de mais um ciclo de esperança para os moçambicanos.

O foco da presente campanha reside no desenvolvimento agrário baseado na especialização agrária. O denominador comum nacional é a produção de milho, hortícolas, ovos e aves. Estes são produtos de segurança alimentar declarados de produção nacional de bandeira obrigatória, devendo cada província especializar-se na produção de pelo menos um destes produtos.

Caros Compatriotas!

Não deve haver um Distrito sem solução para o seu sustento. Para as demais culturas os determinantes a ter em conta são as condições impostas pelas características dos solos, pluviosidade e toda a combinação de factores de competitividade.

Assim, com vista a melhor especialização das Províncias, os gestores da Administração, em diferentes níveis, deverão com maior rigor, estabelecer um mecanismo de monitoria, assistência agrária, transferência de conhecimento dos extensionistas aos produtores.

O corredor Pemba-Lichinga, que abrange as províncias de Cabo Delgado e Niassa é rico na produção de batata reno, trigo, feijões, milho, soja, hortícolas, algodão, gergelim e aves. Para além do milho, de eleição nacional transversal, dedicar-se-ão à especialização da produção de feijões e batata-reno. Esta é a missão, caros compatriotas. Enquanto no corredor de Nacala se destaca a produção de mandioca, milho, algodão, gergelim, fruteiras, aves, amendoim, hortícolas e caju, tem condições agroclimatéricas que nos colocam numa posição privilegiada na produção de várias culturas, devendo incrementar-se a produtividade e escala na produção de mandioca, milho e feijões em toda a extensão da Província de Nampula e Niassa. É a Missão.

O Vale do Zambeze, para além das culturas de arroz e milho, apresenta solos favoráveis para a batata, bovinos, caprinos, hortícolas, gergelim, algodão e aves.

A Província da Zambézia deve projectar-se para a produção de arroz, feijões e soja. A Província de Tete deve especializar-se na produção do milho, batata-reno e feijões. Sofala, no corredor da

Beira, dedicar-se-á ao milho, arroz e horticolas.

Para Manica para além da eleição da soja nas culturas de rendimento, o milho, hortícolas e aves são os produtos eleitos. É a missão que avaliará o desempenho da governação de cada Província e o cometimento da sua respectiva população.

Limpopo e Maputo, corredor que atravessa as Províncias de Inhambane,

Gaza e Maputo apresenta um elevado potencial em hortícolas, bovinos e aves. Gaza inclui ainda o arroz e a Castanha de Caju, culturas nas quais a aposta é de massificar a produção e ascender à economia de escala produtiva.

É preciso transformar a região, abrangida por este corredor, em produtor líquido, com capacidade de fornecer, a preços competitivos e qualidade certificada, os produtos eleitos para o mercado nacional e internacional. É a missão agricultura 2016/2017.

Caros Compatriotas!

O desenvolvimento de culturas de rendimento continuará a merecer atenção do Governo como fonte de renda das famílias. Vamos privilegiar a Castanha de Caju, a Soja, o Algodão e o Gergelim que mais predominam nas regiões centro e norte e Bovinos com mais ênfase para as regiões Centro e Sul. Moçambique deve comer a carne produzida por moçambicanos e vender para além fronteiras.

A avaliação preliminar da Campanha Agrária 2015/2016 indica que a produção global apresenta resultados encorajadores, apesar do cenário grave de estiagem. Os indicadores de cereais se situam em 2,4 milhões de toneladas, 656 mil toneladas de leguminosas diversas e 1,6 milhões de toneladas de batata-doce.

A produção da mandioca foi de 9.1 milhões de toneladas e esteve acima da meta de 8 milhões, estabelecida para a última campanha agrícola.

Acreditamos que os produtores encontram terreno fértil para expandir a sua produção e produtividade para uma taxa de crescimento superior a 30% para a presente campanha.

A batata-reno, continuou a registar um défice de 142 mil toneldas ao situar-se em 263 mil toneladas na última campanha, o que exige maior

atenção nesta cultura que se revela muito importante para a dieta alimentar das famílias moçambicanas.

O desafio para a presente campanha é superar as previsões de 2017, e estabelecer a produção

da batata reno em 420 mil toneladas para a presente campanha, reduzindo o defice para 89 mil toneladas que deverá ser superado nos próximos dois anos.

Aqui advertimos o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar para seguir rigorosamente esta cultura, apoiando e monitorando. Temos que resolver o problema dos moçambicanos.

O comportamento das hortícolas superou as expectativas ao situar-se em 1,9 milhões de toneladas. Contudo, os níveis de importação de tomate e cebola ainda são bastante elevados.

Espera-se que o esforço na dinamização da produção do tomate e da cebola elevem as suas taxas de crescimento e superem o défice que ainda se regista, passando a produção, para níveis anuais superiores a 600 mil toneladas de tomate e incrementar a produção da cebola para o mínimo de 350 mil toneladas, por campanha, nos próximos dois anos.

Actualmente, Moçambique é quase, digo, quase auto-suficiente na produção de milho, apesar da queda de 12 para 6% de 2015 para 2016, devido à estiagem. O desafio, nesta cultura, para 2017 é de duplicar a

taxa prevista de crescimento actual situada em 17%, para 34% no final da presente campanha.

Devemos incrementar os níveis de processamento da farinha de milho a nível nacional, em substituição das importações que continuam a níveis bastante elevados, em detrimento da autosuficiência e retenção de poupanças, que iria derivar do melhor aproveitamento das indústrias de moagem existentes no território nacional.

O desafio para a Província da Zambézia, sendo o arroz uma cultura de

bandeira para esta região, é garantir que o incremento da produção e da produtividade acelerem a redução deste défice, até 2018. Esperamos um superávit de 13%, em dois anos, o que vai exigir uma estratégia integrada que envolva todos os actores.

Vamos aumentar o rendimento por hectare desta cultura, com recurso a uma melhor organização dos pequenos produtores. Encorajamos a expansão do associativismo e do cooperativismo. Vamos influenciar a melhor exploração dos regádios, na optimização da semente certificada, na transferência do conhecimento e tecnologia apropriada aos produtores, através da extensão.

Caros Moçambicanos!

É preciso direccionar os investimentos à agricultura e ao sector produtivo.

A libertação da fome e da subnutrição depende somente de nós.

Para o alcance dos níveis de produção à escala nacional, é imprescindível que haja um movimento global, integrado e sustentável de todos os actores sociais e de desenvolvimento. Não obstante o apoio dos nossos parceiros de cooperação, é necessário que haja o compromisso colectivo das instituições de Pesquisa e Académicas, Sociedade Civil e Líderes Comunitários para o aumento da produção e da produtividade, eficiência agrária e na mitigação dos efeitos dos desastres naturais, com recurso à prevenção e utilização de técnicas e experiências locais.

Queremos encorajar a todas as famílias moçambicanas entre camponeses, agricultores, criadores, prestadores de serviços, para se engajarem activamente na Campanha Agrária que hoje lançamos oficialmente.

Vamos redobrar esforços com vista à realização atempada da sementeira, aumento da vigilância da sanidade vegetal e animal, melhoramento do aproveitamento das terras húmidas e dos regadios já construídos para o cultivo intensivo de hortícolas.

Vamos redobrar esforços na pulverização dos cajueiros, na instalação de sistemas de rega em áreas com potencialidade, o que permitirá o uso racional da água.

Vamos melhorar as pastagens, através do fomento do cultivo de forragem, gestão equilibrada dos recursos e produtos florestais, incluindo os não madeireiros, na capacitação dos camponeses, agricultores e criadores, em técnicas e tecnologias promotoras de aumento de produção e produtividade.

Os Governos Central e Provincias devem prover extensionistas e assistência técnica aos agricultores, através da disponibilização de sementes melhoradas, equipamentos de produção e toda a dimensão de insumos agrários. A produção de comida e a auto-suficiência são o foco da nossa abordagem para a presente campanha agrícola. Auguramos sucessos!

Minhas Compatriotas, Meus Compatriotas!

Tendo dito estas palavras, declaro solenemente lançada a Campanha Agrária, a que denomino Agricultura: Missão 2016/2017.

EXPANDIR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA FORTALECER O DESENVOLVIMENTO HUMANO E DINAMIZAR A ECONOMIA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração do Centro Distribuidor de Água de Intaka.
Maputo, 26 de Outubro de 2016.

Senhor Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Embaixador da República da França em Moçambique;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Matola;

Senhores Membros do Governo da Província de Maputo;

Senhor Director-Geral do FIPAG;

Estimados Parceiros de Cooperação;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e meus senhores!

Saudamos a população de Intaka, anfitriã e dona deste projeto que a partir de hoje vai contribuir para a melhoria da vida da nossa população.

Saúdamos igualmente, o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, ao Governo da Província de Maputo e o Município da Matola, pela materialização desta importante infraestrutura de abastecimento de água, que vai beneficiar a Cidade de Maputo, Matola e Boane.

Ao empreiteiro e fiscal da obra, por terem garantido uma obra de qualidade e dentro dos prazos acordados, expressamos o nosso apreço. Uma saudação especial endereçamos ao Governo da República da França parceiro directo do Governo neste empreendimento.

Caros Participantes!

A água é um bem essencial para a vida de qualquer ser humano, sendo também um direito que todas as sociedades devem garantir aos seus cidadãos, porque "sem água não há vida".

Fornecer água potável a homens, mulheres e crianças é uma forma segura de promover o capital humano, pois pessoas saudáveis são mais produtivas e as crianças e jovens podem ter melhores resultados na sua formação.

Por essa razão, o melhoramento das condições básicas do Homem só pode ser atingido na plenitude mediante o investimento na provisão de serviços essenciais, com destaque para a água potável.

É deste modo que na agenda do Governo pontifica o investimento em infraestruturas de produção, armazenamento e distribuição de água.

Não obstante a conjuntura económica difícil que vivemos, em 2016, foram reabilitados e expandidos 4 sistemas de abastecimento de água para as cidades de Quelimane, Inhambane, Nacala e Beira, que estão a beneficiar mais de 30.000 cidadãos.

Paralelamente a esta expansão e provisão de água pelo Governo, ainda no presente semestre, vai iniciar o estabelecimento de ligações domiciliárias nos distritos de Marromeu, Maganja da Costa, Changara e Chinde, citando alguns exemplos.

No que tange à expansão do abastecimento de água, foram instalados 181 km de rede de distribuição de água, sendo 50 km em Cuamba; 45 km em Maputo; 80 km em Nacala e 6 km em Quelimane.

Caros Compatriotas!

No dia 08 de Outubro de 2014, na cidade de Matola, assumimos o compromisso de trabalhar incansavelmente para assegurar o fornecimento da água, este líquido precioso, para as famílias necessitadas.

Hoje estamos aqui para fazer a entrega do Centro Distribuidor de Água de Intaka, produto resultante da parceria entre o Governo de Moçambique e a Agência Francesa de Desenvolvimento, num investimento de cerca de 40 milhões de Euros.

Com esta infraestrutura, vamos aumentar a capacidade de reserva de água, que permitirá uma produção diária de 7.500 metros cúbicos, que vai beneficiar mais de 87.500 pessoas.

Com esta capacidade instalada, os Bairros em expansão de Intaka, Zimpeto, Khongolote, Boquisso, Mali, Cumbeza, Agostinho Neto, Muhalaze, 1º de Maio, Matlhemele, Golhoza e Mucatine estão dotados de água para responder a crescente demanda de diferentes sectores.

É nesta perspectiva que o nosso Governo vai continuar a realizar mais obras de construção e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, com destaque para a nova Estação de Captação e Tratamento de Água em Corumana e em Sábié, bem como novos Centros de Distribuição de Água em Marracuene, Guava, Matlemele e na Matola-Gare.

Estas infraestruturas, para além de duplicarem a actual cobertura, vão permitir abastecer cerca de 900 mil pessoas em outros bairros não abrangidos pelo sistema que hoje inauguramos.

Vamos iniciar a reabilitação da Barragem de Corumana, que vai reforçar o abastecimento da Região de Maputo, uma vez que o rio Umbelúzi já se mostra insuficiente para responder a

crescente demanda.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com acções concretas, como esta, que queremos ampliar o desenvolvimento e progresso de Moçambique!

O que hoje estão a testemunhar aqui em Intaka, está a acontecer um pouco por todo Moçambique em diferentes áreas de desenvolvimento do nosso País.

Queremos apelar ao Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, mais concretamente o FIPAG, para que continue a gerir o sistema e as infraestruturas com maior rigor e profissionalismo, por forma a assegurar o abastecimento permanente e fiável de água às populações.

Caros Compatriotas!

É necessário que tenham consciência de que a água tem um valor económico e um custo para o seu fornecimento. Por isso, queremos instar à toda a população para usar racionalmente a água disponível, sem disperdício e com sentido de poupança.

A tarefa de conservação desta importante infra-estrutura, que é vossa, está sobre a vossa responsabilidade. Queremos que esta infra-estrutura perdure por muitos anos e cumpra o seu papel económico e social.

Por último, quero, mais uma vez, agradecer a população de Intaka por ter sabido esperar por esta obra. Valeu a espera: a infra-estrutura está aqui, está funcional, é vossa e devem usá-la adequadamente.

Muito obrigado, pela Atenção Dispensada!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do culto religioso na Igreja Velha Apostólica de Moçambique.
Maputo, 14 de Fevereiro de 2016.

Reverendíssima Apostolo, Jaime César Matlhombe,

Senhor Vice Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos,

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor Presidente do Conselho Municipal de Maputo,

Prezados crentes da Igreja Velha Apostólica de Moçambique,

Caros Irmãos em Cristo,

Minhas Senhoras, meus Senhores.

Antes de mais, permitam-me manifestar a nossa profunda satisfação pelo convite que nos foi formulado e pela oportunidade e privilégio de podermos participar deste importante encontro ecuménico dirigido especialmente para a educação moral dos jovens fiéis da Igreja Velha Apostólica em Moçambique.

Um dos valores estruturantes do Estado Moçambicano assenta na sua laicidade. A Laicidade do Estado significa, entre outros aspectos, que o Estado reconhece e valoriza as actividades das confissões religiosas, visando promover um clima de entendimento, tolerância, paz, o reforço da Unidade Nacional, o bem-estar espiritual e material dos cidadãos e o desenvolvimento económico e social, conforme reza a nossa Constituição da República.

Caros irmãos,

Sendo esta a nossa primeira oportunidade que interagimos, na qualidade de Presidente da República, gostaria de exprimir os nossos agradecimentos pela vossa participação e contribuição nas últimas Eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais, postura que fortaleceu a nossa Democracia.

Em especial a Juventude que divulgou e participou activamente no processo da escolha.

Muito obrigado, Caríssimos irmãos da Igreja Velha Apostólica de Moçambique, pelo vosso apoio e pela vossa confiança!

Irmãos!

A mensagem que foi, transmitida pelo Amado Apóstolo durante a sua homilia mostra o cometimento da igreja Velha Apostólica na transmissão e promoção de valores e cultura de

amor, paz e respeito ao próximo que são fundamentais para uma convivência social harmoniosa e o reforço da coesão Nacional.

Registámos algumas das passagens bíblicas da liturgia que foi proferida hoje a respeito destes valores, que são valores do nosso conceito de moçambicanidade e patriotismo, por isso assumimo-los como parte da mensagem que devemos passar à Juventude de todo o País.

Em Colossenses, Capítulo 3, Versículo 12, diz "Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão, longanimidade;"

E os Provérbios Capítulo 10, Versículo 12, referem que "O ódio excita contendas, mas o amor cobre todos os pecados." Daí que "...amemo-nos uns aos outros; porque o amor é de Deus....".

Falando de amor e porque hoje é dia do São Valentim - Dia dos Namorados, muitas pessoas a nível mundial comemoram esta data oferecendo jantares românticos, cartões, chocolates, jóias ou flores, especialmente rosas.

Nós escolhemos este dia para mostrar o apreço e o amor que temos para convosco e todos os moçambicanos independentemente das suas crenças religiosas ou convicções políticas, participando neste culto de reconciliação, pedindo a Paz para os moçambicanos.

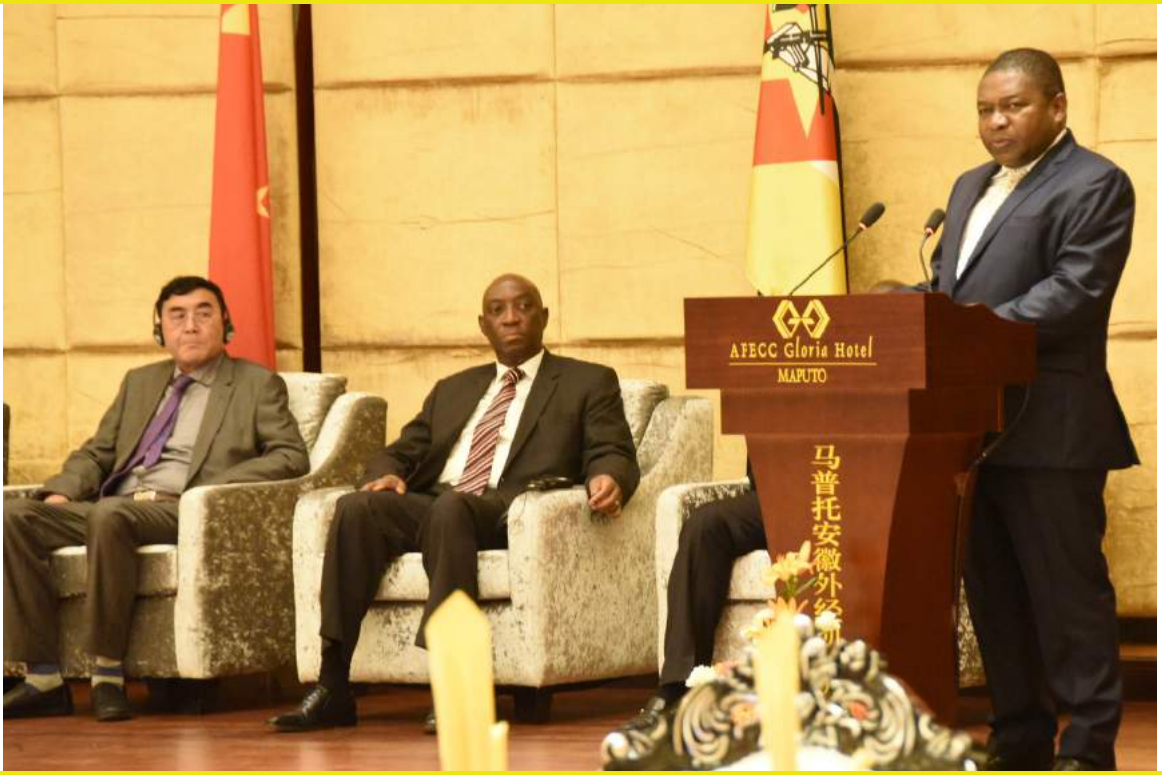
É desejo do nosso Governo ver todo o cidadão em Moçambique feliz, cantando, encantando e dançando como os jovens que desfilaram nos corais lindos e bem organizados que tivemos a oportunidade de assistir.

Agradecemos pela vossa valiosa contribuição, na agenda nacional de consolidação de uma paz efectiva e duradoira.

Para terminar, gostaríamos de encorajar o Apóstolo e os demais Oficiantes a continuarem com esta nobre missão de educar a juventude para que persiga o amor, a paz e o desenvolvimento para o bem-estar de todos nós.

Muito obrigado!

Seja



TURISMO DE NEGÓCIO E EVENTOS

UM DOS PILARES PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração do Maputo AFECC Gloria Hotel, na Cidade de Maputo.
Maputo, 4 de Outubro de 2016.

Senhor Ministro da Cultura e Turismo;

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Senhores Membros do Governo de Moçambique;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhor Vice-Presidente do Grupo AFECC;

Estimados Accionistas e Gestores do Maputo AFECC Gloria Hotel;

Prezados Representantes do Sector Privado;

Caros Trabalhadores deste Hotel;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É para mim motivo de grande satisfação dirigir-me a esta ilustre audiência que veio testemunhar a inauguração do Maputo AFECC Gloria Hotel, um grande empreendimento turístico localizado na prestigiada zona da Marginal, aqui no Distrito Municipal Ka Mahota, na cidade onde Moçambique tem a sua capital, coincidentemente no dia em que os Moçambicanos reflectem sobre a necessidade de paz efectiva, 04 de Outubro.

Esta iniciativa faz parte do Projecto de Desenvolvimento do Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, que vai assumir-se como uma referência nacional e internacional na área de hotelaria e turismo em Moçambique.

Quero aqui reconhecer e saudar o papel crucial do Ministério da Cultura e Turismo, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, parceiro deste projecto, do Governo e do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, que souberam acarinhar esta iniciativa de investimento arrojada e visionária.

Estamos particularmente satisfeitos porque este novo hotel vai contribuir para densificar e diversificar a oferta de produtos turísticos e, em particular, as opções de alojamento de alto padrão na Cidade de Maputo.

Temos consciência de que através deste acto, demos mais um passo com vista a explorar o potencial turístico de Moçambique, que dispõe de mais de 2.400 km de costa e com a facilidade

de combinação dos vários produtos turísticos como a fauna, flora, praia e cultura, conferindo ao país vantagens comparativas em relação aos vários países da região.

Diante da flexibilidade e versatilidade, a área do turismo tem confirmado o seu carácter transversal no panorama económico nacional, manifestando-se como um potente articulador de novas e promissoras oportunidades de negócio.

Prezados Convidados!

Actualmente, o turismo é uma actividade em pleno crescimento, quer no país quer ao nível mundial e com perspectivas bastante promissoras para o futuro.

O sector do turismo contribui com mais de 10% na formação do Produto Interno Bruto mundial, gera receitas que ascendem a bilhões de dólares anualmente e emprega acima de 100 milhões de pessoas, maioritariamente em pequenas e médias empresas.

Pesquisas recentes revelam que a criação de empregos na área do turismo cresce uma vez e meia mais rapidamente do que em qualquer outro ramo do sector industrial.

A atracção crescente de turistas na componente de turismo internacional, que em 2015 ultrapassou 1,6 milhões de chegadas internacionais, adensa a nossa convicção de que temos que continuar a apostar fortemente nesta actividade.

Por outro lado, na componente do turismo doméstico, que é outra aposta do Governo, este sector mobiliza em média 4,1 milhões de turistas. Estes dados, quando colocados, tendo em conta o elevado potencial turístico, mostram que há ainda um longo e sinuoso caminho a percorrer.

Dados em nosso dispor indicam que entre 2011 e 2015 foram aprovados 1.770 projectos de investimento, orçados em cerca de 446,6 milhões

de dólares, tendo os mesmos criados 5.707 postos de trabalho. Em 2015, as receitas do turismo atingiram 193 milhões de dólares , porém a contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto nacional foi apenas de 2,5%.

Em virtude desses indicadores não espelharem o que efectivamente esta área pode contribuir para a economia do País, queremos urgentemente fazer mais, de forma célere, e o melhor possível.

A nossa visão é que, em 2025, Moçambique passe a ser o destino turístico de eleição mais exótico de África, famoso pelas suas excelentes praias e outras atracções costeiras, produtos eco-turísticos sensacionais e uma cultura fascinante, com uma indústria turística de rápido crescimento, integrada e sustentável.

Por isso, ciente do elevado potencial turístico e por ser um poderoso instrumento para gerar emprego e renda, o Governo elegeu o Turismo como uma das áreas catalisadoras do desenvolvimento económico e com efeitos multiplicadores sobre toda a economia e sociedade.

O meu Governo está apostado em alterar o paradigma económico prevalecente, optando por diversificar a sua economia como uma etapa na trajectória que traçamos no sentido da sua transformação estrutural.

Estamos fazer tudo o que está ao nosso alcance para evitar a dependência excessiva em relação à exploração de recursos naturais, mormente os minerais e hidrocarbonetos, bem como a produção e exportação de matérias-primas, permitindo assim contornar os riscos inerentes à volatilidade dos preços dos produtos no mercado internacional.

Ilustres Promotores do Desenvolvimento Económico;

Estimados Convidados!

Da visita que fizemos e da informação que tivemos, concluímos que estamos perante o maior hotel do país.

Ficamos, agradavelmente, a saber que o hotel actualmente conta com 142 trabalhadores, dos quais 120 são nacionais, a trabalhar nas áreas de gestão, operação e manutenção, para além de terem contratado 2.000 trabalhadores moçambicanos na fase de construção e 100 chineses.

Gostaríamos de aproveitar a ocasião para exortar os investidores, operadores e agentes da cadeia de valor do turismo para:

- Apostar na capacitação e profissionalização dos agentes turísticos para a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolver novos pacotes, produtos e serviços turísticos, promovendo o turismo doméstico e de negócios, fortalecendo a combinação entre trabalho, cultura e lazer;
- Fomentar a consciência de que o turismo não se faz perigando o ambiente e que todos os utentes deste hotel devem preservar esta bela praia que temos em frente.

Esperamos que este Hotel seja local de alojamento, lazer, entretenimento, para quem busca sossego, onde possa apreciar saborosos pratos da rica gastronomia moçambicana, chinesa e internacional e que seja um efectivo ponto de encontro de mulheres e homens de negócios.

Queremos aqui e agora enaltecer este projecto de raiz, uma iniciativa que vai desenvolver-se, acompanhando o desenvolvimento do País e que só foi possível implantar porque os promotores acreditaram no future económico risonho de Moçambique.

O momento económico difícil que vivemos não se compadece apenas com palavras, mas com realizações como esta, que vão certamente ajudar no relançamento económico que estamos laboriosamente a projectar.

Neste contexto, queremos dirigir uma palavra de apreço aos sócios e gestores do Maputo AFECC Gloria Hotel, pela sua visão estratégica, propósitos claros e persistência, que manifestaram ao conceber e implementar um projecto que concorre para a materialização do nosso Programa Quinquenal do Governo (2015-2019) e para o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo (2016 - 2025).

Caros Participantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Como Governo, continuaremos a implementar as reformas conducentes à simplificação de procedimentos e celeridade na tramitação de documentos de projectos, visando tornar o ambiente de negócios mais atractivo para o investimento turístico.

Com estas palavras e encarando o "Turismo de Negócio e Eventos Como um Pilar para a Geração de Emprego e Renda", declaro oficialmente inaugurado o Maputo AFECC Gloria Hotel, na Cidade de Maputo.

Muito Obrigado, pela Atenção Dispensada!

Congratulations
NOVO AFECC GLORIA HOTEL
Inaugurado Por Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi
Presidente da República de Moçambique
Aos 4 de Outubro de 2016

PROCESSAMENTO DO CAJÚ

BUSCANDO ALTERNATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração da fábrica de processamento de cajú em Nampula.
Nampula, 8 de Novembro de 2016.

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhor Governador da Província de Nampula;

Senhores Membros do Governo e Vice Ministros;

Senhor Administrador da Cidade de Nampula;

Senhor Presidente do Município de Nampula;

Senhor Director-Geral da Korosho Moçambique;

Senhores Membros do Governo Provincial e Distrital;

Estimados Líderes Comunitários;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Antes de mais, quero manifestar, em nome do Governo de Moçambique e no meu nome próprio, a minha satisfação por estar a dirigir a cerimónia de inauguração de mais uma unidade industrial da Empresa Korosho Moçambique.

Este grupo empresarial está a prestar a sua colaboração na busca de alternativas para a diversificação da economia moçambicana, desta vez, através de uma iniciativa para o processamento da castanha de caju na Província de Nampula.

Endereçamos as nossas mais calorosas saudações a todos os que se dignaram a participar deste momento festivo, que constitui mais uma pedra na construção e consolidação do nosso jovem edifício económico.

Caros convidados!

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento aposta na industrialização como uma das principais vias para alcançar a prosperidade económica e competitividade, assentes num modelo de crescimento inclusivo e sustentável, no processo de exploração dos recursos naturais.

Isto quer dizer que a indústria continua a ser uma das prioridades para a transformação estrutural da nossa economia, rumo ao crescimento qualitativo do Produto Interno Bruto, com consequências positivas para a inserção no mercado mundial.

A industrialização cria emprego, assume, igualmente, um papel socializador, ao envolver todos os segmentos sociais no processo produtivo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Aquando do lançamento da campanha agrária 2016/2017, no Distrito de Mopeia, na Província da Zambézia, reafirmarmos que o desenvolvimento de culturas de rendimento continuará a merecer atenção do Governo como fonte de renda das famílias.

A produção da castanha de cajú, uma cultura integralmente aproveitada na cadeia de valor, faz parte das culturas que sempre tiveram apoio privilegiado do Governo.

No âmbito da promoção industrial, nos últimos anos, temos vindo a implementar políticas que protegem a indústria, através da imposição da sobretaxa nas exportações da castanha bruta, na ordem de 18 a 22%, incentivando assim o crescimento da indústria nacional.

Adicionalmente, o Governo tem promovido e atraído investimento para a expansão da cultura do cajú à montante e para o aumento de actividades à jusante da cadeia de valor deste produto nacional. Esta promoção tem estado a estimular o surgimento de iniciativas de investimentos ligados à esta cultura, ao nível de todo o território nacional.

O impacto directo destas acções são os novos postos de trabalho que têm sido criados ao longo do país.

Na campanha passada, a produção da castanha de cajú situou-se em cerca de 34.390 toneladas.

A fábrica que acabamos de inaugurar com uma capacidade de 10.000 toneladas/ano é de facto uma contribuição para o alcance dos objectivos do Governo.

Este empreendimento vem também responder a um dos objectivos do Plano Director do Cajú que prevê um maior volume de processamento nacional da castanha, o que irá influenciar outro objectivo ligado à disponibilidade de "Mais cajueiros e castanha de melhor qualidade".

Isto significa que esta fábrica traz soluções para os problemas, mas também traz novos desafios aos produtores do caju. Coloca mais pressão ao sector de caju devido à exigência da elevação dos níveis da sua produção.

Com a entrada em funcionamento desta fábrica, esperamos maior crescimento no valor de exportação da amêndoa de cajú.

Exortamos para que mais projectos como estes, sejam operacionalizados no nosso país, pois, eles tornam estável a vida dos nossos compatriotas envolvidos em toda cadeia produtiva: a

partir do produtor, vendedor de insumos até aos que operam na transformação, passando pelo comerciante.

Com muito regozijo, elogiamos e encorajamos as iniciativas empresariais da Export Trade Group, pois ainda temos muito presente a memória da inauguração de uma fábrica de processamento do feijão, na cidade da Beira, para além da outra fábrica de processamento de cajú instalada no Distrito de Chiúre na Província de Cabo Delgado.

Para terminar, felicito vivamente a Direcção da Empresa Korosho Moçambique, por mais esta iniciativa.

Acreditamos que, com boas práticas de gestão, poderão atingir metas que garantam um incremento dos níveis de exportação deste produto de orgulho nacional e de captação de divisas para o país, contribuindo assim para o desenvolvimento económico do país.

Muito obrigado, pela atenção!

O IMPERATIVO DE ESTIMULARMOS A PRODUÇÃO NACIONAL DO FRANGO, PARA SERMOS AUTO-SUFICIENTES E SUBSTITUIRMOS AS IMPORTAÇÕES

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Seminário Nacional dos Actores – Chave da Cadeia de valor da produção do frango.
Nampula, 8 de Dezembro de 2016.

Senhor Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar;

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhor Governador da Província de Nampula;

Senhores membros do Governo e Vice- Ministros;

Senhor Administrador do Distrito de Rapale;

Caros Intervenientes da Cadeia de Valor da Avicultura;

Ilustres Produtores;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras, Meus Senhores!

Queremos saudar a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste Seminário que junta, com o mesmo propósito, os intervenientes-chave da cadeia de valor da produção de frango, com o objectivo de juntos encontrarmos os melhores caminhos para incrementar a produção nacional de frangos.

Uma palavra de apreço vai para os Ministérios da Agricultura e Segurança Alimentar e da Indústria e Comércio, pela sua organização e ao Governo da Província de Nampula, por ter acolhido o evento e se ter envolvido em todas as etapas, da sua preparação até a realização.

Aos presentes, endereço o meu profundo agradecimento por cá estarem, esperando que o seminário traga novas ideias, sugestões e permita construir o cometimento de todos em torno dos grandes propósitos para aumentar significativamente a produção de frangos em Moçambique.

Caros Participantes!

Gostaria de iniciar a minha intervenção, considerando o grande contributo da segurança alimentar no desenvolvimento de qualquer nação.

Aquando da minha tomada de posse como o Chefe do Estado Moçambicano, a 15 de Janeiro de 2015, comprometi-me a colocar o sector agrário, que inclui obviamente a avicultura, no centro da nossa acção governativa.

Este evento é um sinal firme de que estamos a agir em consonância com os nossos propósitos

de acabar com a fome e a subnutrição e produzir o que ainda importamos.

Justifica-se a realização deste evento, pois, é nossa convicção de que podemos ser auto-suficientes e podemos substituir as importações de frango pela sua produção interna e até exportar.

A nossa acção insere-se no quadro das prioridades estratégicas constantes no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, visando aumentar a produção e produtividade em todos os sectores, com ênfase para a agricultura, produção animal e pescas.

Minhas Senhoras, Meus Senhores!

A realização deste seminário, com os actores da cadeia de valor de produção de frangos e ovos, para traçarmos estratégias de modo a sermos auto-suficientes, faz parte de um pacote integrado de várias acções que temos vindo a realizar e que vamos continuar a realizar, para tornar o sector agrário numa verdadeira pedra angular para o desenvolvimento económico integrado e sustentável do País.

A título de exemplo:

i. Realizamos entre 11 e 12 de Setembro corrente, em Gondola, Província de Manica, o Primeiro Fórum Empresarial dos Sectores Agrário e Pesqueiro;

ii. No dia 10 de Outubro de 2016, presidimos o "Retiro sobre Agricultura e Pescas", na Presidência da República, na Cidade de Maputo;

iii. Na sequência das recomendações destes dois eventos, o Governo aprovou recentemente um Plano Operacional para Produção de Alimentos;

iv. No lançamento da campanha agrária 2016 – 2017, em Mopeia, recomendámos a todas as províncias para se especializarem na produção de pelo menos três culturas, sendo duas viradas para a segurança alimentar e uma para a exportação.

v. De Mopeia, fizemos saber que o denominador comum ao nível nacional é a produção de milho, hortícolas, ovos e aves; e,

vi. Hoje estamos aqui para, junto dos principais intervenientes na cadeia de produção de frangos, discutir ideias e criar sinergias sobre os melhores mecanismos para estimular a produção nacional do frango para tornar o País auto-suficiente e evitar a sua importação.

A sequência destes eventos e as medidas tomadas pelo Governo não é obra do acaso.

Resultam da programação do que pretendemos, num futuro breve e da convicção de que só juntos e em concertação permanente, podemos acabar com a fome, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e gerar mais rendimentos e empregos.

Estas acções denunciam a nossa insatisfação com os níveis de produção e produtividade neste sector, particularmente, no que tange à produção de frangos.

Estamos preocupados porque mais de 1.5 milhões de moçambicanos ainda vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Estes eventos e medidas são um verdadeiro chamamento a todos os actores-chave da cadeia de frango, entre produtores, Governo, sector privado, parceiros, para conjuntamente e de forma coordenada, engajarmo-nos na produção de alimentos para o combate à fome.

É justo reconhecer alguns avanços registados nos últimos tempos, porém a verdade manda dizer que ainda estamos longe do nosso sonho.

Caros Intervenientes da Cadeia de Valor da Avicultura!

Os dados indicam que, há dez anos, a produção avícola em Moçambique, era de menos de 6.000 toneladas.

Com as acções realizadas e medidas tomadas pelo Governo, em parceria com o sector privado, actualmente, a produção situa-se em 75.000 toneladas. Ainda é insuficiente para cobrir as necessidades de consumo interno.

O sonho é que, no futuro, Moçambique conste da prestigiada lista dos países maiores produtores de frango do mundo, uma lista em que pontificam os Estados Unidos de América, o Brasil, a China, a Tailândia, entre outros.

A situação crítica que o país vive actualmente, ao nível económico, deve constituir um factor impulsionador para a concretização deste sonho.

Queremos levar connosco todos os intervenientes da cadeia de valor do frango a trilhar o caminho da realização deste sonho.

Para isso, temos que juntar sinergias para termos um sector agrário cada vez mais próspero, competitivo e sustentável, que proporciona segurança alimentar e nutricional a todos os moçambicanos e que gera mais renda a favor de todos os intervenientes da cadeia.

Nesta sequência, o sector avícola deve assumir-se como um dos vectores de inclusão económica em Moçambique, por ser uma actividade que promove as ligações necessárias entre os grandes,

médios e pequenos produtores e fornecedores.

Tendo em conta que a maior parte dos intervenientes da cadeia de valor localiza-se nas Cidade e Províncias de Maputo, Manica e Nampula, convidamos os produtores de frangos e ovos noutras províncias do país a participarem neste evento com as suas experiências e visão com vista a aumentar os valores da sua produção.

Convidamos ainda a todos os actores da cadeia de valor do frango a olhar com atenção para cada eixo da cadeia de valor, pois existem ainda múltiplas oportunidades de negócio a explorar lucrativamente.

Referimo-nos às matérias primas para a produção de ração, por exemplo: a soja, o milho e outros. O processo de produção de ração, produção de ovos e de pintos, a criação de frangos, fornecimento de medicamentos, o matadouro, o processo de conservação de frango, transporte e distribuição, comercialização e todos outros que directa ou indirectamente contribuem para a produção de frango.

Em cada eixo da cadeia de valor que acima mencionamos, há espaço para aumentar a produtividade, gerar mais empregos e elevar a renda das famílias envolvidas.

A nossa expectativa é que a massificação da produção de frango possa galvanizar o desenvolvimento económico integrado.

Por outras palavras, estamos a dizer, de forma inequívoca, que "devemos aumentar drasticamente a produção, para acabarmos com a importação de frango" dentro deste ciclo de governação.

Até 2019, na dieta alimentar das famílias moçambicanas, consumir carne de frango ou ovos, não deve ser um luxo apenas reservado para os dias de festa ou quando se recebe visitas.

O frango e o ovo devem fazer parte da rotina da dieta alimentar das nossas famílias.

É nossa obrigação trabalhar afincadamente para que todas as famílias possam ter acesso fácil a preços competitivos dos nutrientes de frango e seus derivados.

É o mínimo que podemos proporcionar ao nosso Povo e contamos com a sua própria participação.

Satisfaz-nos e encoraja-nos o facto de os moçambicanos serem um povo trabalhador e que vai abraçar esta iniciativa com muita energia, de modo a sairmos vitoriosos.

Distintos Actores da Economia Nacional!

Elegemos a cadeia de valor de frango como alvo da nossa atenção especial por ela ser estratégica na segurança alimentar e também pela sua importância social e económica à escala nacional.

A nossa aposta na avicultura fundamenta-se no facto de ela:

a) Gerar, directa e indirectamente, muitos postos de emprego, além de ser um investimento bastante seguro para o produtor rural e das zonas peri-urbanas;

b) Contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional dos moçambicanos, pois a carne de frango e o ovo são fontes ricas de proteínas;

c) Constituir uma fonte para a geração de rendimento e de receitas para famílias de baixa renda, para as empresas e para o Estado, este último, através da arrecadação de impostos; e,

d) Reduzir os níveis de importação de alimentos de origem animal e aumentar as exportações.

Apesar da sua importância socioeconómica, estamos cientes de que a cadeia de valor de frango é também revestida de factores críticos que afectam negativamente a sua estrutura produtiva. A título de exemplo, podemos apontar:

a) Os elevados custos de produção que ditam o elevado preço de venda ao consumidor final;

b) O contrabando na importação do frango proveniente do exterior;

c) A baixa capacidade produtiva para o abastecimento do mercado nacional;

d) A inconstância da oferta que condiciona a importação com o objectivo de suprir a demanda nos períodos de défice;

e) A fraca qualidade das rações e o tipo de pintos que interferem no crescimento do frango;

f) A reduzida disponibilidade da matéria-prima para a produção de rações; e,

g) A Existência de poucos matadouros profissionais que possuam meios de conservação para grandes quantidades.

Estes e outros factores, associados às fragilidades das interligações entre os actores da cadeia, têm contribuído para a fraca competitividade do frango moçambicano em relação ao frango importado.

Queremos ver removidos os obstáculos no sector avícola, melhorar o ambiente de negócios na área e introduzir incentivos para o seu desenvolvimento integrado, acelerado e sustentável.

Ilustres Produtores e Empreendedores do Sector Avícola!

Como Governo, estamos sensibilizados e temos estado a realizar uma série de acções com vista a melhorar o desempenho do sector avícola.

Como parte desse esforço, foi criado o Grupo de Trabalho da Indústria Avícola que integra: Produtores, Matadouros, Importadores e Governo, com a missão de reflectir à volta dos vários constrangimentos com vista a encontrar soluções que possam estimular e desenvolver o sector da avicultura.

O Governo tem estado a introduzir medidas e políticas de incentivo com vista a estimular o sector agrário no geral e, de forma particular, beneficiar e proteger a indústria avícola nacional, com destaque para:

i. Isenção do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na transmissão interna de bens e serviços no âmbito da actividade agrícola, silvícola e pecuária;

ii. Isenção do IVA na importação das matérias-primas necessárias ao fabrico de rações destinadas à alimentação de animais de reprodução e de abate para o consumo humano, incluindo o milho, a soja e o bagaço de soja;

iii. Adopção e implementação de mecanismos de financiamento à cadeia de valor, através da introdução da linha de crédito da avicultura que visa financiar pequenos produtores, através de um esquema de contratos pré-estabelecidos;

iv. Implementação de mecanismos de controlo de importações do frango através do Sistema de Quotas concedido a alguns importadores; e,

v. Estímulo ao investimento para aumento da produção, produtividade e processamento local de matéria-prima para rações, de forma a evitar as contínuas importações e reduzir os custos de produção desta matéria prima.

Não obstante estes incentivos, ainda persistem enormes desafios de produção e competitividade do sector avícola, o que exige condições competitivas mais favoráveis relativamente ao frango importado.

Como resultado dos constrangimentos ainda prevalecentes, actualmente Moçambique depara-se com um défice de cerca de 9.708 toneladas para cobrir as necessidades de consumo nacional.

As projecções para 2019 indicam que as necessidades de consumo de frango ao nível nacional estarão na ordem das 96.863 toneladas e estaremos a produzir para satisfazer a procura interna e quicá a exportar para outros países deficitários.

Cientes de que a comunicação entre diferentes regiões é importante para todo o processo de produção, procuraremos assegurar a ligação das zonas de produção às zonas de consumo ou aos mercados.

Gostaríamos também de comunicar que estamos envidando esforços no sentido de minimizar os impactos das calamidades que o país tem ciclicamente sofrido e que tem condicionado a realização de investimentos em várias áreas.

Continuaremos com os esforços de pacificação para que a ausência da Paz efectiva não constitua um obstáculo ao sucesso desta iniciativa.

Caros Participantes!

Pretendemos sair deste seminário com propostas concretas sobre questões como:

i) Que acções realizar de agora em diante?

ii) Como fazer?

iii) Que Agentes devemos envolver?

iv) Que recursos envolver?

v) Como fazer a projecção da capacidade de produção interna de frangos e ovos?

Queremos contar com a colaboração da banca nacional, das instituições de investigação e pesquisa para melhorar, cada vez mais, os níveis de qualidade dos frangos e dos ovos que pretendemos produzir e os seus níveis nutricionais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Distintos Participantes!

Gostaria de aproveitar esta ocasião para deixar algumas recomendações relacionadas com a quadra festiva que se aproxima:

i. A todos os produtores e comerciantes de frango, apelamos para que se esforcem para assegurar a disponibilidade de frango e outros produtos nas prateleiras, por forma a que o cidadão possa adquirir os produtos com a devida antecedência;

ii. Às autoridades governamentais, responsáveis pela fiscalização das actividades económicas, recomendamos que estejam no terreno e sejam implacáveis a qualquer tipo de infracção, incluindo o agravamento dos preços em virtude da maior procura; e,

iii. A todos os cidadãos, apelamos a colaborarem com as autoridades, denunciando todas as tentativas de especulação, viciação de balanças, venda de produtos fora de prazo, entre outras irregularidades.

A terminar, quero sublinhar que a solução dos nossos problemas passa por trabalharmos não somente para suprirmos o défice existente, mas também para dispormos de excedentes para a exportação, aumentando, dessa forma, as nossas rendas.

Com estas palavras e a perspectivar um Moçambique auto-suficiente e exportador de frangos, tenho a honra de declarar aberto o Seminário Nacional dos Actores-Chave da Cadeia de Valor da Produção do Frango.

Muito obrigado, pela Atenção!

MOÇAMBIQUE CRIANDO RIQUEZA

PARCERIAS E SINERGIAS NOS SECTORES AGRÁRIO E PESQUEIRO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da Abertura do 1º Fórum Internacional dos Empresários dos Sectores Agrário e Pesqueiro, a realizar-se na Vila de Gondola, Província de Manica. Gondola, 12 de Setembro de 2016.

Senhor Primeiro-Ministro;

Senhor Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar;

Senhor Ministro do Mar, Aguas Interiores e Pesca;

Senhores Membros do Conselho de Ministros e Vice-Ministros;

Senhor Governador da Província de Manica;

Senhores Governadores Provinciais;

Senhor Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA);

Senhores Presidentes dos Municípios de Gondola e de Chimoio;

Senhores Administradores Distritais;

Senhores Directores Nacionais e Provinciais;

Digníssimos Parceiros de Cooperação;

Senhores Representantes das Organizações de Produtores;

Senhores Representantes do Sector Privado;

Caros Empresários;

Ilustres Convidados;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Não preciso de justificar a minha satisfação em estar aqui e abordar convosco os contornos duma das actividades, que constitui o principal modo de ocupação da maioria da nossa população, estou a falar dos sectores agrário, pecuário e pesqueiro.

Estou a falar da actividade que, através da qual, muitos moçambicanos produzem alimentos para o seu próprio sustento e geram renda para suportar as despesas de alimentação, saúde, educação, obtenção de água, vestuário, habitação, energia, entre outras necessidades básicas, logo, trata-se de uma actividade que concorre para a melhoria substancial do bem-estar das famílias, em particular, as das zonas rurais.

Não preciso justificar porque é que este nosso encontro, tinha que ser aqui. Todos sabem que, se cada canto de Moçambique tem tudo para não fazer ajoelhar o nosso país, de fome e outras carências básicas, a província de Manica tem tudo para se adiantar na tarefa que temos de nos pôr em pé.

Optamos por este formato de reunião de modo a permitir que os actores-chave do desenvolvimento agro-pecuário e pesqueiro pudessem convergir e fazer colidir ideias, visões e experiências, de modo a dar um salto qualitativo na implementação da nossa visão de emancipação económica.

Este espaço constituído por visitas de campo, reflexões e debates tem em vista aferir como a agricultura, a pecuária e a pescas podem contribuir ainda mais para garantir a segurança alimentar e nutricional, promover as exportações, a industrialização do País e o incremento do PIB.

É, também, uma oportunidade singular para juntos repensarmos o caminho percorrido e, principalmente, perspectivar as acções futuras no sentido de acelerar o passo na implementação do que projectamos no nosso Programa Quinquenal do Governo 2015-19.

Caros Compatriotas!

Estamos aqui, porque não estamos conformados com a situação de sermos deficitários em produtos alimentares principais! Há anos que a agricultura foi definida como base do nosso desenvolvimento.

Estamos a dizer, por outras palavras, que queremos que o nosso País deixe de fazer parte do mapa da fome e da pobreza. Tudo tem que ser feito para que saíamos da vergonha de termos um país que tudo pode dar, mas que nós, os humanos, não temos sabido tirar o maior proveito possível destas condições que o país nos oferece. Não retiramos dele aquilo que a mãe-natureza propositadamente veio localizar no nosso país.

Estamos a dizer, por palavras directas, que pretendemos que a agricultura, pecuária, florestas, pescas, piscicultura e aquacultura liderem o processo económico de transformação estrutural a que nos propusemos empreender!

Distintos Participantes!

O sector agrário contribui com 25% para o Produto Interno Bruto e constitui a principal fonte de subsistência para 90% das mulheres moçambicanas.

Das cerca de 4.2 milhões de explorações agrícolas, 98.9% são pequenas e empregam 5,7

milhões de pessoas, correspondentes a 72% da mão-de-obra total empregada.

Essas cifras explicam claramente o papel das Micro, Pequenas e Médias Empresas e das mulheres na produção alimentar, operando muitas vezes no quadro da economia informal.

Os resultados modestos obtidos pelos pequenos produtores têm correlação com o contexto marcadamente desfavorável em que operam, conforme indicam alguns dados:

Abaixo de 4% usam fertilizantes; menos de 5% pesticidas; abaixo de 10% adoptam sementes melhoradas; somente 4% utilizam sistemas de mecanização agrícola; menos de 6% tem acesso ao crédito; cerca de 9% tem acesso aos serviços de extensão agrária e apenas 25% vendem regularmente a sua produção no mercado.

Caros Compatriotas!

Volvidos 41 anos da Independência, estes indicadores são preocupantes.

O Novo Ciclo de Governação quer sair desta caixa. Queremos abrir um amplo espaço para o incremento da produtividade agrícola, em termos de uso de novas tecnologias e ampliação dos acessos ao crédito, às infraestruturas, aos mercados e à assistência técnica.

Queremos fazer isso com o sector privado e familiar, queremos fazer com os investidores Nacionais e Estrangeiros.

Quando nos referimos à agricultura, nestas medidas, incluímos a área da pecuária. O sector pesqueiro, tal como sabemos, tem condições naturais favoráveis para transformar a pesca numa actividade de maior rendimento para as famílias. Em palavras simples, estamos a dizer, mais orientada para o mercado. A pesca em Moçambique é uma das actividades que apresenta poucos riscos.

Moçambique dispõe de uma extensão de costa marítima de mais de 2.400 km, da qual as águas territoriais marinhas cobrem uma área de mais de 100.000 km2.

Tendo em conta que Moçambique dispõe de 15.988 km2 de águas interiores, há motivos bastantes para aumentar a produção pesqueira, capitalizando a pesca em mar aberto e a exploração dos recursos pesqueiros actualmente pouco aproveitados.

Entretanto, considerando que algumas pescarias já atingiram o seu máximo de exploração sustentável, a alternativa deve ser a aquacultura, pois o País dispõe de um potencial produtivo aquícola de 1.000.000 de toneladas de pescado, resultantes do cultivo de espécies de água doce, de espécies marinhas em infra-estruturas costeiras ou oceânicas.

Este potencial é três vezes maior que o máximo que se consegue na pesca extractiva, que actualmente é de cerca de 370.000 toneladas de pescado.

Diante deste potencial todo, não temos opção. À medida desta obrigatoriedade temos que transformar o sector agro-pecuário e pesqueiro! Isso requer uma mudança de atitude e de paradigma de desenvolvimento. Queremos enveredar por essas mudanças aliciantes que vão mudar a face de Moçambique!

Compatriotas;

Caros dirigentes e Gestores;

Estimados Dinamizadores da Economia Rural!

"Moçambique Criando Riqueza: Parcerias e Sinergias nos Sectores Agrário e Pesqueiro", não queremos que seja apenas um lema teorizado em função dos apetites intelectuais dos que, todos os dias, devem fazer tudo para que o sector mude tal como queremos.

Para nós, reflecte a mais profunda expressão de que é incontornável a aposta nas parcerias e sinergias entre os agentes económicos e destes com o sector público.

Para nós, reforça a nossa convicção de que juntos, e com uma visão comum, podemos, mais facilmente, cumprir a nossa agenda de desenvolvimento.

Para nós, momentos como este, de planificação, reflexão e acção colectiva, de pequeno, médio e grande produtor, provenientes de todo o território Nacional, oferece-nos ocasião privilegiada para uma discussão desapaixonada sobre os dilemas, desafios e oportunidades do sector empresarial agrário e pesqueiro, na sua multidimensionalidade.

Congregamos aqui agentes económicos, instituições públicas de fomento do sector agrário e pesqueiro, de pesquisa, educação, instituições privadas envolvidas na cadeia de valor, ligadas à provisão de insumos, ao financiamento e à comercialização, bem como operadores vinculados à indústria agrária e pesqueira e parceiros de cooperação.

Este mosaico denso de instituições aqui representadas, que por definição estão ligadas ao desenvolvimento agrário e pesqueiro, é uma expressão concreta de que o desenvolvimento das áreas rurais está no centro da nossa acção governativa.

Por isso, permitam-me que, em nome do Governo e em meu nome pessoal, enderece uma palavra de reconhecimento a todas as famílias rurais e empresas, de todas as dimensões, que estão na vanguarda da luta contra a fome, a pobreza e em prol do desenvolvimento económico do País.

Outra experiência de realce regista-se nas culturas de rendimento e, em particular, nas culturas de castanha de cajú, açúcar e algodão, que têm contribuído de forma crescente nas exportações globais do País.

As exportações do sector agrário representam hoje 16% das exportações globais do País e há condições para incrementar essa cifra.

A título de exemplo, revertemos já a relação de exportação da amêndoa da castanha de caju, passando os números a serem actualmente de 80% de amêndoa processada e apenas 20% de amêndoa bruta.

Há que enaltecer a relação umbilical entre os produtores e os operadores do sector agro-industrial, onde os produtores do caju fornecem matéria-prima aos industriais e estes fornecem amêndoa aos mercados domésticos e de exportação. Os produtores de milho fornecem grão aos industriais de rações e outros derivados e estes aos mercadores consumidores.

Estes casos referenciados expressam o estabelecimento de uma equilibrada e coerente cadeia de valor, beneficiando todos os intervenientes no processo.

A província que nos acolhe, tal como as demais deste nosso amplo e diversificado Moçambique, está repleta de potencialidades e oportunidades de desenvolvimento.

Manica é uma província agrária por excelência! O mesmo podemos falar da Zambézia, Nampula, Niassa, Tete e tantas outras que se orgulham por serem criadoras de gado ou excelentes zonas de pesca.

Manica é a terra do milho, das hortícolas diversas, das madeiras de alto valor comercial, do algodão, do chá, dos citrinos, da manga e da banana, das carnes vermelhas de bovinos e caprinos, dos frangos e ovos.

Manica está, ainda mais, abrindo-se a novos nichos de mercado para produtos como "baby Corn", piri-piri, macadâmia, couve-flor, brôculos, gergelim, soja, abacate, litchi, codornizes e mel.

É aqui onde funciona um campo de experimentação para a produção de peixe tilápia, em tanques e gaiolas. Mas na verdade, Moçambique é isto, é toda esta maravilha grávida de recursos.

Através das parcerias e sinergias, as áreas rurais de Moçambique podem ser autênticos viveiros de empregos e alfobre de empresários jovens, futuros farmeiros, que possam transformar os sectores agrário e pesqueiro de subsistência em sectores virados para o mercado e que se apresentem cada vez mais competitivos.

Munidos de uma atitude empreendedora e com capacitação técnico-profissional apropriada, a

crise económica que o país atravessa será de curta duração e pode ser um factor de mudança no sentido de "contarmos ainda mais com as nossas próprias forças".

A desaceleração da economia global e a redução do ritmo de crescimento económico do País, a depreciação da nossa moeda, o aumento galopante da inflação, o défice de produtos básicos alimentares e o consequente aumento do custo de vida, pressionam e colocam ao sector agrário e pesqueiro um desafio acrescido de garantir a disponibilidade e fornecimento permanente dos principais produtos alimentares.

Ilustres Empresários da Agricultura e Pescas!

Temos ainda um grande caminho a percorrer para alcançar os índices ideais de produtividade e competitividade nestes sectores, sobretudo na componente de produção de alimentos para substituir as importações, na produção de matérias-primas em quantidade e qualidade para dinamizar a indústria, bem como no incremento das exportações.

O meu Governo encara o sector privado como parte essencial da solução para os problemas económicos prevalecentes. Por isso, queremos manifestar o nosso total cometimento no estabelecimento de um ambiente de negócios cada vez mais convidativo para o investimento privado, nacional e estrangeiro.

A soberania de qualquer povo está, também, na sua capacidade de produção e auto-suficiência alimentar.

Baseados neste princípio e inspirados na persistência e esforço abnegado que destilamos em outros momentos difíceis da vida da Nação Moçambicana, não iremos vacilar nem nos poupar a esforços, para alcançar a nossa soberania alimentar, é esta a missão da actualidade. Temos a convicção de que juntos venceremos esta batalha.

As mudanças climáticas que afectam o mundo, o continente africano e Moçambique têm efeitos nefastos na capacidade produtiva do país.

Reconhecendo que estes efeitos têm impacto directo na segurança alimentar e nutricional das famílias rurais, agravando a sua condição de pobreza e reduzindo as alternativas de sobrevivência, é importante que os produtores adoptem melhores estratégias de mitigação, de modo a reduzir os impactos negativos na economia.

Igualmente, estamos cientes de que sem a paz e estabilidade no nosso País, não haverá condições adequadas para o desenvolvimento sustentável, particularmente o florescimento da agricultura, pecuária e pescas.

Por isso, temos estado a investir tempo e toda nossa inteligência para que a paz e reconciliação entre a "grande família Moçambicana" volte a reinar definitivamente na nossa "Pátria Amada". Neste desiderato, contamos igualmente com o envolvimento de todos.

Caros Presentes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Este fórum é uma oportunidade de partilha de experiências de sucesso, de divulgação de oportunidades e mecanismos de apoio ao investimento, de estabelecimento de bolsas de contactos entre empresários. Tal como o fazemos quando levamos operadores económicos a países que visitamos, entendemos que internamente é, não só relevante, como sobretudo mais prático.

Assim, esperamos que ele sirva de veículo para termos uma visão comum do caminho a trilhar, rumo ao desenvolvimento integrado dos dois sectores. Não será a única iniciativa e não será só nestes sectores.

A nossa expectativa é de que os ganhos deste fórum não se devem cingir à elaboração, apenas, de bonitos relatórios, sínteses e matrizes. O país está cheio deles. Enquanto forem necessárias, queremos que as reflexões sejam assumidas por todos os presentes e replicadas a todos os níveis, para iluminar a nossa acção futura.

Uma palavra de apreço ao sector privado, particularmente à CTA, que de mãos dadas com o Governo, muito trabalhou para a realização deste evento, o que é uma uma prova evidente de que quando se junta sinergias facilmente se alcançam resultados desejados.

Saudamos o facto de a CTA não optar pelo desespero, estando permanentemente a procura de soluções para os problemas do país.

Saudamos também os investidores ou os aspirantes à investidores estrangeiros que estando a participar neste fórum podem conhecer melhor o potencial agro-pecuário e pesqueiro de Moçambique.

Gostaríamos de saudar aos anfitriães deste Fórum, especialmente a população, o Governo da Província de Manica, os Governos dos Distritos e os Municípios de Chimoio e de Gondola, pela excelente hospitalidade, organização e acolhimento que nos proporcionaram desde a nossa chegada a esta província.

Reconhecemos de forma especial o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, que tecnicamente facilitaram e produziram este

evento.

Com estas palavras e a pensar num Moçambique livre da fome, da desnutrição crónica e da pobreza, apropriamo-nos sem reservas deste 1º Fórum Internacional dos Empresários dos Sectores Agrário e Pesqueiro.

Muito Obrigado, pela Atenção que me Dispensaram!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião das comemorações do 1 de Dezembro, Dia Mundial de luta contra o SIDA.
Maputo, 1 de Dezembro de 2016.

Senhora Ministra da Saúde;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhores Membros do Governo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal de Maputo;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Digníssimos Parceiros de Cooperação Nacional e Internacional;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Gostaria de endereçar as boas vindas a todos os participantes, nacionais e estrangeiros, a estas comemorações do dia 1 de Dezembro, dia Mundial da Luta contra o HIV e SIDA.

Uma saudação especial vai para todos intervenientes que não têm poupado esforços para melhorar a cobertura e o impacto das nossas intervenções.

Volvidos 30 anos desde que foi diagnosticado o primeiro caso de HIV e SIDA em Moçambique, celebramos hoje, dia 1 de Dezembro, o Dia Mundial de Luta Contra o HIV e SIDA, Sob o lema " Por Amor à Vida, Eu protejo-me do HIV e SIDA".

O Dia Mundial de Luta Contra a SIDA é um evento anual que não deve constituir uma única oportunidade para alertar as populações para a necessidade de prevenção e de precaução contra o vírus do SIDA. Deve ser mais um momento, somado a todos os momentos oportunos da nossa vida, para despertar as pessoas, sobre a necessidade de se unirem contra o HIV e SIDA e demonstrar a sua preocupação e solidariedade com os infectados pelo vírus.

O dia 1 de Dezembro é um momento para juntos fazermos uma análise sobre a situação actual do HIV e SIDA em Moçambique e sobre os desafios que temos pela frente para alcançarmos uma geração livre do HIV e SIDA.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Gostaríamos de relembrar a aprovação, em 2015, do IV Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV e SIDA, 2015-2019. Trata-se de um instrumento do Governo que orienta a resposta articulada e multissectorial no controle da doença. Este instrumento fornece um quadro claro

sobre a forma como devemos abordar o HIV e SIDA, bem como os aspectos que devem ser focalizados nessa abordagem. Fornece também elementos sobre a forma como oferecemos os serviços, a forma como coordenamos e usamos os recursos para responder a esta epidemia, quer a nível institucional, quer comunitário.

Gostaríamos ainda de reafirmar a importância da prevenção como nossa prioridade, pois só assim vamos reduzir, de forma acentuada o número de novas infecções pelo HIV.

A nossa abordagem estratégica de prevenção deve estar baseada na comunidade, segmentada por grupos etários, com especial destaque para adolescentes e jovens, particularmente a rapariga dos 15 aos 24 anos de idade e outros grupos de alto risco.

Nas nossas acções de prevenção, devemos melhorar a nossa comunicação através da moçambicanização das mensagens, isto é, com a utilização das línguas nacionais, envolvimento dos líderes comunitários e religiosos, bem como o aproveitamento das práticas socioculturais favoráveis a comportamentos saudáveis.

Acreditamos ainda que a luta contra o HIV e SIDA será vencida pelo esforço coordenado de todos, incluindo as nossas famílias, pois, é sobre elas que recai a responsabilidade de oferecer educação de base às crianças, adolescentes e jovens.

A nós, como Governo, cabe o dever de criar condições para que as mensagens sobre a prevenção do HIV e SIDA sejam transmitidas e partilhadas de forma clara para todos os quadrantes da nossa sociedade.

Temos envidado esforços com vista a aumentar o acesso aos cuidados clínicos e tratamento para as pessoas vivendo com HIV e SIDA ao mesmo tempo que realizamos acções de prevenção.

Estamos convictos de que alcançaremos resultados positivos na resposta ao HIV e SIDA, se todos nos empenharmos nas tarefas de prevenção combinada, que engloba intervenções biomédicas e comportamentais ao nível das comunidades e das unidades sanitárias.

Apostaremos na interligação dos programas de prevenção, tratamento, mitigação, saúde sexual reprodutiva, planeamento familiar, assistência às vítimas de violência doméstica e abuso sexual, entre outros.

Minhas Senhoras, Meus Senhores;

Caros compatriotas!

O ano que está prestes a terminar foi caracterizado por várias actividades relacionadas ao HIV e SIDA que, pelos resultados alcançados, sentimo-nos encorajados a prosseguir com mais

empenho.

Concretamente, neste ano, dentre outras actividades, iniciámos a operacionalização do IV Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV e SIDA;

Realizámos a VI Reunião do Programa Nacional de Combate as Infecções de Transmissão Sexual e HIV/SIDA; e Adoptámos novos critérios de elegibilidade para o tratamento, passando para o CD4 500;

Igualmente, criámos condições técnicas e de sistemas para adoptar as orientações da Organização Mundial da Saúde 90/90/90, que quer dizer: 90% das pessoas vivendo com HIV conhecem o seu estado, 90% das pessoas infectadas têm acesso ao tratamento e 90% das pessoas em tratamento com carga viral suprimida.

A nível global, aprovou-se, por unanimidade, pelos Estados membros, incluindo Moçambique, a Declaração Política 2016 sobre HIV e SIDA – "Resultados rápidos para acelerar a luta contra HIV e acabar com o SIDA como epidemia até 2030".

Em relação à Declaração Política 2016, sentimo-nos estimulados e valorizados porque, no final, vimos a nossa contribuição reflectida na Declaração aprovada. Como parte da nossa contribuição na nova Declaração Política, promovemos uma auscultação nacional envolvendo todas as sensibilidades nacionais e participámos nas discussões de concertação regional.

Caros Compatriotas!

Moçambique registou progressos significativos no combate à epidemia do HIV e SIDA. De 2011 a 2013 registamos uma redução da transmissão sexual do HIV em 25%. Registamos, igualmente, redução da transmissão do vírus do HIV da mãe para o filho em quase metade nos últimos 3 anos, passando de 11.9% em 2013 para 6.2% em 2015.

Queremos assegurar que no final do ano em curso, 922.054 concidadãos infectados com HIV estarão em tratamento anti-retroviral, dos quais 70.241 são crianças, elevando a cobertura para 80% das pessoas elegíveis. Embora tenhamos resultados encorajadores, reconhecemos que ainda há muitos desafios para alcançar um Moçambique livre de SIDA até 2030.

Moçambicanas, Moçambicanos;

Compatriotas!

Um dos aspectos mais críticos, neste particular, é a nossa atitude e a nossa atitude é muitas vezes influenciada pela falta de conhecimento, pelas práticas culturais ou sociais, pelas crenças ou pela forma como vemos e nos relacionamos com o mundo.

Somos então todos chamados a envolvermo-nos de forma activa na adopção de atitudes mais positivas, face à saúde em geral.

Neste desafio, as lideranças, a todos os níveis, desempenham um papel fundamental, pois constituem um foco de importância na consolidação das práticas, crenças e convicções das populações.

Reconhecemos o papel dos líderes comunitários e religiosos, bem como dos médicos tradicionais que detém um conhecimento profundo das mentalidades e temores na comunidade.

Por isso, os líderes, como nossos parceiros na promoção de regras de convivência comunitária, tem uma missão nossa iniciativa de definir programas monitoráveis que estimulem condutas preventivas no que diz respeito à transmissão e contaminação pelo HIV e SIDA, mas também na redução do estigma.

Instruímos os Governos provinciais e distritais para traçar metas e programas com a participação específica destes importantes grupos.

Exortamos, igualmente, para que trabalho idêntico seja desenvolvido em face ao período que se avizinha, de modo a combater veemente e para que sejam eliminadas as causas da malária e doenças diarreicas.

Antes de terminar, permitam-me saudar, em nome do povo e, em meu nome pessoal, aos nossos parceiros que apesar das dificuldades de vária ordem, continuam firmes no seu apoio à nossa luta contra o HIV e SIDA.

Sem este apoio, o nosso país não estaria em condições de responder de forma efectiva à prevenção, ao tratamento e a todo o processo de combate ao HIV e SIDA.

Saudamos a todos actores nacionais, activistas activos e anónimos que, dia a dia, sem poupar esforços, fazem de tudo para salvar vidas e para reduzir novas infecções com HIV.

Uma especial saudação aos trabalhadores da Saúde, pelos esforços para a correcção da tendência de sero-prevalência.

Exortamos a todos, a render uma homenagem aos compatriotas que perderam as suas vidas devido a esta doença. Encorajamos aos infectados e às suas famílias para encarar o futuro com esperança.

Gostaríamos de apelar a todos para juntos reflectirmos sobre os esforços colectivos e necessários para elevar a qualidade de vida dos infectados e gradualmente acabarmos com a epidemia do SIDA.

Unidos e empenhados, vamos alcançar zero infecções, zero discriminação e zero mortes por HIV e SIDA em Moçambique.

Para finalizar, convido a todos a dizer: "Por Amor à vida, Eu Protejo-me do HIV e SIDA".

Muito obrigado, pela atenção dispensada!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da abertura do Seminário de Capacitação dos Directores das Escolas Secundárias em matérias de gestão escolar. Maputo, 22 de Fevereiro de 2016.

Senhores Ministro e Vice-Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano,

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo,

Senhora Graça Machel, Antiga Ministra da Educação,

Senhores Gestores Escolares,

Caros Quadros do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O HOMEM É O CENTRO DA NOSSA GOVERNAÇÃO.

É com renovada alegria que nos dirigimos a todos os presentes e, por vosso intermédio, a todos os gestores do nosso Sistema Nacional de Educação, aos professores, pais e encarregados de educação, alunos e à sociedade moçambicana no geral.

Saudamos a todos os gestores escolares, os professores, os pais e encarregados de educação e os funcionários administrativos das escolas, pelo seu empenho na grande batalha de formação dos moçambicanos.

Saudamos, igualmente, a sociedade que, individual ou colectivamente, se junta aos esforços do Governo, assumindo na prática, que a Educação é Tarefa de Todos nós.

Decidimos hoje falar com profundidade sobre o presente e o futuro da nossa educação, da escola e do País.

Tal como indicamos no nosso Programa Quinquenal, o objectivo central do nosso Governo é melhorar as condições de vida dos moçambicanos, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza, gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça, coesão e reconciliação entre moçambicanos.

Portanto, o Homem moçambicano constitui, para o nosso Governo, o centro de todo o nosso esforço nas mais variadas áreas de acção governativa.

O sucesso do nosso projecto de Desenvolvimento Humano depende da formação e educação, por outras palavras, depende da devida preparação das crianças, jovens e adultos, homens e mulheres moçambicanos, para a vida.

ESCOLA SECUNDÁRIA, SEGUIMENTO DE TRANSIÇÃO

Caros Gestores da Educação!

Por tratar-se de um segmento de transição, a escola secundária é uma verdadeira placa giratória.

Ela não só põe em contacto diferentes níveis etários, subsistemas de ensino, grupos sociais e profissionais, como também concentra, em si, uma enorme complexidade de elementos extremamente desafiadores.

Cabe ao ensino secundário, no essencial, a missão de:

1º Assegurar uma ponte que, mais do que ligar dois níveis de ensino, representa um passo significativo na vida de quem se prepara para as chamadas da idade adulta.

2º Alargar e aprofundar unidades didácticas iniciadas no ensino básico e preparar científica e tecnicamente o aluno para avançar para outros níveis de ensino (médio e superior) e outros subsistemas (técnico-profissional).

3º Ajudar a superar lacunas trazidas pelo aluno a diferentes níveis e garantir a competência cultural, para o aluno saber lidar com as tendências e especificidades locais, regionais e globais.

4º Adoptar ou consolidar princípios éticos e cívicos para o aluno saber viver em sociedade e respeitar o outro.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Escola Secundária concorre para a aquisição de competências técnicas para entrar para o mercado de trabalho, ou para frequentar outros níveis de ensino.

Uma vez que a maior parte dos estudantes deste nível de ensino se encontra na fase delicada da adolescência (13-18 anos de idade) e à crise a que algumas das famílias moçambicanas estão expostas, exige-se que o ensino secundário seja uma plataforma sólida e segura não só na transmissão de princípios, valores e hábitos, mas também para a formação de um adulto saudável, competente e responsável.

É Neste sentido, que para além das responsabilidades que cabem ao Estado, tanto na definição

de políticas e estratégias educacionais, como a nível da governação em geral, é a nível da escola, neste caso da escola secundária, onde se colocam os grandes desafios no sentido de esta cumprir o papel formativo e social que lhe é reconhecido.

Daí que, a materialização da sua missão e das expectativas de toda a sociedade, dependem da forma como as escolas secundárias são dirigidas.

É na direcção onde reside grande parte do seu sucesso e do cumprimento dos objectivos, nelas e para elas definidos.

Queremos convidar todos a revisitarem o Plano Estratégico da Educação 2012-2016.

O Plano em alusão elegeu claramente os três objectivos estratégicos para o ensino secundário, nomeadamente: (i) assegurar o acesso quantitativo, (ii) melhorar a qualidade e, finalmente, (iii) melhorar a gestão escolar.

A realização deste seminário, que envolve gestores de escolas secundárias, resulta desta consciência e reconhecimento do papel que o director desempenha na preparação do Homem que queremos, para o desenvolvimento do nosso País.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Estimados gestores!

DIRIGIR É GERIR.

Dirigir é gerir, independentemente da instituição, da sua dimensão e localização. No nosso tempo, por questões que têm a ver escassez, cada vez maior, de recursos e pelas experiências e conhecimentos acumulados pelas sociedades, estarmos à cabeça de qualquer organização implica que temos de estar conscientes de que dirigir é gerir.

E o que significa gerir, sobretudo, gerir uma escola, mais concretamente uma escola secundária?

Em termos gerais, gerir é a actividade levada a cabo por alguém, ou por um grupo de pessoas, utilizando um conjunto de recursos que podem ser humanos, materiais ou financeiros e com a capacidade de influenciar os outros para atingir determinados resultados.

GERIR É APLICAR CORRECTA E RACIONALMENTE OS RECURSOS DISPONÍVEIS.

Existem, pelo menos, quatro etapas, profundamente interligadas, que definem uma verdadeira actividade de gestão que são: Planificar, Implementar, Monitorar e Avaliar.

Em Moçambique, existem 659 escolas secundárias, com um total de 1.033.538 alunos, com uma idade média de 15 a 18 anos e com 19.655 professores.

O rácio professor/aluno é ainda muito alto, na ordem dos 40 a 50 alunos por professor.

Este rácio ainda não é o que desejamos, sobretudo pelo facto desta média ser apenas aritmética, pela localização desproporcional das escolas e dos professores.

À luz do que dissemos antes sobre as particularidades e importância estratégica do ensino secundário, quais são, pois, os resultados que se esperam que sejam alcançados por aqueles que gerem as escolas que ministram este nível de ensino, em Moçambique?

Esta é a pergunta que a Sociedade nos coloca, é a meta de cada um de nós.

Quem deve ser o Director da nossa Escola Secundária?

São vários e exigentes, mas ao mesmo tempo estimulantes, os desafios que colocamos ao Director de uma unidade escolar de nível secundário, neste novo ciclo de governação.

PERFIL

Um dos importantes requisitos do perfil do nosso gestor é o Conhecimento e a Visão: não se trata apenas de conhecimentos técnicos nas componentes de gestão e na área científico-pedagógica, mas também deve ter conhecimentos de natureza cultural, histórica e filosófica que vão permitir ao gestor escolar maior sensibilidade, flexibilidade e abertura bastantes para lidar com as múltiplas e variadas situações que o trabalho na escola lhe coloca.

Igulamente deve ter capacidade para antecipar e visualizar cenários, ameaças e oportunidades.

Atitude: é outra qualidade exigida a um gestor deste nível de ensino, que procura transformar e moldar personalidades, este deve ser um exemplo de verticalidade na sua conduta diária, o que significa, entre outras coisas, responsabilidade, humildade, honestidade e coragem para operar mudanças.

Comunicação e liderança: um director de escola é, antes de tudo, alguém comprometido com os objectivos da sociedade; é um líder que, através do seu exemplo, mobiliza e motiva a comunidade escolar para o cumprimento do dever de cada um.

Caros Educadores,

Falemos da Disciplina como uma qualidade: trata-se de uma regra básica e essencial quer do

ponto de vista pessoal, quer profissional.

É ela que irá assegurar a credibilidade e a respeitabilidade do director, dentro e fora de escola. Um Dirigente que não se respeita e não lidera pelo exemplo está condenado ao fracasso.

Paciência: vivemos um contexto global de intensas transformações e de situações instáveis, imprevisíveis e que facilmente conduzem ao desgaste a vários níveis e que exigem das pessoas, em geral, e dos gestores, em particular, muita ponderação e serenidade.

Criatividade: exactamente porque a estrutura dos constrangimentos e dos desafios é vasta e complexa, a sua superação dependerá muitas vezes da forma inovadora e criativa como o gestor irá enfrentar os novos e velhos problemas.

Aliás, é dirigente duma instituição científica, por isso, deve estimular o conhecimento e a sabedoria.

Pragmatismo: pelas condições, algumas vezes adversas em que vai ter que dirigir a escola e nos superiores interesses da instituição, o director deverá ser capaz de encontrar soluções adequadas para cada situação, com rapidez e eficácia.

O Pragmatismo ajuda a tomada de decisões em tempo útil.

Rigor: educar é formar, o que implica oferecer um serviço social de qualidade para o desenvolvimento individual e colectivo.

E como fizemos referência antes, o ensino secundário é uma plataforma intermédia que prepara o aluno para o ensino superior, para o mercado de trabalho e para a vida.

Humanidade: num tempo em que, à dimensão planetária, se multiplicam e ganham visibilidade manifestações de desumanização e de desrespeito pela vida humana e tendo em conta a missão e o universo-alvo do ensino secundário, o gestor deve ser um modelo e um difusor de princípios e valores que elevam e distinguem a condição humana.

Não é crime não ser gestor, quando se pode ser outra coisa e talvez onde temos melhor vocação.

Que indicadores qualificam o Director de Escola?

Estimados Directores!

Em relação ao exercício da gestão por parte do director da escola secundária, gostaríamos de destacar os seguintes aspectos que devem constituir de indicadores da sua actividade:

(i) Gestão de qualidade

A qualidade é intrínseca à busca de conhecimento. Daí que essa busca, a todos os níveis, tem que se pautar por padrões elevados.

O que significa que na actividade de gestão este deve ser um princípio fundamental e orientador.

Não nos esquecendo que estamos a moldar jovens com ferramentas cognitivas e comportamentais que irão guiar toda a sua vida futura.

(ii) Gestão de recursos humanos

Tendo em conta que a escola é um lugar de busca, produção e socialização do saber, é importante que o processo de gestão seja participado em todos os seus momentos, que passo a recapitular: planificação, implementação, monitoria e avaliação.

E tendo em conta ainda que educar implica resultados a médio e longo prazos, o processo de gestão só será eficiente e eficaz, quanto maior for a participação e responsabilização de todos, individual e colectivamente.

Quer os que intervêm directamente (direcção, professores e alunos) quer os que o fazem indirectamente (funcionários, pais e comunidade).

Neste sentido, a visão, a acção, a competência e o compromisso do director da escola são cruciais.

A qualidade da gestão de Recursos Humanos, garante o sucesso de qualquer colectividade.

(iii) Professores

Estes é que são os verdadeiros agentes da missão educativa, o que significa que na cadeia dos intervenientes nos processos, devem merecer uma atenção particular da direcção em relação ao seu perfil e à sua actuação.

Se, no geral, todo o professor é um educador, neste nível de ensino, essa dimensão adquire contornos mais vincados.

Como dissemos antes, trata-se de um contexto global de profundas e rápidas transformações.

Não existirá, a priori, mau professor que se manterá no sistema ou numa determinada Escola, se deixar de existir, mau Director que não conhece ou não gere devidamente o seu colectivo.

(iv) Alunos

Uma das grandes prioridades do gestor escolar é a comunicação sistemática com os alunos e

nas acções quotidianas.

O gestor deve fazer com que os alunos assumam que são, de facto, o objecto-alvo do processo educacional, mas que devem ser também agentes-participantes desse processo.

Este facto implicará a sua responsabilização não só na sala de aula, mas também na vida da escola no seu todo, incluindo na própria gestão, da qual deverão participar activamente.

Esta é também uma forma de educar e de preparar os futuros gestores.

(v) Funcionários

Caros Dirigentes de Escolas Secundárias,

Um dos erros mais frequentes cometidos na gestão escolar é o de excluir os trabalhadores não-docentes do processo educativo, devido o trabalho específico que desempenham (secretaria, limpeza, reprografia) que, a nosso ver, é importante para o funcionamento e mesmo para o rendimento pedagógico dos estudantes, sobretudo porque estes trabalhadores são adultos, pais e encarregados de educação e estão permanentemente ao lado do aluno, portanto, estes fazem também parte da comunidade escolar.

Assim, devem merecer uma atenção particular da direcção da escola, tanto para colher a sua sensibilidade e experiência, como para tê-los como colaboradores estratégicos na educação em geral dos alunos, que devem ser ensinados a respeitá-los e a obedecê-los e a construir a fraternidade.

(vi) Gestão de recursos financeiros

Este é, seguramente, um dos grandes desafios que se colocam a um gestor, muito em especial, a um gestor escolar.

Num país como o nosso, onde sabemos que esses recursos são escassos e que muitas vezes existem graças ao apoio dos parceiros de cooperação.

O rigor, a contenção, a transparência e a prática de prestação de contas devem ser princípios seguidos com regularidade.

O director da escola é o principal responsável pela má ou boa gestão deste recurso.

Tenham a consciência de que gerem o pouco que temos e, nalguns casos, o que não temos, para pôr em pé um sector que sabemos que nos trará um futuro risonho como País.

(vii) Gestão de recursos materiais (livros, equipamentos e mobiliário)

Estimados Agentes da Educação!

SABER CONSERVAR É CULTURA DE BONS HÁBITOS.

Uma das grandes acções educativas a serem desenvolvidas pelo director, envolvendo a escola e a comunidade, é a forma responsável como deve ser preservado todo o património escolar.

Mostrar que se trata de um compromisso individual perante um bem público, que foi herdado e que deve servir aos que vêm depois.

Se ao Director e à sua equipa cabe planificar e executar a aquisição, reposição dos equipamentos, mobiliário e materiais didácticos, a sua conservação é responsabilidade de todos.

(viii) Gestão de infra-estruturas: escola, sala de aulas, biblioteca/salas de leitura, laboratórios.

Senhor Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano,

Senhores Gestores Escolares!

Um dos indicadores que merecerá a nossa atenção, é a conservação das Infra-estruturas.

A mesma disposição e empenho deve mover o gestor da escola em relação às infra-estruturas, tal como o indicamos em relação aos equipamentos e mobiliário.

O importante, em termos de utilização, é que existam regras muito claras, incluindo sanções, sobre a forma como se deve utilizar e preservar o património físico.

Cabe ao gestor da escola definir também quem serão os responsáveis pela conservação, devendo incluir os alunos nessa responsabilidade.

Toda a avaria que se verificar na escola deve ser reparada imediatamente e o cumprimento das manutenções programadas deve ser cultura de cada gestor e deve ser incutida no seio dos alunos.

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Um dos componentes que complementa o ambiente escolar é a relação Escola/Comunidade.

Aliás esta prática é uma conquista da Luta de Libertação Nacional, onde o saudoso Presidente Samora Machel definiu a escola como base para o povo tomar o poder.

São inúmeros, por este País fora, e pelo mundo, os exemplos de como a comunidade e as famílias devem estar integrados.

Este deve ser o "modus vivendi" do director da escola secundária, com a comunidade em redor.

Como se costuma dizer, o peixe não vive fora da água. A comunidade integrada na Escola apropria-se desta e protege-a, participando activamente no processo de criação do Homem novo.

Relação com o mercado de trabalho e com a Sociedade em geral

Outra preocupação do director e do seu colectivo, é o inicio do casamento do aluno, futuro cidadão, com o mercado de trabalho e com a sociedade onde vai viver.

Colocando a hipótese de muitos alunos saírem do ensino secundário directamente para o mercado de trabalho e o facto, também, de os empregadores, públicos e privados, surgirem como parceiros importantes da educação, é fundamental que o director da escola invista estrategicamente nesta relação.

ÁREAS TRANSVERSAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

As possibilidades de uma nação se desenvolver são maiores quanto maior for o investimento na transformação dos seus recursos humanos em capital humano. Isto é, assegurar que cada cidadão adquira conhecimentos e competências científicas, técnicas e comportamentais que permitam a resolução eficaz dos problemas colocados nas diferentes áreas de actividade, de modo a produzir valor económico e social.

Neste sentido e no processo de desenvolvimento humano, o ensino secundário, ocupa um papel de enorme relevância como referimos antes.

Trata-se tanto de preparar os alunos para serem profissionais científica e tecnicamente bem preparados, como também cidadãos à altura de todos os desafios que o desenvolvimento do País exige.

Temos que iniciar com o processo de preparação do Homem que defende a economia e a riqueza do seu País.

ÉTICA E CIDADANIA

Ao terminar o ensino secundário, como vimos, uma boa parte dos alunos está em condições de continuar estudos, universitários ou técnico-profissionais; entrar para o mercado do trabalho ou, ainda, exercer a sua vida simplesmente como cidadãos.

Mais uma vez, estes exemplos evidenciam a ideia de que o ensino secundário deve ser encarado como uma gigantesca placa giratória.

Sessões abertas de educação cívica, patriótica e ética podem ser promovidas, envolvendo figuras destacadas da comunidade e da sociedade em geral.

Regras básicas de etiqueta e civismo podem ser ensinadas dentro e fora da sala de aulas.

SAÚDE E HIGIENE

Além de espaço de promoção de campanhas internas de prevenção de pandemias como o HIV-SIDA, malária e cólera, a escola secundária deve desenvolver actividades que garantam práticas de higiene, pessoal e colectiva, que deverão fazer parte da vida dos alunos.

A direcção da escola deve promover regularmente jornadas de limpeza, quer dentro da escola quer fora dela, envolvendo toda a comunidade.

Esta prática educativa pode ser alargada ao envolvimento dos estudantes em actividades produtivas (machambas, fábricas, etc).

Pela sua importância, a educação alimentar deve ser promovida e deve estar aliada às iniciativas, junto de diferentes parceiros, com vista à melhoria dos níveis nutricionais dos alunos.

O director deve ter também uma atenção particular para com os alunos portadores de deficiência, assegurando que estejam criadas, dentro da instituição, condições infra-estruturais, técnicas e pedagógicas para não se sentirem diminuidos nem discriminados.

Esta atenção, deve ser estendida também aos portadores de albinismo, cuja normal integração na vida da escola e sua protecção deve estar assegurada.

Os valores de solidariedade e fraternidade são bem consolidados neste ambiente de convivência.

CULTURA E DESPORTO

Um dos grandes dilemas do nosso tempo, que ocorre também no nosso País, tem a ver com a necessidade de conciliar a cultura local e nacional com as culturas dos outros, por um lado, e de casar a tradição e a modernidade, por outro.

Com os movimentos migratórios dentro e fora do País, esta questão pode tornar-se problemática se não for devidamente gerida e explicada.

A competência intercultural é hoje um requisito importante para a afirmação profissional e social.

O director da escola, junto dos professores e com o apoio da comunidade, deve promover, com regularidade, acções culturais, palestras, exposições, feiras de livros, sessões de narrativas orais, dança, teatro, música, artesanato, pintura e jogos.

A escola secundária é um espaço privilegiado para a identificação de talentos quer artísticos quer desportivos. A prática desportiva, pelo seu efeito formativo, quer do ponto de vista físico quer da personalidade e do desenvolvimento mental deve ser intensamente incentivada, com envolvimento e apoio directo do director da escola.

Caros Gestores Escolares,

Estimados Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Coube-me a honrosa e agradável tarefa de tentar abordar de forma abrangente o tema - gestão escolar.

Considero o tema relevante no que concerne ao aprofundamento dos valores humanos conducentes à melhoria da qualidade de educação em Moçambique.

Esperamos que daqui possam sair com o domínio, ainda que relativo, das prioridades e estratégias do governo na área da Educação e Desenvolvimento Humano, razão pela qual neste ciclo elevamos o sector ao estatuto de um dos pilares que sustentam esta governação.

Desejamos que no fim desta acção de formação sejam capazes de melhorar os resultados pedagógicos das vossas Escolas, desenvolvendo e implementando projectos eficientes e eficazes para o sucesso pedagógico.

Não nos devemos sentir cómodos se o sector não se adequar aos desafios impostos pela nova realidade da Educação e da Sociedade que queremos moldar, para dar resposta às necessidades vitais que o País precisa, com vista ao seu engrandecimento.

Não devemos assistir impávidos a mais um investimento gasto quase em vão, de forma claramente arrepiante, num País onde o Orçamento resulta de uma ginástica e uma luta titânica por eleger e valorizar as prioridades.

O director da Escola, monitora permanentemente, o desempenho do professor, do Grupo de Disciplina ou de Classe e não se surpreende com os resultados negativos nas avaliações do fim do ano.

Facilita o funcionamento do Conselho de Escola porque reconhece o papel deste órgão, na prossecução dos objectivos da educação.

O Director de Escola só o é quando, no seu dia-a-dia, se esforça em superar as dificuldades da sua instituição.

Quando se preocupa com a tramitação do expediente necessário para as promoções, progressões e mudanças de carreira dos seus subordinados.

Quando é alérgico à desistência de um aluno e em especial da rapariga.

A Sociedade moçambicana quer um Sistema Educativo eficaz e eficiente; queremos sobretudo, um Sistema cujo produto é um Homem rico em valores e em conhecimentos firmes.

A terminar, desejamos que este seja um seminário onde todos aprendem e transmitem conhecimentos e experiências, um seminário que sirva de oportunidade para melhorar a qualidade de ensino no País.

Com estas palavras, declaro aberto o seminário de capacitação de Directores de Escolas Secundárias.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

FORMAÇÃO COM RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da cerimónia de graduação no Instituto Superior de Educação e Tecnologia- One World University, em Changalane.
Maputo, 28 de Março de 2016.

Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional;

Senhor Governador da Província De Maputo;

Senhor Administrador do Distrito de Namaacha;

Senhor Director-Geral do Instituto Superior de Educação e Tecnologia (ISET);

Senhor Régulo de Changalane;

Distintos Membros do Corpo Docente e Técnico Administrativo;

Caros Graduados;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Para começar, gostaríamos de agradecer pela amabilidade de me terem formulado o convite e por esta oportunidade singular de falarmos a Moçambique e aos moçambicanos, nesta importante Cerimónia de Graduação.

Saudamos, por isso, e dirigimos uma palavra de apreço a toda a direcção, corpo técnico Administrativo e os estudantes, desta instituição de ensino, bem como a equipa da organização por terem feito este momento agradável possível.

A nossa apreciação é também dirigida aos pais, encarregados de educação e demais familiares dos graduados pelo gratificante apoio prestado aos finalistas enquanto estudantes.

Igualmente felicitamos e com muito orgulho o Governo e a população da Província de Maputo, do distrito de Namaacha e em especial as comunidade de Changalane pela estima e carinho que tem oferecido aos jovens estudantes deste instituto que de forma destacável funciona na zona rural.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Esta cerimónia não é só de graduação, ela é principalmente um exemplo do querer e de persistência de um povo que sabe estabelecer as suas prioridades, apostando na busca das melhores soluções para os seus próprios problemas.

Foi na necessidade da busca de soluções para problemas específicos identificados que se fundou o Instituto Superior de Educação e Tecnologia – One World University, que desde a sua

fundação apostou em cursos com o objectivo de formar quadros capazes de encarar e resolver problemas concretos das nossas comunidades.

Nós encorajamos, por isso, como Governo, aos docentes, corpo técnico e administrativo, pais e encarregados de educação e aos estudantes desta instituição, com realce para os graduados, que interiorizaram a necessidade de se engajar nesta empreitada de formação do homem do amanhã.

Este acto constitui um verdadeiro contributo para a materialização da nossa segunda prioridade neste ciclo de governação: o desenvolvimento do capital humano e social.

A nossa aceitação e vinda a este Instituto do campo, significa a nossa solidariedade com a vossa corajosa decisão, de funcionar no terreno, transformando o campo em laboratório de soluções.

Caros Graduados!

O Ensino Superior em Moçambique está ao serviço dos reais interesses do povo moçambicano, desde 1975, o ano em que conquistamos a nossa independência.

Partimos de uma única Universidade, no entanto, hoje contamos com um universo de 49 instituições, das quais 18 públicas e 31 privadas e com um número de cerca de 157 431 estudantes.

Felicitamos o Instituto Superior de Educação e Tecnologia pelo seu contributo peculiar, tendo em conta que é uma das primeiras instituições do ensino superior a basear-se fora da cidade e, por conseguinte, consentir as adversidades de funcionamento daí decorrentes.

Hoje testemunhamos um desses momentos, onde homens e mulheres chegam ao fim de uma fase.

Os dois cursos que hoje oferecem-nos quadros, a Pedagogia e o Desenvolvimento Comunitário, são de importância fundamental na nossa sociedade.

Moçambique está numa fase em que procura se libertar da fome. Moçambique quer água potável, boa habitação, energia para o seu povo. Precisamos de boas estradas, Moçambique está numa batalha de desenvolver a zona rural.

As vicissitudes naturais caracterizadas por calamidades cíclicas, exigem soluções sustentáveis.

Hoje o Instituto Superior de Educação e Tecnologia entrega ao país jovens devidamente preparados para se juntarem a esta missão complexa.

A formação destes jovens confere a capacidade de despertar as comunidades para tomada

de consciência sobre as potencialidades locais, que lhes permite levar a cabo iniciativas conducentes ao bem-estar de uma forma sustentável.

Estimados Graduados!

O vosso contacto com as comunidades não deve ser impositivo, como se fosse de um mestre para o aprendiz. Ele deve ser baseado na troca de experiências, pois, nas comunidades existe um saber milenar acumulado, transmitido de geração em geração, razão da sua sobrevivência ao longo dos tempos.

É aqui onde reside a vossa missão pedagógica. Para além de conhecimentos práticos que encontrarão nas comunidades, vocês levam junto os conhecimentos que vos permitem abordar os problemas das comunidades, em pouco tempo e de uma forma científica e pedagógica, construir soluções para a nossa sociedade.

Estimados membros da Direcção do Instituto Superior de Educação e Tecnologia!

As nossas instituições sejam elas públicas ou privadas atravessam uma realidade difícil em que há mais procura contrariamente aos recursos humanos, patrimoniais e financeiros existentes para acompanhar o crescimento.

Queremos recomendar a todos e em especial a este Instituto para cada vez mais pautar por uma gestão eficiente e eficaz dos limitados recursos.

É nosso desejo que o Instituto Superior de Educação e Tecnologia de Changalane, aumente cada vez mais o caudal de jovens formados.

Igualmente, queremos que daqui saiam raparigas e rapazes intelectualmente capazes de lutar para a sua auto-confiança e auto-superação como actores com qualidades reconhecidas capazes de competir no mercado internacional.

Um especialista deste estabelecimento não deverá nunca se transformar em vítima do processo, mas sim tornar-se Homem de carácter próprio.

A terminar, queremos desafiar aos graduados a serem persistentes e a prepararem-se convenientemente para a vida. Os graduados que hoje colocamos ao mercado de trabalho são a esperança dos Moçambicanos e não só.

A educação é como uma grande montanha. Quanto mais se sobe a montanha, mais longe se poderá observar.

A nossa expectativa não é a de ver os que hoje testemunhamos a audácia de atingir o ponto mais

alto da montanha do conhecimento, sem, no entanto, possuir a capacidade ou visão necessária no terreno.

Nós acreditamos que farão diferença a favor do desenvolvimento do país.

Desejamos sucessos e nós nos manteremos sempre atentos para acompanhar o vosso percurso.

Tenho o prazer de declarar encerrada a cerimónia de graduação dos cursos de Pedagogia e o Desenvolvimento Comunitário.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no lançamento do Livro "Do sonho à realidade", da autoria de Eneas Comiche.
Maputo, 15 de Março de 2016.

Camarada Eneas Comiche, Autor da Obra,

Senhor Jorge Ferrão, Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano,

Senhora Yolanda Cintura, Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor David Simango, Presidente do Municipio de Maputo,

Senhor Eldorado Dabula, Director do Centro Cultural Municipal Ntsindya,

Senhora Dina Trigo de Mira, Directora da EPM-CELP, Editora do Livro,

Senhora Indira Noronha, Representante do Embaixador de Portugal em Moçambique,

Caros convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Mais um motivo nobre nos ajunta neste momento fraternal, como um povo que cria as suas pausas para reflectir sobre um percurso de vitórias, mas também de desafios: a vida e obra documentada do Dr. Eneas Comiche.

Este é para nós um momento solene, em que a história se nos apresenta nua e crua, reflectindo, com algum detalhe, o fruto das nossas mais variadas escolhas.

Acima de tudo, é um momento de celebração da vida e obra de um dos construtores incontornáveis desta nação de combatentes, desta nação de vencedores, a nação moçambicana.

Quero, por isso, saudar a todos os presentes neste evento e, com particular destaque, o Dr. Eneas Comiche, cuja vida se retrata nesta obra e que, certamente, passa a ser de consumo obrigatório para os que se interessam ou estudam o percurso histórico do povo moçambicano.

Temos aqui dois momentos claros que o Autor nos apresenta: O momento do sonho e o momento da realidade.

No primeiro momento: Sonho, nós temos o Sonho de um "eterno" jovem que se reinventa para se emancipar e conquistar os seus sonhos que afinal já os vive na sua mente. Neste momento, o seu sonho se confunde com o sonho de todo um povo, que estando independente, milita no mesmo sentido: emancipação nos mais variados domínios (científico, tecnológico, económico, político, social e cultural).

O segundo momento é a realidade. Aqui é o Dr. Comiche que tendo sonhado e lutado por uma

causa, vive o reflexo da sua história, vive o concretizar dos seus sonhos e anseios.

Trata-se de um sonho incessante que o faz lutar, até hoje, por um país melhor, por um país de compatriotas que se superam no dia-a-dia para consolidar os alicerces de que vai brotando o futuro melhor.

A realidade do Povo Moçambicano e da sua cultura, de que submerge o Dr Eneas Comiche é uma realidade de lutas, desafios, superação, honras, glórias, alegrias e tristezas, sacrifícios, esperança e desolação.

E o nosso percurso, como Nação, tal como o percurso do Dr Eneas Comiche, retratado nesta obra, que se abre para o consumo público, é o percurso de compatriotas que partilham o mesmo destino, para cuja concretização se fazem eles mesmos protagonistas e narradores.

Por isso, falar de ilustres figuras como o Dr Eneas Comiche equivale a percorrer algumas das vastas, às vezes tortuosas e intrincadas estradas da moçambicanidade e da construção do próprio Estado Moçambicano.

A nossa mensagem, hoje, é clara, assim como o autor nos ensina: é necessário sonhar.

Tudo o que aconteceu na vida do Dr. Comiche, toda a sua obra, o seu legado invejável só aconteceu porque um dia ele sonhou.

Muitas vezes, nós temos medo de sonhar, porque os sonhos levam-nos à audácia, à ousadia e ao trabalho, mas tal como nos apresenta o autor, a nossa realidade, as nossas conquistas e vitórias decorrem dos nossos sonhos.

Caros Convidados,

É por motivos singulares e nobres, que temos a alegria de estar hoje aqui reunidos.

Celebrando a vida de um compatriota que pela grandeza, se faz figura incontornável da história de um povo que se recusa a vergar pelas vississitudes que a própria história nos impõe.

Esperamos que esta seja mais uma de várias obras que nos ajudarão a reflectir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde queremos ir, não só da autoria do Dr. Comiche, mas também de todos os moçambicanos que se entregam ao compromisso de construirem a nação.

Não nos faltam, minhas senhoras e meus senhores, motivos para louvores e celebração neste momento sublime de exaltação do percurso e da obra do Dr. Eneas Comiche e de um merecido ode à moçambicanidade.

Bem haja Dr. Eneas da Conceição Comiche:

- Pela sua coragem de sonhar e lutar pelo seu sonho que foi igualmente de todos nós;
- Pela bravura e entrega que sempre lhe caracterizaram na luta pela construção da Nação moçambicana; e
- Pela capacidade pedagógica, cheia de ponderação e clarividência no exercício das tantas atribuições que o Estado Moçambicano lhe conferiu.

Camarada Comiche!

Esteja certo de que deixou uma obra de valor incomensurável, um nome, uma referência em todos os locais para os quais a missão por Moçambique lhe levou e ainda lhe leva.

Temos em si, companheiro, irmão e professor, exemplo de um exímio e integro profissional e combatente. Temos um Camarada.

Dr, Comiche, o país agradece.

Muito Obrigado!

Discurso de Sua Excelencia Filipe Jacinto Nyusi, Presidente ad Republica de Mocambique, por ocasiao do lancamento da pagina WEB do Presidente Guebuza.
Maputo, 20 de Janeiro de 2016.

Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Antigo Presidente da República;

Senhora Maria da Luz Guebuza, Antiga Primeira Dama;

Senhor Primeiro Ministro;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Permitam–me que vos saúde e deseje a todos bom ano de 2016, mais um ano de trabalho para o Povo moçambicano.

Nós aqui presentes, temos o privilégio de representar os mais de vinte e cinco milhões de moçambicanos e tantos outros amigos de Moçambique em todo mundo, nesta ocasião de celebração do lançamento da página de internet do Antigo Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza.

Armando Emílio Guebuza, cidadão e filho que desde a sua tenra idade serviu Moçambique e o seu Povo até ao mais alto nível de magistratura da Nação, oferece ainda para requalificar a sua entrega, transformando os seus feitos em autêntica biblioteca viva e física ao serviço do seu Povo em todas as dimensões e gerações.

De forma transparente coloca o que sabemos, o que ouvíamos dizer e até o que pensa sobre a sua Pátria–mãe.

Queremos em nosso nome e em nome do Povo moçambicano, saudar e agradecer esta prontidão de sempre nos servir.

Queremos felicitar esta iniciativa que encoraja a todos nós para de uma ou de outra forma continuamente servir à nação e aos moçambicanos.

Camarada Guebuza, aceite que tome este espaço e momento criado pelo seu gabinete na qualidade de Antigo Presidente da República, esta oportunidade em que representamos moçambicanos de todos quadrantes do mundo, rodeado da sua estimada e querida família, para exactamente hoje, o dia mais importante da sua vida, o dia em que festejamos o seu nascimento, lhe desejar longa vida, vida com muita saúde.

Desejamos a si e a sua família êxitos e tranquilidade merecida depois de bem cumprida uma

etapa de prestação de serviço ao Povo.

Nós estamos consigo e com a sua família, Camarada Presidente e dirigimos a si esta mensagem representando milhões de seus Camaradas ao longo do território nacional e na diáspora.

Parabéns, Presidente Guebuza!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da abertura da Conferência Nacional de Validação do Anteprojecto da Política de emprego.
Maputo, 30 de Maio de 2016.

Senhora Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social;

Senhores Membros de Conselho Ministros;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhor Representante da Organização Internacional do Trabalho;

Distintos Participantes e Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É para nós motivo de satisfação procedermos à abertura desta Conferência Nacional de Validação da Proposta de Política de Emprego.

Este é um espaço privilegiado na busca de sensibilidades sobre o processo de criação de mais oportunidades de trabalho para os moçambicanos.

Saudação calorosa dirigimos a todos os participantes deste evento, que constituem uma amostra significativa dos vários segmentos da nossa sociedade.

Esta amostra representa, os trabalhadores, estudantes, académicos, operários, associações de diversa natureza, empresários, jovens, empreendedores, representantes da sociedade civil, de partidos políticos, de associações religiosas, incluindo nossos concidadãos que ainda não conseguiram emprego.

Saudamos, também, os quadros e funcionários do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social e todos os outros que de forma directa e indirecta estiveram envolvidos neste vasto movimento de auscultação.

Este processo feito por moçambicanos permitiu recolher contribuições e constituir consensos, que nos conduziram a esta proposta de Política de Emprego.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A globalização da economia provocou e continua a causar, impactos sociais, económicos e políticos no mundo do trabalho, com influência significativa nas sociedades.

O avanço da tecnologia com efeito directo na indústria produtiva vem impondo às sociedades novas exigências, com particular incidência para a elevação dos níveis de produtividade.

Esta dinâmica faz com que as empresas se tornem competitivas, investindo com prioridade no Capital humano, na inovação tecnológica, nos novos processos de organização do trabalho, de produção e de gestão empresarial.

A necessidade do aumento da produtividade e da competitividade, obriga continuamente as empresas ao recurso à modernização dos sistemas e dos processos produtivos.

Uma das soluções tem sido a do ajustamento regular do seu quadro funcional.

Esta opção traz consigo novos desafios aos trabalhadores, aos quais são exigidas aptidões renovadas e a adaptação permanente às novas realidades do mercado de trabalho.

É do aprender a reaprender permanentemente, ao longo do percurso laboral do trabalhador que dependerá a sua absorção pelo mercado.

Caros participantes!

Mais de 70% da nossa população tem menos de 35 anos.

Esta camada de milhares de jovens talentosos, motivados e enérgicos, constitui um verdadeiro desafio no que tange à criação de oportunidades de emprego para que encontrem inserção no mercado do trabalho.

O emprego, para além de ser um direito do cidadão, é uma das faces visíveis do acesso à riqueza e da inclusão social.

Para além de ser aspiração de todo cidadão, conseguir um emprego e ter um trabalho ao nível das suas qualificações e aptidões, o emprego propicia o rendimento que contribui para a melhoria da vida pessoal e familiar de cada trabalhador e permite o desenvolvimento do país.

O Governo continuará a adoptar medidas que estimulem o auto emprego e a criação e florescimento das micro, pequenas e médias empresas, por considera-las fundamentais para a complementaridade do processo de empregabilidade.

A criação do Observatório do Mercado do Trabalho, com a missão de produzir dados estatísticos fiáveis sobre a situação do Emprego e Desemprego, em Moçambique é uma da medidas que tomamos, nesta governação, para melhor conhecer, mapear, monitorar e permitir uma intervenção racional, equilibrada e integrada no mercado de trabalho.

Sentimo-nos motivados e encorajados ao testemunhar neste evento, o lançamento do Primeiro Boletim Informativo do Mercado de Trabalho. Este Boletim contém, entre outras, a informação

útil sobre emprego, que pode ser usada como instrumento programático e de gestão do Capital Humano para diversos fins.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A ameaça à Paz é uma adversidade que mina os progressos que o país vem registando ao longo de muitos anos, fruto do sacrifício do Povo Moçambicano.O actual clima de tensão que se vive em alguns pontos do centro do país, agrava a pobreza e cria dor e luto nas famílias, para além de destruir a esperança dos moçambicanos.

É, justamente, por estas razões que continuaremos firmes na busca incessante de esforços para a Paz que o país e o povo legitimamente anseiam.

Mais uma vez, apelamos à todas as forças vivas da sociedade para se juntarem ao Governo e aos demais amantes da Paz e darem o seu contributo, cultivando o espírito da Paz, da tolerância e da reconciliação nas famílias, nos postos de trabalho e nas comunidades.

Moçambique não pode continuar a ser o país com o Povo sem perspectivas do seu futuro, o país de desespero.

A solução para o nosso futuro risonho depende de nós os moçambicanos.

Caros participantes!

A composição desta assembleia, faz-nos antever uma sessão de esperança e de trabalho, bastante produtiva.

Aconselhamos que explorem de forma criativa as experiências de outros povos que com sucesso elaboraram e implementaram a política de emprego de forma sustentável.

Faço votos que os debates sejam abertos e construtivos e que cada um de vós saia municiado de informações e conhecimentos que vos permitam melhorar o desempenho individual e colectivo, contribuindo para a afirmação nacional da Política de Emprego.

Com estas palavras declaro formalmente aberta a Conferência Nacional de Validação da Proposta da Política de Emprego.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

TURISMO PARA A PAZ E DESENVOLVIMENTO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da realização da I Conferência Mundial sobre o Turismo para o Desenvolvimento.
Beijing, 6 de Junho de 2016.

Sua Excelência Li Kequian, Primeiro-Ministro da República Popular da China;

Senhor Vice Secretário - Geral da ONU;

Senhor Secretário - Geral da Organização Mundial do Turismo;

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente do Irão;

Excelentíssimo Senhor Vice-Primeiro Ministro das Maurícias;

Excelentíssimo Senhor Vice-Primeiro Ministro do Vanuatu;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com elevada honra e enorme satisfação que me dirijo a todos os presentes nesta 1ª Conferência Mundial Sobre o Turismo para o Desenvolvimento, que decorre sob o lema: "Turismo, para a Paz e Desenvolvimento".

Sentimo-nos gratos por estarmos juntos neste momento memorável e, em conjunto, partilhar experiência de procura de soluções para melhorar a estratégia de actuação deste sector.

Trata-se de um acontecimento susceptível de trazer transformações visíveis nas dinâmicas dos nossos países no que se refere à colocação do turismo como catalizador da promoção da paz e o do desenvolvimento.

Temos a certeza de que as abordagens desta sessão de trabalho, poderão conferir maior robustez e visibilidade ao sector do turismo no mundo e em cada País, quer na componente de captação de investimentos, quer na melhoria de condições de vida dos seus povos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Este evento ocorre num momento crucial em que a economia global é caracterizada pelo seu forte abrandamento.

A queda de preços de produtos de exportação e a retracção do investimento estrangeiro nos países que têm o seu forte na indústria extrativa são os factores mais salientes.

Esta realidade que afecta sobremaneira o sector do turismo, exige a tomada de medidas alternativas para se ultrapassar este marasmo.

O lema da presente conferência: "Turismo, Para a Paz e Desenvolvimento", não podia ser mais feliz e oportuno, por exprimir com clareza o efeito catalisador do turismo na economia e na melhoria de vida da população. Os actos de terrorismo, a ausência da Paz efectiva e a violência, têm estado a afectar de forma significativa a actividade do turismo.

O desenvolvimento do turismo que tem sido, sempre, acompanhado pela modernização de infra-estruturas conexas gera receitas para os países e cria mais emprego para os seus cidadãos.

O sector de Turismo gera sinergias com outros sectores económicos, desempenhando o papel de uma excelente ponte entre os sectores dada a sua transversalidade.

O turismo serve, igualmente, como uma ferramenta de inclusão social.

O turismo por ser, hoje, considerado como um dos principais impulsionadores da economia mundial, foi adoptado por muitos países como uma actividade estratégica nas suas políticas de desenvolvimento.

No actual processo de intensificação da globalização, o turismo tem-se revelado como uma das suas forças motrizes, contribuindo, não só para a disseminação de valores, novos hábitos e costumes, mas também para aumentar a tolerância às diferenças.

O turismo pode, igualmente, contribuir para incrementar o nível de entendimento e de interacção entre os povos, promovendo a paz e concórdia no mundo.

O sector turístico apresenta-se, assim, como um factor de construção e manutenção da paz e da aproximação dos povos e das nações.

Enriquece as culturas e a harmonia na diversidade. A indústria do turismo contribui para a redistribuição da riqueza, sendo por isso uma das maiores promotoras da justiça social, para além da inclusão.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Queremos, nesta ocasião, enaltecer o exemplo da República Popular da China no que se refere ao uso maximizado do seu enorme potencial turístico.

O carácter peculiar da sua arquitectura, a exploração turística das memórias da história universal que se encontram gravadas em todos os cantos do país, a cultura singular e milenar e as pessoas envolvidas na produção da cultura e do turismo, são condimentos que fazem da China uma bela atracção turística de extrema relevância.

Congratulamos a China por não ser apenas um espaço turístico, mas também um dos grandes

promotores do turismo no mundo.

O facto de só em 2014, cerca de 110 milhões de turistas chineses terem visitado diversos lugares do mundo, dos quais 3 milhões visitaram a África, é disso elucidativo.

O Governo de Moçambique, consciente das potencialidades elegeu o Turismo como área de enfoque na sua estratégia de desenvolvimento sócio-económico. O Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015 – 2019, tem no sector do turismo, uma das grandes apostas na sua política de diversificação da economia nacional, assim como é a agricultura, a exploração mineira, a pesca e outros.

Este sector se torna o veio de transmissão da velocidade que queremos imprimir ao desenvolvimento dos demais sectores de actividades económicas no País.

Os indicadores do turismo disponíveis, referem que em 2015, Moçambique registou a entrada de cerca de um milhão, seiscentos e trinta mil turistas, gerando receitas de cerca de cento e noventa e três milhões de Dólares Americanos ainda é pouco, tendo em conta o grande potencial existente.

No que concerne aos projectos de investimento neste sector, em 2015 o país registou cerca de cento e trinta e nove milhões de Dólares Americanos.

Presentemente, o sector emprega mais de 50 mil trabalhadores, em empregos directos, indirectos e induzidos.

Continuamos a dizer que estes indicadores, apesar de representarem um crescimento assinalável em relação aos anos anteriores, estão longe de corresponder às potencialidades que o país oferece.

O turismo de sol e praia de areias brancas e águas cristalinas, o ecoturismo e o turismo cultural, a hospitalidade que caracteriza o nosso povo, a rica e diversificada gastronomia e a gradual construção de infra-estruturas de apoio, são algumas dessas potencialidades com que Moçambique conta.

É por isso que continuamos a aprimorar o desempenho institucional para alcançarmos níveis de excelência na prestação de serviço ao público.

Temos feito intervenções no sentido de criar um ambiente mais favorável ao investimento turístico.

Temos vindo a aumentar a simplificação de procedimentos para o licenciamento de actividades económicas e a dar mais incentivos aos investidores e aos utilizadores das facilidades

moçambicanas.

Aprovámos, recentemente o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo 2016-2025, cuja Visão indica que "em 2025, Moçambique será o destino mais vibrante, dinâmico e exótico de África".

Esta visão incentiva-nos a melhorar a competitividade de Moçambique no Turismo e a desenvolver a acessibilidade e infra-estruturas.

A nossa visão sobre o turismo é um convite directo a todos os investidores e os turistas a escolherem Moçambique como destino paradisíaco e turístico na costa e no interior.

Distintos Convidados!

O sucesso de uma indústria tão transversal como a do turismo depende da capacidade de agregar as partes que directa ou indirectamente participam nesta cadeia de empreitada.

O Turismo posiciona-se hoje como uma importante indústria que gera emprego em todo o circuito de actividade. É elemento de estímulo à manufactura, à agricultura, aos transportes, ao artesanato, à prestação de serviço e a outros sectores da economia nacional.

O turista quer boa estrada, boa comida, boa música, bom atendimento hospitalar.

O turista quer transporte de qualidade, energia, quer comunicar bem. O turista quer a diferença e a excelência. Quer indumentária exótica. O turista quer ver a boa paisagem, a flora e a fauna. Quer qualidade, quer falar na língua em que a voz se torne mais doce nos seus ouvidos.

O turismo não tem fronteiras. O hotel alemão em Maputo, o restaurante Chinês na Beira e estância ou resort Italiano em Cabo Delgado, o parque gerido por americanos em Gorongosa, o desporto aquático promovido por um sul-africano na Ponta D'Ouro. Todos estes unem as Nações e os Povos com Mocambique, todos celebram a paz, promovem o desenvolvimento para os Povos.

Senhor Secretário-Geral da Organização Mundial de Turismo;

Ilustres Delegados!

Queremos fazer uso deste fórum para reafirmarmos o nosso empenho nas actividades da Organização Mundial do Turismo, honrando a eleição como membro do Conselho Executivo desta Organização por mais um período de quatro anos, na 21ª Assembleia Geral, realizada na Colômbia.

Continuaremos a participar activamente nos seus órgãos de concertação de posições entre os Estados Membros sobre assuntos internacionais de interesse comum.

Estamos gratos pelo apoio que os Estados Membros aqui representados nos têm proporcionado.

Esperamos que a nossa interacção nesta conferência possa concorrer para beneficiarmos de apoios técnicos e metodológicos para a implementação das Estratégias de Desenvolvimento do Turismo no nosso país.

Fazemos votos que esta Conferência seja uma ocasião única para o enriquecimento recíproco e o crescimento comum. Sirva de momento de reflexão sobre a valorização e sobre as oportunidades e desafios do crescimento turístico na sociedade contemporânea.

Manifestamos a nossa gratidão e reconhecimento ao Governo da República Popular da China e a Organização Mundial do Turismo pela colaboração e cooperação que temos mantido.

Estamos gratos pela oportunidade que tivemos para partilhar a visão moçambicana sobre o turismo no mundo.

Queremos, por último, felicitar aos organizadores e aos países participantes deste evento e desejar a todos um debate profícuo e proveitoso.

Muito obrigado pela atenção dispensada.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

ESPELHO DA SOCIEDADE E FACTOR DE PROGRESSO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião dos 35 anos da Televisão de Moçambique (TVM). Matola, 24 de Fevereiro de 2016.

Senhor Primeiro-Ministro;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola;

Senhora Directora do GABINFO;

Senhor Presidente do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique;

Senhores Membros do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique;

Estimados trabalhadores e colaboradores da Televisão de Moçambique;

Distintos Profissionais da Comunicação;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com elevada honra e satisfação que participamos nesta gala da Televisão de Moçambique, que comemora 35 anos de emissões televisivas.

Queremos felicitar a todos trabalhadores da TVM, a começar pelos pioneiros e precursores da história da Televisão em Moçambique.

A estes, endereçamos a nossa sincera admiração, pela contribuição que têm dado na construção da Nação Moçambicana que a todos orgulha.

Saudamos, de maneira especial, àqueles profissionais que em momentos e condições difíceis, não medem esforços para cumprir com a nobre e honrosa missão de informar, educar e recriar a nossa sociedade.

Ilustres convidados,

A nossa presença aqui é justificada no quadro da importância que o Governo de Moçambique atribui à Comunicação Social e aos princípios de independência, liberdade de expressão e direito à informação.

Quando há 35 anos e pela primeira vez em Moçambique, nascia a televisão, ninguém acreditava que este seria um meio de comunicação de alcance incalculável, capaz de muito rapidamente

moldar atitudes, comportamentos e fortalecer a nossa moçambicanidade.

Hoje temos no País mais de quinze canais de televisão, oferecendo diversidade e despertando atenção ao nosso Povo.

Crescemos na cobertura do País em informação televisiva, mas ainda não exploramos no máximo o seu alcance por forma a contribuir para a manutenção e preservação da Paz e para acelerar o desenvolvimento do País.

Notamos com agrado a expansão geográfica da infra-estrutura e do sinal da Televisão de Moçambique pelo País inteiro. Há que trabalhar para mais qualidade e levar a mensagem de patriotismo e solidariedade.

Há que assegurar que a reportagem seja feita com objectividade, isenção, profundidade e rigor, cumprindo as exigências do jornalismo responsável que advogamos.

A Televisão de Moçambique, como veículo público de televisão, deve continuar a marcar presença nos momentos mais exaltantes da história do nosso País.

Deve continuar a acompanhar o dia-a-dia dos moçambicanos, veiculando os seus anseios, reportando as suas actividades e conquistas.

Queremos que a nossa televisão continue a valorizar a cultura moçambicana, perpetuando a moçambicanidade, a cultura do trabalho, o diálogo e a harmonia social.

Estamos cientes de que muito foi feito pela Televisão de Moçambique nestes 35 anos.

Porém, ainda temos muitas comunidades que, mesmo beneficiando de energia eléctrica, ainda não dispõem do sinal da TVM, daí que apelamos a direcção a levar o sinal a cada vez mais compatriotas com alguma atenção para os que vivem nas zonas fronteiriças. Dar voz a todos os moçambicanos é missão incondicional da TVM para desmistificar a ideia de que a televisão é para as elites.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Queremos encorajar a Televisão de Moçambique a prosseguir no seu trabalho informativo e formativo, de preservação e elevação dos valores inalienáveis que o generoso e heróico Povo deste País conquistou - a independência, a paz, a soberania, a unidade nacional, o progresso social, a democracia e a tolerância.

Incentivamos a TVM a continuar a promover e a estimular o debate organizado e sério de ideias, a participar na criação de uma opinião pública informada, patriótica, crítica e sobretudo

responsável.

A instituição que hoje homenageamos transporta um referencial histórico-cultural, por ser detentora do maior acervo de imagens sobre o passado recente e o presente da nossa jovem Pátria.

Na condição de maior e mais antiga televisão do País, orgulha aos moçambicanos a sua trajectória. Sintam-se encorajados a continuar a registar essa história. Não vivam apenas de memórias das vossas glórias, saibam que esse é um percurso que só vale quando pertence aos anais da história.

O desafio da TVM é o de recriar-se para posicionar-se no mercado, num lugar que, honrosamente, o tempo e os moçambicanos vos reservam. É tempo de levar à população um produto televisivo que apresenta maior qualidade.

A TVM deve compreender e saber inserir-se num contexto de oferta televisiva que mudou bastante e reconfigurou o consumo do conteúdo de televisão na sociedade moçambicana. São necessárias mudanças profundas e adaptações aos novos tempos.

Hoje o consumidor interage com conteúdos, tanto de televisões abertas como pagas, para além de outras plataformas decorrentes dos avanços tecnológicos.

Hoje o telespectador determina o seu próprio produto e horário de consumo, de acordo com a sua rotina e a sua necessidade, o que, por exemplo, redefine a noção de horário nobre.

Dito doutra forma, o telespectador de hoje, já não é mais aquele de há 35 anos que não tinha alternativas e aceitava o produto televisivo de forma passiva. Não é mais aquele que ia à casa do vizinho para assistir a telenovela, sem opção.

O actual é incapturável, volátil e tem tudo à distância de um clique no controlo remoto. Por isso, as reformas são imperiosas e de carácter urgente.

É nosso desejo que as transformações sejam, tanto qualitativas, como quantitativas. Entendemos que a prestação do serviço público de televisão, cuja continuidade encorajamos, deve ser acompanhada por uma postura e atitude de inovação permanente.

Pensamos que é possível garantir o serviço público e atrair, simultaneamente, audiências e a TVM desempenha bem esta tarefa.

Caros Presentes,

Apesar de toda essa conjuntura à volta do fenómeno televisivo, não poderemos, no entanto,

encorajar a Televisão de Moçambique, a televisão de todos nós, a um posicionamento irresponsável perante a necessidade de manter o Povo unido, em paz e harmonia.

A necessidade de unidade entre todos os moçambicanos e a defesa dos interesses supremos da Pátria, muitas vezes não se compadece com um jornalismo potencialmente sensacionalista.

Não podemos encorajar a televisão de todos nós a levantar muros político-sociais, mas sim a fazer pontes pelas quais passarão todos os moçambicanos, desfrutando do quanto é belo viver em harmonia e longe dos fantasmas divisionistas.

A TVM deve ser um canal pelo qual circulam todos os moçambicanos; a janela de vidro transparente que transmite a certeza dos factos narrados; a porta pela qual entram as denúncias das incorrecções e pela qual saem boas práticas que contribuem para o crescimento de Moçambique.

Não podemos encorajar a televisão de todos nós a servir de arma de arremesso político ou ideológico contra o Povo, de qualquer que seja o partido político.

Não gostaríamos que fosse a partir da TVM que o País começasse a ser despedaçado ou esquartejado. A TVM não é palco de desunião e deve promover o diálogo.

Não podemos encorajar a TVM a privilegiar atitudes de sectores irresponsáveis da nossa sociedade, que apenas se interessam por eles e pelo presente. Aqueles que voluntariamente se demitem da sua responsabilidade face ao futuro de gerações inteiras.

Não gostaríamos de ver na TVM uma apetência tendenciosa de apologia à violência de toda a espécie, ao ódio contra o próximo, à discriminação dos moçambicanos, quer seja com base nas várias crenças político-ideológico-partidárias, quer seja com base na raça, cor da pele, pior ainda se for com base na região, tribo ou religião porque isso fragmenta a nossa sociedade.

A TVM não deve estar na dianteira nem deve participar na onda que promove a desacreditação internacional do nosso País. Nós moçambicanos podemos resolver as nossas diferenças.

A idade da TVM obriga-lhe a não agir de forma emocional face aos acontecimentos em curso na nossa sociedade.

A mais velha televisão do nosso País tem motivo para ser a fonte mais fidedigna de informação do nosso País, deve ser o recurso para os telespectadores obterem a realidade objectiva dos factos

Não poderia terminar, sem antes deixar uma palavra de reconhecimento aos funcionários da TVM, a todos os que em todos os tempos estiveram em frente deste percurso histórico notável

e de qualidade.

Felicitamos, destacadamente, a todos os amigos da TVM, aos jornalistas, aos produtores, aos operadores de câmara, aos editores, aos condutores, aos técnicos de luz e de som, enfim, a todos os trabalhadores desta estação.

Felicidades à nossa TVM, pelos 35 anos de existência e desejamos mais êxitos!

Muito obrigado, pela vossa atenção!

PELA PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E TRANSACIONAL

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente de Moçambique, na cerimónia de abertura do Ano Judicial.
Maputo, 01 de Março de 2016.

Venerando Presidente do Tribunal Supremo,

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo,

Digníssima Procuradora Geral da República,

Veneranda Juíza Conselheira, em representação do Venerando Presidente do Conselho Constitucional,

Digníssimo Provedor de Justiça,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,

Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos,

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique,

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo,

Caros Advogados, Magistrados e Oficiais de Justiça,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras, meus Senhores.

É com renovada honra que, mais uma vez, participamos na cerimónia solene de Abertura do Ano Judicial que neste ano decorre sob o lema "Pela Prevenção e Combate ao Crime Organizado e Transnacional".

Em nome do Governo e em meu nome pessoal, saúdo de forma cordial, a todos os actores da justiça em todo território nacional, pelo início de mais um ano de trabalho.

Desde os primeiros dias do presente ano, temos vindo a ser confrontados com o drama causado pelas intempéries, que tem atingido vários concidadãos ao longo do nosso País.

Queremos aproveitar esta ocasião para reiterar a nossa determinação em prosseguir com os esforços, visando minimizar o sofrimento das famílias afectadas, refiro-me às enxurradas nas Províncias do centro e norte e seca e estiagem na zona sul e um pouco no centro do País.

Infelizmente, assistimos igualmente nos últimos dias, o reiniciar da violência protagonizada por homens armados confirmados da Renamo, que declaradamente anunciaram os ataques que

decorrem na região centro do País.

Ilustres Juízes e Magistrados, Advogados, Agentes da Lei e Ordem, Oficiais da Justiça, minhas Senhoras e meus Senhores. Pese tal situação, a nossa determinação pela manutenção da Paz permanece inabalável.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O lema escolhido para a abertura do Ano Judicial, remete-nos à avaliação sobre os caminhos que percorremos e os desafios que ainda temos para enfrentar o crime organizado e transnacional.

Este lema, é a vossa proposta e resposta ao nosso apelo no discurso inaugural, quando afirmamos que, o combate à criminalidade, em particular o crime organizado, será implacável de modo a que todo e qualquer cidadão moçambicano ou estrangeiro, se sinta tranquilo e protegido.

Esta é a forma que encontraram para a implementação do nosso discurso, não esperar que as coisas aconteçam sozinhas, por vezes revendo o que dissemos do fundo do nosso coração.

A mediatização de casos de criminalidade perpetrada por grupos criminosos organizados, alerta-nos para a preocupante realidade de que o nosso País já não é uma ilha quando se trata do crime organizado transnacional.

Além de ponto de trânsito, existem indícios preocupantes da actuação e estabelecimento de algumas redes criminosas transnacionais no nosso solo pátrio, o que exige dos diversos integrantes da grande família da administração da justiça uma actuação cada vez mais coordenada e consciente.

O crime organizado transnacional, dada à sua transversalidade, exige por parte dos Estados, novas formas de abordagem para a sua prevenção e combate, as quais passam pela adopção de medidas legislativas, a promoção da cooperação internacional e a capacitação de toda a máquina judiciária para melhor lidar com o fenómeno.

Podemos citar a consagração do princípio da jurisdição universal, a criminalização da associação criminosa, do branqueamento de capitais, do financiamento ao terrorismo, da corrupção, do tráfico de pessoas e do tráfico de estupefacientes como alguns dos exemplos mais marcantes da acção do Estado Moçambicano se conformar aos instrumentos por ele ratificados.

O fabrico e tráfico ilícito de armas de fogo também faz parte dos instrumentos cujo os princípios ratificamos para a sua criminalização.

De igual modo, exploremos as diversas estruturas regionais e internacionais que Moçambique integra e que dão corpo as iniciativas de cooperação internacional entre autoridades judiciárias

e autoridades policiais ou análogas.

Exemplo disso é o trabalho de organizações como a INTERPOL, a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária de Língua Portuguesa e a SARPCO, que muito recentemente se reuniu em Maputo.

Apelamos para que, com o envolvimento de todos, se acelere o processo de reestruturação da Polícia, em particular a Polícia de Investigação Criminal que constitui um aliado precioso na prevenção e combate ao crime organizado.

O Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, sem prejuízo da independência dos poderes, deve liderar o processo, criando instrumentos estruturantes. É chegado o momento de resolver este problema.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Porque persiste a necessidade premente de controle e combate à criminalidade, reiteramos o apelo para uma actuação integrada e concertada das instituições de administração da justiça, esclarecendo de forma célere os casos reportados e penalizando os criminosos de forma exemplar.

Há também que manter a vigilância interna nas instituições do Estado, em particular nas instituições de administração da justiça, para que o crime organizado não encontre aliados que facilitem a impunidade dos seus agentes.

Os magistrados e os agentes da Lei e Ordem devem assumir as suas responsabilidades com coragem e determinação.

Devem pronunciar-se perante violações da Lei (casos de corrupção, jogo de influências, fuga ao fisco, concursos mal feitos, adjudicações directas, etc.), para que o Povo acredite na sua justiça.

Nesse sentido, podem iniciar com coisas simples e legisladas para não ir à caça das bruxas, iniciando dentro do sistema judiciário, purificando as fileiras e responsabilizando os infractores.

Distintos convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

O crime organizado transnacional, mais do que um problema jurídico, é um fenómeno sociológico.

Na estratégia de prevenção e combate a este mal, temos que enraizar,

em cada um de nós e nas nossas instituições, os princípios éticos, os valores e os deveres da cidadania.

Neste aspecto, a responsabilidade é partilhada entre o Governo, as instituições de administração da justiça, empresas, instituições de ensino, instituições religiosas e cada cidadão.

Estamos certos de que todos compartilhamos desse desafio, pelo que juntos temos que superar a indiferença perante o avanço deste mal e assumir a luta como nossa, de todos nós e de cada um de nós.

À área da justiça, é chegada a hora de se envolver mais na procura de soluções e deixar de ser espectador.

Na expectativa de que cada um dos actores assuma as suas responsabilidades na prevenção e no combate ao crime organizado transnacional, desejo a todos um Ano Judicial com óptimo desempenho.

Com estas palavras, declaro aberto o Ano Judicial 2016.

Muito obrigado!

SECTOR PRIVADO

PARCEIRO INDISSOCIÁVEL DO GOVERNO NA AGENDA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da Abertura da XIV Conferência Anual do Sector Privado (CASP).
Maputo, 28 de Julho de 2016.

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Vice-Ministros!

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique;

Estimados Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Caros Empresários;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Honra-me proceder a Abertura desta Décima Quarta Conferência Anual do Sector Privado, cujo lema é "Desafios da Produção Interna na conjuntura económica actual e perspectivas".

A minha satisfação agiganta-se pelo facto de ser a primeira vez que me dirijo a este mecanismo formal de parceria entre o Governo e o Sector Privado, na qualidade de Chefe de Estado e de Governo da República de Moçambique.

As Conferências Anuais do Sector Privado são uma plataforma que representa a mais elevada expressão de Diálogo profícuo entre o Governo e o Sector Privado.

Por esta ocasião, saúdo, através de vós, à todos os pequenos, médios e grandes empresários, nacionais e estrangeiros que operam em diversos ramos de actividade económica em todo o território nacional.

Uma palavra de apreço e de reconhecimento à Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), que tem sido parceira fundamental na reforma política e institucional das medidas que, em maior ou menor dimensão, ainda embaraçam o fluxo corrente de negócios no nosso País.

Caros Agentes Económicos!

Moçambique enfrenta desafios económicos, sociais e políticos que representam um teste a todos os moçambicanos. Há que identificar e implementar soluções criativas e arrojadas para transformar as fraquezas e ameaças existentes em novas janelas de oportunidades para garantirmos o futuro das gerações vindouras.

Estando entre os principais impulsionadores económicos, no sentido macro, quero dizer, pequenos, médios e grandes empresários moçambicanos, é óbvio que debruçarei, com mais afinco, sobre a difícil situação económica que vivemos.

A nossa economia tem estado a sofrer o impacto derivado de uma fraca base produtiva, que se caracteriza pelo consumo acima da nossa capacidade de produção. Esta situação acarreta problemas estruturais na balança comercial.

Igualmente, temos estado a assistir a redução das fontes de financiamento e atraso nos desembolsos prometidos.

O aumento de endividamento externo, o problema das secas e cheias, bem como a queda dos preços dos principais produtos de exportação, perfilam na lista das causas.

Estes e outros factores reflectem-se na revisão em baixa das projecções do crescimento do PIB de 2016 para 4,5%, quase três pontos percentuais abaixo dos níveis históricos, situados em 7,5%. A inflação tem subido de forma galopante, atingindo uma taxa média anual de 16,7%. O Metical desvalorizou-se em cerca de 28% desde o início do ano e, as reservas internacionais líquidas e as exportações continuam a baixar.

A política fiscal em 2015 e na primeira metade do ano 2016 foi excessivamente expansionista. Caracterizou-se pelo aumento do Crédito Líquido ao Governo que excedeu as metas programadas, dando indicações claras de que não poderá ser contraído endividamento interno adicional.

A conjuntura económica e financeira actual reflecte-se também na revisão em baixa da receita programada para 2016, prevendo-se uma redução de 2,2 pontos percentuais do PIB.

Diferentemente do crescimento que vínhamos declarando em exercícios anteriores, hoje assume-se que o défice público deverá ser coberto pelo incremento das receitas internas.

Para isso e perante o cenário prevalecente são necessários cortes significativos nas despesas públicas, com particular destaque para as despesas correntes.

Temos que ir aos indicadores reais, não forçados e nem celebrados por antecipação.

As dívidas contraídas nos últimos anos do ciclo de governação passado, num montante de cerca de 1,4 mil milhões de dólares americanos, elevaram o stock da dívida para 86% do PIB.

A probabilidade de o País ter atingido um nível de risco elevado de sobre- endividamento, tornou-se alta.

É também real que as mais valias que constituíam a base de reforço extraordinário não foram arrecadadas desde o ano passado.

Este quadro económico permite afirmar que os fundamentos da economia são preocupantes e isso exige uma acção proactiva e enérgica do Governo e de todos os seus parceiros, em particular o Sector Privado.

Para contrariar essa tendência negativa, exige-se a inteligência, inspiração e entrega de todos compatriotas.

Prezados Participantes!

Esse cenário de alteração dos pressupostos macroeconómicos para 2016 persuadiu a elaboração do Orçamento Rectificativo, acompanhado pela revisão do respectivo Plano Económico e Social para 2016.

Igualmente, levou a introdução de um conjunto de medidas de política para a recuperação económica, na linha da adopção de políticas monetárias e fiscais restritivas.

A política monetária está sendo orientada para a flexibilização da taxa de câmbio, reduzindo as pressões sobre a inflação e a balança de pagamentos.

Na componente fiscal, as medidas levadas a cabo têm em vista a consolidação orçamental, reforço da transparência, melhoria da boa governação e garantia da responsabilização.

Pretendemos aprofundar as medidas e reformas para a melhoria do ambiente de negócios, visando atrair o investimento privado nacional e estrangeiro.

Queremos, deste modo, garantir a entrada de recursos necessários para dinamizar a economia nacional.

Pretendemos conduzir Moçambique numa economia real, que a caracteriza e não proclamar indicadores que nos podem penalizar.

Divulgamos nas Províncias a base legal da proibição de cobrança de guia de circulação interna de produtos e das referidas taxas;

Aprovamos a Política e Estratégia Industrial;

Procedemos a revisão do Decreto sobre a Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado;

Aprovamos o Regulamento das Agências de Viagem;

Aprovamos a proposta de Lei de autorização legislativa para introdução da Taxa de Turismo;

Aprovamos a proposta de Lei que cria o sistema de informação de crédito de gestão privada e sua regulamentação; e

Estamos em processo de revisão da Pauta Aduaneira, para ser submetida à Assembleia da República.

Isto sem nos referirmos às questões práticas do dia-a-dia.

Os resultados que juntos alcançamos derivam da visão estratégica clara que norteia os nossos compromissos, da gestão baseada em resultados.

A nossa acção é a demonstração do reconhecimento de que os sectores público e privado são complementares e inter-dependentes.

Compatriotas!

A realização desta Décima Quarta Conferência Anual do Sector Privado reforça a minha crença de que a solução para os problemas que o País enfrenta depende dos moçambicanos comprometidos com a Pátria.

A agricultura, definida na Constituição da República como base de desenvolvimento, é a nossa aposta na criação do bem-estar sólido para os moçambicanos.

Durante o contacto que tenho mantido com os produtores agrários pelo País, registo com agrado a sua clareza e entrega.

Os resultados obtidos, até ao momento, são encorajadores, não obstante a baixa produtividade. As nossas atenções devem centrar-se nos constrangimentos ao nível da cadeia de valor, em particular, relacionados com a comercialização e agro processamento.

Continuamos a importar alimentos e matérias-primas para a nossa indústria alimentar.

Como dissemos, esta prática contribui, grandemente, no nosso défice da balança comercial e pressão sobre as divisas.

Importamos arroz, em detrimento das terras aráveis de Chókwè, de Mopeia e de Chipembe. Importamos batata-reno, sacrificando o potencial de Moamba, Tsangano ou Unango.

Compramos fora do país, tomate, cebola e alface, recusando que as baixas de Matutuine, Tica e de Malema alimentem os seus filhos. As carnes vermelhas, frangos e até ovos que trazemos, nalgum momento com desgaste, retiram a oportunidade da capacidade de Magude, Tete,

Sussundenga, nutrirem os moçambicanos.

Temos terra e fontes de água. Temos no nosso País gente trabalhadora, o capital humano empreendedor presente.

Caros Empresários!

A comercialização e a capacidade de escoamento é fundamental para a dinamização da economia.

A aposta na Cabotagem, usando a nossa auto estrada número um, o mar, revela-se competitiva e prioritária.

Quero convidar-vos a anteciparem-se neste negócio, convido-vos também a incluirem na vossa reflexão este tema e outras temáticas como a agricultura e o agro-negócio, logística e infra-estruturas de transporte e comunicações.

Debatam igualmente a diversificação da economia, depreciação do metical versus produção interna, aumento da produção e produtividade, desafios da industrialização e formas de financiamento à economia.

Temos a certeza que farão o balanço da matriz do Diálogo Público – Privado e medidas de facilitação de ambiente de negócios.

Saudamos o facto de agendarem os debates sobre experiências de economias diversificadas de outros países, tornando-os como referência, incluindo o processo de industrialização.

O Governo aguarda, com muita expectativa, os resultados que sairão desta Conferência e colocamo-nos à vossa disposição para, através dos mecanismos de parceria existentes, darmos o devido seguimento.

Caros empresários;

Ilustres Campeões do Desenvolvimento Económico!

O desafio hoje é o de crescer mais do que fomos capazes de fazer ontem, mantendo a estabilidade macroeconómica conquistada, criar mais empregos, respeitando o meio ambiente e trabalhando para reduzir as gritantes desigualdades sociais.

Pretendemos que continuem a apostar no desenvolvimento do capital humano, ampliando a empregabilidade dos cidadãos moçambicanos para que, através da formação técnico-profissional, possam ter as competências susceptíveis de serem absorvidas pelo sector

produtivo.

O modelo de desenvolvimento económico que almejamos, está ainda, dentro de uma floresta densa e não desbravada, portanto, não se assemelha em nada com o que deixamos ficar para trás.

Temos que, com vontade e entrega, encontrar saída airosa para a economia moçambicana.

Enquanto houver fome, miséria, desemprego e notórias desigualdades sociais, o nosso "Contrato Social" com o Povo não estará ainda realizado e os conflitos entre os moçambicanos continuarão.

O facto de a economia não estar com um bom desempenho, não nos pode induzir a que cruzemos os braços e nos afoguemos no mar de desespero. Façamos o contrário.

Lembrem-se que uma das principais características de um empreendedor é justamente saber identificar bons negócios, em qualquer momento, sobretudo em situações adversas e difíceis.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Todos os moçambicanos querem a Paz e a estabilidade do País, para que a economia possa crescer sem entraves.

Sabemos da impaciência da sociedade e do sector privado, em particular. Nós estamos a investir maior parte do nosso tempo com toda cautela necessária para que a Paz efectiva e duradoura regresse aos país.

Não queremos que a conquista da Paz a todo custo, sufoque amanhã o empresariado nacional e sacrifique o Povo.

Mais uma vez, reafirmamos o nosso compromisso com os valores da unidade nacional, da paz, da concórdia e da busca de soluções para os problemas através do diálogo.

Uma palavra de apreço aos organizadores deste evento, por criarem o clima apropriado para delinear recomendações que vão iluminar o futuro da Parceria Público – Privada.

Dito isto e reconhecendo que "O Sector Privado é o Parceiro Indissociável do Governo na Agenda de Promoção do Desenvolvimento Económico Inclusivo", declaro aberta a Décima Quarta Conferência Anual do Sector Privado.

Muito obrigado, pela atenção dispensada!

A OPORTUNIDADE ESPECIAL DA FACIM 2016

TRANSFORMAR A CRISE EM CATALIZADOR DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da 52a Edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM). Maputo, 01 de Setembro de 2016.

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Administrador do Distrito de Marracuene;

Senhor Presidente do Conselho de Administração do Instituto para a

Promoção das Exportações;

Senhores Membros do Corpo Diplomático acreditados em Moçambique;

Estimados Expositores;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Permitam-me, antes de mais, em nome do Povo e do Governo Moçambicano e em meu nome pessoal, saudar de forma calorosa a presença de todos os participantes nacionais e estrangeiros nesta que é a mais emblemática montra do melhor que se produz em toda a extensão do nosso Moçambique.

Hoje, a nossa FACIM, não é só dos produtores de riqueza e dignos promotores do desenvolvimento económico. Ela é, entreposto internacional, onde se visualiza tudo o que o mundo tem para oferecer.

A presença massiva de agentes económicos, dos mais diversos ramos, nesta Feira, é um testemunho inequívoco da importância deste evento como um poderoso mecanismo capaz de gerar novos e promissores negócios.

Por estes e mais motivos, queremos felicitar ao Ministério da Indústria e Comércio, ao Governo da Província de Maputo, as comunidades do Distrito de Marracuene e ao IPEX, instituição organizadora directa deste evento, por terem concebido e executado uma Feira à medida do nosso País.

Distintos Agentes Económicos!

Durante anos, a nossa economia registou crescimento assinalável, posicionando-se acima da média da região da SADC e da África Subsahariana.

Hoje, a nossa economia é desafiada por momentos conturbados, gerados por factores de natureza interna e externa, que afectam negativamente a actividade empresarial.

A economia global está sendo caracterizada pela redução do comércio internacional, pela desaceleração dos investimentos e pela queda do preço do petróleo e de outras matérias-primas.

Como resultado desses factores, regista-se um declínio dos fluxos de capital para os mercados emergentes e em desenvolvimento que leva a um abrandamento do ritmo de crescimento económico dos Países emergentes.

O fluxo de investimento directo estrangeiro tem reduzido significativamente e o país ressente-se financeiramente do congelamento da alocação de recursos através do mecanismo de apoio directo ao Orçamento do Estado.

Os ataques da Renamo estão a intimidar o crescimento da economia, que se junta aos efeitos das cheias e estiagem.

Os sectores mais afectados por este curso da economia moçambicana são: a agricultura, comércio, turismo, transportes e comunicações, indústria extractiva e serviços financeiros.

Caros Empresários e Geradores de Riqueza!

O cenário descrito contribui, de forma acentuada, para a depreciação do metical face ao dólar americano e encarece os custos de produção, constrangendo, desta forma, as actividades industriais e comerciais.

Como corolário da situação prevalecente, o Governo assumiu com seriedade e responsabilidade a realidade que indica que os fundamentos da economia são instáveis e que é importante tomar medidas urgentes e arrojadas para inverter a tendência.

A transparência e abertura junto dos nossos parceiros financeiros é inevitável neste processo de restabelecimento de confiança que a nossa economia e o País merece.

Ao circunscrevermos a nossa intervenção a este momento difícil, reafirmamos a nossa crença de que o actor principal para a criação de riqueza é o agente económico, parceiro determinante do Governo na geração de riqueza para o País e de emprego, bem como de renda para as famílias.

O Governo segue atentamente o comportamento da economia nacional, através de medidas de resposta à crise económica e de estímulo ao aumento da produção, produtividade e competitividade, elementos que constituem a nossa base de actuação.

Este é o momento em que devemos reavaliar o nosso percurso económico como País, tomar decisões mais ajustadas para recalibrar a nossa economia, tornando-a realista, balançando o consumo com a produção; a taxa de importação com a de exportação, sobretudo colocando, como dissemos, o crescimento firmado ao nível da qualidade de vida do cidadão.

Os empreendedores e empresários, independentemente da sua dimensão, do seu ramo de actividade e localização, devem ser actores determinantes nesta empreitada em que estamos envolvidos.

É desta forma que, em definitivo, devemos transformar a crise numa oportunidade para fortalecer e diversificar a economia moçambicana.

Apelamos ao empresariado nacional e aos investidores para que apostem em Moçambique, sem ilusões. A empreitada não será fácil, mas nos conforta e dá esperança pelo o facto de ser realista, permitindo resultados firmes rumo a uma economia verdadeiramente robusta.

Com muito sacrifício, disciplina, trabalho árduo e dedicação vamos contornar os obstáculos e tornar a nossa economia mais dinâmica, vibrante e resiliente aos choques económicos externos.

Não podemos continuar a pensar que a classe que intermedeia os processos entre o produtor e o consumidor é a chamada classe de empresariado.

Admitimos que confundam o empresariado com o produtor, este que rapidamente resolverá o nosso problema.

Ilustres Compatriotas;

Caros Homens e Mulheres de Negócios!

O Lema seleccionado para este evento, "Promovendo Ligações Económicas com Potencial para Exportações", não poderia ter sido mais pertinente e oportuno no actual contexto económico do País.

A mensagem que transmitimos ao longo do País é produzir mais, promovendo a qualidade do produto nacional, pois, não se pode falar de exportação sem auto-suficiência e sem excedentes.

É, igualmente, neste sentido que temos estado a promover e a acarinhar o sector produtivo privado.

O sector privado é que deve liderar a auto-suficiência, garantir o aumento da colheita de receitas e inflacionar positivamente os rendimentos do cidadão empregando-o.

O crescimento económico que almejamos deve, de forma inclusiva, ser abrangente e sustentável e deve beneficiar o cidadão comum.

Estimados Empresários Nacionais e Estrangeiros!

Temos orgulho em afirmar que, não obstante os constrangimentos existentes, notamos, com agrado, que o empresariado nacional não ficou na defensiva, não desfaleceu nem optou por lamentações.

Os parceiros internacionais, pela experiência universal que acumulam, têm demonstrado a sua consciência de que as razões que desaceleram a economia, não são sempre fatais em diferentes etapas do exercício empresarial, pelo contrário, arregaçaram as mangas, accionaram o seu engenho humano e continuam a trabalhar, com afinco e determinação, para a afirmação da actividade económica em Moçambique.

É nesta perspectiva que desafiamos o nosso sector privado, o nosso pequeno, médio e até o grande empresariado à:

- Capitalizar as oportunidades oferecidas pelos acordos regionais e pela abertura para a economia global;
- Fortalecer a cooperação e o associativismo empresarial, como instrumento de partilha de custos e de reforço da capacidade competitiva a nível nacional e a escala global;
- Intervir com vista a pavimentação da industrialização do País, com ênfase no uso e valorização da matéria-prima nacional;
- Reforçar a capacidade produtiva na agricultura, pescas, agro-indústria, turismo, exploração de recursos naturais e hidro-carbonetos e energia;
- Financiar adequadamente as demandas do sector produtivo, em particular, na agricultura e pescas; e,
- Assegurar a fluidez dos circuitos da comercialização agrária e rural, incrementando iniciativas que resultem na criação de mais postos de emprego.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Não é sonhar alto. Mas, cada um dos empresários expostos nesta feira de Ricatla deve descobrir mais um negócio, mais uma nova forma de produzir ou de prestar serviços.

Se assim for, brevemente estaremos a falar de resultados tangíveis e vantagens comparativas, no crescimento de negócios, no aumento da produtividade, da competitividade, do emprego, do volume de negócios e da lucratividade das empresas. O segredo continuará a ser, mais trabalho.

Para os investidores estrangeiros que já trabalham em Moçambique, gostaríamos de encorajá-los a explorarem novas e mais áreas de investimento. O nosso Governo continuará atento e a dinamizar as boas práticas de negócios e a facilitar e incentivar os investimentos.

Queremos enfatizar que o sucesso nos negócios, depende da nossa capacidade de juntar forças, sinergias e explorar as oportunidades latentes.

A FACIM é um espaço privilegiado para galvanizar negócios, estimular parcerias económicas e reforçar as ligações entre nossas empresas e entre estas e o mundo. Por isso, exortamos aos empresários e empreendedores que façam do período de permanência neste espaço, um momento de estabelecimento, de fortificação e de conquista de novos mercados à escala nacional, regional e global.

O sucesso da presente Edição da FACIM depende dos negócios que aqui forem forjados e das bolsas de contactos estabelecidas que possam frutificar.

A terminar, gostaríamos de endereçar votos de óptima estadia aos ilustres expositores nacionais e estrangeiros que para aqui convergiram para a materialização da FACIM como "o ponto de encontro dos homens de negócios".

Com o nosso foco orientado para o aumento da produtividade e promoção das exportações, confirmamos a abertura da quinquagésima segunda edição da Feira Internacional de Maputo, a nossa FACIM.

Muito obrigado, pela atenção!

CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA ENERGIA SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração da Central Termoeléctrica a gás natural da gigawatt.
Ressano Garcia, 19 de Fevereiro de 2016.

Senhor Ministro dos Recursos Minerais e Energia;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho de Administração da Gigawatt;

Senhor Administrador do Distrito de Moamba;

Senhor Presidente do Conselho de Administração da EDM;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com grande satisfação que participamos nesta cerimónia de inauguração da Central Termoeléctrica a Gás Natural da Gigawatt, que representa uma expressão concreta da contribuição do sector privado na agenda energética nacional.

Passado o primeiro ano da nossa governação, decidimos deixar claro as nossas prioridades para o quinquénio 2015-2019, elegendo actividades que deverão, de forma acelerada, conduzir o processo rumo ao bem-estar do nosso Povo.

Estamos a concentrar a nossa atenção para a Agricultura, Energia, Infra-estruturas em geral e o Turismo.

Queremos, neste acto, saudar a empresa Gigawatt Moçambique, os seus accionistas, gestores e trabalhadores em geral, pelo esforço empreendido para a materialização desta iniciativa, que espelha os avanços registados para expansão e provisão de energia eléctrica.

A inauguração desta central termoeléctrica resulta de uma parceria entre o Governo e o sector privado e testemunha a importância estratégica das Parcerias Público Privadas, onde o Ministério dos Recursos Minerais e Energia e a EDM – EP jogaram um papel relevante.

Saudamos o Governo Provincial, a população do Distrito de Moamba, em particular, de Ressano Garcia e a todas as entidades que de forma directa ou indirecta contribuíram para a implantação deste empreendimento.

Caros Convidados,

O desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais de qualidade é um elemento determinante para assegurar o bem-estar da população e a base para o incremento da actividade produtiva, constituindo por isso uma das prioridades da nossa governação.

Tendo o nosso País um elevado potencial no domínio energético, a exploração sustentável e rentável das diferentes matrizes energéticas pode ser uma fonte de obtenção de receitas e um catalisador da industrialização que muito almejamos.

Esperamos que a inauguração desta central termoeléctrica, com capacidade de produzir entre 100 a 120 Megawatts, traga uma nova dinâmica na economia da região.

Este empreendimento vai melhorar o acesso à energia eléctrica para o

consumo doméstico, agrário e industrial, conferindo maior segurança ao fornecimento de energia e reduzindo a dependência de fontes externas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No conjunto das prioridades definidas no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, está previsto este empreendimento que ora inauguramos.

Está também patente a necessidade de diversificação da localização das fontes de geração de energia e a construção de centrais a gás natural nos locais de exploração ou nas suas proximidades.

A nossa visão estratégica de explorar no País as matérias-primas extraídas, encontra fundamento nesta iniciativa, que produz energia com base no gás natural proveniente de Pande e Temane.

O Governo pretende induzir a transformação estrutural da nossa economia, a agregação de valor aos produtos primários e fazer da energia o motor do desenvolvimento económico e da industrialização.

O programa específico de intervenção com os projectos que aprovamos, a serem implementados a curto, médio e longo prazos, bem como a Estratégia de Investimento de Emergência em todas as regiões do País, ilustra claramente o nosso projecto de geração, transporte e distribuição de energia eléctrica como fonte de receitas para o cofre do Estado.

Para a região sul, das acções seleccionadas, inclui-se, além deste empreendimento que estamos hoje a inaugurar, a conclusão da central termoeléctrica a gás natural da Kuvaninga, de 40 Megawatts, em Chókwè, que deverá conferir ao sistema eléctrico maior estabilidade e segurança energética.

O início, ainda este ano, da construção da central de ciclo combinado com base no gás natural, de 100 Megawatts, na cidade de Maputo, bem como o reforço das infra-estruturas de distribuição de energia, o que permitirá a superação das restrições que têm caracterizado o fornecimento

de energia à região sul.

Nas infra-estruturas de transporte, destacamos a construção da linha de alta tensão Ressano Garcia- Macia a ser concluída em 2017 e da linha de alta tensão Lionde - Mapai, cujas obras terminam ainda este ano.

Estas acções irão contribuir para a redução substancial das restrições a que estão sujeitos os consumidores de energia da zona sul do País.

Ilustres Participantes,

O nosso projecto abrange todo território nacional. No caso da região centro, por exemplo, o nosso sonho já em acção, destaca, a conclusão, este ano, da reabilitação das centrais de Chicamba e Mavúzi, com capacidade total de 90 Megawatts.

E o reforço da capacidade da subestação de Matambo em Tete, cujas obras terminam no presente ano, da subestação de Chibata em Manica, com a conclusão das obras prevista para 2017, bem como a conclusão, também este ano, da linha de transporte de energia Chibata – Dondo.

Estas acções traduzir-se-ão na melhoria do fornecimento de energia na região centro e, em particular, nas Províncias de Manica e Sofala.

Compatriotas,

A região norte do País terá melhor segurança energética com a entrada em funcionamento da central flutuante de 115 Megawatts, prevista para breve, em Nacala, bem como das centrais de energia solar em Mocuba (40 Megawatts) e em Metoro (30 Megawatts), a concluir até 2017.

Outras actividades com impacto nesta região, incluem a instalação em 2017, de uma nova subestação em Namialo, beneficiando em particular as cidades de Nacala e Pemba, bem como das centrais de emergência (back-up) nas cidades de Quelimane, Nampula, Pemba e Lichinga.

Maior contribuição nos esforços, visando a estabilização de energia nas Províncias do norte do País, resultará também da construção da linha de transporte de energia Caia - Nacala, a iniciar em 2017.

O Programa contempla ainda, a prossecução da electrificação dos últimos seis distritos ainda não electrificados.

Como podem observar, o que em 2014 parecia utopia de uma campanha eleitoral, em 2015 nos concentramos na formatação de actos concretos e hoje podemos iniciar a fazer a diferença com

projectos de desenvolvimento executados ou em execução, projectos estes que não devem ser beliscados pela desestabilização.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As coisas estão a acontecer!

Como puderam acompanhar, arrolamos uma parte do nosso programa energético a curto e médio prazos, em todas as regiões do nosso País, para que todo o Povo Moçambicano acompanhe, fiscalize e ajude na monitoria da sua implementação.

Queremos lançar um desafio ao sector privado para continuar a estabelecer parcerias na produção, transporte e distribuição de energia, pois com energia podemos iluminar mais Moçambique e assim garantir a industrialização e a agricultura de grande envergadura.

A nossa convicção é que electrificar o País é certamente um objectivo por si, mas é igualmente relevante pelos seus efeitos multiplicadores em todos os domínios da vida económica e social, desde a educação, saúde e abastecimento de água, até a agricultura, indústria e turismo.

É por isso que na nossa agenda de governação, priorizamos a energia, porque ela joga um papel essencial na economia e na sociedade.

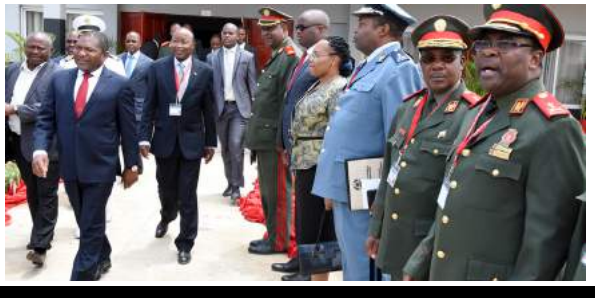
Assim sendo, tenho o grato prazer de declarar formalmente inaugurada a Central Termoeléctrica a Gás Natural da Gigawatt, aqui em Ressano Garcia.

Bem haja a Central Termoeléctrica a Gás Natural da Gigawatt!

Bem haja esta empresa privada, que serve de exemplo para os Moçambicanos.

Muito Obrigado, pela Atenção Dispensada!

CAPÍTULO IV



DEFESA E SEGURANÇA

INVESTIR NA DEFESA É INVESTIR NA SOBERANIA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, na Cerimónia de Abertura do XVII Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional.
Maputo, 25 de Novembro de 2016.

Senhor Ministro da Defesa Nacional;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Director-Geral do Serviço de Informações e Segurança do Estado;

Senhores Vice-Ministros da Defesa Nacional e do Interior;

Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhor Comandante do Instituto Superior de Estudos de Defesa

Tenente-General Armando Emílio Guebuza;

Senhor General Chiwenga, Comandante das Forças de Defesa do Zimbabwe;

Senhor Administrador do Distrito da Matola;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Matola;

Senhores Antigos Dirigentes do Ministério da Defesa Nacional e das

Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhores Delegados e Convidados ao Décimo Sétimo Conselho

Coordenador do Ministério da Defesa Nacional;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Constitui para mim motivo de grande satisfação proceder à abertura deste Décimo Sétimo Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional.

Dirigimos uma palavra de louvor aos militares que se encontram em todos os cantos do nosso belo Moçambique e no estrangeiro, a cumprir a sua missão de defesa das populações, do Estado e da Soberania, com zelo e dedicação.

Saudamos o General Chiwenga, Comandante das Forças de Defesa do Zimbabwe e a sua delegação, por ter nos honrado com a vossa participação neste evento. A vossa presença demonstra a mais alta expressão de cooperação e de irmandade entre as Forças de Defesa do Zimbabwe e as Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Senhoras e Senhores Participantes!

O Décimo Sétimo Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional ocorre num momento bastante desafiador para os moçambicanos, tendo em conta os acontecimentos de natureza político-militares e socio-económicas que actualmente vivemos.

Este é um cenário que requer de nós uma visão perspicaz e soluções estruturantes no quadro do amplo domínio em que hoje o conceito de segurança se enquadra.

Continuamos comprometidos em resgatar a Paz, reconstruíndo-a numa base efectiva e duradoura, através de diálogo franco, aberto e incondicional com e entre todos os segmentos e estratos sociais, através da reconciliação entre os moçambicanos, privilegiando práticas inclusivas numa base de justiça social.

A escolha do lema "SECTOR DE DEFESA APRIMORANDO ESTRATÉGIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ, SEGURANÇA E INTEGRIDADE TERRITORIAL" espelha a vossa clareza quanto ao problema em apreço.

É uma escolha que representa o vosso compromisso com o desiderato de defender a integridade territorial e física dos moçambicanos.

Estamos convictos de que o Ministério da Defesa Nacional, reunido no seu XVII Conselho Coordenador, logrará concertar as suas acções, integrando-as num programa conjunto de pacificação do país, condição essencial para o contínuo desenvolvimento nacional harmonioso e sustentável. É vossa missão exercer o controlo efectivo e integrado de Moçambique, em todos os espaços: terrestre, marítimo e aéreo.

Caros Delegados!

Na Décima Sexta Sessão do Conselho Coordenador, o Sector de Defesa Nacional comprometeu-se em tornar o Homem o epicentro das suas prioridades, elegendo, para tal, quatro pilares, designadamente: a formação, infraestruturas, logística e saúde militar.

Tomámos boa nota dos progressos alcançados no período que separa a sessão anterior desta. A distinção da nota vai, particularmente, para aspectos como: recrutamento e treino dos militares e dos prestadores do serviço cívico e formação profissional em ciências militares nas instituições nacionais e estrangeiras.

Notámos, porém, que subsiste a necessidade de continuarmos a adestrar, de forma permanente, o militar, incutindo nele o sentido de pertença à pátria de forma proactiva.

Impõe-se também que continuem a dar a vossa contribuição para o melhoramento do nível da

qualidade de vida dos militares, praticando actividades produtivas de forma programada e com metas claramente definidas para cada unidade e área.

O Governo definiu a Agricultura como Missão para a Época 2016/2017. As culturas de milho, hortícolas, aves e ovos, foram declaradas de produção nacional obrigatória. Estes produtos são compatíveis com a generalidade dos solos e possíveis de serem as mais produzidos em todo o território nacional onde as Forças Armadas de Defesa de Moçambique se encontram.

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique, o Serviço Cívico são áreas modelo no processo de cumprimento das missões. Por isso, têm a oportunidade ímpar de interpretar a sua visão e o seu comprometimento, através do aumento de uma produção diversificada e do aumento da produtividade.

É nossa expectativa ver anunciadas, na próxima avaliação, as quantidades produzidas por cada Unidade. Queremos ter a alegria de proclamar os campeões da Missão Agrária Militar 2016/2017 e estejam certos que estes serão vivamente ovacionados. Esta é a missão.

Senhores Membros do Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional;

Estimados Membros das Forças de Defesa e Segurança;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Queremos usar este momento para reflectirmos sobre a nossa situação de Segurança, em torno do conceito de Novas Ameaças, tendo como referência os estudos efectuados em Instituições de Ensino Superior Nacionais e Internacionais.

Moçambique, hoje, como Estado e como Nação, deve possuir Forças Armadas capazes de actuar em cada momento, em cada situação com clareza e de acordo com o tipo de ameaças e com a natureza dos seus actores.

O Mundo, por um lado, tornou-se um lugar não seguro e não pacífico, por outro lado, a eliminação dos riscos potencializa a frequência de guerras convencionais, agora altamente tecnificadas.

Assim, em vez de a nova ordem tornar os Exércitos convencionais obsoletos, acabou lançando-os para a guerra moderna com novos actores globais.

Os novos actores, a quem se pode considerar Positivos são como ONG's, o "Green Peace" e Organizações Multilaterais, capazes de regular ou exercer forte pressão sobre novos Estados ou Nações, limitando a sua acção nos planos interno e externo. Moçambique tem experiência

a esse respeito.

Os outros, os novos Actores Negativos também globalizaram-se. Tomaram a forma de crimes transnacionais e transfronteiriços, narcotráfico, contrabando de pessoas e de armas, imigração ilegal, comércio ilegal de Espécies (Biodiversidade), entre outros.

Outros Actores, não menos importantes, a ter em conta são como as Grandes Empresas Gestoras de Bens Materiais e Imateriais, como Mídia e o Comércio on-line, a Internet, os Gestores mundiais de "Hot Money", as Consultorias e as Administrações de Saberes.

Por vezes, esses Actores, para além de possuírem posição relevante no comércio mundial, procuram ter um papel de Importantes Agentes Políticos.

Portanto, as formulações em torno do conceito de Novas Ameaças são variadas e apresentam grande diversidade.

Para além dos elementos a que nos referimos no âmbito dos actors negativos, há necessidade de as Forças Armadas de Defesa de Moçambique se capacitarem de modo a enfrentar com êxito as outras e

novas ameaças:

(i) As ameaças aos Direitos Humanos;

(ii) As novas pandemias globais;

(iii) Ausência da justiça Social e da inclusão;

(iv) Ameaças ecológicas e de esgotamento do património material,

em especial, água, energia e alimentos;

(v) A presença de Estados-falidos e Estados-párias nas relações internacionais.

Estas ameaças são capazes de gerar grandes crises e impôr situações de insegurança para a nossa Nação.

Estimados Membros do Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional;

Caros Convidados!

Estas novas realidades obrigam-nos a estudar, analisar e debater continuamente o ordenamento do mundo e a qualificação de novos actores no nosso território. Por isso, é importante a nossa atenção investigativa e redobrada.

Este processo contribuirá sobremaneira para a configuração sempre actualizada da estrutura democrática do nosso país.

Moçambique precisa de Forças Armadas cada vez mais proactivas e não simplesmente reactivas.

Minhas Senhoras, Meus Senhores!

Queremos terminar a intervenção, tecendo palavras de reconhecimento e saudação ao Ministério da Defesa Nacional, pela forma exemplar como tem estado a gerir o sector da defesa em Moçambique nestes tempos de carência de recursos. O reconhecimento estende-se ao Estado Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Desejamos que, deste Conselho Coordenador, saiam soluções sustentáveis que respondam aos desafios da actualidade em prol da defesa de todo território nacional.

Com estas palavras, tenho a honra de declarar aberto, o Décimo Sétimo Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional.

Obrigado, pela Atenção dispensada!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança a 29 de Setembro de 2016.
Maputo, 29 de Setembro de 2016.

Senhor Ministro da Defesa Nacional;

Senhor Vice Ministro da Defesa Nacional;

Senhor Chefe do Estado Maior General das FADM;

Senhor Vice Chefe do Estado Maior General das FADM;

Senhores Comandantes dos Ramos das FADMS;

Senhor Comandante do Serviço Cívico de Moçambique;

Senhor Comandante do ISEDEF;

Senhores Directores dos Departamentos do Estado Maior General;

Estimados oficiais Generais e Superiores das FADM.

Ao principiar esta minha intervenção, gostaria de, através de vós, saudar todos os oficiais Generais, Superiores, subalternos, sargentos e praças das FADM ao longo de todo território Nacional.

A vossa saudação recebemo-la em homenagem aos jovens moçambicanos decididos a resgatar a sua autodeterminação, revestindo-se de coragem e elevado sentido de disciplina e sacrifício, que em 25 de Setembro de 1964 deram início a Luta armada que vitoriosamente conduziu ao Povo Moçambicano à Independência Nacional que hoje desfruta.

O 25 de Setembro marca na história do nosso Povo e da nossa uma nova era, o virar de uma nova página no processo da nossa Luta contra a colonização e dominação estrangeira.

Caros Oficiais das FADM

Ontem com as armas devolvíamos aos moçambicanos o direito de ter uma Pátria, o direito de ter uma cidadania, as armas restituiram a dignidade e o direito de definir o seu futuro e o seu destino no contexto das nações.

Hoje, o processo de globalização em que nos encontramos inseridos, coloca-nos novos e complexos tipos de ameaças e riscos.

Estamos a viver o ambiente de ausência de Paz efectiva devido às acções armadas movidas pela Renamo contra o nosso Povo.

Estes incontornáveis desafios obrigam ao nosso País a mobilizar cada vez mais recursos e capacidades técnicas que permitam eficazmente a fortificação do Estado e prossecução da agenda nacional de criação do bem-estar.

Queremos, neste momento de reflexão conjunta, exortar as FADM para que mantenham inviolável cada metro quadrado do nosso território e defendam os valores da cidadania, de patriotismo e sentido de pertença a este Moçambique.

Queremos igualmente exortar para que explorem com valentia a vantagem das FADM serem o produto do processo de reconciliação nacional formadas por militares que ontem estiveram em frentes opostas e hoje são continuamente alimentadas de jovens sem proveniência partidária.

Esta característica rara deve vos unir e em defesa da pátria e de Paz conquistada com grande sacrifício, conforme o lema por vós eleito:

FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE, 52 ANOS DEFENDENDO A PÁTRIA, A UNIDADE NACIONAL E A PAZ.

No cumprimento das vossas missões, o Povo moçambicano não espera ouvir que as FADM deitaram abaixo os sonhos dos nossos heróis, o sonho de tornar Moçambique um País Independente, Uno e indivisível, próspero e desenvolvido.

A vossa missão será incompleta se não defenderem o desenvolvimento de Moçambique que é a agenda central dos moçambicanos.

Termino, reconhecendo e reafirmando o apreço pelo esforço e pela prova de grande profissionalismo que as Forças Armadas da Defesa de Moçambique têm vindo a demonstrar no terreno.

Reitero, a todos os Oficiais Generais, Superiores, subalternos, sargentos e praças das FADM, do Rovuma ao Maputo e do zumbo ao Índico, votos de muita saúde e prosperidade.

Convido a todos a acompanhar-me no brinde à saúde de todos os membros das FADM e suas famílias, à Paz e ao Desenvolvimento de Moçambique!

BEM HAJA AS FADM!

Maputo, aos 25 de Setembro de 2016

FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA COMPROMETIDAS COM A PAZ, INTEGRIDADE TERRITORIAL E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança por ocasião da reorientação, promoção e nomeação de Oficiais Generais das FADM. Maputo, 13 de Junho de 2016.

Senhor Ministro da Defesa Nacional;

Senhor Ministro do Interior;

Senhor Director Geral do SISE;

Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhor Comandante Geral da Policia da República de Moçambique;

Senhores Membros do Conselho Nacional de Defesa e Segurança;

Senhores Comandantes dos Ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e da Polícia da República de Moçambique;

Senhores Directores Nacionais do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério do Interior;

Caros Oficiais Generais, Superiores, Subalternos e Estimados Sargentos, Praças e Guardas das Forças de Defesa e Segurança;

Estimados Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Estamos reunidos, neste local, por um motivo nobre. Trata-se de um momento de reconhecimento do trabalho que distintos quadros das Forças de Defesa e Segurança têm prestado a nossa pátria.

Estamos especificamente no momento de atribuição de responsabilidades acrescidas a mais Oficiais, pelo mérito demonstrado na sua carreira.

Caros Compatriotas

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Antes de mais, gostaria de lembrar a todos os moçambicanos, sobre a celebração, hoje do Dia Mundial de Consciencialização sobre o Albinismo.

Para o efeito, somos chamados, todos nós, à consciência de que a nossa primeira missão, na defesa da pátria, é a defesa das pessoas sem descriminação e sem estigmatização.

Temos de nos dar as mãos e repudiarmos, com vigor, a perseguição, raptos e assassinatos dos albinos nas nossas comunidades.

Aproveitemos este dia para reflectir sobre isso, uma reflexão que deverá ser contínua e permanente.

Estimados oficiais;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Quero iniciar, saudando toda a estrutura das Forças de Defesa e Segurança, em especial, as Forcas Armadas de Defesa de Moçambique e a Polícia da República de Moçambique em todo o Território Nacional, por serem aqueles que, de maneira exemplar, têm dedicado a sua vida pela causa nobre de defender a nação moçambicana, os moçambicanos e todos os que no nosso solo pátrio habitam.

Por isso, quero usar este acto solene de patenteamento e tomada de posse de Oficiais Generais, para, através de vós, Oficiais Generais, Superiores, Subalternos, Sargentos, Praças e Guardas das Forças de Defesa e Segurança, prestar uma justa homenagem a todos os que com determinação e valentia não poupam esforços, colocando, por vezes, a própria vida em risco para que Moçambique possa continuar a desfrutar da Paz, Liberdade e do progresso, como um país livre e Soberano.

Bem haja as Forças de Defesa e Segurança!

Caros Oficiais;

Estimados Sargentos, Praças e Guardas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A nossa geração recebeu um legado de grande responsabilidade consubstanciado na: Independência Nacional, que é o ponto de partida de todo o nosso percurso como povo e como Nação;

- Unidade Nacional, condição para a construção de um Moçambique democrático, unitário e próspero; e na

- Paz, condição primária para a estabilidade política, desenvolvimento económico, harmonia e equidade social.

Este desiderato não tem como ser materializado e consolidado sem as Forças de Defesa e Segurança proactivas e esclarecidas das suas missões constitucionais.

Esta é a razão da permanente actualização da estrutura funcional, colocando em cada momento, quadros à altura de desafios específicos.

A reconciliação no seio das Forças Armadas de Defesa de Moçambique é uma das grandes vitorias conseguidas pelos moçambicanos.

Esta reconciliação que hoje junta oficiais que ontem estiveram em frentes opostas, deve continuar a inspirar os valores de inclusão e de profissionalismo no seio da família das Forças de Defesa e Segurança.

O Governo está consciente de que o soar das armas não é o caminho certo para a busca da Paz e sempre defendemos o diálogo.

Estamos igualmente claros que as incursões com recurso às armas não devem servir de mecanismo para forçar o Governo a consensos inconstitucionais que ferem os princípios democráticos.

O povo não pode ser feito refém para se alcançar o poder.

Os países vizinhos não devem ganhar o ódio contra os moçambicanos, porque um grupo localizado ataca os seus bens quando transitam por Moçambique.

Estamos num Estado democrático e de direito por isso não devemos abrir espaço para uma convivência dualista, por um lado partidos civis e por outro lado partidos armados.

O Governo continuará na busca incessante de tranquilidade completa, em todo o território nacional, numa base de diálogo permanente e produtivo, única via para o desenvolvimento e convivência harmoniosa entre os moçambicanos.

Reiteradamente, mais uma vez convidamos, como não devemos nos cansar, a Renamo e o seu líder ao diálogo profícuo, ao convívio democrático.

Estimados Oficiais empossados!

O sucesso das unidades que passarão a comandar, depende de vós.

Exortamo-vos a prosseguirem, na mesma senda de profunda dedicação à nossa pátria, alto grau de disciplina, rigor absoluto e persistência no cumprimento dos vossos deveres.

De forma estrita devem sempre observar os mais altos valores da ética e da moral militar, incrementando a Educação Cívico-Patriótica a todos os níveis e em todos escalões de Comando e Direcção das tropas e Agentes da Policia.

A vossa actividade militar deve ser uma prática constante e, por via disso, devem defender, de forma vigorosa, os direitos humanos, sobretudo, o direito à vida e às liberdades fundamentais do Homem, defender a nossa Soberania.

Todos nós, nos sentimos moçambicanos porque somos soberanos, porque temos uma pátria.

Este legado não pode ser nunca alienado.

As Forças de Defesa e Segurança, devem pautar, igualmente, pelos princípios de deontologia profissional, por isso, orientamos-vos a elevarem o grau de prontidão combativa de modo a garantirem o controle eficiente e eficaz de cada metro quadrado deste território e cada milha do nosso mar e ar.

É nossa expectativa que os Oficiais que acabamos de patentear saibam, com a sua comprovada sabedoria e experiência acumulada ao longo das suas carreiras em diversas frentes de trabalho, encarnar e interpretar os anseios do nosso povo, bem como materializar da melhor forma a defesa e protecção dos nobres interesses nacionais do Estado Moçambicano.

Antes de terminar, quero vos lembrar que nesta actual situação de dificuldades económicas e financeiras, tanto a nível nacional quanto global, a instituição militar deve orientar-se para uma gestão rigorosa e disciplinada dos escassos recursos humanos, financeiros e patrimoniais colocados à sua disposição, pautando pela eficiência e eficácia na despesa.

Como servidores do povo, temos a responsabilidade de honrar com o sacrifício feito por cada moçambicano na sua contribuição para o desenvolvimento e bem-estar.

Reitero a todos vós, Membros das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e Membros da Polícia da República de Moçambique, em particular, e das Forças de Defesa e Segurança, em geral, votos de muita saúde, prosperidade e bom trabalho.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

DEFESA NACIONAL AO SERVIÇO DA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Discurso de Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião de encerramento de cursos do Instituto Superior de Estudos de Defesa "Tenente-General Armando Emílio Guebuza". Maputo, 18 de Novembro de 2016.

Senhor Ministro da Defesa Nacional;

Senhor Armando Emílio Guebuza, Patrono do Instituto Superior de Estudos de Defesa Tenente-General Armando Emílio Guebuza;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Chefe do Estado-Maior General dasForças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhores Antigos Dirigentes do Ministério da Defesa Nacional e do Estado Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhor Comandante do Instituto Superior de Estudos de Defesa Tenente-General Armando Emílio Guebuza;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Matola;

Senhores Adidos Militares Acreditados em Moçambique;

Caros Oficiais Generais, superiores, Subalternos, Sargentos e Praças;

Senhores Reitores das Universidade;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Ao iniciarmos a nossa intervenção nesta cerimónia de encerramento de cursos do Instituto Superior de Estudos de Defesa Tenente-General Armando Emílio Guebuza (ISEDEF), queremos manifestar em nome de todo o Povo Moçambicano e do Governo, o nosso sentimento de pesar e profunda consternação pelo incidente ocorrido na tarde de ontem na Localidade de Caphiridzange, Distrito de Moatize, na Província de Tete.

A explosão do tanque de combustível até ao momento, resultou em perca de vidas de 56 concidadãos, 108 internados devido a queimaduras, entre adultos e crianças, números sujeitos a alteração.

O nosso Governo está a acompanhar atentamente a evolução da situação e a tomar as medidas necessárias para reconfortar as famílias das vítimas. Está igualmente a trabalhar para o devido esclarecimento do caso e a dar todo o apoio necessário aos que se encontram internados e mesmo aqueles que tiveram alta.

Em seguida, queremos transmitir uma saudação a todos os presentes, em particular ao Patrono do ISEDEF, o Tenente-General na Reserva, Armando Emílio Guebuza, e aos Antigos Dirigentes do Ministério da Defesa Nacional e do Estado Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

De forma destacada, saudamos as Forças de Defesa e Segurança, no geral e, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique, em particular. A todas estas Forças de Defesa e Segurança que asseguram a tranquilidade de todos os moçambicanos, vai o nosso maior apreço. Reconhecemos a sua firmeza e responsabilidade na realização da missão de defender a pátria moçambicana.

Gostaríamos de mostrar o nosso desagrado perante os actos das forças que teimam em investir contra a paz e o bem-estar do nosso povo.

Congratulamo-nos, hoje, ao testemunhar o culminar dos cursos ministrados nesta instituição militar de ensino superior,o Instituto Superior de Estudos de Defesa "Tenente-General Armando Emílio Guebuza".

Esta cerimónia, assume um carácter muito especial pelos cinco anos de existência do ISEDEF que desde 2009 orgulha-se de ter formado cerca de 1.400 Oficiais que dão o seu valioso contributo para o crescimento qualitativo das nossas Forças Armadas. Pelo facto, endereçamos as nossas felicitações, augurando melhores dias no seu processo de desenvolvimento e consolidação.

A todos os que, de forma directa ou indirecta, prestaram a sua colaboração nesta tarefa de formação e aperfeiçoamento da capacidade das nossas Forças de Defesa e Segurança, dirigimos os nossos louvores pelo trabalho realizado e um agradecimento pela forma como esta formação decorreu.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Se olharmos para a história militar do nosso país, verificamos que a preocupação com a formação das Forças de Defesa e Segurança coincide com as origens da Luta de Libertação Nacional. Nessa altura e num passado recente, a maior parte dos nossos guerrilheiros foi preparada fora do país, em diferentes especialidades.No território nacional ainda não havia condições para a implantação de uma Instituição de ensino ou de instrução Militar de qualquer nível.

Esta situação colocou sempre desafios: um desafio de circunstância, o desafio de integração num modelo de ensino distinto das suas formações anteriores e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos num ambiente geográfico, social e cultural diferente. E o desafio associado ao custo da sua formação.

Estes e outros aspectos foram minimizados com a criação deste Instituto Superior de Estudos

de Defesa, a par da criação de outros estabelecimentos de ensino em matéria de defesa e segurança. São esforços empreendidos no quadro do empenho do Estado Moçambicano com vista a criar capacidade interna e profissionalização de quadros necessários para a elevação dos seus índices de desempenho e eficácia no cumprimento das missões constitucionais.

Constitui desafio permanente das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, a sua capacidade de renovação e adaptação às constantes mudanças do ambiente táctico, operativo e estratégico, incluindo a evolução da arte e ciência militares.

Os rápidos avanços tecnológicos que exigem uma constante actualização das abordagens para uma segurança nacional que responda os interesses nacionais de paz e estabilidade são outra face dos desafios colocados às Forcas Armadas.

Ao ministrar estes cursos, que formam Oficiais impregnados de novos horizontes sobre a sua missão como membros das Forças de Defesa e Segurança, conscientes da complexidade do contexto político, geográfico e estratégico em que devem actuar, o ISEDEF coloca-se na rota dos que contribuem para o alcance do desiderato de uma paz nacional estável.

Consideramos, por isso, que o ISEDEF, como instituição de estudos avançados de Defesa e Segurança, está no centro da modernização das nossas Forças de Defesa e Segurança. Esta característica deve-se ao facto de esta instituição transmitir a síntese da experiência acumulada ao longo da história e novos conhecimentos resultantes da pesquisa e desenvolvimento da área de Defesa e Segurança. Tudo o que aqui foi dito torna o ISEDEF numa instituição vanguardista nas suas abordagens.

Estimados Oficiais!

O ISEDEF foi criado em Setembro de 2011. Assim, passados cinco anos da sua existência, temos constatado tendências de melhoria no comando e gestão das unidades e órgãos de Defesa e Segurança, onde os oficiais aqui formados cumprem os diferentes ciclos da sua carreira, pois tiveram a oportunidade de adquirir as ferramentas apropriadas.

Desejamos que este desempenho seja melhorado cada vez mais, como vos foi recomendado pelo Patrono do ISEDEF, o Tenente-General na Reserva, Armando Emílio Guebuza, aquando da criação e abertura deste instituto.

Por isso, impõe-se que este Instituto Superior de Estudos de Defesa se torne, o centro de pensamento estratégico nacional, onde as Forças de Defesa e Segurança sintetizem o estudo, a análise e pesquisa, visando adoptar novas abordagens e formular estratégias que aprimorem a defesa da nossa pátria de qualquer ameaça, com cada vez maior eficácia e eficiência.

A cerimónia solene de encerramento de quatro cursos de formação técnico militar, designadamente: o 3º. Curso de Altos Comandos, o 3º Curso de Estado-Maior Conjunto, o 6º Curso de Promoção a Oficial Superior e o 7º Curso de Adequação de Quadros que hoje temos a honra de presidir é o passo certo neste objectivo.

Temos nesta instituição, mulheres e homens, civis e militares, dos diferentes cantos do nosso belo Moçambique. Todos engajados em tornar este Instituto um pilar no desenvolvimento pessoal e profissional dos Oficiais dos diversos ramos das Forças Armadas e de outros sectores da sociedade e da própria instituição como organização de ensino e pesquisa.

O ISEDEF promove a formação contínua dos Quadros Permanentes das Forças de Defesa e Segurança, a par da evolução científica e tecnológica, bem como da renovação do quadro de missões militares. Ministra cursos de promoção, qualificação e actualização para que exerçam as suas funções com maior rigor, eficácia e fundamentos científicos.

A formação e os cursos que hoje encerram, dotaram os formandos de ferramentas importantes para terem a capacidade de alinhar com mestria, as matérias aprendidas e a constante prontidão para cumprir missões cada vez mais complexas.

Caros formandos!

Para além das ameaças tradicionais contra a nossa soberania, os paradigmas que se vivem hoje na região, no mundo e, em especial, no nosso país, caracterizados por actos de violência, tráfico de drogas, de pessoas, entre outros, remetem-nos a repensar, permanentemente, nos processos formativos.

São estas mudanças conjunturais que ditam, igualmente, alterações no nosso conceito de segurança a que os formandos do ISEDEF devem estar sempre sensíveis.

Com a formação que acabam de adquirir, passam a compreender melhor a premência de coordenação no seio das Forças de Defesa e Segurança.

Passam, igualmente, a valorizar a tecnicidade no uso dos meios, assim como no recurso às novas tecnologias para tornar mais eficientes os meios humanos disponíveis, proporcionando uma resposta mais sincronizada entre o homem homem, a ciência e as tecnologias, optimizando assim a capacidade de intervenção.

A lealdade com a sociedade, através da observância rigorosa dos preceitos constitucionais é um compromisso permanente nas acções formativas de modo a incutir nos formandos elevada responsabilidade e uma cultura de institucionalização das suas acções no seio da sociedade.

Minhas Senhoras, Meus Senhores;

Caros Convidados e Formandos!

Queremos, neste momento, exortar aos gestores dos estabelecimentos de ensino militar e aos docentes, para que nos programas de formação, não só apostem nas matérias de natureza estratégica de Defesa e Segurança, como também na Educação Cívico-Patriótica de modo a aprimorar o sentido de pátria e de cidadania.

A disciplina, a lealdade, a honra e a coragem que aqui são transmitidos são valores essenciais para a sobrevivência da instituição militar.

São atributos de assimilação obrigatória para o oficial das Forças de Defesa e Segurança. Eles fortalecem o carácter, cultivam a autoconfiança e a auto-estima, permitindo a elevação da responsabilidade perante a pátria.

Com os conhecimentos adquiridos ao longo da vossa formação, esperamos de vós, novas atitudes na missão de zelar pela Defesa e Segurança. As Forças de Defesa e Segurança devem granjear a confiança do povo como guardiões da integridade, paz e estabilidade do nosso Estado de Direito Democrático, condição essencial para a concretização da nossa agenda colectiva de desenvolvimento socioeconómico.

Queremos, pois, exortar aos Oficiais que hoje encerram os seus cursos, para que façam dos conhecimentos aqui adquiridos a ferramenta de garantia de maior coesão no seio das Forças Armadas e da Sociedade em geral.

Gostaríamos também de recorda-los que como graduados de cursos do ensino superior, possuem um recurso poderosíssimo para o desenvolvimento das missões que lhes forem incumbidas. Já não o farão por acaso, mas tendes a investigação da qual se devem servir, de forma metódica, de modo a alcançar os objectivos traçados com reduzida margem de erro.

Queremos então, que sejam, ao mesmo tempo, investigadores e guardiões da paz e tranquilidade geral.

Nestes termos, temos a honra de declarar encerrados os cursos das Forças de Defesa e Segurança, referentes ao ano académico de 2016 do Instituto Superior de Estudos de Defesa "Tenente-General Armando Emílio Guebuza".

Muito Obrigado!

LEI, ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICAS

AS FUNDAÇÕES PARA A CIDADANIA E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO EM MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança por ocasião da Cerimónia de Abertura do 26º Conselho Coordenador do Ministério do Interior. Maputo, 6 de Outubro de 2016.

Senhor Ministro do Interior;

Senhor Ministro da Defesa Nacional;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Director Geral do SISE;

Senhor Comandante Geral da Polícia da República de Moçambique;

Senhor Chefe do Estado Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhor Secretario Geral do Conselho Nacional de Defesa e Segurança;

Senhores Antigos Ministros do Interior;

Senhores Antigos Comandantes Gerais da Policia da República de Moçambique;

Senhores Membros do Conselho Consultivo do Ministério do Interior;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Estamos aqui para abrir mais uma jornada de reflexão, o Décimo Nono Conselho Coordenador do Ministério do Interior.

Queremos, neste contexto, saudar todos os quadros aqui presentes, em representação daqueles nossos compatriotas que em diversas frentes dão o melhor de si, muitas vezes, em condições adversas para garantir a lei, a ordem e a segurança públicas.

A lei, ordem e segurança públicas são as fundações para o exercício da cidadania, como direito consagrado à todos os moçambicanos e para a construção do Estado de Direito Democrático no nosso país.

Caros Promotores da Ordem e Segurança Pública!

Temos acompanhado, com muita tristeza e de forma recorrente, notícias sobre crimes de vária natureza no nosso país. Estes crimes acontecem, por um lado, porque registam-se falhas no exercício dos nossos direitos e liberdades como cidadãos e, por outro lado, porque o convívio familiar, não construiu suficientemente os valores morais capazes de afastar alguns dos nossos compatriotas de práticas que atentam contra a lei, a ordem e segurança públicas.

Urge, pois, que as várias instituições sociais responsáveis pela transmissão e promoção de valores morais reassumam, na íntegra, o seu papel de educadoras.

Trata-se de um trabalho complexo e de dimensão multidisciplinar que concorre para moldar o indivíduo e direccioná-lo, sempre, para o exercício da cidadania, o cumprimento da lei e o respeito pela ordem e tranquilidade públicas, observando sempre o sentido de solidariedade.

Prevenir o crime é um dever cívico de todos. Prevenir o crime é uma das atribuições do Ministério do Interior, através da Polícia da República de Moçambique, tal como combatê-lo em todas as suas formas e manifestações por forma a criar o necessário ambiente de ordem, segurança e tranquilidade públicas.

Estimados dirigentes do Ministério do Interior!

Moçambique atravessa momentos particularmente difíceis da sua história, marcados pelas hostilidades militares protagonizadas pela Renamo e pela debilidade da nossa economia. A conjugação destes fenómenos está a criar duras repercursões na vida dos Moçambicanos e eleva o custo de vida para os cidadãos.

Esta situação tem estado a contribuir para o recrudescimento de mais crimes como forma de superar as carências e alimentar ataques da Renamo, através de assaltos à bens das populações.

Neste contexto, o Ministério do Interior é chamado a redobrar os esforços para antecipar-se e acompanhar, a par e passo, a dinâmica da criminalidade.

No passado recente, o crime violento, o branqueamento de capitais, o assassinato de albinos e os crimes de rapto e tráfico de órgãos humanos eram atípicos à nossa sociedade. Hoje são uma realidade, são o modus operandi dos criminosos.

A acção governativa no sector da ordem e segurança públicas exige soluções modernas para tornar Moçambique um país cada vez mais seguro. Queremos que o cidadão possa exercer as suas actividades produtivas em paz e sem risco de ser assaltado, violentado, atacado ou morto. Queremos que os investidores, nacionais e estrangeiros, se sintam seguros para libertar a sua iniciativa empreendedora sem o risco de serem assaltados, sequestrados ou de perder as suas propriedades.

Queremos que as pessoas se sintam seguras nas suas casas e com os seus bens protegidos. Queremos devolver à vida o seu valor e carácter sagrado e erradicar crimes hediondos como o tráfico de seres humanos e órgãos.

Para isso, é preciso que toda a sociedade perceba que estes tristes fenónemos não afectam

apenas à sua vítima directa, eles afectam a todos nós porque geram um ambiente de medo, incerteza e pânico.

Todo este cenário indica-nos um caminho que é elevar as capacidades da nossa Polícia. Há que reflectir como melhorar os critérios do recrutamento, a formação e o controlo interno, bem como as condições de trabalho da nossa polícia e toda máquina do Ministério do Interior.

É preciso construir sempre a boa imagem e dignidade da Polícia, inspirando-a a dar sempre o melhor de si, com zelo, dedicação e profissionalismo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Vemos nesta sala quadros de muita experiência, homens e mulheres que estão a participar na construção do Estado Moçambicano desde a proclamação da independência nacional. Esta nobre classe policial constitui o acervo das peripécias e experiências, não só do Ministério do Interior, mas de todas as Forças de Defesa e Segurança. Os quadros aqui presentes têm a radiografia do país e das suas dinâmicas criminais de todos os tempos e, por isso, possuem informação crucial para a prevenção e o combate à criminalidade.

Queremos que colaborem e cooperem, de forma mais intensa, na prevenção e no combate ao crime. Queremos que explorem, de forma soberana com orgulho de ser Moçambicano, as oportunidades de formação no âmbito da cooperação entre as Forças de Defesa e Segurança, bem como através de parcerias regionais e internacionais.

Instamos a ACIPOL a libertar quadros superiores em número significativo e com a qualidade necessária, imbuídos de valores patrióticos para uma actuação profissionalmente competente.

A sociedade deposita nestes quadros, a esperança de um melhor equilíbrio entre a actuação da Polícia, o exercício da cidadania e o respeito pelos direitos humanos.

No contexto da reestruturação desencadeada ao nível do Ministério do Interior, que visa adequar às necessidades da actualidade, saudamos a criação do Serviço Nacional de Investigação Criminal. Este serviço é um passo qualitativo no combate ao crime, sobretudo na vertente da responsabilização criminal e fazendo jus às formas, cada vez mais sofisticadas de crime, imunes e aos métodos tradicionais prevalecentes.

Trata-se de uma instituição que nos permitirá dar uma nova dinâmica, não só à Polícia, mas também ao sector de administração da justiça que passará a contar com evidências cientificamente comprovadas, que permitirão à justiça ser mais transparente, célere e justa.

É uma feliz constatação que, na sua versão modernizada, o Serviço Nacional de Investigação

Criminal poderá contar com os largos anos de experiência de que os seus agentes são dotados. A criação deste Serviço traz consigo mudanças estruturantes na matriz tradicional da organização policial e do Ministério do Interior.

Assim, este Conselho Coordenador deve dedicar atenção especial à análise das implicações das mudanças trazidas no quadro das reformas do Ministério, de modo a ajustar a sua acção aos pressupostos da lei, sempre no sentido de garantir melhor prestação de serviços ao cidadão, evitando, deste modo, possíveis conflitos.

Uma melhor coordenação e clareza da actuação da polícia e das autoridades da justiça poderá constituir uma valiosa contribuição para a mitigação do fenómeno da justiça pelas próprias mãos, que ainda assistimos no nosso país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

No que se refere aos sistemas de identificação civil, queremos que continuem a aproximar este serviço ao cidadão sem, com isso, descurar da manutenção dos padrões de segurança que este serviço deve observar nas suas operações. Trata-se de um trabalho muito sensível, porque mexe com a cidadania e tem implicações sérias em matérias de segurança, sobretudo com o recrudescimento do crime transnacional.

Ao descentralizarmos estes serviços queremos minorar o sofrimento a que são votados muitos compatriotas nossos para obterem o seu documento de cidadania, sem descurar os aspectos de segurança inerentes. Queremos ver um Serviço mais organizado, dinâmico e à altura de um organismo que constitui a linha da frente da defesa da soberania e garantia da segurança do Estado e ao serviço do cidadão.

O Ministério do Interior deve oferecer serviços de qualidade, fornecendo documentos de identificação fiáveis que garantam muita segurança e que sejam credíveis ao nível nacional e internacional. É preciso eliminar documentos falsos ou a concessão de identificação à pessoas não qualificadas para tal.

No domínio da Migração, impõe-se completar a reforma iniciada com a criação do Serviço Nacional de Migração.

Caros Compatriotas!

A sinistralidade rodoviária ascendeu à categoria de um problema de segurança pública no nosso país. Quanto mais estradas colocamos à disposição dos nossos compatriotas para impulsionar o desenvolvimento económico e quanto mais veículos adquirimos, mais cresce o efeito reverso: perda de inúmeras vidas humanas, destruição de infra-estruturas públicas e danos materiais

avultados, para além das sequelas físicas e traumas dos sobreviventes e familiares das vítimas desses acidentes.

Temos que liderar a correcção deste comportamento. Temos que chamar à consciência todos os moçambicanos, sejam eles, condutores, transportadores, utentes e peões.

São muitos os apelos para a observância das regras de trânsito, para a inspecção das viaturas e para que os automobilistas só conduzam se estiverem sóbrios. Já não dá mais para aceitar as respostas padrão, tais como o mau estado das vias, a falta de sinalização e iluminação e a não observância de limites de velocidade nalgumas estradas, incluindo auto-stops.

Há um princípio de boas práticas de condução que diz: "não conduz para onde não vês"!

É preciso aprofundar, cada vez mais e com maior acuidade, as causas de cada acidente e dos resultados da perícia e da investigação, tirar lições para a acção, em particular, no quadro da prevenção de futuros acidentes.

Trata-se de um trabalho da Polícia, mas que deve interessar a todos actores, como as empresas de seguros, inspecção automóvel, oficinas de reparação e manutenção, aos fornecedores de consumíveis e sobressalentes, bem como a Academia.

Todo o acidente de viação tem a sua causa que deve ser conhecida e deve haver responsabilização. Vamos promover a cultura de solidariedade entre os automobilistas nas vias de cirulação. Vamos, igualmente, combater a corrupção na Polícia de Trânsito e na Polícia em geral, citada como obstáculo ao desenvolvimento.

Uma carga excessiva não responsabilizada pela polícia de transito, destrói infra-estruturas. Uma mercadoria ilegal concorre para a fuga ao fisco e consequentemente reduz as receitas para o nosso tesouro.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

São muitos os desafios que se colocam ao Ministério do Interior, mas também são muitos sucessos que temos estado a celebrar. Nós estamos convictos de que, mais uma vez, os dirigentes e quadros desta casa vão revelar o seu empenho, iniciativa e criatividade na busca das respostas mais adequadas.

Louvamos e encorajamos, o zelo e a entrega que vos tem caracterizado nas diversas frentes de actuação para garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas sem olhar para as condições e desafios que as circunstâncias nos impõem. Louvamos as operações contundentes que têm estado a travar com sucesso em defesa dos moçambicanos e seus bens atacados pela Renamo.

Saudamos, igualmente, o vosso alto nível de coordenação e harmonia na actuação com outros membros das Forças de Defesa e Segurança.

Encorajamos-vos para que não esmorreçam porque a vossa luta é também de todos nós, de todos os moçambicanos.

Afinal, antes da Polícia, existe toda a sociedade que deve ser chamada a resgatar valores morais na educação dos nossos jovens, dos homens e mulheres do amanhã, cidadãos íntegros, responsáveis e patriotas.

Com estas palavras, temos a honra de declarar aberto o Vigésimo Sexto Conselho Coordenador do Ministério do Interior!

Muito obrigado, pela vossa atenção!

DINÂMICAS ACTUAIS DA CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE

DESAFIOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique no Seminário Conjunto entre a Academia de Ciências Policiais e a Procuradoria-Geral da República. Maputo, 02 de Setembro de 2016.

Digníssima Procuradora Geral da República;

Magnífico Reitor da Academia de Ciências Policiais;

Senhor Ministro do Interior;

Senhores Membros dos Órgãos de Soberania;

Senhor Presidente do Conselho Municipal de Maputo;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Distintos Participantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Inicio a minha intervenção, cumprimentando todos os presentes neste evento e felicitando a Academia de Ciências Policiais e a Procuradoria-Geral da República, pela iniciativa conjunta de reflexão sobre o momento actual em que o nosso país experimenta novos tipos de fenómenos criminais.

Pela complexidade da criminalidade actual, o lema escolhido para o presente seminário: "Dinâmicas actuais da Criminalidade em Moçambique: Desafios para prevenção e combate", foi uma escolha acertada.

Este lema representa um desafio acrescido à capacidade de resposta da nossa Polícia, em particular, e das demais instituições do sector de administração da justiça, na prevenção e combate à criminalidade.

Nos últimos tempos, o nosso país tem vindo a ser assolado por uma onda de criminalidade violenta caracterizada por assassinatos de cidadãos, em particular os portadores de albinismo, raptos e sequestros, linchamentos, assaltos à mão armada, roubo de viaturas, entre outros crimes.

Estes actos têm estado a tirar o sossego à nossa população e a desafiar os esforços conjuntos de prevenção e combate à criminalidade.

A ocorrência destes e de outros tipos de crimes, minam a segurança e o bem-estar social dos moçambicanos, exigindo das autoridades a tomada de medidas pertinentes para a sua prevenção e repreensão.

O seminário que hoje promovemos e que junta a ACIPOL, instituição vocacionada à formação de oficiais da Polícia, com conhecimentos técnicos e científicos para a defesa da legalidade democrática e a Procuradoria Geral da República, a guardiã da legalidade, é um exemplo da colaboração e complementaridade interinstitucional que deve nortear o sector da administração da justiça.

São estas as parcerias que necessitamos de desenvolver para combater, e vencer a criminalidade e outras mazelas que a nossa sociedade enfrenta.

O produto final do desempenho de cada instituição deve ser o de garantir a satisfação do Povo Moçambicano.

Distintos Participantes;

Estimados Convidados!

A garantia da tranquilidade dos cidadãos, a defesa da integridade territorial, a criação de um ambiente propício aos investimentos sociais e económicos, bem como públicos e privados, constituem missões constitucionais na promoção da segurança pública.

A ACIPOL, entanto que instituição superior vocacionada à formação policial, ao promover este seminário em parceria com a Procuradoria Geral da República, está a investir na realização de pesquisas sócio-antropológicas que nos permitem entender as origens, motivações, manifestações e interconexões dos vários fenómenos criminais que assolam o nosso país, a nossa região e o mundo, em geral.

Com esta iniciativa, a ACIPOL pretende dar a sua contribuição à Procuradoria-Geral da República no exercício das suas competências de direcção da instrução preparatória dos processos crime, exercício da acção penal, controlo da legalidade e dos prazos de detenção, defesa dos menores, incapazes e ausentes, bem como na protecção dos interesses colectivos e difusos.

Este Seminário sugere que, ambas instituições, sejam dotadas de capacidades humana e técnico-científica para desempenhar cabalmente as suas missões, o que pressupõe uma capacitação contínua dos seus quadros.

A formação ministrada na ACIPOL, mais do que conferir graus académicos, deve preparar quadros capazes de prever os fenómenos criminais antes que eles aconteçam, de forma que, antecipadamente, se preparem para enfrentá-los com sucesso.

Por sua vez, os procuradores e demais quadros do sector são chamados também a estar permanentemente munidos das necessárias ferramentas metodológicas que lhes permitam

conduzir as investigações, recolhendo toda a informação relevante para a formação do corpo de delito e, consequente, acusação e condenação dos criminosos.

Esta forma de ser e de estar do sector de administração da justiça, deve inspirar cada um dos diferentes actores a cumprir as suas tarefas com sentido de missão, tendo como referência última a prestação dum serviço mais eficiente, mais célere e com maior qualidade.

Minhas senhoras;

Meus senhores!

Pela sua natureza, o sector de administração da justiça envolve vários actores cujas tarefas e missões são diversas, mas complementares.

Porém, para o cidadão comum, as diferenças são mínimas ou inexistentes.

Quando acontece um crime, tudo o que o cidadão quer é que o mesmo seja esclarecido com a maior brevidade, que o seu património seja recuperado, que o infractor responda em tribunal e seja responsabilizado correctamente caso se prove. Essa é a sua expectativa.

Para o cidadão, o que importa é saber que os servidores do seu Estado, estão também a seu serviço.

Este facto alerta-nos para o dever que pesa sobre todos nós, o dever de sermos cooperativos, mesmo quando temos posicionamentos técnicos diferentes.

O exemplo que hoje nos trazem, estas duas instituições com papéis diferentes, mas complementares, de-se sentarem no mesmo espaço para discutir fenómenos criminais e construir uma visão comum, deve ser encorajado, disseminado e capitalizado.

É a partir destes exercícios que entendemos melhor a visão do outro, os seus fundamentos e aprendemos a melhor forma de responder às suas perguntas, à bem do cidadão a quem todos servimos.

Assim, esperamos que as discussões das diferentes temáticas arroladas para este seminário, que a todos preocupam, permitam identificar e compreender as dinâmicas que envolvem a criminalidade, principalmente a organizada e transnacional.

Acreditamos, igualmente, que este exercício vos permita identificar os elementos a considerar na concepção de estratégias e planos efectivos e eficientes, bem como as acções concretas que cada um dos actores deverá desenvolver para a prevenção e combate ao crime.

Caros participantes;

Minhas senhoras e meus senhores!

O exercício que vão realizar ao longo do dia de hoje, só produzirá resultados se os debates forem francos, honestos e construtivos.

Mais do que construir consensos, há que partilhar informações, ideias e desenhar métodos de trabalho que imponham uma maior flexibilidade e celeridade no esclarecimentos dos crimes.

Importa, também, identificar de forma racional os constrangimentos que vos impedem de cumprir cabalmente as vossas responsabilidades como protectores da sociedade e cumpridores da lei.

Na certeza de que terão uma sessão de trabalho memorável e que vos prepare para enfrentar os desafios da criminalidade actual, desejo a todos os presentes um bom trabalho.

Com estas palavras, declaro aberto o Seminário Conjunto sobre as Dinâmicas actuais da Criminalidade em Moçambique: Desafios para prevenção e combate.

Muito obrigado.

Discurso de Sua Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique por ocasião da cerimónia de graduação de oficiais da PRM em Ciências Policiais.
Maputo, 26 de Fevereiro de 2016.

Senhor Ministro do Interior;

Ilustres titulares de Órgãos de Soberania;

Digníssima Procuradora – Geral da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Chefe do Estado-Maior General das FADM;

Senhor Comandante-Geral da PRM;

Senhores Membros do Corpo Diplomático;

Magnífico Reitor da Academia de Ciências Policiais;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Administrador do Distrito de Marracuene;

Estimados Docentes, Investigadores, Pessoal Técnico e Administrativo da ACIPOL;

Caros graduados;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com elevada honra que nos dirigimos a todos os presentes nesta Cerimónia de Graduação de Oficiais da Polícia da República de Moçambique, em virtude de terem terminado, com sucesso, nesta Academia, os Cursos de Mestrado e Licenciatura em Ciências Policiais.

Endereçamos as nossas saudações aos Dirigentes e Quadros do Ministério do Interior, aos Oficiais, Sargentos e Guardas da Polícia da República de Moçambique e à Direcção da ACIPOL, por mais este contributo para a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas no nosso País.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Presidimos este acto num momento particularmente difícil para o nosso País caracterizado por chuvas abundantes no norte do País e seca severa no sul, fenómenos naturais com impacto negativo na vida das populações.

Queremos, por isso, reiterar a determinação do Governo da República de Moçambique de tudo fazer para minorar o sacrifício dos nossos concidadãos, vítimas destes fenómenos naturais.

Paralelamente a estes fenómenos, voltamos a registar com repulsa actos protagonizados por homens armados da Renamo, contra civis e membros das Forças de Defesa e Segurança, perturbando a normal circulação de pessoas e bens e destruindo propriedades num claro atentado à Paz, estabilidade, unidade nacional e democracia.

A situação de perturbação da ordem, subestima a vontade por nós manifestada, de dialogar com a Direcção deste partido e outras forças da sociedade, para juntos encontrarmos os caminhos que conduzam à uma Paz duradoira.

Reiteramos a nossa abertura para o diálogo sem pré-condições, assente no estrito respeito pela ordem jurídica estabelecida no nosso País. Contudo, afirmamos que em nome da democracia e da inclusão, ninguém deve encorajar o porte de armas e nem matanças ao Povo para forçar a sua ascensão ao poder.

No mesmo sentido, reafirmamos que, o nosso Governo tudo fará para proteger o povo moçambicano, de modo que este continue a dedicar as suas energias ao desenvolvimento do País e a construção do seu bem-estar.

Queremos saudar a comunidade internacional, a sociedade civil e a comunidade religiosa que, de forma persistente, têm condenado os ataques militares e ameaças ao Governo democraticamente eleito e reconhecido.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

A aposta na formação e capacitação das Forças Policiais e, no caso em apreço, de Oficiais subalternos com formação superior, constitui a materialização da estratégia do Governo de Moçambique, visando elevar a capacidade das nossas Forças de Defesa e Segurança para garantirem a ordem e segurança das pessoas e bens no nosso solo pátrio.

Estamos convictos de que o sucesso no combate à criminalidade passa por um investimento planificado e, consequente, no capital humano. Só homens devidamente formados, especializados e munidos de valores patrióticos, éticos, deontológicos e brio profissional, podem dar o melhor de si em prol de um futuro melhor para todos.

À todos os graduados e, muito em particular, aos primeiros Mestres em Ciências Policiais, graduados por esta Academia, endereçamos as nossas felicitações e uma palavra de apreço.

Os graus que hoje concluíram e que muito orgulhar à vós e às vossas famílias, deve significar

maior capacidade de desenvolver soluções, para a resolução dos problemas de segurança que afectam os moçambicanos.

São inúmeros os desafios que vos esperam. Todos os dias somos confrontados com roubos, raptos, violações, tráfico de pessoas e de órgãos humanos, assassinatos, enfim...uma multiplicidade de crimes que exigem uma resposta rápida e esclarecedora.

Assim, instruímos ao Comando-Geral da Polícia a maximizar a gestão do seu pessoal com vista a tirar melhor proveito das capacidades individuais dos oficiais que acabamos de graduar, como forma de induzir as transformações que pretendemos.

O reforço que agora recebem, deve resultar na melhoria do desempenho da corporação face aos desafios em presença.

Queremos que a vossa presença no terreno, junto dos colegas mais experientes, produza sinergias que permitam melhorar a forma como se abordam e resolvem os problemas dos cidadãos, quer na via pública, quer quando estes, por qualquer motivo, se dirigem ao comando, esquadra ou posto policial.

A nossa palavra de ordem é de que se comprometam com o Povo e utilizem os conhecimentos científicos adquiridos, para melhorar a segurança dos moçambicanos e de todos aqueles que por variados motivos se encontram no nosso País.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Queremos usar esta oportunidade para saudar o Décimo quinto Conselho da PRM, realizado de 22 a 23 de Fevereiro do corrente ano, sob o lema " Pela Lei e Ordem - PRM e Comunidade, juntas no combate à criminalidade".

O Conselho que, dentre outros temas debateu a situação da ordem, segurança e tranquilidade públicas no País, o Plano Económico e Social e Orçamento da PRM para 2016 e o ante-projecto das propostas de revisão da Lei da PRM e o Estatuto Orgânico da PRM, tornou-se um excelente momento de consulta e socialização destes importantes instrumentos com os reais agentes da segurança nacional.

Para terminar, permitam-me dirigir uma palavra de apreço a todos os docentes, instrutores e corpo técnico-administrativo da ACIPOL e aqueles que com o seu esforço e saber contribuíram para a formação dos Oficiais que hoje graduamos.

A nossa apreciação é também dirigida aos pais, encarregados de educação e demais familiares dos graduados pelo delicado e gratificante papel no acompanhamento, apoio e encorajamento

dos seus ente queridos, enquanto cadetes na ACIPOL.

Com estas palavras, temos a honra de declarar encerrada a Décima Primeira Cerimónia de Graduação de Oficiais da Polícia da República de Moçambique Licenciados em Ciências Policiais e o Curso de Oficiais da Polícia de Fronteiras.

MUITO OBRIGADO!

PRM: REFORÇANDO A CAPACIDADE DA POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança por ocasião do patenteamento do Inspector-Geral da Polícia, Júlio dos Santos Jane, e sua tomada de posse como Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique. Maputo, 4 de Março de 2016.

Senhor Primeiro-Ministro;

Senhor Ministro do Interior;

Senhores Membros do Governo;

Senhor Comandante-Geral da Polícia da República Moçambique;

Senhores membros do Conselho Nacional de Defesa e Segurança;

Senhor Comandante-Geral Cessante da PRM;

Caros Oficiais Generais, Oficiais Superiores e Subalternos das Forças de Defesa e Segurança;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Júlio dos Santos Jane, acaba de ser promovido à patente de Inspector-Geral da Polícia da República de Moçambique, como consequência da sua nomeação ao Cargo de Comandante-Geral da PRM.É um grande compromisso perante a Nação moçambicana e perante o Chefe de Estado e Comandante-chefe das Forças de Defesa e Segurança.

É um compromisso de trabalho, de sacrifício, de fidelidade, de disciplina, de organização e de respeito ao Povo. Um compromisso de honra, que transmite esperança e confiança ao nosso Povo. É um compromisso de servir o Estado e a Pátria moçambicana.

Gostaria de manifestar o prazer em estar aqui, no Quartel da Unidade de Intervenção Rápida, para retomarmos o processo de reestruturação da Polícia da República de Moçambique, um processo que visa dinamizar o desempenho da PRM, com vista a assegurar a Ordem, Segurança e Tranquilidade públicas em Moçambique.

O Inspector-Geral da Polícia, Júlio dos Santos Jane, substitui o Inspector-Geral Jorge Henrique da Costa Khalau, homem que se entregou de corpo e alma ao combate, sem tréguas, ao crime organizado e no fortalecimento da capacidade de intervenção policial.

Senhor Comandante-Geral da PRM,

Assume as novas funções num momento em que enfrentamos desafios de particular relevância no âmbito da ordem, segurança e tranquilidade públicas e, que irão requerer de si e da corporação, uma postura mais vigorosa, na prevenção e no combate ao crime, bem como na consolidação da Paz, numa fase em que esta Paz é beliscada, o que preocupa a todos moçambicanos.

Queremos neste acto de tomada de posse, exortar para que tenha maior concentração na agenda nacional.

É importante que se tenha a consciência que as missões da PRM, hoje mais do que nunca, devem visar o crescimento económico do nosso País, como indicador do desenvolvimento e do bem-estar para cada moçambicano.

O Estado moçambicano, só pode continuar a existir e a ser digno do seu nome, com Forças de Defesa e Segurança capazes e prontas para defender a sua soberania. Nesta missão, a PRM está na linha destacadamente visível.

Atenção especial deve dar ao Capital Humano, importante activo do nosso Estado.

Para que esse activo seja valorizado temos que investir permanentemente na formação, capacitação e motivação dos agentes policiais que são principais actores.

Como líder, deverá conhecer o perfil dos seus colaboradores. Saber quais as suas virtudes, os seus defeitos, as suas expectativas, e até as frustrações, que cada um possa ter.

Estas informações vão permitir aferir o potencial de cada um dos seus colaboradores ajudando-o na tomada de decisões, quer elas sejam pontuais ou estratégicas.

A equipa que passa a integrar e comandar, tem quadros altamente qualificados, valiosos e dedicados, dando, todos os dias, o melhor de si para que cada um de nós possa viver em segurança e tranquilidade.

Junte-se a essa equipa, tornando-a mais coesa, eficiente, motivada e credível. Crie as bases para que todos os seus colaboradores se sintam parte da solução, para que não lhe tragam problemas mas se entreguem à causa com a tenacidade que vos é peculiar.

O nosso Povo tem que ver e encontrar na sua Polícia, um protector, um filho, um verdadeiro guardião da lei com quem , seja nos momentos de aflição ou, simplesmente, para obter informações que lhe possam ser úteis num determinado momento.

O cidadão deve encontrar em vós a garantia de que a lei é cumprida, que os seus direitos e liberdades estão protegidos, que as nossas fronteiras não são permeáveis, as nossas florestas e a nossa fauna não serão delapidadas.

Estamos a dizer que o Comandante Geral vai dirigir a defesa do carvão, do gás, das florestas, da água, dos solos, do clima, dos recursos naturais em geral, mas, antes de tudo, vai defender o moçambicano e todos aqueles que residem em Moçambique.

Minhas senhoras e meus senhores,

Este desiderato só será alcançado se a nossa Polícia continuar a pautar pela disciplina e pelo alto sentido de

profissionalismo que a caracteriza, cumprindo com rigor e eficácia as suas missões.

Todos os cidadãos moçambicanos, independentemente do sexo, idade, raça, origem étnica, filiação partidária ou religiosa, merecem a mesma protecção da nossa Polícia. Como dirigente da corporação, é no nosso Povo que se deve inspirar, pois, só assim, poderá servi-lo.

É com essa equipa que se deve dedicar ao combate à criminalidade, prestando particular atenção aos crimes violentos com destaque para o crime organizado, os raptos e sequestros, o assassinato de pessoas com problemas de pigmentação da pele, o tráfico de pessoas e de órgãos humanos, entre outros.

Caros Agentes da PRM em todo território Nacional!

As Forças de Defesa e Segurança são constituídas por militares rigorosamente assim identificados como das Forças Armadas e paramilitares que, recebendo formação e treino militares, realizam actividades quer na Polícia como nos Serviços de Informação e Segurança do Estado.

O saudoso Presidente Samora Machel a este respeito sempre referiu e citamos "as Forças de Defesa e Segurança devem ferver na mesma panela e à mesma temperatura" fim de citação.

Com esta abordagem, apresentada na citação que fizemos referência, entende-se claramente que tanto o profissional dos Serviços de Informação e Segurança do Estado, quanto o profissional da Polícia e até o Militar devem ser dotados dos mesmos conhecimentos e habilidades para o melhor desempenho das suas atribuições.

Importa por isso recordar que no caso da Polícia, nos primórdios da sua constituição, contou e foi dirigida por militares de carreira como foram os casos do malogrado e Herói da República Tenente General Osvaldo Assael Tazama, primeiro Comandante Geral da Polícia; o Major General Mariano Matsinhe e os Coronéis Óscar Monteiro e Manuel António que, sendo Ministros do Interior, desempenharam igualmente o papel de Comandantes da Polícia, só para citar alguns casos.

De igual modo, os oficiais provenientes das fileiras da Polícia, desempenharam funções de Direcção no SISE, no sistema prisional e nos vários sectores das Forças de Defesa e Segurança e outras.

Deste modo, temos a justificada expectativa de que a indicação do Inspector-Geral Júlio dos Santos Jane para Comandante Geral da PRM, não constitui uma excepção.

A indicação dum quadro que ao longo da sua carreira foi realizando as tarefas atribuídas com zelo e dedicação, contribuirá sobremaneira para o aprimoramento da doutrina das Forças de Defesa e Segurança, da ética e disciplina policial e a prontidão combativa com vista ao enfraquecimento

contínuo do crime e a defesa dos interesses do Povo.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Apraz-me endereçar uma saudação especial a todos os membros da PRM, Oficiais Generais, Oficiais Superiores, Subalternos e Guardas, que até hoje apoiaram o Comandante cessante e asseguraram esta corporação de forma exemplar e competente.

A todos vós, exorto a prosseguirem com a vossa tarefa, apoiando o vosso novo comandante na confiança de que assim estareis a honrar esta Pátria Una e Indivisível, onde a Lei-mãe deve ser respeitada, onde, cada vez mais, devem ser consolidados os valores da democracia e prevalecer a Paz para os moçambicanos. Esta é a vossa missão.

Não podia terminar esta intervenção sem, mais uma vez, me dirigir ao Comandante cessante da Polícia, Jorge Henrique da Costa Khalau.

Como dissemos, cessa as funções depois de uma longa caminhada onde enfrentou inúmeros desafios com sucesso. Deu a sua contribuição para que a nossa Polícia crescesse em qualidade e quantidade e hoje esteja representada em todo território nacional, mantendo a Ordem e protegendo a nossa população e as nossas instituições.

A si, General Khalau, como carinhosamente é tratado, e à sua família, dirigimos uma palavra de apreço e fazemos votos de muita saúde e sucessos na vida familiar.

Ao recém nomeado, desejamos muita saúde. Que a sua família e seus colegas continuem a prestar o mesmo apoio para que saia, mais uma vez, vitorioso nesta missão do Povo moçambicano.

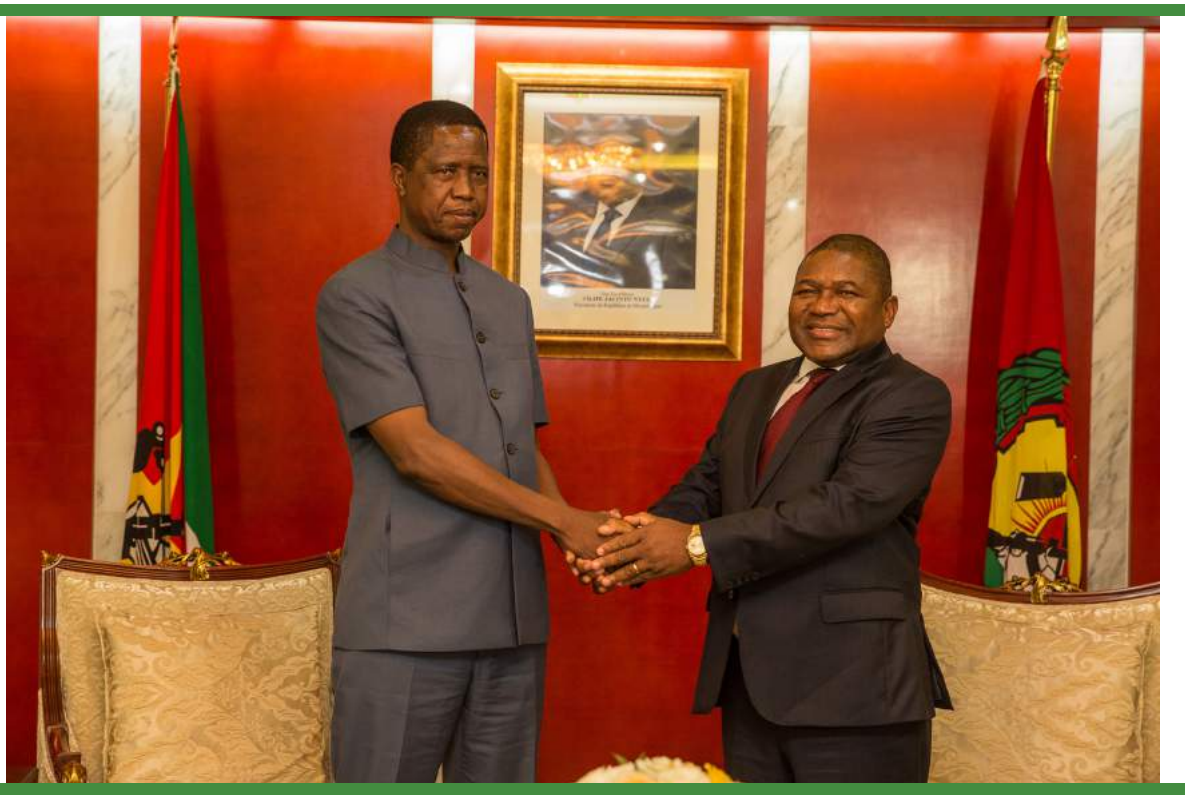
A terminar, convido a todos que me acompanhem num brinde:

- À garantia da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas!
- À saúde e ao sucesso do Comandante-Geral da Polícia!
- À saúde de todos os presentes!

Muito obrigado, pela atenção!

CAPÍTULO V

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



MOÇAMBIQUE E ZÂMBIA

DAS EXCELENTES RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS PARA UMA COOPERAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA MAIS ACUTILANTE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do banquete oferecido à Sua Excelência Edgar Lungu, Presidente da República da Zâmbia. Maputo, Março de 2016.

Sua Excelência Edgar Lungu, Presidente da República Zâmbia;

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiros Ministro;

Titulares de Órgãos de Soberania;

Senhor Antigo Presidente, Armando Emílio Guebuza;

Ilustres Membros dos Governo da República da Zâmbia e da República de Moçambique;

Senhores Membros do Corpo Diplomático, Acreditados em Moçambique;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus senhores!

É com elevada honra e privilégio que em meu nome, no do Governo e de todo o Povo Moçambicano quero apresentar os calorosos cumprimentos de boas vindas à Moçambique a si, Senhor Presidente e distinta delegação.

Ao aceitar o nosso convite para realizar a presente Visita de Estado ao nosso país, presta uma singela homenagem às históricas relações de amizade, solidariedade e cooperação entre Moçambique e a Zâmbia.

Moçambique é hoje terra livre, porque o povo zambiano esteve sempre do nosso lado na luta contra o jugo colonial português. A Zâmbia ao aceitar albergar, no seu solo, os combatentes da nossa pátria e ao acolher, na sua capital, as negociações que culminariam com a assinatura dos Acordos de Lusaka, contribuiu grandemente para que o povo moçambicano alcançasse a sua independência.

Moçambique é uma terra livre, porque o povo irmão da Zâmbia permitiu que o seu país fosse a porta de entrada dos guerrilheiros que, com armas em punho, trouxeram a liberdade, a partir das suas fronteiras, abrindo assim a frente de Tete, que veio galvanizar o processo de libertação e flexibilizar o alcance da Independência que ansiávamos.

A Zâmbia foi, deste modo, para nós moçambicanos, uma retaguarda segura, sem a qual, levaríamos mais tempo para alcançar o nosso objectivo comum, a Independência Nacional.

A Zâmbia pôs à disposição dos moçambicanos o que mais precisavam para a inadiável tarefa de

libertação da sua terra, da longa noite colonial, incluindo os ofícios da sua própria diplomacia, o que culminou com a assinatura do mais importante, longo e definitivo Acordo.

Tratou-se do mais sério Acordo de todos os tempos, de modo que, para os moçambicanos, a palavra Acordo, quase que exclusivamente quer dizer aquilo que aconteceu na capital zambiana, Lusaka, em 7 de Setembro de 1974, por ter sido um Acordo verdadeiro, efectivo e duradouro.

Segundo disse o saudoso Presidente Samora Machel, no seu discurso por ocasião da assinatura do Acordo de Lusaka e passo a citar: "o início de uma nova era de relações entre Moçambique e Portugal tem lugar em Lusaka, terra africana, terra de humanismo.

Os Acordos de Lusaka tornaram-se possíveis também pela acção constante e paciência dos nossos camaradas e amigos verdadeiros do nosso povo. Aos companheiros de horas difíceis, dizemos que agora em Lusaka, como resultado da nossa luta comum, se inicia uma nova era de cooperação entre as nossas nações irmãs..." fim da citação.

Senhor Presidente!

Não é por acaso que à saída do aeroporto da nossa capital nacional, entramos logo a seguir na Zâmbia, porque a via mais frequentada que nos leva ao resto de Maputo tem o nome de Acordos de Lusaka.

Se quisermos localizar muitas representações diplomáticas estrangeiras, seguimos pela avenida Keneth Kaunda, o histórico nacionalista africano, o pai da Independência da Zâmbia.

Para além dos 419 quilómetros de linha de fronteira, que em nada nos separa senão essa delimitação artificial, os moçambicanos e os zambianos comungam as mesmas vivências, cumprimentamo-nos do mesmo modo, comemos da mesma culinária e dançámos as mesmas danças, tal como é o Nyau, hoje património cultural imaterial da Humanidade.

Foi na Zâmbia onde, a 1 de Abril de 1980, criamos a nossa Organização regional, antes Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da Africa Austral (SADCC).

A SADCC tinha como objectivo coordenar os projectos de desenvolvimento, como forma de reduzir a dependência económica em relação à então Africa do Sul do Apartheid.

Estamos a falar da actual SADC, hoje virada para a promoção de maior cooperação e integração económica, uma necessidade premente para os governos dos Estados Membros para a transformação e reestruturação das suas economias.

Hoje é a base de cooperação entre os Estados, que passou de uma associação voluntária, para uma instituição juridicamente vinculativa, conforme o Tratado assinado pelos nossos Estados,

em Windhoek, a 17 de Agosto de 1992.

Excelência;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Hoje, temos motivos para nos regozijarmos porque sentimos que as nossas relações bilaterais como dois Povos, Estados e Governos, têm crescido e produzido um impacto positivo e tangível na melhoria da vida das populações dos dois países.

Contudo, apesar dos vastos recursos humanos e naturais de que dispomos, continuamos atrasados quanto ao nível de intercâmbios comerciais e de volume de projectos de desenvolvimento com a participação de cidadãos dos nossos países.

A Visita de Estado que V. Excelência efectua, constitui uma oportunidade para o reforço das nossas relações económicas para níveis coindicentes com as excelentes relações político-diplomáticas.

Durante as nossas conversações identificámos as áreas de energia, agricultura, infra-estruturas de transportes e comunicações, recursos minerais e indústria e comércio como aquelas em que devemos incidir as nossas ações.

Aliás, é no âmbito da cooperação no domínio da energia que amanhã procederemos com a inauguração da Central Flutuante para o uso comum em Nacala Porto.

Convidamos os nossos empresários públicos e privados a explorarem mais vantagens comparativas que cada um dos nossos países oferecem nas áreas já identificadas e em outras por explorar, tomando como exemplo o caso da Electricidade de Moçambique e a Zambia Electricity Supply Company com o projecto concreto de Nacala.

Senhor Presidente!

Permita-me, que sublinhe a importância que o nosso Governo atribui às necessidades de energia e acesso aos Portos pelo vosso país através dos nossos corredores.

Quero, pois, aproveitar esta ocasião para manifestar a abertura e disponibilidade do meu Governo, no sentido de tudo fazer para responder a estas necessidades.

Na verdade, Moçambique e Zâmbia devem continuar a ser exemplos duma convivência harmoniosa e pacífica entre dois povos e países irmãos e vizinhos naturais, liderando a promoção e manutenção da paz e da estabilidade na região e no continente.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Repugna-nos ver que nos dias de hoje, o nosso continente e a nossa região continuem a ser abalados por fenómenos retrógrados, caracterizados por tentativas de alcance do poder por vias não democráticas. A Contestação dos resultados das eleições livres e justas, incluindo tentativas de mudanças da Constituição para satisfazer a ganância pelo poder, entre outros estratagemas contrários à alternância governativa, são fenómenos que o continente e a região devem combater, privilegiando o Estado de Direito, Democracia e boa Governação.

Quero felicitá-lo pelo facto de a Zâmbia, tal como Moçambique, continuar a ser o exemplo de democracia constitucionalista que permite visualizar os próximos pleitos eleitorais e fazer a transição pacífica de poder.

Auguramos muitos sucessos, para quando, em Agosto do presente ano, altura em que irão celebrarar mais uma festa da Democracia, isto é, através das eleições Gerais e Presidenciais. Estamos certos de que a Zâmbia, mais uma vez, vai brilhar como uma das estrelas cintilantesque orientam o nosso continente nos caminhos da democracia, rumo ao desenvolvimento que todos almejamos. Assim, tal como o fez em 2014 com a sua vitória que o conduziu a Presidente da República, aproveitamos este momento para o felicitar.

Mostremos ao mundo que a África é de todos os africanos e os líderes africanos são para servir os interesses dos seus povos e não para ressuscitar as ditaduras. Este desiderato é alcançável.

Excelência;

Minhas Senhoras e Meus senhores!

Durante as conversações, desta tarde, tivemos a oportunidade de definir as melhores estratégias para incrementar a cooperação política e económica entre os nossos países.

Definimos as prioridades comuns nas áreas de mineração, energia, agricultura, transportes e comunicações, comércio, gestão de recursos hídricos e intercâmbio cultural.

Igualmente, assumimos o compromisso de continuar com as consultas regulares no âmbito da SADC, da União Africana e das Nações Unidas e realizar, com frequência, as Comissões Conjuntas Permanentes de Cooperação Bilateral, como forma de acompanhamento do processo de implementação das decisões regularmente tomadas.

Queremos, mais uma vez, desejar os melhores êxitos no pleito eleitoral do dia 11 de Agosto, fazendo votos para que o momento seja celebrado como uma verdadeira festa e que o povo zambiano seja o grande vencedor.

A terminar, quero reiterar, em nome do Povo e do Governo da República de Moçambique, o nosso agradecimento por ter aceitado o nosso convite para esta Visita de Estado.

Convido a todos que me acompanhem num brinde:

- À saúde e longa vida de Vossa Excelência!
- À amizade, solidariedade e cooperação entre a República de Moçambique e a República da Zâmbia!
- À paz e progresso da Região, do Continente e do Mundo!
- À saúde de todos os presentes!

Pela vossa atenção, muito Obrigado!

MOÇAMBIQUE E SWAZILÂNDIA

ESTREITANDO OS LAÇOS DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do banquete de Estado em honra de Sua Majestade Rei M'swati III da Swazilândia.
Maputo, 28 de Abril de 2016

Sua Majestade Rei M'swati III, do Reino da Suazilândia;

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiro Ministro;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da Republica;

Senhor Armando Emílio Guebuza, Antigo Presidente da República;

Ilustres Membros do Governo do Reino da Suazilândia;

Ilustres Membros do Governo da República de Moçambique;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em

Moçambique;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus senhores.

É, para o Povo e Governo da República de Moçambique, uma elevada honra receber Vossa Majestade nesta terra, que é Vossa Casa.

Queremos assim, com elevada estima, desejar boas vindas a Vossa Majestade, sua Esposa e ilustre delegação que o acompanha a esta Cidade Capital de Moçambique que dista apenas 235 Km de Mbabane, Capital do Reino da Suazilândia.

A vossa presença entre nós confirma as excelentes relações de solidariedade, amizade e irmandade que se têm enraizado e aprofundado, de geração em geração.

A Vossa Visita de Estado que se realiza no 2º Ano do ciclo da nossa governação reafirma os laços culturais e identitários e traduz a convivência pacífica e harmoniosa que vem se afirmando como uma marca da nossa vizinhança.

Sua Majestade!

Nós, os moçambicanos, guardamos, com grande consideração, as memórias do gesto e da atitude do Reino da Suazilândia desde a luta pela nossa independência nacional.

Quando a maioria dos países da região austral da nossa mãe África estava sob dominação colonial, foi pelo território do Reino da Suazilândia e com o apoio de Sua Majestade Rei Sobhuza II, que muitos nacionalistas moçambicanos encontraram a porta de saída.

A Suazilândia com todos riscos aceitou ser a retaguarda segura e serviu de ponte, abriu os caminhos, que nos eram sinuosos, ajudando-nos a alcançar a então longínqua Tanzânia, país a partir do qual os moçambicanos se lançaram para a luta pela libertação do jugo colonial.

O Povo Moçambicano está e sempre estará eternamente grato ao povo Suazi e tudo fará para imortalizar o valor deste nobre gesto.

Moçambique e a Suazilândia estão entrelaçados por um passado histórico comum que se sintetiza na partilha de traços linguísticos e culturais que ganharam forma desde os primórdios das migrações africanas.

As nossas comunidades sempre conviveram e mantiveram intercâmbios, resultando dessa convivência hábitos comuns, podendo-se destacar, dentre outros, os seguintes:

- A referência ao termo "Sibali ou Cunhado" com que nos tratamos,
- A convergência de nomes e apelidos, tais como Dlamini, Magagule, Mdluli, Shabangu, Tembe;
- As nossas danças tradicionais como o Xigubo, entre outras, e o hábito de assinalar com festividade a época do canhú, são disso ilustrativos.

Caros Convidados!

Enquanto países independentes, o percurso da nossa cooperação foi reafirmado com a assinatura do Acordo Geral de Cooperação em 1992.

Acordo que tem sido a ferramenta que permite a edificação dos alicerces para o crescimento e desenvolvimento económico de ambos os países.

Este Acordo que monitora a nossa relação definiu as principais áreas de cooperação e permitiu a concepção de projectos conjuntos em vários domínios de intercâmbio.As áreas que na tarde de hoje passámos em revista dão especial ênfase à política e diplomacia, à defesa e segurança, transportes e comunicações, migração, agricultura, saúde, educação, cultura, juventude e desporto, entre outras, todas com impacto muito positivo na melhoria das condições de vida dos nossos povos.

Incrementámos a livre circulação de pessoas, bens e serviços.

Suprimimos os vistos de entrada para os nossos territórios.

Eliminámos as minas antipessoal.

Reduzimos drasticamente o roubo do gado nas zonas fronteiriças comuns e reabilitámos algumas das nossas infra-estruturas e vias de comunicações.

Estamos a trabalhar no sentido de concluirmos a reafirmação da nossa fronteira comum.

Estas realizações encorajam-nos a prosseguir com os esforços de capitalização de todos e de cada um dos aspectos da nossa cooperação.

Sua Majestade

E estimada delegação!

Quero partilhar uma fábula que, em algumas regiões do nosso continente, pretende explicar as razões por que uns animais têm uma cauda comprida, outros curta e ainda outros não têm nenhuma.

Diz a fábula que aqueles que não a têm ou têm-na, mas curta, eram familiares do rei, que distribuía as caudas pela corte.

Gozando da sua afinidade real colocaram-se quase no fim da fila, seguros que o tio, que era rei, nunca haveria de os esquecer na distribuição.

Aconteceu, porém, que as caudas iam acabando e cada vez mais ia se reduzindo o tamanho e o comprimento das restantes.

Quando chegou a vez daqueles, já não havia caudas compridas, responsáveis pela estabilidade física de certos animais.

Ficaram as curtas como a que vemos no coelho, por exemplo, e outros não apanharam de vez.

A fábula, que normalmente se conta à volta da fogueira nas nossas comunidades tradicionais, ensina-nos que perante as oportunidades não devemos perder tempo de acedê-las.

Ainda que sejamos muito próximos ou vizinhos de tais facilidades, sob o risco de no fim ficarmos sem nenhum pedaço de cauda, porque as grandes porções couberam aos que cedo se aperceberam que havia oportunidades em jogo.

Moçambique e a Suazilândia não se podem dar ao luxo de estar no fim da fila, para beneficiar das oportunidades que se abrem nos nossos países em diferentes áreas.

Os suazis e os moçambicanos não terão razão se ficarem alheios aos desenvolvimentos que as novas oportunidades oferecem.

A Suazilândia e os seus cidadãos têm as portas permanentemente abertas para participar no processo de desenvolvimento de Moçambique e no progresso dos povos dos dois países.

Da mesma forma que nós, os moçambicanos, nos sentiremos parte das incursões empresariais na vizinha Suazilândia.

Para a contínua melhoria da vida das nossas populações, torna-se indispensável a maximização da utilização e valorização das nossas infra-estruturas rodoviárias e ferro-portuárias, modernizando-as.

Há que adoptar mecanismos de gestão conjunta para que possam servir melhor as nossas economias e os seus agentes.

Os nossos dois Governos apostam e encorajam o sector privado, através do capital humano e potencialidades económicas existentes, a criar parcerias e empreendimentos conjuntos com a robustez necessária.

O sector produtivo privado dos nossos países deve ser mais interventivo e deve ser capaz de estabelecer uma economia nos nossos países com a capacidade necessária para escolher parceiros internacionais que constituam mais valia para o nosso crescimento.

A outra área que é de extrema importância é a de gestão sustentável do ambiente e dos recursos renováveis que nos rodeiam.

Esta necessidade torna-se mais imperiosa devido aos efeitos das mudanças climáticas que se fazem sentir na nossa região, em particular e no planeta, em geral.

A natureza é a nossa casa comum, podemos fazer a diferença na defesa da nossa biodiversidade, das nossas paisagens sem igual, da nossa flora ainda distinta, das nossas escarpas montanhosas que fazem sonhar e dos nossos cumes geometricamente aliciantes.

Sua Majestade,

Caros convidados,

Os nossos dois países orgulham-se por pertencerem a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e a sua contiguidade geográfica impele-os a estarem na vanguarda do processo de integração regional.

No quadro da estratégia de industrialização da SADC, os moçambicanos e os suazis podem complementar as suas capacidades para transformar e acrescentar valor aos recursos de que dispõem.

Moçambique está disponível a colocar os seus recursos naturais e energéticos, bem como as suas infra-estruturas económicas ao serviço do progresso dos nossos dois países, no quadro dos programas estratégicos como o Roteiro e Estratégia de Industrialização da SADC que aprovamos em Abril do ano passado.

Sua Majestade,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Antes de terminar a minha intervenção, embora com atraso de nove dias, gostaria de tomar esta ocasião para felicitar Vossa Majestade, Rei Mswati III, pela celebração do Vosso Aniversário Natalício, assinalado no passado dia 19 de Abril.

Tenha Longa Vida Sua Majestade, para que continue a dirigir, sabiamente, os destinos do Povo Suazi e que a Vossa liderança continue a inspirar o reforço das nossas relações bilaterais e a integração económica regional no quadro da SADC.

Na certeza de que esta visita seja bem-sucedida e que ajude na dinamização da cooperação entre os nossos países e povos, tenho a elevada honra de propor um brinde:

- À saúde e longa vida de Vossa Majestade Rei Mswati III do Reino da Suazilândia e sua Esposa, Rainha Inkhosikati Lamatsebula!
- À amizade, solidariedade e cooperação entre a República de Moçambique e o Reino da Suazilândia!
- À saúde de todos os presentes!

Muito Obrigado!

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete de Estado oferecido à Sua Excelência Tenente General Seretse Khama Ian Khama, Presidente da República do Botswana.
Maputo, 23 de Maio de 2016.

Sua Excelência SeretseKhama Ian Khama, Presidente da República do Botswana e Presidente em Exercício da SADC;

Senhora Presidente da Assembleia da Republica;

Senhor Primeiro Ministro;

Digníssimo Presidente do Tribunal Supremo;

Digníssimo Presidente do Tribunal Administrativo;

Digníssimo Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da Republica;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhor JoaquimAlberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Senhor Armando Guebuza, Antigo Presidente da República;

Senhores Chefes das Bancadas da FRELIMO e do MDM na Assembleia da República;

Senhores Membros dos Governos da República do Botswana e da República de Moçambique;

Distintos Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Distintos convidados;

Minhas Senhoras e Meus senhores.

Caro Irmão!

Inicio a minha intervenção, manifestando sincera satisfação e sentimento de honrado Povo e do Governo da República de Moçambique,pelo facto de ter aceite o meu convite de visitar Moçambique neste novo ciclo.

Quero, por isso, desejar a si, caro irmão Kama e a delegação que o acompanha, boas vindas à Moçambique, país que a família Khama bem conhece.

Faço votos que a vossa visita seja repleta de momentos memoráveis.

Caros Convidados!

O Povo e o Governo da República de Moçambique e o Povo Botswana, foram sempre solidários uns com os outros.

Não é por mero acaso que muitos moçambicanos tenham escolhido o Botswana como rota da sua caminhada àTanzânia, de onde iniciaram a luta para libertar Moçambique e os Moçambicanos.

Quando a nossa Soberania e Integridade Territorial foi colocada à prova pela desestabilização, no contexto das lutas pela libertação total da África Austral, mais uma vez os nossos povos, a partir da mesma trincheira lutaram destemidamente e venceram.

A Senhora Florence Gkaboesele, uma modesta cidadã tswana que não tendo recursos abundantes demonstrou o carinho e a compaixão de uma mãe ao acolher,em 1963, aquele que viria a ser o primeiro Presidente de Moçambique independente – O Saudoso Presidente Samora Moisés Machel - quando procurava os caminhos da liberdade.

Os feitos desta cidadã e de muitos outros tswanas anónimos que protegeram os que vieram a ser libertadores desta Pátria, constituem a sublimação da solidariedade entre os povos tswana e moçambicano.

Lamentamos a sua perca a 28 de Dezembro de 2015 e em solidariedade, o povo moçambicano se fez presente na despedida em reconhecimento do valioso contributo desta grande mãe.

Permitam-me que use esta ocasião para, de viva voz, agradecer o apoio que o Governo da República do Botswana tem concedido à Moçambique durante as intempéries naturais que se abateram sobre o nosso país e que têm afectado ciclicamente o nosso pais.

Senhor Presidente!

A vossa presença Senhor Presidente,no nosso país simboliza o desejo comum de reavivar os momentos mais nobres da nossa convivência.

Em nada vale uma irmandade ou amizade se os nossos povos estiverem a conviver com a fome, sem habitação condigna, sem energia, sem água, sem educação e sem serviços de saúde de qualidade.Igualmente, de nada valerá a nossa irmandade, enquanto tivermos crianças subnutridas.

É pois, com este espírito que estamos convictos de que a presente visita irá, mais uma vez, contribuir,de forma tangível, para reposicionar, com maior velocidade, a nossa cooperação bilateral, para juntos trabalharmos para o bem-estar dos nossos povos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Não existe qualquer dúvida sobre a excelência das relações que temos como países.

A vossa exitosa presidência da SADC complementada com a nossa presidência do Órgão para a

Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança, traduz o quão natural é o entrosamento da visão dos dois Governos.

Senhor Presidente!

Moçambique vive, neste momento, uma tensão política localizada na Zona Centro do País, protagonizada afirmativamente pelo Partido Armado Renamo.

Este grupo não se conforma, como é habitual, com os resultados das ultimas eleições.

Embosca viaturas civis, incluindo autocarros e viaturas das Forças de Defesa e Segurança, rapta líderes de outros Partidos, semeando terror e medo nas comunidades.

O meu Governo e o Povo Moçambicano continuam confiantes que as diferenças internas entre os moçambicanos, poderão encontrar uma solução pacífica, através do diálogo.

Continuamos comprometidos com o dever de defender a Unidade Nacional, a Integridade e Soberania de Moçambique.

Estou certo que, com a conjugação de esforços e de saberes de todos os moçambicanos, mais uma vez, sairemos triunfantes, deixando estes momentos menos bons arquivados nos anais da história da nossa jovem democracia.

Estimados Convidados!

Durante a IV Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral, realizada nas vésperas da visita de Vossa Excelência, foram identificadas actividades e acções a serem levadas a cabo pelas duas partes em diversas áreas do nosso intercâmbio.

Refiro-me especificamente às áreas de política e diplomacia; defesa e segurança; transportes e comunicações; economia e finanças; recursos minerais e energia; agricultura e segurança alimentar; administração estatal e função pública; saúde, educação, juventude e desportos, entre outras.

Como se pode constatar, o nosso maior desafio reside na implementação dos programas que ousam alavancar o nosso crescimento económico.

Importa realçar que a crise económico-financeira mundial, a erosão da nossa vantagem em termos de transacções das matérias-primas nos mercados internacionais, aliadas à apreciação do dólar e o impacto global das mudanças climáticas, corroeram sobremaneira a capacidade produtiva das nossas famílias.

Todas estas adversidades e outras dinâmicas negativas, incluindo a tensão militar localizada e o crescimento da dívida pública, retardam os esforços do fortalecimento da estrutura económica do país.

O Governo, não poupa esforços para fazer face a estes obstáculos.

A maioria destes obstáculos resulta da nossa fraca capacidade de produzir e de satisfazer o nosso mercado interno.

Moçambique definiu as suas áreas de prioridade e achamos que Botswana pode explorá-las através do seu sector público ou privado.

Assim, a agricultura, a energia e o turismo são áreas onde juntos temos vantagens.

Convidamos, igualmente, os irmãos de Botswana a concorrerem activamente nos projectos âncora em Moçambique, com destaque para os corredores de desenvolvimento e recursos minerais, entre outros, com impacto directo no crescimento das nossas economias.

É com esta consciência, Senhor Presidente, que convidamos os agentes económicos dos países da região e os tswanas em particular a juntarem-se aos esforços do nosso Governo para a reversão desta situação, que afecta a todos nós.

Caro irmão Khama, filho querido da família amiga de Moçambique!

Permita-me que elabore um pouco mais sobre o sector importante de energia, que elegemos como tema da vossa visita à Moçambique, para além das iniciativas na indústria de transportes.

O défice de capacidade de produção de energia na região, estimado em cerca de 7.9 GW na hora de ponta, em 2015, aliádo ao crescimento acelerado das sociedades e à industrialização dos países da região, constitue oportunidade para transformar a região da SADC num centro de produção e transporte de energia para sustentar o desenvolvimento.

Moçambique possui grande potencial nesta área e pode dar a sua contribuição, não apenas através da Hidroeléctrica de Cahora Bassa que durante a sua estadia irá visitar.

Esta contribuição pode ser, igualmente, através das energias renováveis ou geradas em plataformas flutuantes e, sobretudo com uso das grandes reservas de carvão, recursos hídricos e através do abundante gás que se espera explorar de forma competitiva.

Para este Ciclo de Governação, agendamos a construção da Central Térmica de Temane com potencial de 400 MW e a construção das linhas de transporte de energia Tete – Maputo e Caia - Nacala.

Estamos a desenvolver esforços com vista à iniciar com a construção da Hidroeléctrica de MpandaNkuwa com a capacidade de 1500 MW.

Prevemos ainda desenvolver um projecto de média escala da Hidroeléctrica de Lúrio II, na Província de Cabo Delgado com capacidade de 120MW.

Em Tete, estamos a mobilizar investimentos para a construção da Central Térmica a carvão com uma capacidade de 1200 MW, entre tantos outros projectos na área de energia.

Ainda no âmbito da energia, Moçambique está apostado no cumprimento da visão 2063 da União Africana, a estratégia e o roteiro de industrialização aprovada em 2015 pela SADC.

Distintos Convidados,

Durante as conversações que mantivemos hoje, debruçamo-nos também sobre a nossa cooperação ao nível da região, do continente e do mundo. Assumimos o compromisso de continuarmos com as consultas regulares como forma de acompanhamento do processo de implementação das decisões tomadas.

Regozijamo-nos com a prevalência da paz na nossa região e no continente, ainda que subsistam algumas bolsas de conflitos violentos em alguns países.

Senhor Presidente, espero que esta sua visita contribua decisivamente para considerar Moçambique como sua casa e para o melhoramento da nossa cooperação e fortalecimento das nossas relações económicas.

É tempo de apostarmos nas nossas economias e na criação edificação de um crescimento sustentável e inclusivo que se reflicta na vida das populações.

Na esperança de que realizaremos os nossos ciclos de Governação com mais realizações, convido a todos para que me acompanhem num brinde:

- À saúde e longa vida de Vossa Excelência, Presidente Khama!
- À amizade, solidariedade e cooperação entre a República de Moçambique e a República do Botswana!
- À paz e progresso na Região, no Continente e no Mundo!
- À saúde de todos os presentes!

Pela vossa atenção, muito Obrigado!

MOÇAMBIQUE-ETIÓPIA

REVITALIZAR A COOPERAÇÃO PARA ASSEGURAR A PAZ E O DESENVOLVIMENTO NUM MUNDO EM PROGRESSIVA GLOBALIZAÇÃO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete Oficial em honra do Primeiro Ministro da República Federal Democrática da Etiópia.
Maputo, 29 de Junho de 2016.

É com um prazer renovado que recebermos a si, Senhor Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn, a sua respeitada esposa a Senhora Roman Tesfaye Abeneh, e a sua ilustre delegação no quadro desta Visita Oficial à República de Moçambique.

Em nome do Povo moçambicano, do Governo e em meu nome pessoal, desejamos boas-vindas e manifestamos a nossa profunda gratidão por ter aceite o nosso convite para realizar a presente visita.

A vossa estadia entre nós constitui uma oportunidade de singular importância para o reforço e aprofundamento das relações de amizade, solidariedade e de cooperação existentes entre os nossos dois povos e países irmãos.

Na verdade, Senhor Primeiro-Ministro, os nossos dois povos e países vêm trilhando uma trajectória de conhecimento mútuo à longa data.

A trajectória histórica e das independências dos países africanos, incluindo de Moçambique, não podem ser contadas sem mencionar a honrosa contribuição do povo e dos mais emblemáticos filhos da Etiópia.

O nome da Etiópia confunde-se com a história das lutas de libertação do nosso Continente: inspirou a todos os povos oprimidos do continente e transformou-se no berço da luta tenaz dos africanos contra a dominação estrangeira.

Figuras africanas como as de Haile Selassie, Kwame Nkrumah, Julius Nyerere, Kenneth Kaunda, Abdel Nasser, Eduardo Mondlane e Nelson Mandela precursoras das lutas pela libertação e independência nacional, entre tantos outros conceitos da heroicidade e da nossa africanidade têm sempre uma narrativa que revela relações intrínsecas à Etiópia.

Para Moçambique, a Etiópia está indissoluvelmente ligada ao apoio à nossa luta pela libertação nacional, quer através do apoio material e financeiro concedido pela OUA, sediada em Adis Abeba, através do seu Comité de Apoio aos Movimentos de Libertação em África, quer através da defesa e apoio incondicionais à justa causa da autodeterminação de África em fóruns mundiais.

Aqui, permita-nos, Senhor Primeiro-Ministro, recordar, pela sua importância e alcance, o discurso de Sua Majestade Haile Selassie proferido na Sessão da Liga das Nações, no longínquo ano de 1936 que passo a citar:

"Enquanto os regimes infelizes e ignóbeis que oprimem os nossos irmãos, em condições subumanas, em Angola, Moçambique e na África do Sul não forem superados e destruídos ...

Enquanto todos os Africanos não se levantarem e falarem como seres livres, iguais aos olhos de

todos os Homens ... até esse dia, o Continente Africano não conhecerá a Paz.

Nós, Africanos, iremos lutar, se necessário for, e sabemos que iremos vencer, pois somos confiantes na vitória do bem sobre o mal." Fim da citação do discurso de Sua Majestade Haile Selassie.

Deste discurso, aprendemos lições de vida, a defesa da independência dos seus povos, igualdade entre os povos, independentemente das suas diferenças, como também inspiraram a solidariedade e a unidade dos povos do nosso continente a despeito de quaisquer fronteiras.

É o discurso inspirado em sabedorias ancestrais que moldam, ainda hoje, a visão das lideranças de ontem e a identidade dos nossos povos.

O vosso país, a Etiópia, Senhor Primeiro-Ministro, tem a sublime bênção de congregar a cultura, a autenticidade dos valores da nossa tradição e a aura ancestral identitária africanista, cujo poder nos invoca e nos apela para a unidade e conjugação de esforços e de sinergias rumo ao bem estar, progresso e ao renascimento africano sempre sonhado pelos fundadores da nossa organização continental, hoje União Africana (UA).

Senhor Primeiro-Ministro;

Distintos convidados!

As relações entre Moçambique e a Etiópia foram afirmadas com o estabelecimento de relações diplomáticas em 1977 assentes em bases de afinidades e interesses comuns.

A abertura da representação diplomática de Moçambique em Addis Abeba, em 1983, constituiu o marco importante na formalização e institucionalização dos intercâmbios entre os nossos dois países.

Outro momento que merece destaque nas nossas relações bilaterais aconteceu em 2007, quando os nossos dois países assinaram, aqui em Maputo, capital desta pérola do Índico, o Acordo Geral de Cooperação.

Desde então, os nossos países têm mantido contactos diplomáticos e comerciais que construíram uma plataforma notável, através da qual nutrimos a amizade e promovemos a aproximação que importa hoje intensificar.

Destacam-se aqui as acções levadas a cabo nas áreas de aviação civil, de formação e no domínio da defesa, com base no Acordo de Cooperação e Contratos específicos.

O potencial humano e os recursos naturais que os nossos dois países possuem, remetem-nos a

uma reflexão mais profunda sobre o carácter das nossas relações.

A vossa visita constitui uma oportunidade, visando o alcance do desiderato de uma cooperação que resulta na solução dos inúmeros desafios que os nossos países enfrentam.

Chegou o momento de imprimir maior intensidade e diversidade ao nosso relacionamento económico e comercial, tirando o máximo partido das imensas oportunidades que os nossos dois países oferecem.

Os Sectores de Agricultura, Pecuária, Saúde, Ciência e Tecnologia, Turismo e Desporto são alguns dos domínios que devemos explorar e apostar.

Para assegurar que estas acções de cooperação sejam concretizadas, importa que operacionalizemos a nossa Comissão Mista de Cooperação, preconizada no Acordo Geral de Cooperação.

Apraz-nos registar, com satisfação, os acordos que assinámos esta tarde que permitem o estabelecimento deste Mecanismo de supervisão da nossa cooperação bilateral.

Refiro-me ao acordo para o estabelecimento de uma Comissão Mista Ministerial, sobre a área da Cultura e do Turismo e sobre a área de Saúde, como exemplo.

Nesta senda, saudamos a recente decisão do Governo da Etiópia de estabelecer um Consulado Honorário em Moçambique, um passo crucial que irá contribuir para o aprofundamento das relações existentes e para a construção de pilares capazes de induzir um novo dinamismo no quadro do nosso relacionamento.

Senhor Primeiro-Ministro;

Distintos Membros da Delegação!

Gostaria de reiterar o apoio do meu país à candidatura do Dr. Tedros Adhanom, nosso irmão e filho africano, vosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, para o posto de Director Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma posição já transmitida, em carta a si, Senhor Primeiro- Ministro.

No mesmo contexto, gostaria de felicitar Vossa Excelência pela eleição da Etiópia para Membro não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, posição que reflecte o papel activo que o seu país tem desempenhado no concerto das Nações.

Auguramos muitos êxitos durante o exercício do seu mandato que permitirá dar mais voz ao nosso continente e conferir maior visibilidade aos assuntos africanos na agenda das Nações

Unidas. Manifestamos satisfação e saudamos o vosso país pelo crescimento da economia e pelo registo de progressos assinaláveis na luta que o Governo, liderado por Vossa Excelência, vem travando, arduamente, para o desmantelamento da pobreza na Etiópia.

Reconhecemos, de igual modo, o papel desempenhado pela Etiópia nas operações de manutenção de paz, sendo actualmente o segundo maior contribuinte no mundo, em termos de contingente militar.

Moçambique acredita que sem a paz e estabilidade efectivas não será possível concretizar o nosso desejo como um povo, sem Paz e estabilidade "África jamais será integrada e próspera".

É por isso que o nosso Governo continua profundamente engajado na busca da Paz efectiva em Moçambique e continua a dar a sua contribuição genuína pela Paz e estabilidade na região, em África e no mundo.

Senhor Primeiro-Ministro!

Ilustres convidados!

Temos a consciência de que existem ameaças e desafios comuns. Os efeitos das mudanças climáticas, secas e cheias, imigração ilegal, crime organizado, actos de terrorismo, são alguns a citar. O sucesso no seu combate requer acções conjuntas, concertadas e coordenadas.

Com base no provérbio etíope que diz: "Quando teias da aranha se unem, elas podem amarrar um leão", Moçambique e Etiópia unidos numa cooperação orientada para resultados, poderão vencer os complexos desafios da actualidade.

O nosso objectivo comum é a criação do bem-estar e prosperidade dos nossos respectivos povos irmãos.

Fazendo votos de que a Visita que Vossa Excelência hoje inicia contribua, de forma significativa, para o estreitamento dos laços que unem Moçambique e a Etiópia, quero convidar a todos aqui presentes para que se juntem a mim num brinde:

- À saúde do Primeiro-Ministro, Hailemariam Desalegn e Sua respeitada Esposa!
- À saúde do Povo irmão da Etiópia!
- Ao reforço e prosperidade das relações entre Moçambique e a Etiópia! e
- À saúde de todos os presentes!

Muito Obrigado, pela vossa amável atenção!

INVESTINDO EM PARCERIAS ECONÓMICAS ESTRATÉGICAS E MUTUAMENTE VANTAJOSAS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinti Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Fórum de negócios Moçambique-Vietname. Maputo, 12 de Março de 2016.

Sua Excelência Truong Tan Sang, Presidente da República Socialista do Vietname;

Senhor Ministro da Indústria e Comércio da República de Moçambique;

Senhor Vice-Ministro da Indústria e Comércio da República Socialista do Vietname;

Senhor Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA);

Estimados Membros dos Governos do Vietname e de Moçambique;

Distintos Empresários;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com grande honra e satisfação que me dirijo aos representantes do sector empresarial do Vietname e Moçambique, dignos dinamizadores da economia e do desenvolvimento nos nossos dois Países.

É ainda mais gratificante dirigirmo-nos à esta importante plateia de homens de negócios dos nossos dois países, à margem da Visita de Estado a Moçambique de Sua Excelência Truong Tan Sang, Presidente da República Socialista do Vietname.

Esta visita tem como objectivo aprofundar e fortalecer os nossos laços de amizade e cooperação e impulsionar o desenvolvimento sócio-económico dos nossos países.

Importa realçar que as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois povos remontam de longa data, desde os primórdios das nossas lutas pela independência e auto - determinação, estando actualmente no seu auge.

Os Homens de negócios devem encarar este ambiente como um estímulo para o incremento e diversificação cada vez mais dos seus investimentos e negócios.

Gostaria de felicitar os distintos empresários aqui presentes, por esta iniciativa que permite explorar as oportunidades de negócio e potenciar o estabelecimento de parcerias mutuamente vantajosas para as nossas duas economias.

As nossas saudações e agradecimentos são extensivos aos organizadores deste evento que constitui uma autêntica plataforma para a transformação das nossas excelentes relações político-diplomáticas em intercâmbios económico-comerciais rentáveis e sustentáveis.

Quero, em especial, a partir deste pódio, agradecer a Sua Excelência o Presidente da República Socialista do Vietname por integrar, na sua delegação, esta importante Missão Empresarial.

Acreditamos que esta iniciativa vai dar um novo impulso às já boas relações económicas existentes entre os nossos Países.

Caros Empresários;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A nossa principal e já atrasada agenda de desenvolvimento económico está orientada para o aumento do emprego, produtividade e competitividade, visando a diversificação económica e a sua transformação estrutural.

O desenvolvimento da economia de um país depende, em larga medida, da existência de uma classe empresarial forte, competitiva e empreendedora.

Uma classe capaz de transformar as potencialidades existentes em oportunidades concretas, bem como gerar parcerias e mais-valias de modo a ser competitiva nos mercados local, regional e internacional.

Para o efeito, o sector privado assume-se como o motor do crescimento e desenvolvimento inclusivo e parceiro determinante do Governo em todas as esferas do processo de desenvolvimento económico e social.

Assim, mostra-se premente que juntos mobilizemos, de forma mais articulada, as vontades dos agentes económicos e proporcionemos condições para que possamos concretizar todas as oportunidades de negócio do nosso interesse, bem como o incremento do volume das trocas comerciais entre Moçambique e o Vietname.

Moçambique dispõe de inúmeras oportunidades de negócios que podem ser exploradas por empresas do Vietname em quase todos os sectores da economia.

Pretendemos que este Fórum de Negócios seja um marco de referência em que empresários moçambicanos e vietnamitas explorem as vantagens comparativas e iniciativas concretas de negócios que existem nos dois países.

Prezados Futuros Campeões do Desenvolvimento Económico!

Especial destaque na abordagem económica do nosso país vai para as Pequenas e Médias Empresas que representam cerca de 98% do tecido empresarial moçambicano.

Elas são um grande contributo para a geração de renda, criação de empregos e produção de bens e serviços essenciais para o mercado.

Importa referir também o papel da agricultura e das actividades a ela correlacionadas, que contribuem em cerca de 25% para o Produto Interno Bruto, empregando mais de 70% da população.

Testemunhamos, nos últimos anos, investimentos que estão a ocorrer na construção de infra-estruturas, energia, turismo, pescas, transporte e comunicações, sector financeiro, indústria manufactureira e as ligadas ao sector dos hidrocarbonetos e recursos minerais, entre outras áreas.

O nosso País dispõe de características geo-estratégicas e económicas tais que pode muito bem desenvolver alguns projectos económicos estruturantes através de iniciativas empresariais conjuntas entre vietnamitas e moçambicanos nesses domínios, com vista a substituir as importações, incrementar e diversificar as exportações e agregar valor às matérias-primas nacionais.

Somos um país com mais de 35 milhões de hectares de terra arável e com condições climáticas e agro-ecológicas favoráveis à produção de diversas culturas alimentares e de rendimento.

A nossa posição geo-estratégica na África Austral abre caminhos para o mercado doméstico e regional de mais de 300 milhões de pessoas, para além do potencial mercado mundial.

Distintos Empresários;

Minhas Senhoras e Meus Senhoras!

Para a criação de condições objectivas com vista à atracção de investimento nacional e estrangeiro, bem como o estabelecimento de parcerias estratégicas, o nosso Governo está comprometido em aprofundar e acelerar reformas para a melhoria da competitividade das empresas e da economia nacional.

Estas reformas estão orientadas para a simplificação dos circuitos burocráticos nos serviços prestados pelo Estado que afectam a vida das empresas em todo o seu ciclo de existência.

São reformas que visam aumentar a viabilidade e sustentabilidade de todos os segmentos de empresas, com destaque para as pequenas e médias empresas que possuem, como dissemos, um grande potencial para promover o emprego, engajar jovens empreendedores e melhorar as condições de vida de muitos moçambicanos.

Esperamos dos empresários do Vietname uma presença substantiva na actividade industrial

nacional, conhecida a sua vasta e rica experiência em diferentes sectores, com destaque para a agricultura, o agro-processamento, a aquacultura e pescas, a indústria, as tecnologias de informação e comunicação, infra-estruturas logísticas, turismo, produção de material de construção, o sector de serviços e outras áreas.

É também do nosso conhecimento que o Vietname é um dos maiores exportadores mundiais de produtos como o arroz, calçado, vestuário e têxteis, electrodomésticos, telemóveis, produtos piscatórios, entre outras actividades práticas que podem ser realizadas a partir de qualquer canto de Moçambique.

Queremos lançar o desafio de ver incluído nas iniciativas de negócios que pretendem materializar em Moçambique projectos concretos orientados para a transformação local de recursos naturais de que Moçambique dispõe, projectos que contribuam para a criação de oportunidades de multiplicação de rendas familiares e para o aumento da produção nacional.

Igualmente é do interesse do Governo, explorar a experiência do Vietname na revitalização da cabotagem marítima, aproveitando a extensa costa de que Moçambique dispõe, visando contribuir para a logística do escoamento de matérias-primas, alimentos e outras mercadorias, tornando mais barato o custo dos bens para a indústria e o consumidor final, ao longo do Território Nacional.

Tomemos o projecto promovido pela Viatel no sector das telecomunicações, como um caso de sucesso a ser seguido, cujo objecto consistiu na criação da Movitel e na instalação da terceira operadora de telefonia móvel em Moçambique.

Distintos Empreendedores;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Tenho plena convicção de que este evento sobre oportunidades de negócios vai permitir a emergência e cristalização de iniciativas concretas de investimento e parcerias entre os nossos empresários.

Acredito que hoje estamos a edificar uma nova narrativa sobre desenvolvimento económico entre os nossos dois países, em que os empresários vão escrever, com o seu punho, a sua própria história de sucesso.

Este desejo não é uma miragem, pois, é possível materializó-lo. Depende de nós, do nosso trabalho afincado, do nosso engenho e da nossa inteligência criativa.

Termino a minha intervenção, agradecendo, mais uma vez, ao meu irmão Truong Tan Sang,

Presidente da República Socialista do Vietname, pela visita visionária que realiza a Moçambique e pela forma determinada com que tem estado a dirigir a economia do seu país.

Endereço um convite especial e reiterado aos distintos empresários Vietnamitas aqui presentes e outros que não tiveram a oportunidade de aqui estar, que são a maioria, para que venham investir em Moçambique, juntamente com os seus parceiros nacionais. Este é o momento exacto para se trabalhar nos nossos dois países.

Nestes termos e com um misto de alegria e de esperança no futuro, declaro formalmente aberto o Fórum de Negócios Moçambique – Vietname, tendo como mote o "Investimento em Parcerias Económicas Estratégicas e Mutuamente Vantajosas".

Muito Obrigado, pela Vossa Atenção!

FÓRUM EMPRESARIAL MOÇAMBIQUE-CHINA

PROMOVENDO O REFORÇO DA BASE PRODUTIVA E A IMPLANTAÇÃO DE PARQUES INDUSTRIAIS EM MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Fórum Empresarial em Jinan, República Popular da China. Nanjing, 17 de Maio de 2016

Senhor Vice - Governador da Província de Jiangsu;

Senhores Deputados da Assembleia da República de Moçambique;

Senhores Membros do Governo da República de Moçambique;

Senhores Membros do Governo da Província de Jiangsu;

Caros Empresários da China e de Moçambique;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Ao iniciar a minha intervenção, gostaria de saudar a todos e expressar os meus agradecimentos aos empresários chineses e moçambicanos e a todos os convidados que nos honram com a sua presença neste evento. Dirigimos uma saudação especial e gratificação aos organizadores deste Fórum por criarem esta importante ponte de fortalecimento das relações económicas e comerciais entre os nossos dois Países.

Chineses e Moçambicanos, temos hoje uma oportunidade para interagirmos directamente a partir desta bela, rica e acolhedora Província de Jiangsu que alberga a histórica cidade de Nanjing.

A China e Moçambique são países irmãos que mantém relações de amizade e cooperação com raízes profundas, capazes de resistir a quaisquer intempéries.

Desde o início dos anos 60, quando a China apoiou Moçambique na nossa luta pela liberdade, auto - determinação e independência, temos vindo a construir, de forma intensa e sólida, esta relação.

Apraz-nos afirmar que actualmente a China pontifica como parceiro estratégico na frente económica, através de investimentos e trocas comerciais com Moçambique.

O fluxo de transacções comerciais entre Moçambique e a China atingiu os 3,4 mil milhões de dólares americanos, no período de 2010 a 2014.

Dos produtos que exportamos para a China destacam-se: o algodão, gergelim, minérios de titânio e seus concentrados, madeira, banana, carvão, desperdícios, resíduos de ferro e aço, entre outros.

Em contrapartida, importamos da China automóveis, cereais, gasóleo, cimento, material de construção, vestuário, equipamento e maquinaria diversa.

Moçambique tornou-se um destino privilegiado do investimento directo privado estrangeiro, proveniente de todos os continentes do nosso planeta.

Nos últimos cinco anos foram aprovados 92 projectos, no valor de cerca de 823 milhões de dólares norte-americanos de investimento directo Chinês, susceptíveis de criar mais de 14 mil postos de trabalho em Moçambique.

Estes indicadores, além de evidenciarem uma interacção económica forte entre os nossos dois países, abrem inúmeras oportunidades e esperança de reforço e extensão da parceria económica Moçambique - China.

Distintos Empreendedores!

Moçambique iniciou o presente ano com a ocorrência de choques exógenos, com destaque para a seca na região sul do País e chuvas acima do normal na região norte, que afectam mais de 1,5 milhões de pessoas.

Esta situação, aliada à prevalência de fraquezas na recuperação da economia mundial, em geral, e das economias dos mercados emergentes, em particular, impõe-nos desafios acrescidos, face aos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2016.

Segundo o nosso plano, prevemos controlar a inflação anual para um nível abaixo da meta dos 5%.

A taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto a situar-se entre os 6 e 7%.

Projectamos o alargamento e diversificação da base produtiva, o aumento das exportações e um nível adequado de reservas internacionais líquidas.

Podemos dizer, de forma inequívoca, que em Moçambique os fundamentos da economia são promissores e com tendências para um desenvolvimento económico estável, robusto e diversificado para os próximos anos.

Moçambique tem tudo para ser uma potência económica regional.

Possui o capital humano à altura dos desafios do dia.

Possui uma população acolhedora e bastante trabalhadora que favorece o investimento estrangeiro.

Tem recursos naturais diversificados que constituem activos importantes para o desenvolvimento.

Possuí terras férteis e aráveis para a agricultura e o agro-negócio e elevado potencial para a pecuária, pesca, todo o tipo de turismo e parques e reservas faunísticas de referência.

O nosso país possui, igualmente, cursos de água abundantes, reservas de carvão e gás natural ainda não explorados que constituem maiores fontes para a geração de energia, para além da energia que se pode produzir através de vento e do sol.

O subsolo moçambicano, ainda virgem, é rico em mármore, grafite, calcário, ouro, minérios ferrosos, pedras preciosas e semi-preciosas em prospecção e por explorar.

O subsolo e o mar moçambicano, ainda desconhecidos, prometem mais surpresas.

O Governo tem estado a trabalhar de forma incansável para melhorar cada vez mais o ambiente de negócios, removendo os obstáculos e facilitando os Homens de Negócio.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Para garantir o desenvolvimento sócio-económico inclusivo e sustentável, a manutenção e consolidação da Paz e estabilidade tem sido uma prioridade central da nossa acção governativa.

A promoção da industrialização orientada para a modernização e diversificação da economia constitui um dos objectivos estratégicos do nosso Programa de Governação.

Queremos com isso promover o emprego, o aumento da oferta de bens de consumo nacional, a redução de importações e a ampla inserção da nossa economia no mercado regional e global.

Moçambique e a China podem, nesta actual conjuntura, sair em vantagem, criando sinergias, internacionalizando as empresas chinesas no quadro da política de industrialização definida por Sua Excelência o Presidente Xi JinPing durante a Cimeira do Fórum de Cooperação África – China (FOCAC) realizada em Dezembro de 2015, em Johannesburg, África do Sul.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Viemos a China com a maior missão empresarial dos últimos tempos, para expressar a nossa convicção de que juntos, os empresários moçambicanos e chineses, podem fazer a diferença.

Podemos produzir novos e todo o tipo de bens e serviços, podemos alargar o mercado e o destino de produtos comuns. Juntos, podemos libertar Moçambique da dependência económica.

O novo estágio económico em que nos encontramos impele-nos a prosseguir no desejo de implantar parques industriais, já idealizados, que permitam transformar os recursos naturais

em Moçambique, agregando valor aos produtos primários, gerando múltiplos postos de trabalho e criando renda acrescida para as famílias envolvidas.

O modelo de parques industriais que pretendemos acolher e incrementar em Moçambique, permitirá o aproveitamento pleno do potencial da agricultura e o agro-negócio, do complexo mineral-energético, das pescas e aquacultura, do turismo sustentável e dos corredores de desenvolvimento com ligação ao hinterland.

Queremos ser um País de referência neste modelo de cooperação.

Prezados Campeões do Desenvolvimento Económico!

Hoje encontramo-nos nesta belíssima Cidade de Nanjing, berço de uma das civilizações mais antigas do mundo e segundo maior contribuinte para o produto interno bruto da República Popular da China com uma indústria manufactureira e turística de elevados padrões.

A vasta extensão de terras em diversas províncias do norte ao sul, Moçambique oferece oportunidades ímpares para a construção duma industria sustentável.

O seu posicionamento geo-estratégico assegura a colocação dos produtos nos mercados da Região da África Austral, Ásia, Europa e das Américas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Concentramos a nossa intervenção no aprimoramento da Diplomacia económica que temos vindo a intensificar com visita à aceleração do progresso social e bem-estar do povo moçambicano.

Encorajamos os investimentos de qualidade e estimulamos a diversificação da nossa economia e privilegiamos o empoderamento do empresariado nacional.

Para terminar esta minha intervenção, gostaria de evocar um provérbio da rica e milenar tradição chinesa que diz: "há três coisas que jamais voltam: a flecha lançada, a palavra dita e a oportunidade perdida".

Por isso, caros empresários chineses e moçambicanos, este é o momento certo para aproveitarem a oportunidade de investir no meu País.

Muito obrigado, pela atenção dispensada!

莫桑比克—江苏企业家见面会
Fórum Empresarial Moçambique-Jiangsu

FÓRUM EMPRESARIAL MOÇAMBIQUE-CHINA

AGRICULTURA, ENERGIA, TURISMO E INFRA-ESTRUTURAS COMO ÁREAS ESTRATÉGICAS CATALIZADORAS DA ECONOMIA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Fórum Empresarial em Beijing.
Beijing, 19 de Maio de 2016.

Senhor Ministro do Comércio da República Popular da China;

Excelentíssimos Senhores Membros do Governo da República de Moçambique e da República Popular da China;

Caros Empresários e Homens de Negócios;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É uma grande honra, para mim, participar neste Fórum Empresarial Moçambique – China, cujo objectivo principal é propiciar plataformas de colaboração e parcerias empresariais em benefício das economias de Moçambique e China.

Permitam-me que, em meu nome pessoal e no da delegação que me acompanha nesta visita, cumprimente aos representantes do Governo Chinês e a todos os cidadãos desta civilização milenar.

Aos organizadores deste evento, vai a nossa saudação especial e agradecimento por terem conseguido criar esta importante ponte de fortalecimento das relações económicas e comerciais entre os nossos dois Países.

De igual modo, saúdo aos representantes do sector privado de ambos os países e distintos investidores que participam nesta interacção empresarial, dedicada à partilha de informação sobre o ambiente e oportunidades de negócios em Moçambique.

Prezados Participantes,

Este Fórum Empresarial Moçambique – China reveste-se de particular importância, pois cumpre um papel estratégico no fortalecimento das nossas relações históricas e económicas neste momento em que se verifica uma desaceleração da economia internacional, em geral e dos nossos países, em particular.

Permita-me afirmar que sem convites dirigidos, os empresários moçambicanos assumiram este Fórum como oportunidade de concretizar a relação económica entre China e Moçambique, promovida pelos nossos dois países.

Este momento representa a expressão clara da vontade dos nossos dois países de consolidar a cooperação económica bilateral.

É uma indicação inequívoca da primazia que conferimos à uma diplomacia económica que gera ganhos para o empresariado chinês e moçambicano e contribui para a implementação da nossa agenda de desenvolvimento.

Na verdade, a presença chinesa em Moçambique confunde-se com a nossa própria história como um Povo.

Ao nível das relações diplomáticas os contactos remontam da década de 1960 em plena luta pela Independência Nacional.

A China esteve sempre presente na formação, treino e apoio material aos libertadores da pátria moçambicana.

Por isso, com o advento da Independência Nacional, simplesmente, houve uma formalização dos laços diplomáticos que os dois países irmãos já mantinham, estendendo-se a cooperação sócio-económica.

Na viragem para o novo milénio, as relações económicas entre a China e Moçambique sofreram um novo impulso caracterizado por uma maior vaga de investimento chinês, que o coloca entre os dez países que mais investem em Moçambique.

E este é o motivo da grande importância que despositamos a esta nova empreitada económica.

Distintos Empresários,

Como referimos antes de ontem na Província chinesa de Jingsu, em Nanjing, nos últimos cinco anos foram aprovados para Moçambique 92 projectos, correspondentes a um valor de cerca de 823 milhões de dólares norte-americanos de investimento directo Chinês, susceptíveis de criar cerca de 14 mil postos de trabalho.

Após vários anos, registamos um crescimento até 7,5%, e em 2015 uma taxa de crescimento de 6,3% e notamos com satisfação que há uma forte previsão de entrada em Moçambique de mais Investimento Directo Estrangeiro.

Os sectores que mais prometem são os de agricultura e agro-processamento, recursos minerais e energia, turismo, serviços financeiros e desenvolvimento de infra-estruturas, incluindo as de telecomunicações e de transporte.

A pirâmide empresarial de Moçambique tem uma base dominada pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Elas representam cerca de 98% de um universo de 26.624 empresas registadas em todo o território nacional, empregando 24% da força de trabalho formal total do país.

Por isso, neste ciclo governativo elegemos o desenvolvimento e empoderamento deste segmento empresarial privado das pequenas e médias empresas como uma das vias para a promoção, aproveitamento e desenvolvimento integrado da cadeia de valor.

Estas Pequenas e Médias Empresas contribuem, igualmente, para a diversificação e aumento das exportações, inclusão social e económica.

Aceleram a industrialização local e a substituição das importações, bem como o despoletar de oportunidades económicas para concidadãos de diferentes camadas.

É neste contexto que, atento ao percurso chinês que transformou esta classe em robusta, queremos reiterar o nosso interesse em colher a experiência da China, caracterizada por transferência de tecnologias aos pequenos e hoje grandes empresários.

Caros Agentes Económicos,

Uma das preocupações do Governo de Moçambique é a implementação da estratégia de melhoria do ambiente de negócios, com destaque para a simplificação de procedimentos de registo e licenciamento de empresas.

Este empenho visa, em geral, atrair e facilitar mais investimento externo e, o chinês, em particular, incluindo a promoção de incentivos aduaneiros e da migração aos operadores económicos.

É também nosso interesse favorecer o estabelecimento de parcerias entre empresas moçambicanas e chinesas para permitir o aumento do volume de negócios entre os dois países e entre estes e o resto do mundo.

Como nos negócios promoveremos mais emprego, mais produtividade e induziremos assim a maior competitividade no mercado global.

O desafio do aumento do comércio e dos investimentos recíprocos entre Moçambique e a China deve ser a maior factura da nossa cooperação económica.

Ilustres Participantes,

Quero aproveitar esta oportunidade para convidar os empresários chineses para virem investir em Moçambique em 4 áreas catalisadoras para o desenvolvimento económico do país, por nós identificadas para acção imediata a saber:

AGRICULTURA

Considerada a base de desenvolvimento nacional, com mercado regional e mundial assegurado. Irá garantir a segurança alimentar e nutricional, a substituição de importações e

produzirá matérias-primas para a indústria.

Os investimentos poderão ser prioritariamente direccionados aos Corredores Agrários de Pemba – Lichinga, Nacala, Vale do Zambeze, Beira, Limpopo e Maputo, focalizando em culturas alimentares como o milho, arroz, hortícolas (tomate, cebola e repolho), mandioca, feijões, batata-reno, batata-doce, carne de vaca e de frango, bem como culturas de rendimento com destaque para castanha de caju e algodão, sem limitarmos a área de actuação.

ENERGIA

Como a área que pode, a curto e médio prazos, gerar energia para o mercado interno e externo. Poderá igualmente dinamizar o crescimento e a industrialização. Encaramos a área da energia em toda a sua cadeia de valor, por isso, os Investimentos a serem levados a cabo devem cobrir componentes, nomeadamente, desde a capacidade de geração, transformação, construção de novas linhas de transporte e distribuição.

Actualmente, a região Austral de África, onde geograficamente estamos bem posicionados, tem um deficit energético de mais de 3.500 Mw de energia. Como fonte de energia, Moçambique tem o carvão, rios com águas abundantes, reservas elevadas de gás natural, para além de outras fontes renováveis.

TURISMO

Ainda, aproveitando a vantagem comparativa que o País oferece para tornar Moçambique um destino turístico na região da SADC e do Oceano Índico, oferecemos o mapa com pólos turísticos âncora identificados como:

Ponta de Ouro; Cidade de Maputo; Arco Vilanculo, Bazaruto e Gorongosa; Arco Nacala, Ilha de Moçambique, Niassa e o Arquipélago das Quirimbas em Cabo Delgado.

Nos pólos turísticos eleitos pode-se explorar diferentes tipos de turismo, como o de negócios e eventos, sol e praia, de aventura, comunitário, cinegético, histórico-cultural, de desportos aquáticos, entre outros.

É nosso objectivo, através do turismo, gerar novos postos de emprego directo e indirecto, aumentar a renda das famílias e alargar a base tributária.

INFRA-ESTRUTURAS

Pelo seu papel na viabilização de todas as actividades económicas e sociais, visando o desenvolvimento do País, a melhoria das condições de vida do Povo e a redução de custos de transacção.

Estão identificadas as acções estratégicas na construção de estradas, pontes, linhas férreas, portos, aeroportos vitais ao desenvolvimento e, particularmente, a logística de suporte a actividade produtiva.

Igualmente está projectada a construção de barragens para o abastecimento de água, irrigação e gestão estratégica das águas que podem se tornar num problema pela escassez ou abundância excessiva. Destacamos as bacias de Licungo, Lúrio, Messalo e Limpopo.

Outrossim, está previsto o desenvolvimento das ferrovias e portos logísticos para os países vizinhos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É nossa expectativa, expectativa dos moçambicanos e dos chineses, que este Fórum discuta formas e caminhos concretos para viabilizar a cooperação entre empresas de Moçambique e da China.

Devemos explorar a relação privilegiada entre os Governos da China e de Moçambique, as nossas vantagens comparativas, os nossos recursos naturais, financeiros, tecnológicos e o capital humano que são factores fundamentais para o crescimento sócio-económico.

Convido a todos os empresários a serem mais ousados, investindo individualmente, ou em parceria entre si e com os moçambicanos, em projectos de desenvolvimento de Moçambique e da China.

Nós iremos juntamente com o Governo Chinês incentivar iniciativas de financiamento ao sector privado pelo seu papel activo e de coragem na construção das nossas economias.

Para terminar esta minha intervenção, permitam-me que repita um sensato provérbio da rica cultura chinesa, que recordei aos empresários da Província de Jiangsu, a primeira vez que visitei na China como Chefe de Estado:

"Há três coisas que jamais voltam: a flecha lançada, a palavra dita e a oportunidade perdida".

Por isso, não desperdicem esta oportunidade de investir no meu País.

Muito obrigado!

Xiexie!

BUSCANDO PARCERIAS PARA A PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente de Moçambique, por ocasião do Fórum de Negócios Bélgica-Moçambique. Bruxelas, 20 de Abril de 2016.

Senhores Ministros do Governo da República de Moçambique;

Senhor Michel Van Der Voort, PCA da Câmara do Comércio, Indústria

e Agricultura Belgo-Luxemburguesa e ACP;

Senhora Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da

República de Moçambique no Reino da Bélgica;

Distintos Empresários;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Gostaríamos de agradecer por esta sublime oportunidade para falarmos um pouco sobre o nosso país, Moçambique, neste importante encontro de homens de negócios belgas e moçambicanos que buscam formas de fazer negócio nos nossos países amigos, quer de forma individual, quer em parcerias entre si.

Saudamos, por isso, a todos os empresários aqui presentes e a equipa da organização por terem tornado este momento possível.

Esta é a minha primeira visita a este maravilhoso país, na qualidade de Chefe de Estado e de Governo da República de Moçambique.

Perante este ambiente, gostaríamos de ver incrementadas as relações ao nível económico, através de uma maior participação empresarial belga e outros aqui presentes no processo de desenvolvimento de Moçambique, criando riqueza e gerando postos de trabalho para os nossos cidadãos.

Não pode haver desenvolvimento sustentável em nenhum país sem a participação do sector privado.

Cientes deste pressuposto, os nossos Governos têm a responsabilidade de criar ambientes macroeconómicos e legislativos favoráveis à realização de negócios pelo sector privado.

Em Moçambique, temos vindo a trabalhar neste sentido em colaboração com o próprio sector privado, representado pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), na identificação de barreiras ao desenvolvimento de negócios a todos os níveis e das acções a

desenvolver com vista à sua eliminação.

Temos vindo a trabalhar nas reformas legais e de outra natureza, há duas décadas e, como resultado, temos vindo a atrair muito investimento privado nacional e estrangeiro nos últimos anos.

Os sectores chave da nossa economia são a agricultura e agro indústria, turismo, serviços, incluindo serviços financeiros, infraestruturas, indústria, transportes e comunicações, recursos minerais, energia, entre outros.

São estes sectores que contribuem para o desenvolvimento económico de Moçambique e para a geração de postos de trabalho para os nossos cidadãos e alívio à pobreza.

Nos últimos cinco anos, por exemplo, foram aprovados, em Moçambique, muitos projectos orçados em cerca de 18 biliões de dólares americanos.

Entre os maiores investidores destacam países como Portugal, o Reino Unido, República da África do Sul, Maurícias, os Emiratos, China, Índia, entre outros.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Distintos empresários,

A troca exaustiva de informação de negócios e sobre oportunidades de investimento no nosso país que vai resultar deste encontro deixa-me convencido de que brotarão iniciativas concretas e frutíferas de investimento.

Queremos, neste contexto, encorajar o empresariado belga para que também faça parte dos grandes investidores em Moçambique.

Sabemos que alcançaremos os objectivos desejados, reconhecida que é a experiência e competência que os empresários deste país amigo detêm nos mais variados sectores de actividade económica, particularmente, a indústria, tecnologia, finanças e turismo.

A Bélgica possui uma larga experiência na agricultura, a principal fonte de rendimento de cerca de 80 por cento da nossa população de mais de 23 milhões.

As culturas produzidas aqui são praticamente as mesmas produzidas em Moçambique, nomeadamente, açúcar, vegetais, frutas, grãos, tabaco, carne bovina, leite, carne suína.

Para além destes, Moçambique produz banana de alta qualidade, manga, citrinos, milho, soja, algodão, tabaco, entre outros produtos.

Distintos Empresários,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Moçambique é um país que já está na rota do desenvolvimento sustentável.

Possui uma população jovem e mão-de-obra bastante competitiva e com enormes potencialidades em todos os sectores, com destaque para agricultura, agro-indústria, indústria, hotelaria e turismo, construção, transportes e comunicações, banca e seguros, recursos minerais, pescas e aquacultura, entre outros.

A nossa economia vem registando profundas transformações influenciadas pelos grandes investimentos que estão a ocorrer em Moçambique.

Destacam-se o sector dos recursos minerais, além dos sectores tradicionais da nossa economia como a agricultura, agro-indústria, turismo e transporte e comunicações entre outros, permitindo, deste modo, um desenvolvimento mais integrado e sustentável.

Nos últimos 10 anos, temos vindo a assistir a uma trajectória de crescimento rápido e consistente, na ordem de 7.0 porcento ao ano, reconhecido como o crescimento mais acelerado entre os Países não exportadores de petróleo.

Este nível de crescimento poderá conhecer uma aceleração para 8 a 9 porcento nos próximos anos com a exploração efectiva das enormes quantidades de recursos minerais, nomeadamente, o carvão e gás natural.

Por exemplo, as empresas envolvidas na exploração do gás na bacia do Rio Rovuma, onde temos grandes descobertas deste recurso, irão investir nos próximos quatro anos cerca de 20 biliões de dólares norteamericanos de acordo com os seus planos de negócios já aprovados pelo nosso Governo.

Ainda sobre a exploração dos recursos minerais, o nosso desafio prende-se com a criação de capacidades internas para a sua transformação e utilização local, de forma a acrescentar valor, gerar renda e postos de trabalho para os nossos cidadãos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Qualquer investidor que queira saber se existem boas estradas, pontes, portos e caminhos-de-ferro, energia, infra-estruturas de abastecimento de água, linhas aéreas, entre outras facilidades em Moçambique, terá como resposta o seguinte: a nossa infra-estrutura, especialmente a de transporte e comunicações, é uma das melhores na nossa região e no continente, aliada à sua localização na costa oriental da África.

Os portos de Maputo, Beira e Nacala, no sul, centro e norte do país, proporcionam um acesso mais fácil aos mercados internacionais, incluindo países daqui da Europa.

Os nossos corredores de transportes, constituídos por estradas e caminhos-de-ferro, também desempenham um importante papel no comércio regional.

Quando falamos do comércio regional referimo-nos especialmente à região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) da qual Moçambique faz parte.

Por isso, investir em Moçambique é investir para um Mercado preferencial, bastante extenso com cerca de 300 milhões de consumidores.

Em Moçambique, pode-se produzir bens e serviços para este Mercado preferencial e outros a que Moçambique tem acesso tais como o mercado europeu, Austrália, Índia, Estados Unidos da América e a República Popular da China.

Termino, convidando, uma vez mais, aos homens de negócios belgas, luxemburgueses e dos ACP a investirem em Moçambique.

Aqueles que já o fizeram têm contado boas histórias de sucesso, incluindo bons retornos dos seus investimentos.

Ninguém já se arrependeu por investir em Moçambique, a Pérola do Índico e Terra de Boa Gente.

Para aqueles que buscam lazer, o nosso país é ideal.

As nossas praias de águas cristalinas, quer no Oceano Índico, quer em lagos, a gastronomia, entretenimento, e hospitalidade do nosso povo, fazem com que aqueles que nos visitam queiram volta mais e mais vezes.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

CERCLE ROYAL

CONTRIBUINDO PARA A PAZ, ESTABILIDADE E SEGURANÇA NA SADC

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da XVIII Sessão do Comité Ministerial do Órgão da SADC.
Maputo, 5 de Agosto de 2016.

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique e Presidente do Comité Ministerial do Órgão;

Senhora Secretária Executiva da SADC;

Senhores Membros dos Órgãos de Soberania da República de Moçambique;

Senhores Ministros das Áreas de Política, Defesa e Segurança do Órgão da SADC;

Senhores Membros do Conselho de Ministros da República de Moçambique;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Distintos Delegados;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me, em primeiro lugar, desejar a todos vós, nossos ilustres convidados, calorosas boas vindas à República de Moçambique e à Cidade de Maputo que acolhe a 18ª sessão estatutária do Comité Ministerial do Órgão da SADC.

Quero agradecer-vos por terem acedido, prontamente, ao convite para esta reunião que visa fazer uma reflexão sobre a evolução da situação política e de segurança regional ao longo do período em que, por vossa incumbência, coordenamos as actividades no âmbito do Órgão da SADC.

Caríssimos Delegados!

É com renovada expectativa que nos juntamos a vós, neste momento singular em que têm a enorme responsabilidade de fazer o balanço da nossa cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança.

Depositamos enorme esperança neste encontro que perspectiva preparar a substância que conduzirá ao êxito da Cimeira que se avizinha, no Reino da Suazilândia.

Quando em Agosto passado, durante a última Cimeira da SADC, Moçambique aceitou, pela terceira vez, a honrosa responsabilidade de presidir ao Órgão da SADC, fizemo-lo cientes da importância que a região da SADC atribui aos esforços colectivos e às acções concertadas para

a preservação da paz, estabilidade e segurança.

Aceitamos poucos meses depois de termos assumido a responsabilidade de dirigirmos os destinos da República de Moçambique, porque sabíamos que a nossa SADC é tida como uma das regiões mais promissoras do continente, para tal chama os seus filhos para missões competentes.

Caros Delegados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A visibilidade da acção colectiva da região da SADC nas esferas económica, social e política é uma referência continental.

Apesar dos reconhecidos desafios para a plena entrada em vigor do Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas, a região conseguiu entendimentos bilaterais de supressão de vistos que permitem alguma circulação sem grandes dificuldades.

Estamos agora na fase de consolidação desta conquista comunitária, sem descurar os efeitos e ansiedades criados pela livre circulação de pessoas que, por vezes, pode ser uma fonte de divisão e desintegração noutras partes do mundo.

A consolidação da arquitectura regional de paz e segurança é um objectivo que merece a nossa atenção permanente.

Os desafios impostos pelos processos eleitorais, o fenómeno do extremismo, o crime organizado transnacional e a crescente apetência pelos recursos da nossa região, entre outros, exigem um debate profundo e estratégico nos Comités Inter-Estatais do Comité Ministerial do Órgão (CMO).

O debate deve, igualmente, permitir a cristalização dos sucessos que registámos na criação de estruturas e modelos que tornam a SADC, uma organização com características próprias, sobretudo, no que tange à:

- Mediação, prevenção de conflitos e diplomacia preventiva;
- Operacionalização da Força Regional em estado de alerta e as respectivas estruturas de comando e controlo, no âmbito da Força Africana em Estado de Alerta;
- Consolidação do Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz;
- Aperfeiçoamento do Sistema regional de Aviso Prévio, só para citar alguns.

Estimados Delegados!

Estamos cientes de que operamos num ambiente de escassez de recursos e, por isso, as implicações financeiras deste exercício devem ser devidamente ponderadas no Plano de Implementação.

O mesmo deverá acontecer em relação aos Custos Indicativos da Coordenação Regional da Cooperação em matéria de Paz e Segurança em 2016-2021.

É fundamental que em todos os nossos planos e acções apliquemos o princípio de austeridade e de economias de escala.

As acções do Órgão devem incidir na criação do ambiente propício para o desenvolvimento económico que está no cerne da visão da nossa SADC de UM Futuro PARTILHADO, na prosperidade dos nossos povos.

A nossa convivência regional assenta e inspira-se nos valores e no legado dos fundadores da nossa organização.

É por isso que consideramos imperioso que o sonho de Hashim Mbita de documentar o nosso percurso histórico continue a ser concretizado.

Todos temos o dever de nos apropriarmos da nossa própria história de modo a não ficarmos condenados a viver de forma perpétua com a crise de identidade.

Ao Comité Ministerial do Órgão cabe o papel de guardião e depositário institucional dos feitos da África Austral.

Devemos saber que a nossa liberdade não foi obra do acaso, foi conquistada com o sacrifício e sangue dos melhores filhos dos nossos países.

Por isso devemos continuar a valorizar a unidade e coesão, rejeitando as forças que nos tentam dividir.

A nossa geração tem o dever de assegurar que os sacrifícios consentidos pelos libertadores dos nossos países não tenham sido em vão.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Como podemos constatar, vivemos, hoje, num mundo caracterizado por rápidas transformações sócio-políticas, económicas e tecnológicas que transcendem fronteiras.

A SADC não é uma ilha, que pertence a uma grande família impregnada de valores de solidariedade e humanismo que lhe servem de factor aglutinador.

A pujança e a justeza das nossas posições nesta grande família fazem da nossa organização um actor incontornável no desenho das estratégias de segurança e desenvolvimento internacional.É na prossecução deste desiderato que a concertação de posições sobre assuntos candentes no continente e no mundo, em geral, eleva mais alto a bandeira da nossa região da SADC no concerto das nações.

Nesta sessão, de forma prestigiada, abordarão a questão da violência baseada no género, porque a nossa organização reconhece que proteger a mulher é proteger uma nação inteira.

Esta é, igualmente, uma ocasião para avaliar e projectar as acções da SADC na promoção do papel fundamental que a mulher desempenha no sector de segurança e na gestão de conflitos.

Vamos avaliar a participação da mulher nas operações de manutenção da paz à luz da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU.

Impõe-se que a nossa região esteja na linha da frente no combate à violência baseada no género.

Nada será capaz de dignificar melhor a mulher se nós não emanciparmos a nossa mentalidade e atitude em relação à mulher.

Em Moçambique, não vamos sossegar enquanto não compreendermos que esta mulher está dotada de capacidades que permitam libertar-se e avançar com mérito próprio ao lado do homem nos processos de desenvolvimento.

Reunir o Comité Ministerial do Órgão (CMO) em Maputo, oferece-nos a oportunidade de aperfeiçoarmos o nosso modelo regional de manutenção da paz, adequando-o aos desafios emergentes, sistematizando práticas sustentáveis de aviso prévio, gestão e construção da paz.

Não gostaríamos de terminar sem uma palavra de apreço aos nossos parceiros de cooperação que têm dispensado os seus preciosos recursos para reforçar a nossa capacidade interna de manutenção da segurança, paz e estabilidade política nos nossos países e na região em geral.

Trata-se de actos de solidariedade que a SADC continuará sempre a apreciar.

Felicito ao Secretariado, à todos membros da Troika e aos organizadores do evento por terem trabalhado arduamente para que a presente Sessão do Comité Ministerial do Órgão da SADC seja um sucesso.

Com votos de que as deliberações desta sessão resultem na preservação da paz, bem-estar e mútuo entendimento almejados pelos povos da SADC e de uma feliz estadia em Moçambique,

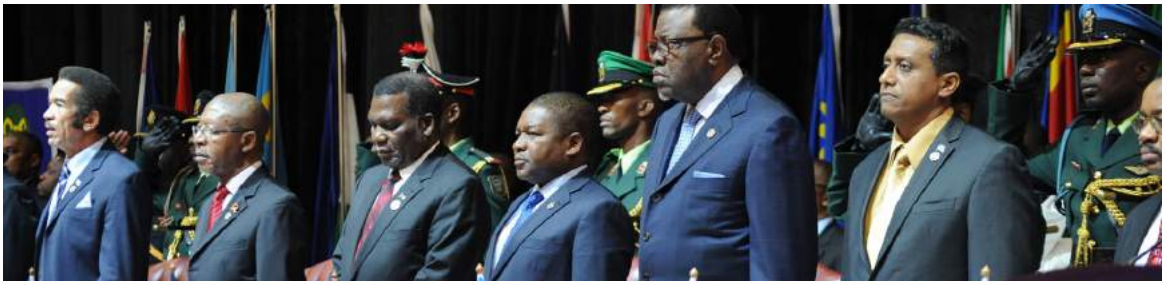
declaro oficialmente aberta a décima oitava sessão do Comité Ministerial do Órgão.

Muito Obrigado, pela Vossa atenção!

Asante sana!

ENCARANDO O MARP COMO UMA ESCOLA PARA O APRIMORAMENTO DA GOVERNAÇÃO EM ÁFRICA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasião da Realização da XXXV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes no Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP).
Nairobi, 26 de Agosto de 2016



Senhor Presidente do Fórum de Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes do Mecanismo Africano de Revisão de Pares,

Senhores Chefes de Estado e de Governo — Meus Pares,

Senhora Presidente da Comissão da União Africana,

Caros Membros do Painel de Personalidades Eminentes,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com elevada honra que nos dirigimos a esta distinta assembleia de eminentes líderes da nossa "Mãe África", por ocasião desta Cimeira do Mecanismo Africano de Revisão de Pares.

Quero, igualmente, manifestar, em nome da Delegação que me acompanha e no meu próprio, o nosso profundo agradecimento a si meu irmão, Presidente Uhuru Kenyatta, ao seu governo e a todo o povo queniano pela calorosa recepção e excelente hospitalidade que nos têm sido proporcionados desde a nossa chegada a este país.

Ahsante Sana

Ndugu Mweshimiwa Raisi

A nossa presença neste importante evento reflecte o nosso compromisso e apoio inequívoco a este mecanismo, instituído pelos africanos para os africanos, visando aprimorar a governação política, económica e social, bem como a partilha de boas práticas.

Permitam-nos que, através deste pódio, partilhemos os progressos alcançados pelo nosso País na implementação das recomendações do Painel de Personalidades Eminentes do MARP e os desafios que nos são impostos na acção governativa, documentados no relatório de progresso, cobrindo o período de 2012 à 2014, que aqui vamos apenas visualizar de forma resumida.

Caros Pares,

NO DOMÍNIO DA DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO POLÍTICA:

1. Realizamos, com sucesso, as terceiras eleições autárquicas em 2013 e quintas eleições

presidenciais, legislativas e paras as assembleias provinciais em 2014.

2. Estas eleições foram consideradas pelos membros da União Africana e outros organismos internacionais como livres, justas e transparentes.

3. Igualmente, estas eleições foram antecedidas da revisão da nossa Lei eleitoral e da constituição paritária de membros dos partidos políticos na Comissão Nacional de Eleições e no Secretariado Técnico de Administração Eleitoral.

4. De notar que esta era a principal reivindicação do maior partido da oposição, para, segundo afirmava, garantir a transparência do processo e evitar eventuais fraudes eleitorais.

5. No âmbito da ratificação de Convenções e Tratados Internacionais, ratificamos, em 2012, a Convenção Internacional das Nações Unidas sobre a Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

6. No que diz respeito à reinserção social dos veteranos de luta e desmobilizados das Forças Armadas, acelerámos o processo de fixação de suas pensões e criámos mecanismos de apoio à formação académica dos seus filhos.

7. Criámos o Fundo de Paz e Reconciliação Nacional, que financiou, até ao presente momento, 1.474 projectos que estão a criar novos empregos e renda acrescida para as famílias dos combatentes e desmobilizados.

8. No que concerne ao acesso às fontes de informação, o nosso Parlamento aprovou, por consenso, a Lei de Acesso às Fontes de Informação.

9. No âmbito do controlo e combate à corrupção, registámos progressos a nível da legislação, traduzidos pela aprovação de leis que compõem o pacote legal anti-corrupção.

10. Aprovámos, nomeadamente, o Código Penal e a Lei n° 35/2014, de 31 de Dezembro, Lei da Revisão do Código Penal.

11. De referir que o Código Penal, ora aprovado, prevê uma tipologia de crimes que antes não tinham enquadramento jurídico como, por exemplo, o tráfico de influências, os conflitos de interesses e o enriquecimento ilícito.

12. Não obstante os progressos alcançados permanecem, como desafios na área de Democracia e Governação Política, os seguintes:

13. Necessidade de continuarmos a aprimorar os órgãos e o sistema de administração eleitoral;

14. Necessidade de afastarmos o potencial de eclosão e evolução de um conflito armado no País, procurando-se mecanismos pacíficos e consensualmente acordados para se proceder ao desarmamento e reorientação social dos homens da RENAMO;

15. Fortalecimento das bases de reconciliação nacional e de inclusão social;

16. Reforço da capacidade material, humana, financeira e de desempenho das instituições de Combate à Corrupção.

Caros Pares,

NO DOMÍNIO DA GOVERNAÇÃO E GESTÃO ECONÓMICA:

17. Entre 2012 e 2014 registámos um crescimento económico sólido e consistente, de cerca de 7.4%;

18. O nosso Produto Interno Bruto per capita mostrou uma evolução positiva, tendo passado de 661 dólares, em 2013, para 682 dólares em 2014;

19. A taxa de inflação média anual manteve-se em níveis historicamente baixos, de 2.56% em 2014, contra os 4.26%, de 2013.

20. Esta redução foi apoiada, de entre outros, pelos seguintes factores: aumento da produção interna, estabilidade dos preços dos produtos básicos no mercado internacional e a manutenção dos preços administrados.

21. O nosso Orçamento do Estado para 2013 foi financiado em 69% por Recursos Internos e em 31% por Recursos Externos, sendo que estas cifras em 2014 reduziram ligeiramente para 65% e 35% respectivamente, o que sugere claramente a necessidade de uma redução consistente da dependência em relação ao apoio externo ao Orçamento do Estado.

22. Continuamos a registar um crescimento significativo e um processo de industrialização impulsionados pelos grandes projectos, muitos deles na área de recursos naturais.

23. Segundo os dados de 2014, a produção global de minerais teve um crescimento na ordem dos 5.7% em relação ao ano de 2013, tendo contribuído para este crescimento

a produção de Carvão, Gás, Ouro, Tantalite e Areias Pesadas.

24. No quadro da expansão do sector bancário, em 2014, entraram em funcionamento mais 52 instituições de microcrédito, passando para 285 e mais 52 balcões de bancos, elevando a quantidade de agências bancárias em funcionamento para um total de 572 no território nacional.

25. A estes balcões, adicionam-se ainda 37 agências de micro-bancos e 8 agências de cooperativas de crédito, totalizando 617 agências de instituições de crédito presentes em todas as capitais provinciais e municípios, o que permitiu alargar a cobertura bancária de 63 distritos cobertos em 2013, para 69 distritos em 2014.

NO DOMÍNIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL:

26. Para além das medidas tomadas no âmbito do comércio externo tendentes a acelerar a criação de um mercado regional livre, continuamos a envidar esforços para o fortalecimento dos corredores de desenvolvimento como um veículo de integração regional.

27. Neste contexto, avançamos também com a supressão de taxas e revisão de tarifas, no âmbito do protocolo de serviços da SADC.

28. Os constrangimentos e desafios, que devem ser monitorados para o reforço das nossas realizações são, de entre outros, os seguintes:

29. Necessidade de uma transformação estrutural da nossa economia que leve a um crescimento sustentado através da geração de mais empregos e renda.

30. Garantir uma gestão macro-económica equilibrada e prudente, com ênfase para a dívida pública e sua sustentabilidade;

31. Incrementar o acesso ao financiamento bancário, que continua a ser limitado, sobretudo para as Micro, Pequenas e Médias Empresas, bem como a necessidade de mitigar o custo do crédito;

32. Assegurar que a transformação económica do nosso País seja virada para actividades com mão-de-obra intensiva e que possam criar condições para que os homens e mulheres pobres e os jovens recém-formados tirem mais benefício do crescimento elevado da economia;

33. Alargar a base tributária e a alteração da estrutura das exportações beneficiando do incremento da indústria transformadora e da promoção de ligações empresariais entre os grandes projectos e as Pequenas e Médias Empresas;

Prezados Colegas,

NO DOMÍNIO DA GOVERNAÇÃO CORPORATIVA:

34. Esta é uma área com grande espaço para melhorias, continuamos a melhorar o quadro regulador da actividade seguradora, com a produção de normas regulamentares e fiscalização.

35. Regulamentámos o mercado de capitais, com destaque para a definição do regime jurídico e regulamentação da colocação, subscrição, emissão e negociação das Obrigações de Tesouro, bem como da obrigatoriedade das grandes empresas de petróleo, gás e carvão estarem inscritas na Bolsa de Valores de Moçambique.

36. Regulamentámos, igualmente, a expansão e modernização dos serviços financeiros, estabelecendo as condições legais que permitem ao Banco de Moçambique promover o desenvolvimento de um sector financeiro inclusivo, nomeadamente, através da expansão do acesso aos serviços financeiros a todo o território nacional e outros produtos bancários.

37. Como resultado de melhorias no ambiente de negócios, conseguimos recuperar 15 pontos na classificação do "Doing Business", passando para a posição 127º em 2014, mercê dos avanços significativos na melhoria da regulamentação sobre insolvência, simplificação dos procedimentos de registo de propriedade e de acesso ao crédito, entre outros.

38. Aprovámos, ainda, a Política de Responsabilidade Social no Sector Mineiro em 2014, instrumento que permite melhorar a harmonização, coordenação e integração das actividades das empresas ao nível local (provincial e distrital), evitando a descoordenação e actuação em acções de responsabilidades social de forma ad-hoc até então verificadas.

39. De entre outros, os desafios na área de governação corporativa incluem: A necessidade de incrementar a capacidade de implementação de Códigos de Governação Corporativa;

40. A Criação de um Regulador Nacional de Governação Corporativa independente para,

de forma mais focada e orientada, liderar a produção de um sistema de relatórios regulares sobre diversas actividades.

41. Acelerar a implementação dos planos de acção acordados entre os grupos de trabalho sectoriais relacionados com a Parceria Público Privada.

Distintos Chefes de Estado e de Governo Africanos,

NA ÁREA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO:

42. Desenvolvemos esforços para garantir a participação da juventude na criação de oportunidades de emprego e auto-emprego, para a elevação da sua capacidade de intervenção no contexto do desenvolvimento nacional através do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis.

43. Introduzimos reformas indispensáveis para a melhoria do desempenho escolar dos alunos do Ensino Primário, com particular destaque para a introdução de um novo currículo, a distribuição do livro escolar, a afectação de recursos às escolas, a formação de professores e de gestores educacionais e o incremento das acções de supervisão pedagógica;

44. A taxa líquida da escolarização da rapariga teve uma evolução positiva nos últimos 4 anos e mais especificamente entre 2013 e 2014, onde evoluiu de 77.4% a 80%, ultrapassando a meta do quinquénio estabelecida em 73%;

45. Registámos progressos nas seguintes áreas do combate ao HIV/SIDA:

(i) cobertura dos serviços de aconselhamento e testagem;

(ii) detecção e tratamento de infecções de transmissão sexual;

(iii) expansão do programa de Prevenção da Transmissão Vertical e circuncisão masculina;

(iv) lobby, advocacia e envolvimento do sector privado na resposta à pandemia; e

(v) expansão de unidades sanitárias que administram tratamento anti-retroviral.

46. Registámos, também, avanços significativos no aumento da taxa de cobertura de água; saneamento rural; no estabelecimento do quadro estratégico para massificação de energias renováveis; na facilitação do acesso ao transporte ferroviário; na

implementação de reformas para expansão da cobertura da banca e disponibilidade de micro-finanças e expansão do acesso às tecnologias de informação e comunicação nas zonas rurais.

47. Os desafios que nos são colocados nesta área temática e que estão devidamente documentados no nosso relatório de progresso, prendem-se com a necessidade de:

48. Melhorar a qualidade e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem nos níveis primários;

49. Aumentar os valores alocados para o Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis no domínio de emprego e auto-emprego;

50. Massificar o acesso à habitação condigna, principalmente para os jovens;

51. Melhorar as actividades de colaboração entre programas de HIV e SIDA e tuberculose;

52. Melhorar a qualidade de energia fornecida à população e aumentar para o alcance quase que universal do acesso à energia;

53. Melhorar, cada vez mais, a resposta às calamidades naturais a nível institucional de previsão, gestão e capacidade técnica, bem como melhorar o trabalho das instituições ao nível das comunidades.

Caros Líderes de Países Participantes no Mecanismo Africano de Revisão de Pares,

Distintos Membros do Painel de Personalidades Eminentes,

54. Estes são, de forma sumária, os progressos que alcançamos durante o período de 2012 à 2014, na nossa acção governativa em geral.

55. Importa realçar que a 15 de Janeiro de 2015, iniciamos um novo ciclo de governação que assenta na promoção de um crescimento económico inclusivo e sustentável, aumento do emprego, da produtividade e competitividade da economia e manutenção da paz e estabilidade, por forma a assegurar o bem-estar do Povo moçambicano.

56. No entanto, a conjuntura económica mundial caracterizada pela redução do preço dos produtos básicos, fortalecimento do dólar americano e retracção de investimentos tem estado a influenciar negativamente o cenário macroeconómico de Moçambique.

57. Iniciamos o ano de 2015 com o País afectado por calamidades naturais severas, quer

pelo fenómeno de chuvas intensas e cheias, quer por secas em algumas regiões do país, que destruíram infra-estruturas sócio-económicas.

58. A necessidade de manutenção da paz efectiva é outro desafio que o nosso Governo enfrenta.

59. Estes factores todos afectaram negativamente o sector produtivo e agravaram a situação económica, tendo levado o Governo a reorientar recursos para minorar os impactos desses eventos climáticos extremos.

Distintos Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes no Mecanismo Africano de Revisão de Pares,

Grandes desafios nos esperam pela frente no nosso Continente e em Moçambique, em particular.

É importante que priorizemos a construção da independência económica e financeira do nosso Continente.

Temos que reforçar as relações de cooperação e amizade entre os países membros da nossa organização e temos que investir todo o saber que possuímos para que possamos, juntos, ultrapassar os enormes desafios de desenvolvimento do presente e do futuro.

Termino, reiterando o compromisso de Moçambique para com os princípios do Mecanismo Africano de Revisão de Pares e a disponibilidade do país para o seu contínuo aperfeiçoamento, bem como para a partilha de boas práticas e experiências neste domínio.

Muito obrigado, pela Atenção que Gentilmente nos Prestaram!

35th
SEYCHELLES
UNITED REPUBLIC OF TANZANIA
SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY

MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E OS CAMINHOS QUE ESCOLHEMOS

"COOPERAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL EM ALINHAMENTO COM O DESENVOLVIMENTO AFRICANO"

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no Fórum TICAD. Nairobi, 27 de Agosto de 2016.

Senhores Co-Presidentes,

Meus Pares,

Excelências,

1. Permitam-me que saúde aos Chefes de Estado e de Governo presentes e agradeça ao Povo do Quénia, liderado pelo Presidente Uhuru Kenyatta, pela hospitalidade.
2. Felicitamos a iniciativa do Governo Japonês, através do seu Primeiro-Ministro, pela promoção deste Fórum.
3. Saúdo os Membros do Presídium e felicito-os pela forma sábia e profissional com que estão a moderar o debate que se debruça sobre o aspecto fulcral que é - TICAD em alinhamento com o Desenvolvimento Africano.

Caros Participantes,

4. Nos últimos 20 anos, apesar de alguns focos de instabilidade, a África cresceu a uma média anual de 5%, trazendo melhorias marcantes em indicadores sociais, como o acesso à educação, saúde, electricidade, água e saneamento, bem como às comunicações.
5. O Continente Africano alberga 30% das reservas mundiais de minerais, com uma população economicamente activa que pode atingir mais de um bilião até 2040.
6. Entretanto, mais de 45% desta população é pobre, possui uma estrutura económica dominada pelo sector informal, caracterizada pela desindustrialização dos seus Países, forte dependência da indústria extractiva e de produtos primários.
7. Reina o desemprego, migrações massivas de zonas rurais para as urbanas e destas para os países economicamente mais fortes.
8. Verifica-se a fuga de cérebros; ciclo vicioso da dependência da ajuda externa e balanças de pagamento ciclicamente desfavoráveis, entre outros.
9. Os constrangimentos acima elencados, em grande medida, afectam a estrutura económica africana, sobretudo a dependência, grandemente, da indústria extractiva (carvão mineral, gás natural, areias pesadas, alumínio).
10. Continuamos com deficiência de transformação e acréscimo de valor aos produtos

primários (produtos agrícolas e pesqueiros).

11. Esta realidade desincentiva a expansão da produção e de grandes projectos de exploração e transformação de recursos.

12. Face ao cenário acima referido, urge transformar estruturalmente a economia, assegurando maior diversificação, industrialização, adopção do modelo de crescimento inclusivo e sustentável.

Senhor Shinzo Abe, Primeiro-Ministro do Japão,

13. Esta oportunidade que a Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África (TICAD) nos confere, trazendo uma base de cooperação com benefícios mútuos, pode reverter a situação a favor de África.

14. As medidas de investimento intensivo no sector agrário, devem substituir as importações.

15. Há que diversificar as exportações, apostar no agro-processamento e melhorar constantemente o ambiente de negócios.

16. Por último, gostaria de reiterar que a África com a sua população, com os seus recursos e através da cooperação económica, mais intensa e mutuamente vantajosa, tem todas as condições para acelerar a industrialização e deixar de ser o continente da fome, das epidemias preveníveis, do analfabetismo e dos conflitos, para ser um continente do progresso, prosperidade e desenvolvimento humano.

17. ESTOU CONVICTO QUE O GOVERNO JAPONÊS ESTÁ CONNOSCO NESTA EMPREITADA.

Muito Obrigado, pela Atenção Dispensada!

TICAD

O PAPEL DA PARCERIA DO SECTOR PRIVADO MOÇAMBIQUE-PORTUGAL NO PROCESSO DE REDUÇÃO DO CUSTO DE VIDA EM MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no almoço de trabalho com homens de negócio de Moçambique e Portugal, por ocasião da visita de Estado de Sua Excelência Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa

Maputo, Maio de 2016.

Sua Excelência Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa;

Distintos Membros do Governo da República Portuguesa e da República de Moçambique;

Distintos Empresários;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com muita honra e satisfação que me dirijo a esta importante amostra representativa de homens de negócios dos nossos dois países, à margem da visita de Estado de Sua Excelência Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa à Moçambique.

Sentimo-nos privilegiados e regozijados pelo facto de Vossa Excelência ter escolhido Moçambique para realização da vossa primeira Visita de Estado ao Continente Africano.

A vossa presença nesta Pátria Amada dos moçambicanos reforça e aprofunda os excelentes laços de amizade e cooperação político - diplomática e socioeconómica entre os nossos dois países.

A vossa estadia constitui um marco para o incremento substantivo de investimentos e de trocas comerciais.

A língua de Camões que partilhamos é um veículo importante que facilita o aprofundamento das relações nos vários domínios.

Para os moçambicanos, a língua portuguesa é um instrumento fundamental para a consolidação da nossa Unidade Nacional, criação de um estado unitário e indivisível, com profundo respeito à identidade de cada grupo etnolinguístico que compõe o mosaico multicultural do nosso País, de que nos orgulhamos.

Queremos usar esta oportunidade para congratular os distintos empresários dos nossos dois países, presentes neste almoço de trabalho, que visa explorar as oportunidades de negócios e Investimentos e potenciar o estabelecimento de parcerias mutuamente vantajosas.

As nossas saudações e agradecimentos especiais dirigimos aos organizadores deste evento, que constitui uma janela de oportunidades para a troca de informações, ideias e ofertas sobre como fortalecer e incrementar as relações económicas e comerciais.

Caros Empresários!

O cenário actual dos projectos de investimento, implementados por empresas portuguesas nos diversos sectores de actividade económica em Moçambique, apresenta uma visibilidade de destaque. Estes investimentos concorrem para a criação de mais postos de emprego, aumento da renda das famílias, formação do capital humano e transferência de conhecimentos e tecnologias.

Não obstante estes avanços, queremos partir para uma nova etapa do nosso já tradicional relacionamento económico.

Queremos cimentar uma cooperação mais vigorosa e diversificada na economia, que permita explorar as vantagens comparativas e competitivas de Moçambique e Portugal.

Senhor Presidente;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

As prioridades do Governo de Moçambique estão direccionadas para a manutenção e consolidação da Paz e estabilidade, bem como a promoção do desenvolvimento socioeconómico inclusivo do nosso País.

À semelhança do ano passado, mais uma vez iniciámos o presente ano com ocorrência de choques exógenos, com destaque para a seca na região sul do País e chuvas acima do normal na região norte que afectam cerca de 1.5 milhões de pessoas.

Esta situação exige recursos adicionais não contabilizados para assistência urgente de modo a salvar vidas humanas.

A este fenómeno alia-se a prevalência de lentidão na recuperação da economia mundial em geral e, em particular, das economias dos mercados emergentes.

Este fenómeno impõe ainda aos moçambicanos desafios acrescidos face aos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2016.

Estamos comprometidos em alargar e diversificar a base produtiva, aumentar as exportações e, consequentemente, ter um nível adequado de reservas internacionais líquidas.

Apesar dos efeitos negativos da crise económica mundial e das calamidades naturais que abalam o nosso País, os moçambicanos não estão desesperados.

Continuamos empenhados em manter estáveis os fundamentos da economia e a trabalhar afincadamente para melhorar o ambiente de negócios.

O nosso País continua a tirar lições de países amigos no que concerne à gestão de adversidades económicas com criatividade, responsabilidade, determinação e espírito de sacrifício.

Aprendemos com sabor amargo e com fruto do nosso trabalho, que momentos difíceis e complexos como o que atravessamos, requerem a tomada de decisões corajosas, arrojadas e estruturantes que nem sempre podem ser bem percebidas e compreendidas.

Os moçambicanos em todos tempos encararam desafios como oportunidades ímpares para dar um salto qualitativo, para marcar diferença.

Implementamos sempre políticas públicas a pensar no que é melhor para o Povo e continuo a dizer, o Povo que é o meu único, exclusivo e verdadeiro Patrão.

Porque governar é fazer escolhas entre alternativas possíveis, nós optamos por fazer escolhas, tendo em vista melhorar a vida do Povo e acelerar o desenvolvimento económico inclusivo.

É nessa perspectiva que, por razões de eficiência económica, elegemos algumas áreas de concentração do nosso investimento, para que tenha o papel catalisador e multiplicador no desenvolvimento económico, nomeadamente: (i) Agricultura e agro -processamento; (ii) hotelaria e turismo; (iii) desenvolvimento de infra-estruturas, e; (iv) energia.

De forma alguma negligenciamos a industrialização do País. Temos plena consciência de que só através dela podemos diversificar a economia, operar a transformação estrutural e sermos mais competitivos.

Prezado Professor Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa;

Distintos Empresários Portugueses;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Compatriotas!

Moçambique é um país com elevado potencial em termos de recursos humanos e naturais.

O potencial agrícola, energético, turístico, bem como a sua localização geoestratégica de porta de entrada para o hinterland, fazem de Moçambique um destino privilegiado do investimento directo estrangeiro, proveniente dos cinco continentes do nosso planeta. Portugal é um dos países que mais investe em Moçambique.

As trocas comerciais entre Moçambique e Portugal, nos últimos dois anos, atingiram uma média de cerca 500 milhões de dólares americanos.

Ilustres Homens de Negócios!

Temos plena consciência de que desenvolver um País é um desafio multi-geracional que tem que ter o seu início em algum momento no tempo, se esse início se não ocorreu no passado, então, esse tempo é agora.

Para que o desenvolvimento realmente aconteça, os esforços do Governo devem ser complementados com o Sector Privado.

É nossa obrigação, como governo, acarinhar este importante sector para o desenvolvimento firme e sustentável.

Na sequência deste almoço de indução de novos e promissores negócios, tenho a plena convicção que brotarão daqui iniciativas concretas de investimento e parcerias económicas entre os nossos empresários.

Antes de terminar a minha intervenção, gostaria de endereçar um convite especial aos distintos empresários portugueses aqui presentes e outros, para que invistam nos sectores económicos já referidos.

Não bastará falar de relações de amizade e de irmandade se de facto os povos permanecerem pobres e com oportunidades limitadas.

Exorto aos meus compatriotas a firmar parcerias na base de vantagens mútuas e as iniciativas constituídas em Moçambique que possam intervir em Portugal para além de Moçambique e se estendam a outros cantos do mundo.

Estamos preparados para vos receber na nossa qualidade de facilitadores, de modo a dar a vossa contribuição para alavancar economicamente Moçambique e Portugal.

Muito Obrigado, pela Atenção que Gentilmente me Dispensaram!

MOÇAMBIQUE - PORTUGAL

TUDO O QUE CONSOLIDA O PASSADO, CONSTROI O PRESENTE E DESENHA O FUTURO.

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no banquete em honra de Sua Excelência Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa, por ocasião da sua visita a Moçambique. Maputo, 4 de Maio de 2016.

Sua Excelência Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa;

Senhora Presidente da Assembleia da República de Moçambique;

Senhor Primeiro-Ministro da República de Moçambique;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhor Armando Emílio Guebuza, Antigo Presidente da República;

Senhores Antigos Titulares dos Órgãos de Soberania;

Senhores Membros do Governo da República Portuguesa e da República de Moçambique;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Quero começar por desejar calorosas boas vindas a si, Senhor Presidente, e toda a sua ilustre Delegação. Sejam bem-vindos ao nosso país e à sua capital, cidade de Maputo.

Cerca de dois meses passaram desde a cerimónia de investidura de Vossa Excelência como Presidente da República Portuguesa. Foi uma grande honra para os Moçambicanos poder testemunhar um momento tão marcante do exercício da democracia em Portugal.

Foi um enorme prazer constatar como Vossa Excelência soube imprimir um cunho tão pessoal e inovador a esse histórico momento. Saudamos com afecto o seu discurso inaugural, uma intervenção feita à dimensão de uma nação inteira, de uma nação tão cheia de história e tão merecedora de futuro. Saudamos essas suas palavras tão sábias e conciliadoras dessa diversidade que compõe a nação portuguesa. Palavras que, tal como Vossa Excelência disse, foram "feitas de memória, lealdade, afecto, fidelidade a um destino comum". Reconhecemos também nós, nesses mesmos valores, tudo aquilo que consolida o nosso passado, constrói o presente e desenha o futuro das nossas duas nações.

Parabéns Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa. Parabéns Povo Português.

Estimados Convidados;

Minhas Senhoras, Meus Senhores!

Neste curto espaço de tempo que nos separa da sua tomada de posse muita coisa já aconteceu na interação da nossa diplomacia. Estes contactos privilegiados entre Moçambique e Portugal consagram o excelente nível de relações de amizade e solidariedade entre os nossos países e povos. Essa relação solidária, como Estados, começou há quatro décadas com os Presidentes Samora Machel e Mário Soares.

Nós somos os continuadores de um processo histórico que nunca parou de crescer. A prontidão com que respondeu ao convite que lhe formulámos, Senhor Presidente, adensa a nossa certeza de que Moçambique e os moçambicanos têm um lugar muito especial entre o povo português e, particularmente, na sua agenda de trabalhos.

Dirão alguns, mais pragmáticos, que não bastam afectos para construir uma cooperação. Os afectos não bastam.

Mas se eles existem e se existem na dimensão que é a da nossa história, então esses afectos criam uma vizinhança que vai bem para além da geografia e das circunstâncias do momento.

Essa amizade fundada no Tempo é uma base sólida para maximizar os benefícios da nossa cooperação mútua.

O Povo Moçambicano e o Povo Português devem tirar vantagens desta relação secular.

E devem saber modernizar e diversificar esses laços que nos ligam. Não ignoramos, Senhor Presidente, o lugar especial que a nossa terra ocupa na sua trajectória de vida. Conhecemos bem o afecto que nutre por esta bela pátria que tem a honra de o acolher na sua primeira visita de Estado ao nosso país e ao nosso Continente.

Estamos certos que se recorda com carinho desta terra. Estamos certos que guarda lembrança deste edifício em que nos encontramos.

Queremos que, uma vez mais, se sinta em casa e se sinta em família nesta terra em que viveu e sonhou.

Senhor Presidente!

Moçambique e Portugal partilham séculos de história e traços identitários e culturais que sustentam as nossas relações de irmandade, solidariedade e cooperação. Alguns dos momentos vitais da nossa História foram construídos a duas mãos.

Lutámos juntos contra um mesmo regime que oprimia os nossos dois povos. Derramámos o mesmo sangue contra a injustiça e a discriminação.

Não é uma coincidência que celebramos, ao mesmo tempo, em Moçambique e em Portugal, os mesmos 40 anos de liberdade. Quatro décadas passaram desde que os moçambicanos conquistaram a soberania.

Quatro décadas passaram desde que os portugueses derrubaram a ditadura fascista.

Estamos tecendo uma história com tantos laços comuns a milhares de quilómetros de distância.

Este passado que partilhamos é um património que se mantêm vivo e que renasce no Presente. O mesmo compromisso com a Paz, a Liberdade, a Democracia e o Estado de direito continua a ser o centro das nossas preocupações. Esse mesmo compromisso está na base da nossa cooperação como Estados e como povos.

Não defraudaremos as expectativas que esse desafio criou entre o nosso povo. É esse o nosso primeiro empenho enquanto governo: que a violência e a matança de cidadãos inocentes seja uma página virada na história de Moçambique.

Senhor Presidente;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Moçambique atravessa momentos relativamente conturbados do ponto de vista de segurança e do ponto de vista económico e social. Não queremos comparar o nosso país com nenhum outro. Sofremos o impacto combinado de ameaças à paz, da recessão económica e das calamidades naturais. A paz efetiva não pode ser construída apenas com simples apelos e convites ao bom senso.

A paz verdadeira é um processo complexo que implica muito mais do que o simples calar das armas. A paz não se constrói com a cobardia, mas é preciso, em primeiro lugar, que o exercício da violência e da ameaça terminem. A criação de um diálogo construtivo constitui uma das principais prioridades da nossa governação. Apesar da ainda insuficiente resposta por parte da Renamo, o diálogo continua a ser o caminho por nós privilegiado para a construção de consensos e restabelecimento de uma paz verdadeira.

Todas as outras prioridades económicas e políticas precisam que esteja cumprida esta

condição. Não é a primeira vez que fizemos esse exercício de reconciliação.

Há 24 anos atrás fomos capazes de superar um tempo feito de balas e sangue. Há 24 anos que vivemos em todo o país um tempo novo de tranquilidade. O caso moçambicano foi exaltado no mundo inteiro como um exemplo de como a maturidade e o amor à Pátria podem vencer sobre a herança da Guerra.

Estamos certos que, uma vez mais, seremos capazes de superar um momento atribulado. Não há mágoas ou feridas que não possam sarar, assim afirmam vozes de moçambicanos. Não há pessoas nem interesses desavindos que não se possam reconciliar.

Vamos superar o que nos divide e voltar a dar as mãos com verdade e sinceridade. Aprenderemos a tratar as nossas diferenças políticas como um factor de unidade e de crescimento. Aprenderemos a não ter medo da diversidade de que somos feitos. Moçambique é constituído de muitas vontades e todas elas fazem sentido e os moçambicanos devem ser acarinhados.

Excelência, Caro amigo!

A paz é condição essencial, mas ela, por si só, não basta. Sabemos que, ao mesmo tempo e com o mesmo empenho, temos que enfrentar os desafios difíceis de uma economia internacional que nos é pouco favorável.

Não podemos esperar que esse ambiente global se torne favorável. Precisamos de coragem e de criatividade para responder às imposições da crise financeira. O meu Governo mantém o objectivo de alcançar as metas macroeconómicas ainda que tenham sido traçadas de forma ambiciosa. Temos consciência que factores exógenos e conjunturais agravam este cenário. Estamos conscientes do efeito negativo das calamidades naturais, com destaque para a seca na região Sul do país e chuvas acima do normal e inundações na região Norte.

Sabemos de tudo isso e temos consciência de como é grandioso o desafio.

A nossa postura é de que todos estes factores externos não podem justificar um fraco desempenho da nossa parte.

Para enfrentar este quadro desfavorável, o nosso Governo está empenhado na implementação de políticas sectoriais favoráveis ao aumento da produção, produtividade, competitividade e geração de mais emprego.

Senhor Presidente;

Estimados Amigos Presentes;

Caros Compatriotas!

Circunstâncias da nossa História fizeram com que, num passado longínquo, mãos moçambicanas e portuguesas construíssem fortalezas ao longo do nosso histórico território. Essas construções obedeciam à lógica da defesa: eram fechadas e serviam para separar fronteiras.

Mas nós edificamos, entretanto, juntos uma outra construção. Essa construção é a nossa secular amizade. Porque ela, ao contrário das fortalezas, está repleta de janelas e de pontes. Nós construímos espaços de troca em todos os domínios. Fizemo-los nas nossas relações político-diplomáticas.

Fizemo-los na cooperação económica e comercial. Fizemo-lo nas fortes e vibrantes ligações culturais e artísticas entre os nossos povos. Moçambique e Portugal continuam hoje a aprofundar uma cooperação

económica concebida em bases sólidas e duradouras. Regozijamo-nos, em particular, que Portugal seja o principal gerador externo de emprego, com 28 postos de trabalho por cada milhão de dólares investidos.

Encorajamos que esses investimentos incidam na transformação local de produtos primários e apostem cada vez mais em parcerias efectivas com o empresariado moçambicano, partilhando os desafios e os ganhos.

Senhor Presidente!

Recai sobre nós a responsabilidade de elevar as relações entre Moçambique e Portugal para patamares ainda mais cimeiros, valorizando a confiança que os nossos Povos depositaram e continuam a depositar em nós.

Com os olhos postos nos sucessos que esta parceria nos proporcionará, tenho a elevada honra de convidar a todos para este brinde:

- À saúde de Sua Excelência Marcelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa;
- Ao sucesso da cooperação entre Moçambique e Portugal;
- À paz e ao progresso;
- À saúde de todos os presentes!

Muito obrigado, pela vossa atenção!

CIMEIRA DA UNIÃO AFRICANA

MECANISMO AFRICANO DE REVISÃO DE PARES

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na XXIV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes no Mecanismo Africano de Revisão de Pares.
Addis Abeba, 29 de Janeiro de 2016.

Senhor Presidente do Fórum de Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes no MARP,

Senhores Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes no MARP, Meus Pares,

Senhora Presidente da Comissão da União Africana,

Digníssimos Membros do Painel de Personalidades Eminentes,

Distintos convidados,

Quero começar esta breve intervenção em nome de Moçambique e em meu próprio nome, manifestando a minha gratidão sincera pelo tempo que me é concedido para falar perante esta distinta assembleia, por ocasião desta Cimeira Extraordinária do Mecanismo Africano de Revisão de Pares.

Saudamos e felicitamos os vários actores envolvidos na implementação deste Mecanismo que se impôs como um programa emblemático da União Africana sobre governação.

O Mecanismo cresceu no quadro do multifacetado sistema. Hoje envolve vários actores e instituições.

Estabeleceu a sua própria identidade, desenvolveu regras, processos e gerou apoio político a nível do continente.

O nosso País, neste âmbito, tem vindo a participar activamente no processo de implementação das regras impostas pelo MARP.

Moçambique concluiu e formalizou, recentemente, a entrega do seu 2° Relatório de Progresso ao Secretariado Continental.

Documentou a implementação das recomendações do Painel de Personalidades Eminentes e do Programa Nacional de Acção.

Assim, abrimos espaço para o início de um novo ciclo de operacionalização do Mecanismo no nosso País e já nos sentimos preparados.

Caros Pares,

O Mecanismo Africano de Revisão de Pares é de natureza voluntária. É uma iniciativa genuinamente de países africanos para africanos.

A sua operacionalização e a qualidade do seu funcionamento dependem grandemente das contribuições dos seus membros, conforme estipulado como mínimo.

O cenário que se apresenta actualmente em termos financeiros exige que reflictamos, de forma desapaixonada, sobre os esforços colectivos para a sua melhoria.

É nesta perspectiva que gostaria de convidar aos meus Ilustres Pares no sentido de traduzirmos a nossa vontade política em actos que contribuam para o aumento dos recursos para o nosso Mecanismo.

Por isso, propomos a concessão de uma moratória, estabelecendo um período razoável para que os Estados Membros possam conseguir honrar as contribuições financeiras em atraso;

Gostaríamos de incentivar esforços adicionais para evitarmos que passem longos períodos sem que as nossas contribuições sejam canalizadas, comprometendo as actividades do MARP;

A adesão de mais Estados Membros ao MARP seria uma outra forma de alargarmos a base de contribuições;

Queremos, igualmente, aproveitar esta ocasião para saudar aos Estados Membros que têm feito contribuições especiais ao orçamento do MARP.

Encorajamos a outros Estados para considerarem a possibilidade de seguir este exemplo louvável.

Gostariamos de reiterar a necessidade de acelerar a transição dos mecanismos financeiros do MARP para as estruturas da Comissão da União Africana, conforme a nossa decisão na Cimeira de Johannesburg.

Esta medida evitaria a duplicação de processos contabilísticos e, consequentemente, racionalizaria os poucos recursos dos Estados.

Excelências,

Acreditamos que juntos podemos identificar outras formas de mobilização de recursos para o funcionamento com êxito do nosso mecanismo.

Com esta reflexão temos plena confiança que Vossas Excelências continuarão a apreciar e a valorizar as realizações positivas que o MARP tem vindo a alcançar.

Tudo isto decorre dos esforços financeiros de cada um dos nossos países, mesmo sacrificando os parcos recursos de que dispomos. Assim, teremos um Mecanismo dinâmico e apto para

cumprir integralmente o seu mandato.

Que cada um de nós, como dignos representantes do povo africano, continue a assumir a responsabilidade de aprimorar os valores de independência e liberdade que este fórum defende.

Termino, reiterando o compromisso do meu país de continuar a prestar a contribuição necessária para que o MARP alcance os seus objectivos.

Moçambique, inspirado no MARP, promoverá melhorias constantes nas práticas de boa governação, prestação de contas, transparência e inclusão.

Estamos abertos a partilhar e a aprender das experiências bem sucedidas dos demais Estados Membros do MARP.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

FÓRUM EMPRESARIAL MOÇAMBIQUE-ALEMANHA

UMA OPORTUNIDADE PARA UM SALTO QUALITATIVO NAS RELAÇÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS BILATERAIS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no Fórum Empresarial Moçambique-Alemanha.
Berlim, 20 de Abril de 2016.

Senhores Membros do Governo da República de Moçambique e da República Federal da Alemanha;

Estimados Homens de Negócios,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores;

Permitam-me que em meu nome pessoal e da delegação que me acompanha nesta Visita Oficial à República Federal da Alemanha, saúde aos distintos "Homens de Negócios" presentes neste evento.

Para o meu Governo, esta ocasião é uma actuante e profícua plataforma para que mais investidores da Alemanha implementem projectos económicos concretos em Moçambique.

Por isso, estamos aqui hoje, para, de forma aberta, partilhar informação sobre o clima de investimentos e oportunidades de negócios em Moçambique.

Temos a certeza de que as condições apropriadas que o País apresenta e o pacote de estímulos à economia que oferece, vão atrair a atenção de mais empresários alemães, o que irá contribuir para tomarem a decisão certa de investir atempadamente em Moçambique.

A calorosa recepção e hospitalidade que nos têm sido dispensadas enchem-nos de satisfação.

Endereçamos, deste modo, as nossas saudações e agradecimentos aos organizadores deste evento, pelo contagiante calor humano que nos proporcionam, o que atesta as óptimas relações de amizade e cooperação entre os nossos dois povos.

Viemos a este País, tendo em conta que num passado recente, mais de 20 mil moçambicanos estiveram a estudar e a trabalhar na Alemanha e, por isso, ainda hoje, as relações dos dois países são sustentadas por uma vasta rede de contactos interpessoais, por intercâmbios económicos e culturais activos e por vínculos familiares entre os dois povos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Durante a minha pré-campanha eleitoral, escalámos este País e prometemos que iríamos desenvolver uma actividade empresarial intensa com este País, logo que vencêssemos as eleições.

Aquando da nossa investidura a 15 Janeiro de de 2015, dissemos que "o nosso Governo

promoverá um ambiente macro-económico equilibrado e sustentável por forma a consolidar um clima de confiança no investimento seguro e no retorno dos justos benefícios".

Por isso, a nossa grande prioridade incide na paz e estabilidade política, bem como na promoção do desenvolvimento económico e social inclusivo.

Quero, perante esta audiência de ilustres empresários e empreendedores, afirmar, mais uma vez, com vigor, que o Governo que lidero está firme na prossecução desses objectivos de forma acelerada, com vista a construir um sector empresarial robusto.

Iniciado o ano de 2016 com redobradas cautelas face aos sinais que se vislumbravam já em finais de 2015, entre os quais a ocorrência de choques exógenos, com destaque para a seca na região Sul do país e chuvas acima do normal e inundações na região Norte.

Esta situação, aliada à prevalência de fraquezas na recuperação da economia mundial e, em particular, das economias de mercados emergentes, impõe-nos desafios acrescidos, em face dos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2016, que são de uma inflação anual de 5,6% e uma taxa de crescimento real do produto interno bruto de 7%, indicadores que exigem permanente monitoria devido aos factores exógenos acima referenciados.

Mesmo assim, o nosso Governo tem feito um esforço titânico para superar os obstáculos, mantendo uma perspectiva positiva de crescimento da economia nacional a médio e longo prazos.

Temos estado a imprimir uma efectiva coordenação das políticas fiscais e monetária como um imperativo nacional, visando a estabilidade macroeconómica, base fundamental da implementação de políticas sectoriais que promovam e favoreçam o aumento da produção, da produtividade e do emprego.

Caros Empresários,

Estamos aqui também para buscar boas práticas de uma economia regular e estável.

A economia da República Federal da Alemanha parece ser inabalável.

Superou as explosões nos preços de petróleo nos anos 1970 e 1980, o impacto da reunificação nos anos 1990, a recessão mundial de 2008-2009 e está passando firme pela actual crise que atinge a zona euro.

Hoje é um dos três maiores exportadores globais, tem o crescimento per capita mais alto do mundo desenvolvido e um índice de desemprego bem inferior à média da zona euro.

As Mittelstand (Pequenas e Médias Empresas) representam 95% da economia alemã e são responsáveis por 68% das exportações.

No meu país, Moçambique, cerca de noventa e sete por cento do tecido empresarial local é constituído por micro, pequenas e médias empresas, às quais se reconhece um contributo determinante na geração de renda, criação de empregos e incubação dos grandes empresários do amanhã.

Caros Empresários,

Procuramos neste País investimentos de qualidade que possam galvanizar os nossos esforços de promover o aumento da produtividade, da competitividade da nossa economia e da geração de mais empregos.

O País está a tirar lições da queda dos preços internacionais das matérias-primas, para diversificar e fazer uma transformação estrutural da sua economia, tirando vantagens das potencialidades de que dispõe, particularmente nos sectores da agricultura, recursos energéticos, turismo, infra-estruturas, indústria, comunicações, entre outros.

A economia de Moçambique está fortemente ancorada no sector agrário, que contribui com cerca de 25% do Produto Interno Bruto e emprega mais de 70% da população moçambicana.

Portanto, modernizar a agricultura, produzir mais alimentos e de melhor qualidade, fornecer matérias-primas para a indústria local e diversificar e incrementar as exportações, são objectivos estratégicos da nossa política económica.

Moçambique, com mais de 35 milhões de hectares de terra arável e um clima favorável à produção de diversas culturas alimentares e de rendimento, constitui um destino privilegiado para o investimento alemão na agricultura e agro-negócio.

A posição geográfica privilegiada e as infra-estruturas ferro portuárias e rodoviárias, abrem caminhos para o mercado doméstico e regional de consumo de mais de 300 milhões de pessoas, para além do potencial mercado mundial, actualmente, com a maior procura de produtos alimentares, incluindo para Europa.

Com os seus 2.000 km de linhas férreas e cerca de 2.700 km de costa marítima, Moçambique é certamente uma plataforma logística que se completa por portos de águas profundas, existentes nos corredores de Maputo, Beira, Nacala e outros por edificar.

Queremos, nesta área de transporte, realçar o transporte marítimo e indústria portuária de que a Alemanha é campeã.

O sector da energia apresenta vantagens comparativas devido a existência de recursos naturais propícios para a produção de energias hídricas e renováveis, bem como a energia produzida através de carvão ou de gás natural.

As potencialidades existentes permitem que nos próximos 10 anos, Moçambique coloque no mercado mais de 7.000 Megawatts de energia eléctrica, com destaque para a biomassa, quantidade tranquilamente comerciável.

Estimados Investidores,

As estatísticas em nosso dispor dão conta que entre 2010 e 2015 foram aprovados dezassete projectos, susceptíveis de criar cerca de setecentos postos de trabalho, envolvendo investidores privados da República Federal da Alemanha, no valor total de mais 143 milhões de dólares norte-americanos, nos sectores da indústria, serviços e agricultura.

A Alemanha tem grandes vantagens para mais investimentos nos sectores da indústria de que é referência, com especial enfoque no fabrico de medicamentos, petroquímica, montagem de automóveis e diferentes equipamentos, incluindo a transferência de know-how e estabelecimento de parcerias público-privadas no desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais.

Como Governo, prosseguiremos com as reformas fiscais necessárias de modo a motivar a economia produtiva, de forma sustentável e rentável.

Estamos determinados a remover todos os obstáculos burocráticos e processuais que atrasam a implementação de projectos económicos e os tornam mais onerosos.

Nesta batalha temos tomado em consideração a pressão do sector privado.

Temos a convicção de que a presença de mais investidores e empresários alemães no nosso país, a sua interacção com os seus pares moçambicanos e a força de trabalho nacional, vão reforçar a empregabilidade da nossa mão-de-obra e trazer novas valências no desenvolvimento do capital humano, uma das nossas grandes prioridades de governação.

A nossa agenda de diplomacia económica impele-nos a não nos contentarmos apenas com as excelentes relações de amizade e cooperação, se elas não forem suportadas com uma forte componente empresarial e de investimentos, para o bem-estar dos nossos povos.

Ou seja, queremos traduzir em projectos económicos concretos este bom nível de relações políticas e diplomáticas.

E acreditamos que essa meta é alcançável porque dispomos de empresários dinâmicos e empreendedores que têm faro para o negócio.

Ilustres Agentes Económicos,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Com estas palavras de encorajamento, queremos criar uma oportunidade para a Alemanha, País irmão e amigo, na esperança de que os agentes económicos moçambicanos, representados pela importante missão empresarial, se junte aos seus futuros parceiros alemães.

MUITO OBRIGADO, PELA ATENÇÃO DISPENSADA!

DANKE!

COOPERAÇÃO COM VIETNAME

POTENCIANDO PARCERIAS COM GANHOS MÚTUOS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete oferecido à Sua Excelência Truong Tan Sang, Presidente da República Socialista do Vietname.
Maputo, 11 de Março de 2016.

Sua Excelência, Truong Tan Sang, Presidente da República Socialista do Vietname;

Ilustres Membros do Governo da República Socialista do Vietname;

Distintos Membros do Governo da República de Moçambique;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Em nome do povo e do Governo de Moçambique, quero desejar a si, Senhor Presidente Truong Tan Sang, a sua Esposa e a sua estimada delegação, votos de boas vindas a República de Moçambique.

É um enorme privilégio, para Moçambique e para os Moçambicanos, receber, em sua casa, tão ilustre figura e digno representante do povo vietnamita.

Esta visita é uma excelente oportunidade para os nossos dois países expandirem, desenvolverem e fortalecerem os laços de amizade e cooperação.

Senhor Presidente!

As barreiras de separação impostas pelos oceanos, não são capazes de impedir que os nossos dois povos partilhem uma história e destino comuns assentes num passado de conquistas e num presente de desafios dos nossos povos na sua luta tenaz pela libertação, desenvolvimento e prosperidade.

A sua visita ao nosso país, a primeira a este nível, traduz vontade acelerada de promover o bem-estar para os nossos povos.

As nossas aspirações e objectivos, entre muitos assuntos internacionais, são congruentes, dado que, como país, temos nos apoiado, um ao outro, na eseperança alcançar-mos benefícios mútuos para os nossos dois países.

Por isso, queremos iniciar a nossa intervenção, exprimindo, em primeiro lugar, a nossa satisfação pela estadia de Vossa Excelência, sua esposa e sua ilustre delegação no solo moçambicano, parcela da imensa África, carinhosamente conhecido como a "Pérola do Indico".

Senhor Presidente!

O seu país é um dos que regista um crescimento económico muito rápido. Regista, igualmente, grandes avanços nas áreas das tecnologias de informação e comunicação e, tem dado passos muito largos na área do desenvolvimento tecnológico.

Os vossos resultados inspiram-nos a trabalhar para o desenvolvimento social, económico e científico do nosso país.

Por isso tomamos a vossa visita como uma oportunidade para aprender e colher experiências do vosso país.

A vossa experiência é, ainda, relevante nas áreas de agricultura e segurança alimentar, na indústria e comércio, nas pescas, com destaque para a aquacultura, educação e saúde, transporte marítimo e na tecnologia apropriada, áreas essencias para a promoção do bem-estar dos moçambicanos.

Queremos, igualmente, partilhar experiências, na qualidade de um país em desenvolvimento, em relação ao processo Vietnamita de promoção das pequenas e médias empresas e queremos fazer desta um dos pilares da nossa cooperação.

Senhor Presidente!

Nas conversações que mantivemos, durante a tarde de hoje, abordamos assuntos de grande relevo para o incremento da nossa cooperação bilateral.

Reafirmamos a nossa vontade de ver implementados os entendimentos que alcançamos pois, só assim poderemos relançar o crescimento de Moçambique numa base de ganhos mútuos nas áreas já mencionadas.

Estamos convictos que a nossa interacção sócio-económica poderá alcançar níveis ainda mais elevados se nos concentrarmos mais nas áreas em que cada um de nós tenha maiores vantagens comparativas.

Precisamos, igualmente, de capitalizar o envolvimento das nossas comunidades para que não sejam apenas objecto ou espectadores.

As opções de desenvolvimento que ambos escolhemos só podem lograr o sucesso desejado se o sector empresarial, seja ele público ou privado, dos nossos dois países assumirem um papel de relevo.

A conferência do sector empresarial que amanhã terá lugar, deve ser uma oportunidade para os empresários dos nossos países identificarem oportunidades de negócios e estabelecer parcerias genuínas, visando a sua concretização.

Senhor presidente,

Minhas senhoras e meus senhores!

Moçambique sempre amou a paz e sempre lutou pela estabilidade. É um país que se rege pelas regras de democracia, com rigor, no espírito e na letra.

É um país com tradições de tolerância e reconciliação.

Apesar de actos localizados e identificados, protagonizados pela RENAMO, o Governo tem tudo feito para garantir a estabilidade e assegurar o desenvolvimento deste país.

Queremos agradecer o Governo e o povo do Vietname que em todos momentos se tem solidarizado com o povo moçambicano. Muitas vezes e de forma aberta, tem se distanciado de actos criminosos contra o povo moçambicano.

Senhor Presidente!

Gostaria de terminar esta intervenção, reiterando o nosso profundo apreço pela abertura do Governo da República Socialista do Vietname, com vista a viabilizar o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

Quero, de igual modo, reafirmar o nosso compromisso de continuar a aprofundar as nossas relações de amizade e cooperação com o seu país.

Permita-me Senhor Presidente, expressar a minha satisfação a si e a sua excelentíssima esposa, por terem aceite o meu convite de visitar Moçambique.

Sinta-se livre e em casa, nesta pátria que Vietname ajudou a libertar e tem estado a ajudar a crescer e a desenvolver.

Ilustres convidados!

Por esta ocasião, quero convidar a todos para que me acompanhem num brinde:

- À saúde e vida longa de Sua Excelência Truong Tan Sang, Presidente da República Socialista do Vietname e sua Esposa!
- À amizade e cooperação entre a República de Moçambique e a República Socialista do Vietname!
- À saúde dos nossos dois povos! e
- À saúde de todos aqui presentes!

Muito Obrigado!

OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UM IMPULSO UNIVERSAL PARA TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República no Debate Geral da 71ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.
Nova Iorque, 21 de Setembro de 2016.

Senhor Presidente da septuagésima primeira (71ª) Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas;

Senhor Secretário Geral das Nações Unidas;

Senhores Chefes de Estado e de Governo;

Excelências;

Minhas Senhoras e meus Senhores!

É com elevada honra que, em nome do povo moçambicano e no meu próprio, me dirijo a vós, por ocasião da realização desta septuagésima primeira (71ª) sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o mais alto fórum de concertação político-diplomática global.

Permitam-nos, antes mais,saudar Sua Excelência Peter Thompson, pela sua eleição para presidir a esta sessão da Assembleia Geral e endereçamos saudações ao Presidente cessante, Senhor Mogens Lykketoft, pela forma abnegada como exerceu o seu mandato, no contexto de compromissos estruturantes assumidos, designadamente:

- A Agenda de Acção de Addis Abeba, sobre o financiamento ao desenvolvimento;
- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- O Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres; e
- O Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas.

Ao celebrarmos o primeiro aniversário da adopção destes importantes instrumentos, apraz-nos constatar os avanços que o mundo e o sistema das Nações Unidas têm vindo a registar na sua implementação. Não obstante estes avanços, estamos cientes dos desafios que ainda prevalecem.

Excelências;

Minhas Senhoras emeus Senhores!

O lema escolhido para esta sessão: "Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: um impulso universal para transformar o nosso mundo", é o mais acertado, porquanto 2016 representa o início de uma nova era no quadro da implementação da nova agenda de desenvolvimento global. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reflecte a ambição colectiva e o consenso global sobre a necessidade de se acelerar a criação de condições para que os nossos esforços com vista à erradicação da pobreza e à construção do desenvolvimento sustentável

estejam centrados no homem.

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável são, por isso, uma ferramenta com enorme potencial de promover alterações profundas na nossa visão sobre o desenvolvimento e assegurar que nenhum país ou indivíduo seja deixado de fora.

O maior desafio à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável reside na sua implementação, particularmente nos seguintes aspectos:

- Alinhamento com os instrumentos e recursos globais, regionais e nacionais;
- Financiamento;
- Monitoria e avaliação dos progressos; e
- Inclusividade.

Ao incluírem a dimensão da paz e estabilidade, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável reconhecem a indivisibilidade do binómio paz e desenvolvimento e a necessidade da sua consolidação.

Só assim podemos construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas, sendo, para isso, necessário uma vontade política genuína. Neste processo, a reforma do sistema das Nações Unidas para melhor responder às realidades actuais, é um pressuposto urgente.

Excelências;

Minhas Senhoras e meus Senhores!

É nossa convicção que a transformação do mundo que se pretende com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável pressupõe uma alteração estrutural dos padrões de concepção e implementação das nossas agendas nacionais de desenvolvimento de curto, médio e longos prazos.

Com efeito, em Moçambique, o Programa Quinquenal do Governo 2015 –2019, o nosso principal instrumento de governação, já reflecte os princípios e as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Para melhor integrar, monitorar e reportar sobre a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, criamos recentemente um Grupo de Referência Nacional, envolvendo representantes do Governo, do Parlamento, da Sociedade Civil, do Sector Privado e dos Parceiros de Cooperação.

É tarefa deste grupo fazer o acompanhamento dos progressos nos indicadores selecionados para avaliação das metas até 2030. O grupo debruça-se também sobre as políticas, a previsibilidade de financiamento e todos os factores condicionantes do sucesso na implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com esta base alargada dos intervenientes, através do Grupo de Referência, pretendemos tornar a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável um processo mais inclusivo, coerente e transparente do qual todos os diferentes actores se sintam parte.

Senhor Presidente!

A Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, realizada em Addis Abeba, em Julho de 2015, recomendou que os países utilizem os seus próprios quadros e meios para responder ao novo quadro de desenvolvimento.

Aconselhou para que desenvolvam estratégias integradas e abrangentes de financiamento que transcendam os processos tradicionais do orçamento público.

Neste contexto e como parte do seu compromisso de continuar a mobilizar mais recursos internos, Moçambique criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Iguamente, está em curso a avaliação dos fluxos financeiros para o desenvolvimento. Este exercício visa,por um lado facilitar a visualização do alcance dos resultados de desenvolvimento de cada fluxo financeiro disponível no país e, por outro lado, explorar as opções para a integração coerente entre as prioridades do Governo e as agendas internacionais. Para complementar os esforços acima referidos, continuamos a defender:

- A oportunidade de revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável;
- A relevância do princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada;
- A importância dos parceiros respeitarem os compromissos assumidos no quadro dos objectivos de desenvolvimento internacionalmente acordados; e
- A previsibilidade do apoio ao desenvolvimento, nos termos da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento.

Com estas ferramentas, estaremos a criar bases institucionais sólidas para uma implementação eficiente e eficaz da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para tornar realidade o desejado impulso universal para transformar o nosso mundo.

A materialização da nossa agenda global exige de nós um engajamento

colectivo no reforço das instituições multilaterais. Para o efeito, continuamos a defender ser importante:

- A reforma das Nações Unidas, no geral, e do Conselho de Segurança em particular;
- A adequação da arquitetura das instituições financeiras internacionais, no quadro da Agenda de Acção de Addis Abeba; e
- O aprofundamento da cooperação entre as Nações Unidas e as organizações económicas regionais, sobretudo, na prevenção e resolução de conflitos.

Excelências;

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Ao reunirmo-nos nesta magna Assembleia, reafirmamos o nosso compromisso em relação aos princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas, uma organização universal com o mandato de garantir a paz, e a segurança internacionais, bem como a defesa dos direitos humanos. Reconhecemos as Nações Unidas como uma plataforma incontornável de concertação político-diplomática e de cooperação internacional para a paz e desenvolvimento.

Neste contexto, manifestamos o nosso apreço ao trabalho desenvolvido pelo Senhor Ban Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas, após ter cumprido com sucesso a missão de liderar a Organização por dois mandatos.

Do próximo Secretário Geral das Nações Unidas, que será eleito em breve, esperamos o reforço das relações existentes com Moçambique, particularmente, para impulsionar a implementação dos Objectivos de

Desenvolvimento Sustentável. Esperamos, igualmente, a materialização das almejadas reformas das Nações Unidas de forma a tornar esta Organização mais democrática, mais representativa e ao serviço de todas as naçõese de todos os povos do mundo.

A terminar, gostaria de reiterar o nosso compromisso de continuar a cooperar exemplarmente com as Nações Unidas e todos os Estados membros para a materialização dos nobres objectivos de Desenvolvimento Sustentável ao nível global e regional e construir um mundo próspero, pacífico e de bem-estar para todos.

Pela atenção dispensada, muito obrigado!

CAPÍTULO VI

ESTADO DA NAÇÃO

ENERGIA COMO FACTOR IMPULSIONADOR DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MOÇAMBIQUE

Informação Geral do Chefe de Estado à Assembleia da República sobre o Estado Geral da Nação.
Maputo, 19 de Dezembro de 2016.

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiro-Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros e Vice-Ministros;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Dirigentes e Membros de Partidos Políticos;

Senhores Representantes das Confissões Religiosas;

Senhores Representantes de Organizações da Sociedade Civil;

Senhores Membros do Corpo Diplomático, Acreditados em Moçambique;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

1. É com muita honra que me dirijo a vós, Ilustres Deputados, e através de vós, a todo o povo moçambicano, para apresentar a informação sobre a situação geral da Nação.

2. Volvidos 12 meses, regresso a esta nossa grande Casa do Povo para partilhar, com todas as forças vivas da sociedade, os resultados alcançados e as nossas perspectivas para enfrentar os próximos desafios.

3. Antes de mais, permitam-me, distintos mandatários do Povo, que expresse o meu sentimento de pesar pela tragédia ocorrida em Caphiridzange, na Província de Tete. Esta tragédia resultou na perda de inúmeras vidas humanas. Mais uma vez, a nação moçambicana se mostrou atenta

e solidária.

4. Contudo, a partilha do luto e da solidariedade não bastam. É importante retirarmos lições para que tragédias como esta não voltem a suceder. De pouco vale a dor, se com ela não formos capazes de crescer.

5. Em última análise, quem matou estes nossos irmãos foi a pobreza. Apenas combatendo a pobreza em todas as suas dimensões poderemos evitar que tragédias destas se repitam.

6. De forma dirigida, expressamos ainda o nosso sentimento de pesar a esta Casa e às bancadas parlamentares da RENAMO e da FRELIMO, pelo desaparecimento físico dos deputados Domingos Migina Assulai e Sebastião Dengo, respectivamente.

Caras Moçambicanas e Caros Moçambicanos!

7. Tornou-se habitual que, durante este informe, se faça uma avaliação crítica sobre o Estado da Nação. Espera-se que se responda, de forma sumária, à pergunta: Qual é o Estado da Nação Moçambicana? E todos esperam que se diga, seja qual for a situação, que o estado da Nação é bom.

8. Como disse no meu discurso inaugural, sou o Presidente de todos os moçambicanos. E sei que todos os moçambicanos conhecem as dificuldades por que estamos passando e estão igualmente preocupados com a situação prevalecente em Moçambique.

9. Sei que todos os moçambicanos, independentemente do seu credo e da sua filiação partidária responderiam da mesma maneira se lhes perguntassem sobre o actual Estado da Nação.

10. Todos estão conscientes de que estes tempos não são fáceis e exigem de todos nós uma consciência patriótica de modo a nos mantermos firmes e unidos perante as adversidades.

11. Todos sabem que o simples apontar de culpas não trará uma solução total e verdadeira aos nossos problemas.

12. Com honestidade e pragmatismo partilho dessa preocupação dos moçambicanos.

13. Durante o ano de 2016, factores diversos, internos e externos, acabaram por contrariar um ritmo de crescimento económico e de conquistas sociais que orgulhosamente vínhamos alcançando.

14. Neste último período, a nossa economia foi sujeita a fortes abalos. Essas dificuldades, mesmo que temporárias, tornaram mais visíveis outras fragilidades no nosso tecido social.

15. Assim, no ano de 2016, tornou-se visível o quanto ainda temos que percorrer para erradicar a corrupção. Ficou claro o quanto ainda nos falta para erradicar o uso da violência como forma de enfrentar as diferenças. Ficou patente a urgência de criarmos Paz e harmonia política. E ficou ainda mais evidente a necessidade de aprendermos a escutar os que pensam de modo diverso.

16.Tudo isso sucedeu no ano de 2016 e tudo isso nos obriga a admitir com frontalidade que se tratou de um ano adverso, de um tempo difícil. O ano que agora finda foi um momento em que se acumularam os efeitos da ausência de Paz, da crise económica e financeira interna e global. Foi um ano em que sofremos gravemente os impactos de calamidades naturais. Esses tempos de crise manifestaram-se em todo o mundo, em todas as nações.

17. Seria um erro grave ignorar o modo como fomos afectados por essa crise global. Mas seria também uma desonestidade imputar a essa crise global tudo o que de negativo se passou na nossa casa.

18. Há lições a tirar e todos nós, de todos os partidos, temos que trabalhar juntos para rectificar as lacunas e juntos encontrar caminhos para superar as dificuldades.

19. Um dos caminhos mais óbvios é o trabalho árduo, a entrega total e abnegada à causa de servir a Nação. E foi isso que fizemos em 2016.

20. Apesar das dificuldades, o corrente ano foi um tempo de trabalho árduo e de consolidação da construção de uma sociedade mais robusta e mais justa.

21. É com toda a convicção e orgulho que trago, a esta Magna Assembleia, um inventário sucinto do trabalho realizado.

I - PAZ E ESTABILIDADE

22. Definimos como prioridade absoluta a conquista de uma PAZ estável e definitiva para o nosso país, por essa razão, colocámo-nos imediatamente à disponibilidade de nos encontramos diretamente com o dirigente da RENAMO, Afonso Dlakhama. Esta nossa intenção para a promoção de um encontro directo e imediato foi tornada pública e é do conhecimento de todos os moçambicanos.

23. Infelizmente, essa nossa proposta não foi aceite. Um conjunto de exigências foi colocado para que esse encontro fosse efectivado. Constava entre essas exigências a criação de uma comissão, integrando membros indicados pelo Governo e pela Renamo, assistida por um

conjunto de Mediadores estrangeiros. Cedemos e essa Comissão Mista foi criada e integra mediadores indicados por ambas as partes.

24. A missão principal da Comissão era a de garantir a criação de condições que permitissem o encontro entre o Presidente da República e o dirigente da Renamo, a fim de discutir os mecanismos adequados para o alcance urgente da PAZ.

25. A nível da Comissão Mista, foi possível chegar-se a alguns consensos sobre metodologias de trabalho. Na base desse consenso, seria criado um Grupo de Trabalho inclusivo e especializado cuja missão seria de preparar o processo de descentralização.

26. A posição da delegação do Governo é clara, enquanto se debatem estes assuntos é absolutamente necessária a cessação das hostilidades no país. A urgência desta condição corresponde à vontade de todos os nossos cidadãos e à expectativa da comunidade internacional.

27. O Grupo de trabalho já aqui aludido seria nomeado pelo Presidente da República e constituído por cidadãos sem distinção política a serem indicados pelo Presidente da República e pelo dirigente da RENAMO.

28. O resultado da actividade deste Grupo de Trabalho seria colocado à disposição do Presidente da República e do dirigente da RENAMO para que, reunidos, encontrassem um consenso efectivo. Este documento seria então enviado à Assembleia da República para ser apreciado dentro da presente legislatura.

29. Caso se considere necessário, todo este processo poderia ser acompanhado e monitorado por especialistas a serem indicados nas áreas de descentralização e do constitucionalismo. Estes especialistas não teriam necessariamente que ser os actuais mediadores.

30. Mantemos esta nossa proposta. É nossa esperança que esta nossa abertura encontre acolhimento por parte da Renamo.

31. Mantemos a nossa vontade inabalável de garantir uma PAZ efectiva e duradoura para o nosso país e reiteramos a nossa prontidão em nos encontrarmos com o Sr. Afonso Dlakhama, em qualquer capital provincial do nosso país.

32. Reiteramos os nossos votos de encorajamento aos membros da Comissão Mista e a todos os Mediadores. Queremos que continuem a envidar todos os esforços no sentido de criar as condições necessárias para se concretizar a proposta apresentada. Esta proposta pode constituir uma grande viragem na vida dos moçambicanos.

II - DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

33. Os resultados da Quarta Avaliação Nacional da Pobreza e Bem-estar em Moçambique atestam uma redução da pobreza em seis pontos percentuais em relação à última avaliação. Este resultado confirma o que temos vindo a afirmar: a pobreza está a reduzir no nosso país!

34. Estes resultados são encorajadores. Mas eles não podem ocultar o quanto nos falta fazer. Quarenta e seis por cento da nossa população continua a viver abaixo da linha de pobreza. Não podemos ficar com a consciência tranquila perante a gravidade deste número.

35. A melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano e do indicador da pobreza resultou da expansão e do acesso aos serviços básicos, tanto nas zonas rurais como nas urbanas.

36. Influenciaram a avaliação positiva: o aumento da esperança de vida, a taxa média de escolaridade e o crescimento do rendimento per capita.

37. Os serviços sociais básicos são uma componente essencial na implementação da política de inclusão social. Nesse domínio, podemos incluir a equidade do género, a criança em situação de vulnerabilidade, o idoso e as pessoas portadoras de deficiência.

38. Nesta linha, alargámos a assistência social básica para mais quatrocentas mil famílias carentes, com crianças, idosos e pessoas com deficiência.

39. A provisão dos serviços de saúde consta do nosso programa quinquenal como factor chave para o desenvolvimento do capital humano.

40. Nestes termos, inaugurámos o primeiro Hospital Central, construído após a Independência, em Quelimane. Esta unidade hospitalar possui uma capacidade de internamento de seiscentas camas e tem valências em todas as especialidades médicas. Este estabelecimento é uma importante conquista que vai garantir uma melhor assistência aos doentes do País e da Região.

41. De igual modo, concluímos o Hospital Distrital de Monapo e o Hospital Distrital de Mapai. Erguémos e apetrechámos dezasseis novos Centros de Saúde, nas zonas Centro e Norte do País. Todas estas unidades terão um impacto significativo na melhoria das condições de vida do nosso Povo.

42. No início do nosso ciclo de governação, assumimos o compromisso de continuar a lutar contra as grandes endemias que afectam o nosso país. Em 2016, reforçamos os programas de vacinação, de saúde sexual e reprodutiva e melhoramos o acesso aos serviços de saúde de qualidade.

43. Neste mesmo domínio, centrámos os nossos esforços nos cuidados de saúde primários, com ênfase na redução da mortalidade materna e na redução da morbi-mortalidade por desnutrição. Do mesmo modo, reforçamos o combate à malária, tuberculose e HIV/SIDA.

44. A Organização Mundial da Saúde declarou Moçambique como um País Livre da Poliomielite. Esta declaração é uma vitória significativa que nos encoraja a prosseguir, com mais vigor, na implementação dos programas de vacinação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

45. O desenvolvimento humano está associado ao processo educativo. A educação é uma ferramenta essencial para a aquisição de conhecimentos e competências para a vida.

46. Neste sentido, temos vindo a priorizar a implementação de medidas que visam a consolidação da escola como centro do saber e de transmissão de valores morais e culturais. Esses valores incluem o combate a fenómenos negativos como a corrupção, a violência, os casamentos prematuros, a gravidez indesejada. A escola deve ser um centro em que se aprende a rejeitar todos os males que agridem a nossa dimensão humana.

47. Essa dimensão humana é uma tarefa que supera o papel das escolas. É um desafio que se vence numa frente cultural mais vasta. Como forma de preservar a nossa cultura e promover as nossas tradições, realizámos o IX Festival Nacional da Cultura, nas Cidades da Beira e Dondo e o IV Festival Nacional dos Jogos Tradicionais, na Cidade de Chimoio, que espelharam a identidade do nosso Povo. O Festival Nacional de Cultura foi um momento de celebração da diversidade do nosso rico mosaico cultural.

48. Foi nossa preocupação a abertura de escolas cada vez mais próximas dos locais de residência. Redobrámos o esforço para incrementar a adesão à escola de crianças em idade escolar.

49. Construímos cento e setenta e nove salas convencionais para o Ensino Primário e quatro escolas secundárias, permitindo que cerca de trinta e um mil alunos passassem a ter melhores condições de aprendizagem.

50. Expandimos a rede do ensino técnico-profissional, com o aumento do número de instituições deste sub-sistema de educação, passando de cento e quarenta e quatro para cento e cinquenta e duas instituições, em todo País.

51. Não podemos deixar de assinalar a construção e reabilitação das Escolas Profissionais de Milange e Muanza, dos Institutos Industrial de Chimoio, Agrário de Mocuba e Industrial e Comercial de Lichinga. Este conjunto de estabelecimentos beneficiou mais de três mil jovens

no nosso país.

52. No quadro destas obras, é preciso destacar a construção de vinte e um laboratórios e oficinas nas áreas de Mecânica Geral, Mecânica Automóvel, Electricidade, Soldadura, Construção Civil e Análise de Solos.

53. Registámos um aumento da participação da rapariga na escola, em especial no ensino primário e secundário. Conseguimos, no ano passado, registar uma taxa média de retenção de quarenta e oito por cento. Esta percentagem indica que estamos a caminho da paridade de género, respondendo aos desafios impostos pela Agenda de Desenvolvimento da União Africana.

54. Como resultado deste conjunto de iniciativas, a taxa líquida de escolarização subiu de oitenta e três por cento, em 2015, para mais de oitenta e seis por cento no corrente ano. Equivale isto a dizer que, em cada cem crianças, adolescentes e jovens, mais de oitenta e seis permanecem na escola.

55. Esta conquista é importante por revelar que não só mais jovens são abrangidos, mas também que o investimento feito nessa formação se vem tornando mais sólido e mais duradouro.

56. A formação técnico-profissional e profissionalizante constitui prioridade nacional pela sua contribuição na especialização da mão-de-obra.

57. O grande desafio é assegurar a expansão do acesso e adoptar um currículo baseado em padrões de competências. Estas condições garantirão a sustentabilidade na criação de novos postos de trabalho.

58. Para responder a esta necessidade, reforçámos o investimento na formação profissional o que resultou no incremento do efectivo escolar em doze por cento. Deste modo, passámos de sessenta e sete mil alunos, em 2015, para setenta e cinco mil e seiscentos, em 2016.

59. Destacamos o aumento da participação da rapariga, de trinta e oito para quarenta e dois por cento. Este valor supera a meta estabelecida para o quinquénio.

60. Os desafios dos tempos pedem uma nação moderna capaz de usar, a seu favor, a ciência e a tecnologia.

61. Temos que contrariar a ideia de que produzir ideias e inventar tecnologias é uma prerrogativa das nações chamadas desenvolvidas.

62. Assim, no âmbito da promoção da investigação científica e inovação, foram financiados cinquenta e dois projectos, centrados na saúde, agricultura e energia. Desse investimento

nascerão certamente soluções técnico-científicas para os problemas que afectam as nossas comunidades.

63. Assegurámos a assistência técnica permanente a mais de doze mil produtores das culturas de arroz, trigo e milho nas Províncias de Gaza, Sofala, Manica, Tete e Nampula. Nessas províncias, implantámos Pólos de Investigação e Transferência de Tecnologias.

64. Para incrementar a produção pecuária, foi instalado o laboratório de transferência de embriões, em Quelimane, com a capacidade anual de produção de dois mil embriões de gado bovino, via fertilização in-vitro.

III - JUVENTUDE E DESPORTO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Ilustres Deputados!

65. O futuro do nosso País depende das apostas e dos investimentos que fizermos na juventude. É na juventude que reside o segredo da inovação e a mudança.

66. Conscientes deste facto, promovemos estágios pré-profissionais e formámos cerca de cinco mil jovens em matérias de liderança, gestão associativa, gestão de projectos, gestão de recursos naturais e educação financeira. Todo este manancial de conhecimentos irá capacitar esses jovens a participar, de modo mais eficiente, no processo produtivo.

67. O desporto constitui um instrumento poderoso para a formação do Homem, dotando-o de valores morais e patrióticos.

68. A participação de Moçambique em diversas competições desportivas internacionais resultou na conquista de um total de cento e três medalhas, sendo trinta e sete de ouro, trinta e quatro de prata e trinta e duas de bronze. Estas conquistas trazem prestígio à nossa Nação e elevam a nossa auto-estima como moçambicanos.

69. No âmbito da massificação da actividade desportiva, destacamos o processo de construção do Pavilhão Gimnodesportivo coberto, do Complexo Desportivo de Pemba e a reabilitação da pista de atletismo do Parque dos Continuadores.

70. O nosso governo adoptou estratégias diversas para estimular o investimento nacional produtivo. Fazem parte dessas estratégias a política nacional de emprego e auto-emprego, combinadas com um programa de ensino profissionalizante. Este tipo de ensino visa sobretudo envolver a população economicamente activa.

71. Esta medida resultou no incremento dos índices de empregabilidade, a nível nacional, ao criarmos cerca de duzentos mil novos postos de trabalho. Desta totalidade, vinte e quatro por cento são ocupados por mulheres com maior incidência nas áreas de agricultura, pescas e serviços.

IV - COMBATENTES

Caros Compatriotas!

72. Os combatentes continuam a ser a nossa reserva de valores patrióticos e identitários.

73. Assim, no âmbito da valorização da nossa história, sob o Lema; "30 Anos de Mbuzini, Celebrando a Vida e Obra de Samora Machel", recordamos, este ano, a passagem do trigésimo aniversário da tragédia de Mbuzini que vitimou Samora Moisés Machel, Primeiro Presidente de Moçambique independente. Com Samora relembramos os trinta e três membros da sua comitiva, que com ele pereceram quando regressavam duma missão de Paz.

74. Este evento foi um momento de reflexão sobre a nossa história comum.

75. Em 2016, fixámos cerca de oito mil pensões dos combatentes e construímos dezanove casas condignas, para combatentes com graves problemas de deficiência. Atribuímos um total de seiscentas e setenta e seis bolsas de estudo e nove mil isenções de matrícula, aos combatentes e seus dependentes.

76. Visando o empoderamento deste grupo social, foram financiados mil seiscentos e setenta e três projectos de geração de renda e de emprego, através do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional.

77. Estamos conscientes, porém, de que esta é uma área que foi negativamente afectada devido à revisão orçamental efectuada durante o ano em exercício.

V - SITUAÇÃO ECONÓMICA

Moçambicanas e Moçambicanos!

78. O ano de 2016 ficará marcado como o ano em que enfrentámos e superámos muitas tormentas.

79. Permitam-nos recordar, Senhores Deputados, que recentemente, Moçambique constou da

lista de países que mais cresciam, na região e no Mundo. Orgulhávamo-nos e orgulhámo-nos ainda até há pouco tempo, por apresentarmos um crescimento médio anual em torno de sete por cento, acompanhado por uma inflação abaixo de dois dígitos.

80. Porém, a crise económica e financeira prolongada continuou a afectar a economia global. Essa crise internacional foi corroendo a nossa resiliência aos choques externos, afectando, negativamente, a produção nacional.

81. Em 2016, a capacidade de resiliência da nossa economia foi novamente posta à prova, à semelhança do que aconteceu no início de 2015, quando o nosso País foi duramente atingido pelas cheias. Para além de vítimas humanas e milhares de desalojados, as inundações interromperam a circulação de pessoas e bens, paralisando a actividade económica, sobretudo nas Províncias da Zambézia, Nampula e Niassa.

82. Uma situação de seca prolongada iniciada em 2015 acentuou-se em 2016. Essa estiagem destruiu dezoito por cento das áreas semeadas, afectando directamente mais de quatrocentos e sessenta mil famílias.

83. Esta calamidade dizimou milhares de cabeças de gado e colocou um milhão e meio de pessoas em situação de insegurança alimentar nas Províncias de Tete, Sofala, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo.

84. Estes desastres climáticos encontraram no Governo uma acção decisiva e coordenada. Essa resposta pronta permitiu salvar a vida de milhares de moçambicanos através do provimento de água potável, alimentos e meios de produção.

85. Todos conhecem a tendência de queda dos preços dos produtos no mercado internacional, incluindo as que o País exporta, nomeadamente, gás, carvão, algodão, açúcar e camarão.

86. Por um lado, essa queda de preços resultou na redução das receitas decorrentes da exportação, afectando as nossas reservas internacionais líquidas.

87. Por outro lado, registou-se a suspensão do apoio directo ao Orçamento do Estado pelos parceiros de cooperação, de cerca de quatrocentos e setenta e sete milhões de dólares. Esta condição exigiu de nós medidas robustas para o redimensionamento das nossas estratégias. Exigiu sobretudo a redefinição das prioridades.

88. Continuamos a assistir à redução do fluxo de investimento directo estrangeiro e do crédito comercial do sector privado.

a) Serviço da dívida

89. No âmbito da gestão das finanças públicas, o Governo de Moçambique prioriza a manutenção da dívida a níveis sustentáveis.

90. Excluindo as empresas sujeitas à auditoria internacional, o serviço da dívida crescerá de quinze ponto um mil milhões de meticais em 2016 para vinte e seis ponto um mil milhões em 2017. Em termos percentuais, isto corresponde a um aumento de dois ponto dois para três ponto quatro por cento do PIB.

91. Este aumento resulta basicamente do início do vencimento de empréstimos contraídos no passado para o financiamento de infra-

estruturas económicas e sociais. Resulta também do efeito da taxa de câmbio.

92. Com vista a tornar o serviço da dívida comercial ajustado aos níveis que o país regista com a dívida multilateral e bilateral, que no conjunto representa oitenta por cento da dívida pública de Moçambique, estão em curso negociações com os credores, incluindo das dívidas contraídas pelas empresas Proindicus, MAM e Ematum e avalisadas pelo Estado.

93. Neste desafio de todos, congratulamos a Assembleia da República e a Procuradoria-Geral da República por terem decidido averiguar os contornos da contracção destas dívidas.

94. Estes processos em curso e a auditoria internacional promovida pela Procuradoria-Geral da República permitirão que todos nós fiquemos esclarecidos sobre como foram utilizados os financiamentos contraídos. Os resultados dessa auditoria contribuirão também para melhorar os processos de gestão da dívida pública, reforçando a transparência fiscal que é um dos grandes objectivos da nossa governação.

b) Custo de vida e estabilidade macro-económica

95. Reconhecemos que o custo de vida elevado, deriva essencialmente do facto do nosso país continuar a importar a maior parte dos bens de consumo, daí que qualquer ajustamento de preços no mercado internacional, aliado à depreciação da taxa de câmbio, tenha um efeito nos preços domésticos.

96. É neste contexto que, com o objectivo de colmatar a situação, o Governo implementou medidas correctivas que têm estado a exigir sacrifícios de todos nós. Essas medidas já estão a dar resultados animadores.

97. A nossa prioridade é proteger dos impactos negativos da crise os segmentos mais carenciados e vulneráveis da nossa sociedade.

98. Foi assim que subsidiámos o pão, o arroz, a água, a energia, os transportes e o combustível. Esta prática não tem sido fácil e é pouco comum em muitos outros países que atravessam as mesmas dificuldades.

99. Para fazer face a estas contingências, temos vindo a envidar esforços, a nível interno e externo para estabilizar a economia e devolver a confiança internacional.

100. Começamos por rever em baixa o Orçamento do Estado 2016 com vista ao reajustamento económico. Isto conduziu à alteração das metas de cobrança de receitas inicialmente previstas em cento e setenta e cinco ponto seis mil milhões para cento e sessenta e cinco mil milhões de meticais.

101. Por consequência, fomos obrigados a introduzir fortes medidas correctivas do lado da despesa.

102. Os resultados das medidas de reajustamento económico, combinados com acções de âmbito político, social, financeiro e monetário, são visíveis pela retoma da nossa economia, o que tem estado a criar a esperança ao sector privado nacional.

103. Com efeito, registámos um crescimento do Produto Interno Bruto na ordem de quatro por cento, acompanhado por um nível de arrecadação de receitas do Estado de cento e dezoito ponto seis mil milhões de meticais, no período de Janeiro a Setembro. Estes valores equivalem a uma taxa de realização de setenta e um ponto sete por cento e a uma inflação média controlada, em torno de quinze por cento, com impacto direito na vida das populações.

104. A taxa de câmbio passou dos oitenta meticais por dólar, em Setembro, para os actuais setenta e dois meticais por dólar. É importante que esta medida se reflicta na redução dos preços por parte dos agentes económicos, sobretudo na presente quadra festiva.

105. A estabilidade macroeconómica deveu-se, ainda, à monitoria corajosa e contundente dos indicadores de eficiência dos bancos comerciais. Esse trabalho resultou na restruturação do Mozabanco e na liquidação do Nosso Banco, pela incapacidade destas entidades em responder às exigências do Sistema Financeiro e Monetário.

106. A reestruturação do Sector Empresarial do Estado foi outra medida, no quadro da reforma da administração pública, com o intuito de tornar a nossa economia mais competitiva.

107. Neste âmbito, de um total de cento e nove empresas detidas ou participadas pelo Estado,

sessenta e quatro empresas encontram-se em processo de alienação, liquidação e dissolução e quarenta e cinco estão em profunda reestruturação.

108. Por via destas medidas, foi possível evitar a crise das contas públicas e a crise do sistema financeiro que teriam consequências sociais graves.

Caros Deputados;

Estimados Compatriotas!

109. Estas decisões no campo económico exigiram clarividência e coragem.

110. Dediquei todo este tempo a falar do custo de vida e da estabilidade económica porque pretendemos que a prestação de contas perante os nossos cidadãos seja clara e transparente.

111. O único segredo para melhorarmos a nossa vida está na produção. Só produzindo podemos reduzir as importações. Só produzindo mais e melhor podemos ficar menos expostos à vulnerabilidade da taxa de câmbio. Esta taxa de câmbio será sempre um elemento importante da nossa inflação.

112. E porque temos que produzir mais e melhor centramos a nossa prioridade de governação na campanha agrícola 2016/2017. Todos juntos, Governo, produtores, sociedade civil, somos chamados a afirmar o nosso país como uma nação que produz para se alimentar e para exportar. Moçambique tem todas as potencialidades para que esta conquista se torne efectiva.

113. Devemos olhar a agricultura como o sector que pode contribuir rapidamente para o aumento da renda familiar e para a redução do custo de vida.

VI - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, JUSTIÇA SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO

Ilustres Mandatários do Povo!

114. A Administração Pública continua a pautar pela defesa do interesse público na prestação de serviços.

115. Para o efeito, asseguramos a entrada em funcionamento das linhas verdes e prosseguimos com a implementação e divulgação da Lei de Direito à Informação e do seu manual de procedimentos. Estas medidas visam melhorar a transparência na gestão da coisa pública.

116. Todavia, persistem, no nosso seio, práticas que atentam contra os princípios da ética e deontologia profissional.

117. Neste contexto, elegemos como prioridade o combate à corrupção, por constituir um grande entrave ao processo de desenvolvimento do nosso País.

118. A título de exemplo, na Administração Pública, constatámos uma maior incidência de processos disciplinares nos Órgãos Centrais, representando sessenta e cinco por cento dos casos registados.

119. Parte destes processos disciplinares, apresentou indícios de cometimento de infracções de natureza criminal, razão que ditou a sua remessa às instâncias judiciais.

120. Nestes termos, foram autuados, no presente ano, setecentos e catorze processos-crime relacionados com a prática de crimes de corrupção.

121. O valor envolvido nestes actos ronda os quatrocentos e sessenta milhões de meticais, quantia suficiente para a construção de mais de quarenta escolas, com pelo menos dez salas de aulas cada, o que permitiria que mais de oito mil crianças estudassem em condições condignas.

122. É importante reter estes números porque a corrupção não é apenas uma ofensa ética, mas sim um crime com consequências graves para a economia.

123. As perdas fiscais decorrentes de actos de fuga ao fisco indicam que a erosão das receitas supera trezentos e cinquenta milhões de meticais.

124. No âmbito preventivo, foram realizadas cento e vinte e quatro auditorias e apreciadas trezentas e cinquenta e oito Contas Públicas de Gerência, bem como reforçada a fiscalização dos actos administrativos, na administração pública. Todo este trabalho resultou em cerca de trinta e sete mil processos fiscalizados, inerentes à contadoria do visto.

125. A selagem de bebidas e tabaco e a marcação de combustíveis também fazem parte do pacote de medidas que adoptámos para combater a corrupção e o contrabando.

126. O sucesso da estratégia anti-corrupção depende da participação consciente e coordenada de todos nós, bem como de uma responsabilização que se torna eficiente e pública.

127. Temos a consciência de que a corrupção e as facilidades e benefícios para interesses particulares afectou gravemente a nossa economia.

128. Estamos conscientes de que investimentos ilícitos ganharam proporções alarmantes nos últimos anos.

129. Devemos, pois, eliminar a má actuação de alguns servidores públicos, a deficiente provisão de serviços, a burocratização dos procedimentos. Este quadro viciado de práticas e atitudes

constitui terreno fértil para o crescimento de um cancro que mina a nossa economia.

130. Assim, com vista a estancar este mal, ajustámos a abordagem da nossa intervenção através da Estratégia de Reforma da Administração Pública. Nesta abordagem elegemos a integridade e o combate à corrupção como factores determinantes para a garantia da prestação de serviços públicos de qualidade.

VII - COMBATE À CRIMINALIDADE

Distintos Deputados da Assembleia da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

131. Pretendo tratar separadamente a questão da criminalidade pelo grau de preocupação que ela cria no nosso seio.

132. No que concerne à Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, o nosso país é seguro e estável, o que permite o livre exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos nos termos legalmente previstos.

133. Não obstante a presente redução do índice geral de criminalidade, preocupam-nos os crimes contra as pessoas, cometidos com violência e o recurso à armas de fogo. Estes crimes atentam contra a vida humana de forma impiedosa e hedionda. Estes crimes afectam a tranquilidade social que é vital para o nosso bem-estar.

134. No contexto da criminalidade violenta, temos registado, com enorme repulsa, a ocorrência de roubos a residências e a cidadãos na via pública, acompanhados por violações por grupos de malfeitores.

135. Ainda no âmbito dos crimes contra as pessoas, o País experimentou uma onda repugnante de perseguição a pessoas com problemas de pigmentação na pele. Estes actos inqualificáveis ganhavam a forma de raptos, ofensas corporais, homicídio e profanação de túmulos. De Agosto de 2015 a igual período de 2016, registaram-se sessenta e oito casos em todo o país.

136. Estamos atentos a outro tipo de crimes que envolvem o tráfico de seres humanos para efeitos de extracção de órgãos, exploração sexual ou de mão de obra, tráfico de drogas, branqueamentos de capitais, crimes cibernéticos, exploração ilegal e tráfico de recursos naturais.

137. Como resultado da acção concertada do Governo e da tomada de consciência da sociedade

moçambicana, assinalámos uma redução significativa dos crimes acima referenciados.

138. Para fazer face a estes desafios, a aposta do Governo continua centrada na formação de membros da Polícia da República de Moçambique a diversos níveis.

139. Em Agosto do presente ano, procedemos à inauguração da Escola de Sargentos, com um novo padrão de qualidade. Localizada em Metuchira, no distrito de Nhamatanda, a Escola permitirá a ligação entre a classe de guardas e o oficialato.

140. Aliado à formação, desenvolvemos um plano de investimento em meios operacionais, tais como, viaturas, motorizadas, radares de controlo de velocidade, entre outros, de modo a conferir mais eficiência e maior cobertura territorial. Pretendemos aumentar o poder de dissuasão dos infractores. Este projecto tem estado naturalmente dependente da nossa capacidade financeira.

141. Para além disso, o Governo orientou a PRM a incrementar acções de policiamento de proximidade, operações selectivas sobre focos e zonas propensas a actividades delitivas. Igualmente, pretende-se aumentar a visibilidade policial e emprego de unidades combinadas para enfrentar o crime nas suas versões mais sofisticadas.

142. Entretanto, a luta contra a criminalidade só pode ter êxito com o envolvimento de toda a sociedade, através do reforço dos mecanismos de colaboração activa entre a Polícia e as comunidades. Continuaremos a actuar no pressuposto de que prevenir é dever cívico de todos.

VIII - ENERGIA

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

143. A posição geoestratégica de Moçambique é uma das principais linhas de força para impulsionar a sua base produtiva. Essa posição pode conjugar uma maior procura interna com um aproveitamento eficiente das oportunidades oferecidas pela região.

144. As nossas reservas de gás natural, carvão, areias pesadas, grafite, ferro e rubi constituem importantes fontes de matérias-primas para o desenvolvimento da indústria nacional.

145. Este ano, a nossa mensagem ao povo moçambicano destaca a importância da Energia como factor de transformação económica.

146. Foi com base nesta prioridade que, durante este ano, criámos capacidades internas para uma melhor exploração do imenso potencial energético de que o País dispõe.

147. A produção e venda de energia está já a impulsionar o desenvolvimento nacional. Estamos a criar mais postos de trabalho, estamos a acelerar o processo de industrialização e suprir o défice de energia na região austral de África.

148. No corrente ano, foram licenciadas mais de cem unidades empresariais e autorizados cerca de duzentos projectos de investimento, com a capacidade de gerar mais de dezoito mil postos de trabalho, nas áreas de turismo, agro-processamento, pescas, construção, indústria, transportes e serviços.

149. O sucesso destes empreendimentos depende da nossa capacidade de fornecimento de energia.

150. Nesta senda, com a entrada em funcionamento da Central Termoeléctrica à Gás Natural de Ressano Garcia, assegurámos o aumento da disponibilidade de energia à Província de Maputo.

151. As zonas metropolitanas de Maputo e Matola terão a sua capacidade de fornecimento de energia reforçada, com a conclusão das obras da Central de Ciclo Combinado à Gás Natural, recentemente iniciadas na Cidade de Maputo.

152. Durante o corrente ano, temos a assinalar a construção da Linha de Transporte de Energia Eléctrica de Alta Tensão Lionde-Mapai, bem como a instalação de grupos geradores e a construção de uma linha, na Central Termoeléctrica de Kuvaninga, no Chókwè.

153. O conjunto destas obras contribui para a estabilidade do sistema da região sul, em particular, nas Províncias de Inhambane e Gaza.

154. Estas províncias beneficiarão, ainda, do fornecimento de energia da Central de Ressano Garcia, com a implantação da Linha de transporte de Alta Tensão Ressano Garcia-Macia.

155. A reabilitação das centrais de Chicamba e Mavúzi e a construção da Linha de Chibata-Dondo vai reforçar a capacidade de fornecimento de energia às Províncias de Manica e Sofala.

156. A montagem de um transformador, na Subestação de Matambo, irá melhorar a qualidade de fornecimento de energia à Cidade de Tete.

157. Com a entrada em funcionamento da Central Flutuante de Nacala, vamos aumentar a quantidade e qualidade de energia na região norte do País. Estaremos assim em condições de reduzir o défice de energia na Zona Económica Especial de Nacala.

158. Espera-se, ainda, com este empreendimento o aumento do volume das nossas exportações de energia para os países da região.

IX – AGRICULTURA

Caros Compatriotas!

159. A agricultura é a base do desenvolvimento do nosso País!

160. Este sector contribui com cerca de vinte e cinco por cento, para o produto interno bruto, emprega mais de oitenta por cento da população economicamente activa e detém um elevado potencial para dinamizar a transformação económica.

161. Continuamos a importar produtos frescos como o tomate, a batata, a cebola, para além do frango e de ovos. Esta situação não é aceitável sabendo que existe, a nível nacional, capacidade para suprir o défice na sua produção.

162. Constatámos, ainda, que apesar de sermos auto-suficientes na produção de milho, Moçambique continua a apresentar elevados índices de importação da farinha de milho.

163. Não obstante a seca verificada no ano agrícola 2015/2016, esta época foi melhor que a anterior em muitas culturas, exceptuando a do arroz e da banana.

164. A produção de milho situou-se em um ponto setecentos e noventa e quatro mil toneladas contra um ponto setecentos e cinquenta e sete mil toneladas na época anterior.

165. Motivada pela crescente procura pela indústria cervejeira, a mandioca passou de oito ponto cento e três mil toneladas na época anterior para nove ponto cem mil toneladas. Cresceu também a produção de tomate e batata reno.

166. Nas culturas de rendimento, o algodão teve boa época ao sair de quarenta e nove mil para setenta mil toneladas. A castanha de cajú aumentou a produção de oitenta e um mil para cento e cinco mil toneladas.

167. As condições não permitiram um aumento da produção nas culturas de gergelim, soja e feijão. No entanto, as perspectivas para estas culturas são muito positivas.

168. Para assegurar o aumento da produção e produtividade, aquando do lançamento da Campanha Agrícola 2016/2017, orientámos os governos provinciais e as administrações distritais a adoptarem um novo modelo de produção. Este novo modelo deve ser baseado na especialização agrária e na concentração da produção de culturas que apresentem vantagens comparativas e/ou competitivas.

169. As culturas do milho, hortícolas, bem como a criação de aves e ovos são compatíveis com a generalidade dos solos e passíveis de serem as mais exploradas em todo território nacional. Assim, decidimos adoptá-las como transversais no âmbito da segurança alimentar e declaramos que devem ser de produção obrigatória.

170. Com esta aposta acreditamos que, até 2019, Moçambique possa ser sustentável na produção das culturas alimentares e promova as culturas de rendimento como fonte de riqueza.

X - PESCAS

Caros Compatriotas!

171. A par da agricultura e da pecuária, as pescas desempenham um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, através da produção de pescado de espécies nativas.

172. Durante o exercício económico de 2016, a captura do pescado situou-se em duzentas e vinte e cinco mil toneladas, o que corresponde a oitenta e três por cento do planificado. A contribuição do sector familiar esteve em noventa e um por cento, contra nove por cento da pesca industrial e semi-industrial.

173. Vamos continuar a encorajar o sector pesqueiro industrial. Os resultados alcançados encorajam-nos a prosseguir com as políticas

de investimento na pesca artesanal, em resposta ao défice alimentar que ainda se regista no consumo das nossas famílias.

174. Mas não foi apenas na área da pesca que incentivámos acções. Actuámos em paralelo na piscicultura e na aquacultura. Nestes termos, prosseguimos com as acções de promoção da produção em cativeiro com a construção de quatrocentos e quarenta e um tanques piscícolas e de noventa e uma gaiolas.

175. Capacitámos em tecnologias de pescado mil e vinte e três pescadores e processadores e setenta e três comerciantes.

176. Criámos condições necessárias para a acreditação de três laboratórios de Inspecção do Pescado, em análises microbiológicas e de metais pesados.

177. Iniciámos as obras de reconstrução do Cais um, do Porto de Pesca da Beira, realizámos cruzeiros de investigação pesqueira e estudos sobre o estado de exploração dos recursos

pesqueiros.

178. Concedemos crédito, no âmbito da motorização da pesca artesanal e outras actividades relacionadas. Financiámos duzentos e oitenta e quatro projectos de pesca e aquacultura.

179. Fiscalizámos actividades de pesca e intensificámos as actividades de preservação do ambiente nas zonas costeiras, sobretudo junto das comunidades pesqueiras.

XI – TURISMO

Moçambicanas e Moçambicanos!

180. O turismo é, em todo o Mundo, um sector económico em constante crescimento e com elevado potencial na criação de empregos e na geração de renda.

181. Moçambique tem uma longa costa, um clima favorável, uma história e cultura únicas, factores determinantes para a prática do turismo de sol e praia, do ecoturismo, do turismo cultural, artístico e gastronómico.

182. Assim, é nossa pretensão, resgatar o lugar de Moçambique como um destino preferencial, na região e no mundo.

183. Para isso, adoptámos como estratégia a abertura da nossa economia ao investimento directo, interno e externo. Deste modo capitais privados tem vindo a desenvolver a indústria do turismo, com destaque para os parques, reservas, coutadas, áreas de conservação, patrimónios históricos e culturais.

184. Neste âmbito, durante o presente ano, autorizámos trinta e oito projectos de investimento para a construção e apetrechamento de hotéis, vilas turísticas e serviços de restauração, ao longo do território nacional.

185. Na cidade de Maputo, foi inaugurado o Maputo AFECC Gloria Hotel, um empreendimento de cinco estrelas, que além de aumentar

a capacidade de hospedagem, veio valorizar o património arquitectónico da nossa capital.

186. A ponte Marracuene-Macaneta, sobre o rio Incomáti, recentemente inaugurada, vai facilitar o movimento de pessoas e bens e dinamizar o turismo naquela região.

187. Visando alavancar a actividade turística, definimos cinco destinos estratégicos prioritários, designadamente, Cidade de Maputo, Vilankulo, Parque Nacional de Gorongosa, Arquipélago

das Quirimbas e Reserva Especial do Niassa.

188. Continuamos, porém, com grandes desafios, sobretudo, na componente de competitividade das nossas estâncias turísticas, o que exige de nós esforços acrescidos, particularmente, no desenvolvimento do capital humano. Será ainda necessário intervir na abertura do espaço nacional, na reforma das empresas das Linhas Aéreas de Moçambique, dos Aeroportos de Moçambique e de outros sectores que operam na cadeia do turismo nacional.

XII – INFRA-ESTRUTURAS

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

189. As infra-estruturas são uma componente importante para transformar as sociedades e impulsionar o desenvolvimento, promovendo o emprego, a competitividade e facilitando o fluxo de pessoas e bens.

190. É tendo presente este desiderato que definimos o investimento em infra-estruturas sociais e produtivas como uma das prioridades na nossa Agenda Nacional.

191. A construção, reabilitação, manutenção e asfaltagem de mais de treze mil km de estradas e pontes resultaram na melhoria da transitabilidade rodoviária e ferroviária.

192. A entrada em funcionamento da Linha férrea Cuamba-Lichinga, com uma capacidade de escoamento até um milhão de toneladas por ano, vai estimular a economia na região norte.

193. A dinamização da agricultura, o incremento das trocas comerciais e a industrialização são ganhos que vão resultar destas importantes infra-estruturas.

194. A asfaltagem das estradas Malema-Cuamba e Milange-Alto Benfica, nas Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, constituem outras infra-estruturas complementares no âmbito das ligações regionais.

195. Realizámos a dragagem de aprofundamento e alargamento do canal de acesso ao Porto de Maputo e o aumento da capacidade de transporte da Linha de Goba, resultante da reconstrução da Ponte Ferroviária de Boane.

196. Todas estas obras irão melhorar a competitividade dos serviços portuários nacionais e incrementar o escoamento de serviços e bens, na Região Austral de África.

197. Está ainda em curso a reabilitação da estrada Beira-Machipanda, que compreende a

construção da nova ponte sobre o rio Púnguè. Está igualmente em curso a dragagem de aprofundamento dos canais e bacia de manobra do Porto de Quelimane.

XIII - ÁGUA E SANEAMENTO

Dignos Mandatários do Povo!

198. A água é um bem primordial para a sobrevivência humana, abeberamento do gado, rega e industrialização, pelo que a sua gestão sustentável representa um dos maiores desafios das sociedades modernas.

199. Construímos e reabilitámos os sistemas de abastecimento de água de Cuamba, Espungabera, Nacala, Quelimane, Muecate, Lioma e Alua. Estas novas infraestruturas beneficiam mais de três milhões de pessoas.

200. Realizámos também a construção e reabilitação das represas de Marien N'guabi e Manjangue, do Dique de Nante, na bacia hidrográfica de Licungo, e do Regadio de Chokwé. Estas novas conquistas melhoraram a disponibilidade de água para irrigação, incentivando a produção agrícola.

201. No âmbito do Programa Quinquenal do Governo, a Cidade da Beira está na lista das nossas prioridades, dada a sua vulnerabilidade por

situar-se abaixo do nível médio das águas do mar, o que condiciona a resiliência das infra-estruturas aos choques da natureza.

202. A reabilitação do sistema de drenagem do rio Chiveve consistiu na instalação das comportas no desaguadouro, dragagem do porto de pescas e regularização de falhas no reperfilamento do rio. Toda esta engenharia aparece como resposta aos desafios que se colocam na gestão do saneamento daquela urbe.

XIV – CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Caros Compatriotas!

203. No domínio da conservação da biodiversidade, continuamos a registar, como desafio, a redução dos níveis de exploração ilegal de flora e fauna que assolam o nosso País e a região.

204. Desta forma, registámos um decréscimo no abate ilegal de elefantes de mil e duzentos,

em 2014, para cento setenta e cinco, em 2016. Registámos ainda sinais de reposição da espécie do rinoceronte, que já se encontrava praticamente extinto.

205. Nos últimos anos, temos assistido a uma exploração desordenada da terra e insustentável dos recursos florestais, com risco de extinção, a médio prazo, da floresta nativa.

206. Assim, decidimos banir a exportação da madeira em toros, introduzir um sistema de certificação de florestas e cancelar mais de trezentas licenças e concessões florestais, por incumprimento dos planos de maneio.

207. Pautamos por um maior rigor na análise dos pedidos de DUATs, visando o combate à ociosidade da terra e a acumulação de grandes parcelas, para fins especulativos. A médio prazo, iremos celebrar os resultados positivos destas medidas.

208. Neste sentido, delimitámos cerca de duzentas comunidades correspondentes a mil trezentos e quarenta e cinco hectares e emitimos mil oitocentos e oitenta e seis DUATs.

209. Com vista a melhorar a exploração do solo, produzimos na primeira fase mapas topográficos abrangendo todos os distritos do Vale do Zambeze.

XV - INDUSTRIALIZAÇÃO

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

210. A industrialização tem o condão de dinamizar os demais sectores de actividade, desde a produção agrícola às infra-estruturas sociais.

211. Apraz-nos constatar que Moçambique continua atractivo ao investimento, o que é sinalizado pelo crescimento de pedidos de licenciamento de novas unidades industriais.

212. Registámos, a título de exemplo, que no ano em curso, foram autorizados mais de cinquenta projectos de investimento para implantação de novas indústrias. Estas indústrias incluem áreas vastas e diversas como o processamento da castanha de cajú, a produção de material de construção, a reciclagem de resíduos, em plástico e ferro, o mobiliário, o empacotamento de cereais, a montagem e reparação de tapetes rolantes para o uso industrial, entre outros.

213. Registámos com apreço o desenvolvimento da indústria de processamento da castanha de cajú, um produto de referência nacional, regional e internacional. É importante recordar que este produto constituiu, no passado, um símbolo de qualidade na nossa produção agrária.

214. A recente inauguração da maior fábrica de processamento da castanha de cajú, em Nampula, confirma que o crescimento deste ramo industrial é uma realidade.

215. Foi sempre nossa preocupação a implantação da indústria de transformação da castanha de cajú como forma de acrescentar valor, arrecadar receitas e criar mais postos de trabalho, com destaque para a classe feminina.

XVI – SISTEMA DE JUSTIÇA

Compatriotas!

216. A aproximação do sistema de administração da justiça ao cidadão sempre constituiu nossa preocupação, razão por que investimos na construção de infra-estruturas e na colocação de magistrados, judiciais e do Ministério Público, nos distritos.

217. Assim, entraram em funcionamento os tribunais judiciais dos Distritos de Macossa, Xai–Xai e Mabalane, e o tribunal administrativo, da Província de Manica. Foram inaugurados igualmente a conservatória de registo e notariado de Bela Vista, em Matutuíne.

218. Relativamente ao Ministério Público, inaugurámos as Procuradorias Provinciais de Cabo Delgado e Zambézia, e entraram em funcionamento as Procuradorias Distritais de Nhamatanda e Ka-Maxaquene.

219. Com este conjunto de acções, melhoramos as condições de trabalho dos operadores judiciários e garantimos que mais cidadãos tenham acesso ao Direito e a Justiça.

220. Em resposta ao imperativo legal na protecção dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão, prestámos assistência jurídica a mais de cento e trinta e três mil pessoas, economicamente carenciadas.

221. Assegurámos o direito à cidadania a mais de quatrocentos e vinte e cinco mil crianças, ao proceder ao seu registo, e emitimos mais de um milhão de bilhetes de identidade e duzentos mil passaportes.

222. Os moçambicanos, na diáspora, beneficiaram de facilidade na emissão de documentos de identificação. Ao mesmo tempo, estes concidadãos receberam a devida assistência consular e jurídica, quando em conflito com a lei.

223. Com vista a moralizar a sociedade e humanizar as penas em benefício do bem-estar social, estão em implementação medidas alternativas à prisão, com destaque para a substituição da

pena de prisão por serviços comunitários.

XVII - DEFESA E SEGURANÇA

Caros Concidadãos!

224. As Forças de Defesa e Segurança têm vindo a responder de forma pronta às nossas preocupações, em prol da defesa da soberania, reduzindo os riscos de vulnerabilidade do País.

225. Registámos, com apreço, a redução dos níveis de criminalidade e de sinistralidade rodoviária. Contudo, estes indicadores continuam preocupantes.

226. A título ilustrativo, constatámos com pesar, que de Janeiro a Setembro de 2016, registaram-se novecentas e trinta vítimas mortais por acidentes de viação.

227. Medidas mais rigorosas e um controle mais sistemático e eficiente das regras de trânsito devem ser intensificados. O próximo desafio é inverter esta situação.

228. Os centros de recrutamento e mobilização, ao longo do país, registaram um afluxo de mais de duzentos mil jovens, que demonstraram o seu sentido patriótico e determinação em servir à Pátria Moçambicana.

229. Em 2016, as Forças de Defesa e Segurança prestaram apoio aos programas de fomento agrário e aos programas de saúde. Contribuíram ainda na protecção de objectos económicos estratégicos e serviram de suporte às operações de apoio às vítimas das calamidades naturais.

230. A estas mulheres e estes homens que, dia e noite, asseguram a nossa soberania, rendemos a nossa homenagem na certeza de que o seu empenho e dedicação serão sempre reconhecidos pelo povo moçambicano.

XVIII - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

231. No quadro do reforço da cooperação bilateral e multilateral, consolidámos as relações com países amigos, com as visitas que efectuámos aos países da SADC, Estados Unidos da América, China, Alemanha e Bélgica.

232. Continuamos a promover o prestígio de Moçambique junto às organizações multilaterais, regionais e internacionais.

233. Presidimos, com sucesso, o Órgão da SADC para a Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança.

234. Participámos nas reuniões estatutárias da Assembleia Geral das Nações Unidas, na Conferência dos Chefes do Estado e de Governo da União Africana e no Mecanismo Africano de Revisão de Pares.

235. Recebemos, igualmente, visitas de alto nível do Rei Mswati III da Suazilândia, dos Presidentes do Botswana, Vietname e Ruanda e dos Primeiro-Ministros da Índia e da Etiópia. Igualmente recebemos, para consultas de trabalho, o Presidente da África do Sul e o Presidente da República do Chade, este último na qualidade de Presidente em exercício da União Africana.

236. Em reconhecimento da adopção de medidas apropriadas para preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, Moçambique recebeu da International Conservation Caucus Foundation o Prémio de Mérito na Conservação.

237. Relativamente aos refugiados moçambicanos no Malawi, constatou-se não haver evidências das alegadas violações dos direitos humanos e que existem condições favoráveis para o acolhimento e assistência dos nossos concidadãos em Kapesi, no Malawi.

238. Estão em curso diligências no sentido de se avançar para a assinatura de um acordo tripartido entre Moçambique, Malawi e a Agência das Nações Unidas para os Refugiados com vista ao repatriamento voluntário dos refugiados.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

239. Aprovámos, recentemente, o Plano Económico e Social e Orçamento de Estado, instrumentos que vão conduzir uma política económica e social no próximo ano.

240. O sucesso na implementação destes instrumentos passa por congregarmos os esforços de todos os moçambicanos. Os desafios que se nos impõem pedem que esqueçamos aquilo que nos possa dividir. Não existem desafios que sejam diferentes para uns e para outros moçambicanos. Não existem dois Moçambiques. Não existem "uns" e "outros".

241. A Paz genuína e definitiva não será pertença exclusiva de qualquer formação política. Será uma vitória de todos nós, moçambicanos, de todos os sexos, raças e origens. O desenvolvimento económico não

será propriedade de nenhuma entidade particular. Será de todos nós e só assim, como criação

colectiva, esse futuro mais próspero irá acontecer.

242. Nós continuaremos incansáveis e firmes na procura de consensos entre os partidos políticos e todas as forças vivas da nossa sociedade.

243. A longa lista de actividades realizadas ilustra o esforço contínuo e sistemático que foi empreendido durante 2016, tal como fizemos referência, foi um ano adverso para todos nós.

244. Ao relembrarmos os feitos alcançados não queremos sugerir que estas realizações foram apenas da autoria do nosso Governo. Foram conquistas de todos nós, de todos os Deputados desta casa, apostados na Paz e no desenvolvimento. Foram vitórias de todos os moçambicanos de todos os quadrantes políticos e religiosos.

245. Saudamos por isso todo o povo moçambicano pelo patriotismo e perseverança demonstrados perante os constrangimentos internos e

externos que tanto afectaram a nossa economia. Comovido, quero mais uma vez agradecer pela grande colaboração que deram ao Governo durante o segundo ano do meu mandato.

246. Na qualidade de Presidente da República de Moçambique permaneço com a mesma confiança, firmeza e serenidade que marcou o meu mandato desde o primeiro momento.

247. As dificuldades que nos esperam são grandes e atingem de igual modo todos os sectores da nossa sociedade. Esses desafios pesam sobre os ombros de todas as forças políticas, de todos os patriotas e de todos os amantes da Paz, de todos os que trazem Moçambique no coração.

248. Só há um modo de vencer: é fazer com que todos juntos construamos essa vitória. Todos juntos transformaremos as dificuldades do presente numa contingência do passado.

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Digníssimos deputados;

Ilustres convidados;

Moçambicanas e Moçambicanos;

Compatriotas!

249. Passamos em revista o trabalho realizado em 2016 com franqueza e transparência.

Estamos agora em condições de afirmar perante vós, mandatários do povo, perante toda a

Nação moçambicana e perante o mundo que,

apesar dos constrangimentos, orgulha-nos dizer que:

A Situação Geral da Nação mantém-se firme. A Nação Moçambicana é capaz de enfrentar os desafios presentes e futuros.

As adversidades serão ainda muitas. Mas a nossa capacidade de resposta, inspirada na contribuição de todos será ainda maior.

250. Desejo-vos tudo de bom, com votos de Festas Felizes e um Ano novo cheio de prosperidade.

251. **Pela atenção que me dispensaram, muito obrigado!**